

Ano VIII, n.º 1, Julho de 2013

CADERNOS DE HISTÓRIA

ISSN: 1980 - 0339

*Publicação do corpo docente
do Departamento de História
da Universidade Federal de Ouro Preto*

**HISTÓRIA DOS CONCEITOS E O
MUNDO IBERO-AMERICANO**

CADERNOS DE HISTÓRIA

ISSN: 1980 - 0339

Contatos

Revista Eletrônica Cadernos de História
www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria
cadernosdehistoria.ichs@gmail.com
Rua do Seminário, s./n.o - Mariana - Minas Gerais
cep: 35420-000

Conselho Editorial

Fabício Luiz Pereira
João Luís Cardoso
Lucas Melo de Andrade
Rodrigo Machado da Silva
Vinicius Paulo Gelape
Walquiria de Rezende Tofanelli Alves

Organizador Convidado

Christian Edward Cyril Lynch, IESP-UERJ

Conselho Consultivo

Álvaro Antunes, UFOP
Andréa Lisly Gonçalves, UFOP
Ângelo Alves Carrara, UFJF
António Manuel Hespanha, Universidade Nova de Lisboa
Cláudia Maria das Graças Chaves, UFOP
Christian Edward Cyril Lynch, IESP-UERJ
Cristina Meneguello, UNICAMP
Fábio Duarte Joly, UFOP
Fábio Faversani, UFOP
Fernando Felizardo Nicolazzi, UFRGS
Helena Miranda Mollo, UFOP
Íris Kantor, USP
Jonas Marçal de Queiroz, UFV
João César de Castro Rocha, UERJ
João Fábio Bertonha, UEM
João Paulo Garrido Pimenta, USP
José Arnaldo Coêlho de Aguiar Lima, UFOP
Marco Antônio Silveira, UFOP
Moema Vergara, MAST
Pedro Spinola Pereira Caldas, UNIRIO
Renato Pinto Venâncio, UFMG
Ronaldo Pereira de Jesus, UFOP
Sérgio Ricardo da Mata, UFOP
Sidney Chalhoub, UNICAMP
Valdei Lopes de Araujo, UFOP
Virgínia Albuquerque de Castro Buarque, UFOP
Wlamir José da Silva, UFSJ

Sumário

Apresentação

8

História dos conceitos e o mundo ibero-americano: convite à leitura
Christian Edward Cyril Lynch

Dossiê Temático

História dos Conceitos e o Mundo Ibero-Americano

Artigos

13

Concepções de Nação, povo e cidadão no Constitucionalismo Gaditano e Brasileiro

Jônatas Roque Mendes Gomes

27

Cidadãos em Campanha: os debates parlamentares sobre o Exército imperial no contexto da guerra da Cisplatina (1825-1828)

Pedro Henrique Soares Santos

42

Segurança Nacional: uma discussão conceitual

Aline Aparecida Faé Inocenti

60

Taquigrafias de uma história difícil: notas sobre o pensamento político brasileiro

Erygeanny Lira

75

Influências de «Causas da decadência dos povos peninsulares» de Antero de Quental na historiografia sobre poderes locais em Portugal e no Brasil no século XX

Fernando V. Aguiar Ribeiro

93

“Restauração”, “Decadência” e “Progresso”: uma análise de conceitos fundamentais na Cultura Histórica portuguesa (1808-1840)

Thamara de Oliveira Rodrigues

113

Lugares de memória: um debate historiográfico sobre centros de tortura da ditadura convertidos em museus de memória

Julia Cerqueira Gumieri

136

As casas de câmara e a construção da imagem do Rei e do Estado nas Minas: breves notas

Pablo Menezes e Oliveira

149

Alforriar o branco, alforriar o negro: algumas notas sobre o conceito de liberdade no Brasil (1770-1870)

Christian Edward Cyril Lynch

Seção Livre

Artigos Livres

165

Diferentes formas de lazer no espaço público de Montes Claros (MG): os espetáculos mambembes, os divertimentos óticos e sonoros e o cinematógrafo

Jailson Dias Carvalho

194

As missivas como fonte documental: o trabalho com o acervo epistolar do pintor Candido Portinari

Ana Carolina Machado Arêdes

210

A cidade-estado na Grécia clássica: relação entre cidade e território

Renan Falcheti Peixoto

Resenhas

228

Historiografia e internet na encruzilhada do mundo digital: Clio Wired, de Roy Rosenzweig

Pedro Telles da Silveira

236

Doenças, germes e curas: a história da medicina no Brasil Colonial

Rafael Leite Ferreira

APRESENTAÇÃO.....

História dos conceitos e o mundo ibero-americano: convite à leitura

Autor convidado
Enviado em:
25/11/2014

Christian Edward Cyril Lynch

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ – antigo IUPERJ) e Pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).
clynch@hotmail.com

8

Poucos historiadores, hoje, poderiam questionar a utilidade da história dos conceitos como instrumento metodológico necessário ao estudo da história intelectual, especialmente a política. O projeto historiográfico desenvolvido por Reinhart Koselleck parte da descoberta da historicidade intrínseca à experiência humana na modernidade e, como tal, é frutífero para uma captura adequada das mudanças então ocorridas no campo do pensamento político. Esta metodologia obriga o estudioso a situar os conflitos sociais e políticos do passado em suas respectivas fronteiras conceituais, colocando-os em relação com a continuidade ou não das estruturas políticas, econômicas e sociais. Como o conceito ligado a uma palavra é sempre mais do que esta palavra, ambos devem ser adequadamente distintos; além disso, os conceitos não têm conteúdos estáveis; o que permite dizer que a história dos conceitos, na verdade, é a história de suas diferentes recepções no tempo e no espaço.

Para Koselleck, o período particularmente interessante de estudo conceitual é aquele compreendido entre 1750 e 1850, que ele denomina *Sattelzeit* (1750-1850). Este é o termo por que ele designa o período de transição do Antigo Regime para a modernidade. Ao acompanharem as transformações socioeconômicas ocorridas na Europa ocidental, os conceitos políticos teriam sofrido quatro grandes processos: a democratização (alargamento do seu campo de uso por camadas até então alijadas); temporalização (os conceitos passaram o futuro e não mais passado como referência); ideologização (os conceitos perdem sua dimensão concreta para se tornarem cada vez mais abstratos); e politização (os conceitos passam a adquirir

acentuada polissemia por seu emprego por diversos setores na arena política). Neste sentido, a história dos conceitos contribui de modo precioso à reconstrução fidedigna dos termos por que os debates foram travados no passado, expurgando-os dos sentidos eventualmente anacrônicos que lhe emprestamos no presente.

Qual a importância, porém, que a metodologia da história dos conceitos pode adquirir especificamente na América Ibérica? A percepção secular das elites ibero-americanas de se encontrarem à margem do “centro” civilizado localizado no Atlântico Norte repercutiu fundo na forma por que elas definiram suas identidades nacionais. Elas acreditavam – e em alguma medida ainda acreditam – que seus países seriam “atrasados”, “subdesenvolvidos”, “bárbaros”, “terceiro mundo”, ao passo que os europeus ocidentais e norte-americanos seriam “adiantados”, “desenvolvidos”, “civilizados”, “primeiro mundo”. Dessa diferença decorreriam diferenças qualitativas no plano da existência, refletidas no modo de apreciação de sua produção intelectual. As filosofias da história introduzidas na segunda metade do século XX reforçavam a tese de que a inferioridade intelectual do subcontinente era objetiva: orientadas por uma concepção histórica linear e eurocêntrica, elas desprezavam a produção intelectual dos países “atrasados” como primitivas, cópias de ideias importadas ou meros idealismos. A posterior introdução de metodologias de corte marxista não melhorou este quadro. Além de afirmar o caráter ideológico de todo o pensamento político, na medida em que encobria a dominação das classes subalternas, o marxismo agravava a pecha da inferioridade da cultura dita periférica, em relação às cêntricas; ela seria inautêntica ou duplamente ideológica, já que refletiria, em segundo grau, o imperialismo dos países centrais. Neste contexto, a introdução do instrumental metodológico da história conceitual na América Ibérica pode desempenhar um papel ainda mais relevante na Europa. Ela permite demonstrar que os conceitos políticos circulam indistintamente por todas as comunidades políticas, sejam elas centrais ou periféricas; que não existe uma “estabilidade semântica” nos conceitos, que adquirem significados variados conforme a cor local; e que não existe “originalidade” na elaboração deles.

Não quero com isso afirmar que a díade centro-periferia deve ser pura e simplesmente abandonada. Posta de lado como objetividade ou realidade, ela deve ser considerada principalmente no plano das representações históricas de seus agentes. A percepção de se estar na periferia, de se achar numa condição de atraso que deve ser superada, pautou parte significativa da história intelectual da região, de forma aberta ou implícita, de modo objetivo ou retórico. Verdadeira ou falsa no que respeita à qualidade da produção intelectual, a crença de que existia um lugar

marcado pela modernidade, de onde provinham as ideias superiores de civilização – França, Inglaterra, Estados Unidos -, desempenhou um papel fundamental na legitimação retórica das instituições dos países que julgavam patinar no atraso da periferia. A percepção de se buscar pela instauração ou manutenção de uma ordem política em ambiente diverso daquele de onde se encontraria, aparentemente, o seu “modelo original” tornou-se um componente relevante para que os atores históricos ibero-americanos percebessem que os conceitos ou linguagens oriundos da França ou da Inglaterra podiam exercer uma funcionalidade diferente na América Ibérica, induzindo a mudança ou disfarçando o atraso, reagindo conforme suas intenções ou daqueles que representavam. Essa percepção de se estar numa periferia sequiosa dos benefícios da modernidade associada aos países considerados centrais contribuiu para alterar o peso, os valores e os sentidos dos conceitos políticos, uma vez aqui recepcionados. Diversos conceitos políticos (como Estado, igualdade, liberdade) eram apreciados em boa medida, não tanto pelos valores nele contidos em si mesmos na sua origem europeia, mas porque vinculados àquela suspirada modernidade que supostamente caracterizaria os países centrais (de resto, também quase sempre mitificados e idealizados na sua superioridade ou perfectibilidade). Em síntese, a díade centro-periferia permanece útil, ao meu entender, no plano das representações subjetivas dos próprios atores e autores históricos, especialmente por se erigir em critério que distinguia, no debate político da época, os conceitos ou discursos julgados legítimos daqueles que não os eram.

Estas são características que devem ser levadas em conta para compreender parte significativa da produção historiográfica ibero-americana, especialmente a do século vinte, e aquela debruçada sobre a história intelectual de natureza política. Elas iluminam as razões pelas quais tantos autores/autores ibero-americanos, desiludidos, denunciaram a aparente disjunção entre instituições políticas no papel (o “país legal”), expressivas de um figurino universalista produzido “em outro lugar” (o “centro”), e realidade nacional, precária, onde o seu funcionamento parecia desvirtuado, “fora do lugar”. Eles se sentiram “desterrados na própria terra”, para me valer da expressão de um famoso historiador brasileiro. A perseguição neurótica pela modernidade, tornada como verdadeira ideia-força desde a independência, projetou-se no campo historiográfico ibero-americano por meio de uma literatura marcada por um elevadíssimo grau de anacronismo, em que os valores, categorias e frustrações do presente contaminavam qualquer esforço de objetividade analítica. Para piorar, a história turbulenta da região durante o último século, característico de todo o processo de democratização, favoreceu fortemente

a ideologização e politização da escrita histórica. Neste sentido, parece-me pacífico que a difusão de um instrumental metodológico rigoroso, como é o da história dos conceitos, pode constituir, na América Ibérica, de ferramenta de ainda maior valor, na medida em que permite purgar a maior parte dos anacronismos produzidos pela historiografia do século vinte. Ela contribui para depurar a paisagem histórica dos excessos ideológicos e presentistas, revalorizando a contribuição intelectual fornecida pelos países da região como expressiva de uma experiência política que, embora universal (a democratização como processo), é também, como sempre, singular na sua forma de conformação nacional. Neste sentido, a iniciativa da Revista Cadernos de História de dedicar uma edição à história dos conceitos na América Ibérica deve ser saudada por todos os interessados nesta nova e promissora área de estudos da história político-intelectual.

O presente dossiê é uma excelente demonstração do crescimento do interesse dos jovens historiadores e cientistas sociais por aquela área de estudos. Se o artigo de Jônatas Roque Mendes Gomes tangencia os conceitos de nação, povo e cidadão no constitucionalismo gaditano, o trabalho de Pedro Henrique Santos descreve os debates travados no Parlamento brasileiro por ocasião da Guerra da Cisplatina. A hipótese é a de que ali emergia uma nova concepção de Exército em que os militares passavam a ser considerados como cidadãos. Aline Aparecida Inocenti, por sua vez, apresenta um substantivo trabalho sobre as diversas dimensões semânticas envolvidas no conceito de segurança nacional, tal como mobilizado durante o regime militar brasileiro. Já Erygeanny Lira arrisca algumas reflexões de caráter metateórico sobre o pensamento político brasileiro, examinando como ele foi considerado desde a pesquisa pioneira de Wanderley Guilherme dos Santos, com destaque para a contribuição de Gildo Marçal Brandão. Na sequência, Fernando Aguiar Ribeiro desincumbe-se com competência da tarefa de examinar o impacto da obra de Antero de Quental na historiografia luso-brasileira do século XX. O resultado é promissor. O artigo de Thamara Rodrigues sugere que, em virtude da desconfiança da cultura letrada em Portugal na primeira metade do século XIX, o prestígio do conceito de decadência teria ofuscado aquele de progresso. Júlia Cerqueira Gumieri, por seu turno, demonstra com clareza o papel pedagógico que os centros de tortura da ditadura, convertidos em lugar de memória, têm atribuído à historiografia do período. O dossiê se encerra com notas de Pablo Menezes e Oliveira sobre a constituição e o significado das câmaras municipais mineiras do período colonial. O resultado é animador. Que os leitores façam bom proveito da leitura!

DOSSIÊ



Concepções de *Nação, povo e cidadão* no Constitucionalismo Gaditano e Brasileiro

Enviado em:
27/03/2013

Aprovado em:
17/07/2013

Jônatas Roque Mendes Gomes

Graduando em História pela UERJ-FFP
jonatasroquebk@hotmail.com

Resumo

Este artigo pretende apresentar a análise de conceitos-chave presentes no anteprojeto de constituição brasileira de 1823, na Constituição do Império Brasileiro de 1824 e na Constituição de Cádiz, que são de extrema relevância para a compreensão do que pensavam os deputados constituintes e também para entendermos os usos de conceitos muito caros para a organização de um novo Estado, no caso brasileiro, e uma forma de governo liberal, nos dois casos. Dentre esses conceitos-chave ibéricos elencamos três, Nação, povo e cidadão, que estão intrinsecamente relacionados e possuem extrema importância para a compreensão do pensamento político ibérico.

13

Palavras-Chave

Constituição, América Ibérica, História dos conceitos

Abstract

This article intends to present the analysis of key concepts in the project of Brazilian constitution of 1823, in the Constitution of the Brazilian Empire of 1824 and in the Cádiz Constitution, what are extremely relevant for the understanding of ideas of the constituents and also for understanding uses of very important concepts for the organization of a new State, in Brazil, and a liberal form of government, in both cases. Among these key concepts Iberian we list three, nation, people and citizens, what are intrinsically related and has utmost importance for understanding the Iberian political thought.

Keywords

Constitution, Iberian America; History of Concepts

Introdução

A partir da análise de conceitos-chave, como *Nação, povo e cidadão*,

poderemos entender, por exemplo, o que ou quem é esta nação que se torna a nova soberana do Estado após a “derrubada” do *Ancien Régime*¹, com o advento da *Modernidade*², como veremos a seguir. Como funciona a relação entre os conceitos *Nação* e *povo* nesta época. E ainda quem eram os cidadãos brasileiros, portugueses, espanhóis, etc.

Para fazermos um completo mapeamento dos conceitos citados nas Constituições gaditanas e brasileira, e conhecer o sentido que foi delegado a eles nestas Cartas, se faz necessário saber o que propiciou a efervescência das ideias liberais no mundo ibérico e como estas ideias foram apropriadas pelos atores políticos responsáveis por redigi-las e discuti-las. Com este propósito apresentaremos um rápido quadro conjuntural de fins do século XVIII e início do XIX.

Quadro conjuntural

As ideias iluministas e as bases do liberalismo foram concepções desenvolvidas no século XVIII que foram amplamente difundidas por todo o mundo com a Revolução Francesa, que chegaram ao mundo ibérico por meio do Despotismo Esclarecido e, posteriormente, as Cortes de Cádiz e a Constituição de 1812.

O vazio de poder na Espanha a partir de 1807 transformou uma instituição arcaica, como as Cortes Reais, em uma ferramenta da modernidade para a sociedade ibero-americana. A maioria dos deputados eram adeptos do liberalismo, o que mostra que as ideias iluministas³ já haviam tomado conta da península ibérica, além da França e boa parte da Europa. Ideias essas que mudaram as bases estabelecidas pelo Antigo Regime modificando concepções como a de nação, cidadão, povo, direito, liberdade, propriedade e diversos outras. Este processo tornou o ‘povo’

1 Antigo Regime. Forma como ficou conhecida a ordem vigente anterior a Revolução Francesa, aonde destaca-se a predominância do absolutismo, no qual todo poder do Estado pertencia ao Rei e seus ministros. (GUERRA, 1993) No Antigo Regime “la jerarquía social estaba pensaba como la expresión de un orden más general del mundo, en el desempeño de una función y en la ocupación de un lugar que le es próprio”(SANTOS e FERREIRA, 2009: 213)

2 Conceito usado por François-Xavier Guerra para definir a mudança ideológica que ocorre na América, especialmente no México, com os movimentos de independência ocorridos em inícios do século XIX em todo território americano.(Ibid)

3 Muitos tiveram contato com as ideias iluministas nas suas Universidades de formação e em locais de sociabilidade(tertúlias, tabernas, etc)(GUERRA, 1993).

dono do Estado e não mais o Rei, a nação era propriedade coletiva⁴ e não mais propriedade individual do antigo soberano, o Rei, a soberania passa “del trono al pueblo” (SANTOS; FERREIRA, 2009: 215).

Entretanto, este debate não surge apenas em fins do século XVIII e no XIX. Pensadores ingleses neorromanos (Harrington, Sidney, John Milton e Nedham) já pensavam sobre a soberania do povo, sobre a maior importância do parlamento em relação ao monarca. Nedham, Milton e Harrington defendem a ideia de que é necessário o consentimento do povo para a existência de um Estado livre, tudo que for deliberado deve contar com a aceitação da população, a vontade da maioria, como os demais neorromanos, que não propõe uma participação tão efetiva do povo. Quentin Skinner através da análise dos textos originais dos neorromanos ainda ressalta que por mais que argumentassem sobre a soberania popular e o consentimento do povo “as massas tendem a ser exorbitantes e excessivas”, então a “solução correta” seria que os representantes do povo sejam “virtuosos e ponderados”⁵ (SKINNER, 1999: 35-37).

A Constituição de Cádiz é um marco para o liberalismo ibero-americano, que pode também se chamar liberalismo gaditano ou doceañista⁶, pelas suas peculiaridades em comparação ao liberalismo clássico. Este processo que consideramos um marco foi por diversas vezes revisitado e tomado como molde por diversos países ibero-americanos (CHUST, 2008). O liberalismo gaditano incluiu em seus debates as reivindicações de todo o reino espanhol, obviamente

4 Soberania popular. A partir da Constituição de Cádiz a propriedade do Estado não seria mais do Absoluto Rei, mas passava a nação. Contudo a explicação de quem ou o que era a nação não é tão simples como pode se pensar atualmente. Após a constatação de que significado para a palavra *nação* os deputados tinham em mente, a compreensão de quem é o real dono da soberania se torna mais claro. (SANTOS; FERREIRA, 2009)

5 A ideia de virtude advém da *Virtú*, presentes em Nicolau Maquiavel e Francesco Guicciardini “historiadores estadistas” do século XV e XVI. *A Virtú* é a disposição de fazer tudo aquilo que for ditado pela necessidade, independente do fato de ser a ação eventualmente iníqua ou virtuosa, para alcançar os mais altos objetivos, o *bem comum* da comunidade. Ora, denotando a *Virtu* a qualidade de flexibilidade moral, cai por terra a rígida oposição cristã entre os vícios e a virtude. Há vícios virtuosos, e há virtudes que trazem a ruína. “A virtú é raramente encontrada como uma qualidade natural: a maioria do povo prefere seguir seus próprios interesses e não o bem comum [...] o povo tende a *corruzione*, não a virtú. Com o passar dos séculos e a má interpretação das ideias maquiavelianas a virtude foi sendo associada a cidadão que possuíssem amostras de virtude, ou seja, bens e riquezas. (SKINNER, 1999:37; 1988)

6 Uma tradução possível é “Dozeanismo”. Conceito cunhado por Manuel Chust que não possui uma definição absoluta. Consiste naquilo que esta incluso no 1812 gaditano ou que a este remete. Vai além da Constituição de Cádiz, inclui os acontecimentos antes, durante e depois das Cortes, as influências posteriores, como a lusa, a mexicana e a brasileira (CHUST, 2009).

representado por sua elite, através de uma Corte de deputados, muito diferente dos moldes ilustrados que possuíam, através dos déspotas esclarecidos.

Por conseguinte, podemos destacar o processo ocorrido em Portugal, durante a Revolução do Porto e posteriormente nas Cortes de Lisboa⁷. A Constituição de Cádiz não só serviu de base para a constituição liberal portuguesa, como durante certo período foi carta vigente no Império luso.

O constitucionalismo da nação brasileira, ainda em construção, necessitava de um ‘certificado de nascimento’ legítimo, o que imperou foram os moldes liberais e conservadores europeus, segundo a tendência de um governo representativo, contudo sem deixar as particularidades brasileiras de lado. Quebrando, aparentemente, com o absolutismo do Antigo Regime e se aprofundando nos moldes de um governo sob a vigência de uma soberania da nação, ampliando a representação deste ‘povo’ livre e detentor de direitos individuais. Ressaltamos que no mundo ibérico, em geral, a elite procura a liberdade de forma moderada, sem radicalismos e/ou muita participação popular. Porém nossa reflexão sobre este conceito e outros relacionados nos elucidada acerca de sua concepção para os pensadores políticos da época.

16 Além dos aspectos citados anteriormente, ressaltamos que o criador do anteprojeto para a Constituição do Império brasileiro na Assembleia Constituinte de 1823⁸ que foi escolhido para ser votado como a primeira constituição brasileira e que pela dissolução acabou não sendo inteiramente votada⁹ foi Antônio Carlos Andrada Machado e Silva¹⁰. Andrada Machado estava intensamente ligado ao pensamento liberal ibero-americano, não só por sua formação acadêmica ou por ser irmão de José Bonifácio, mas também por ter sido deputado por São Paulo

7 A Revolução do Porto e as Cortes de Lisboa são componentes do período histórico de Portugal conhecido como Vintismo entre 1820 e 1823, que foi profundamente influenciado pela Constituição de Cádiz (BERBEL, 2008).

8 Anteprojeto criado a partir de designação da Comissão de Constituição, que Antonio Carlos Andrada Machado e Silva era relator.

9 Após desentendimentos entre os constituintes e entre os mesmos e o Imperador e pela tentativa da limitação do poder do imperador presente no anteprojeto, Dom Pedro I resolve dissolver a Assembléia Constituinte em 1823 e no ano seguinte outorga a Constituição do Império Brasileiro de 1824, que não possui muitas diferenças em relação ao anteprojeto, mas possui uma essencial mudança, a instauração do Poder Moderador (BERBEL, 2008; DOLHNIKOFF, 2012).

10 Antonio Carlos Andrada Machado e Silva estudou filosofia e direito na Universidade de Coimbra, lugar de grande discussão sobre o liberalismo e de onde saíram vários ilustrados que estavam não só pela Europa, mas também pelo mundo ibero-americano. Irmão de José Bonifácio(Id.)

nas Cortes portuguesas de Lisboa, durante o Vintismo, que tinham como base nas discussões da constituinte lusa a Constituição de Cádiz, que vigorou em todo o Reino Unido de Portugal e Algarves, até a elaboração da Constituição Política da Monarquia Portuguesa em 1822 (BERBEL, 2008:234; DOLHNIKOFF, 2012).

Nação, povo e cidadão, quem são?

Para falarmos sobre o conceito de *Nação* nas primeiras décadas do século XIX temos que nos remeter a algumas décadas, ou melhor, quase um século para entendermos as definições sobre o termo que já existiam e que foram se modificando muito rapidamente em fins do século XVII e inícios do século XIX, agregando assim ao verbete *Nação* uma infinidade de significados possíveis e muitas das vezes confundíveis com a definição de povo.

Marcos Pamplona no verbete *Nação* (Brasil) do *Diccionario político y social del mundo ibero-americano*¹¹ de 2009 faz um mapeamento dos significados que foram sendo agregados ao decorrer dos anos no mundo luso-brasileiro. Inicialmente o autor destaca o significado de *Nação* encontrado em *El Vocabulário Portuguez e Latino* de Raphael Bluteau como “Nome coletivo, que se diz da gente, que vive em alguma grande região ou Reino, debaixo do mesmo Senhorio” e ainda acrescenta mais a frente que “nisso se diferencia nação de povo, porque nação compreende muitos povos” (BLUTEAU, 1716 apud PAMPLONA, 2009:884). Exemplificando tais definições a Espanha seria uma nação e os catalães, andaluzes, bascos, castelhanos etc., são os povos que a compõe.

Ligada à definição anterior no Antigo Regime a concepção de *Nação* também era relacionada com a ideia etnia, cultura, casta, falantes da mesma língua ou originários do mesmo lugar (PAMPLONA: 2009).

Pamplona evidencia a importância que ganha a ordem política na definição de *Nação* ao apresentar o verbete na quarta edição do *Dicionário da Língua Portuguesa* (1831), de Antonio de Moraes Silva que traz, além das definições antigas já explicitadas, a definição de “gente de um paiz, ou região, que tem Língua, Leis e Governo”, ficando assim claro a relevância da identificação de um

11 Dicionário multi-autoral organizado por Javier Fernández Sebastián a partir do projeto “El mundo atlántico como laboratorio conceptual(1750 – 1850)”, também conhecido como Iberconceptos (Íbero-conceitos), que busca referencial na “História dos Conceitos” de Reinhart Koselleck. Utilizamos neste artigo os verbetes *Nação*, de Marco Pamplona e *ciudadano*(cidadão), de Beatriz Catão Santos e Bernardo Ferreira.

grupo de parâmetros a fim de determinar quem é por direito pertencente à nação. O *Dicionário* ainda descreve ideia de nação ligada a aspectos étnico-culturais, opondo-se assim ao estrangeiro, ao que não poderá ser reconhecido como par. (SILVA, 1831 apud PAMPLONA, 2009: 883)

Outra colaboração para pensarmos sobre o conceito de Nação no mundo ibérico neste período é Márcia Regina Berbel que destaca duas concepções diferentes de *Nação* que eram defendidas nas Cortes¹² de Cádiz entre 1810 e 1812 e evidencia raízes do que se verá no Brasil na década seguinte como *Nação*, que é o objetivo deste artigo.

Berbel destaca duas concepções que de forma geral eram defendidas, uma pelos deputados europeus e outra pelos americanos nas Cortes gaditanas. A concepção de nação defendida pelos europeus, tinha como pressuposto que o Reino espanhol era predominantemente homogêneo, reunido sob a nova constituição, representaria a “reunião de todos os espanhóis em ambos os hemisférios”. Apresentando assim a ideia de que independente do território (peninsular ou não) faria parte da nação os espanhóis, ou seja, os cidadãos (BERBEL, 2008)

18 Em contrapartida, a proposta dos deputados americanos, em especial de José Miguel Guridi y Alcocer¹³, era que a nação espanhola seria “a coleção de todos os *vecinos*¹⁴ da península e demais territórios da monarquia unidos em um governo e sujeitos à autoridade soberana”. Como apontamos anteriormente essa concepção está ligada à ideia de soberania popular que se funda no território ibérico neste período. A nação seria a coleção dos indivíduos, por que todos os cidadãos são soberanos em si e unindo-se formam a soberania provincial e conseqüentemente, a nacional, delegada pelo *pueblo*¹⁵ a um líder que deve obedecer à Constituição. Porém, a concepção europeia venceu nas Cortes.

Ambas as concepções vão ao encontro da definição de pertencimento a uma

12 Neste momento como Assembléia Constituinte. As Cortes era instrumento das monarquias absolutas aonde o Rei na eminência de algum problema grave, geralmente de caráter político convocava deputados, representantes das províncias para discutimos e buscar soluções.

13 José Miguel Guridi y Alcocer foi um deputado representante do distrito de Tlaxcala do Vice-reinado de Nova Espanha (México) nas Cortes de Cádiz, chegou a exercer a presidência das Cortes. Guridi y Alcocer foi um distinto canônico, orador e escritor liberal que pertenceu a uma geração de advogados que contribuiu para a dar forma jurídica à independência de México e a sua forma de governo (BICENTENÁRIO 2012, 2013; MEMORIA POLÍTICA DE MÉXICO, 2013).

14 Vizinhos ou residentes. No século XIX vizinho tinha o sentido de ser morador de um determinado local, além do significado atual (BERBEL, 2008).

15 Povo. (Ibid)

nação, essencialmente, pelo território, apontado por Hobsbawm no livro *Nações e Nacionalismo: Desde 1780*, muito comum na época em questão. A nacionalidade era definida pelo indivíduo ser originário de um determinado local, ou naturalizar-se por residência, por suas identidades culturais ou afetividade àquela nação. Em diversos lugares como França e Alemanha tentou-se definir essa nacionalidade pela etnia, língua e outros valores comuns a determinados grupos humanos, contudo de forma geral sempre se retornava a questão territorial. Um exemplo é o caso dos judeus ‘franceses’, que independente de serem judeus *sefardim*¹⁶ ou *ashkenazim*¹⁷ eram considerados franceses como os demais que falavam o francês, provençal ou outros dialetos minoritários, o que na Alemanha não ocorria (HOBBSAWM, 1990:34).

Em Cádiz, a concepção vencedora foi a dos europeus, que simplificavam o pertencimento a nação espanhola ao nascimento em território espanhol. Obviamente, com algumas ressalvas como a exclusão de libertos africanos e restrição do direito à nacionalidade aos estrangeiros, os quais deveriam ter mais de dez anos de residência e colaboração em território hispânico (BERBEL, 2008).

Na sexta edição do *Dicionário da Língua Portuguesa*¹⁸ de Moraes Silva há uma série de novas definições do verbete *Nação*, formados e popularizados anos antes, visto que até uma definição ser identificada pelo autor de um dicionário e publicada, já circula nos meios sociais por um tempo considerável¹⁹. Trazemos uma citação completa do verbete para maior clareza da análise:

19

Nação, s. f. (do Lat. *natio*) A gente de um país, ou região, que tem lingua, leis, e governo à parte: v. g. a nação *Francesa, Espanhola, Portuguesa*. §. *Gente de Nação*; i. é. descendente de Judeus, Cristãos novos. §. *Nação*; fig. raça, casta, especie. *Prestes*. (Nação, Povo. *Sin.*) No sentido literal e primitivo. A palavra *nação* indica uma relação comum de nascimento, de origem; e *povo* uma relação de número, e de reunião. A *nação* é uma dilatada família; o *povo* é uma grande reunião de seres da mesma espécie. A *nação* consiste nos descendentes de um mesmo pai, e o *povo* na multidão de homens reunidos em um mesmo sitio. Em outra aceção a palavra *nação* compreende os naturais do paiz; e o *povo* todos

16 Judeus que falavam o espanhol medieval (HOBBSAWM, 1990:34).

17 Judeus que falavam o *ídiche*, língua do tronco germânico que utiliza caracteres hebraicos, muito comum em comunidades judaicas na Europa ocidental e América do Sul. (Ibid)

18 (apud PAMPLONA, 2009)

19 É senso comum que o autor do dicionário não é o autor do verbete, é apenas um coletor de definições no meio social.

os habitantes. Um *povo* estrangeiro que forma uma colônia em país longínquo, continua ainda a ser Inglês, Português, Espanhol etc. é-o por *nação*, ou de origem. Diversos *povos* reunidos, ligados por diferentes relações comuns em um mesmo paiz, formam uma *nação*; e uma *nação* se divide em vários *povos*, diversos uns dos outros por diferenças locais e físicas, ou políticas e morais. A *nação* está intimamente unida ao paiz pela cultura, ela o possui; o *povo* está no país, ele o habita. A *nação* é o corpo dos cidadãos; o *povo* é a reunião dos reinícolas. Uma *nação* divide-se em muitas classes; o *povo* é uma delas; é a parte mais numerosa de que a *nação* é o todo»(SILVA, 1858 apud PAMPLONA, 2009:884).

Neste verbete fica evidente que em determinados momentos dos séculos XVIII e XIX, os conceitos *nação* e *povo* se confundem, “*nação* é o todo” e o “*povo* (são) todos os habitantes”, em outros se relacionam tão intimamente, a “*nação* está intimamente unida ao paiz pela cultura, ela o possui; o *povo* está no país”, e se interdependente em tantos outros, “uma *nação* divide-se em muitas classes; o *povo* é uma delas”.

Dentre todas as definições de *Nação* apresentadas por Moraes Silva, que vai desde “gente de um país, ou região, que tem lingua, leis, e governo à parte”, passando por “uma dilatada família” “descendentes de um mesmo pai” até chegar na *nação* como um “corpo de cidadãos”, a que vai prevalecer em grande parte do século XIX é esta última, podemos destacar esse fato ao analisarmos mais atentamente a Constituição do Império Brasileiro de 1824, mas antes temos que de forma imprescindível definir o conceito de *cidadão*, para o pensamento político liberal brasileiro.

O conceito de *cidadão*, assim como o de *nação* e *povo*, sofreu diversas mudanças, principalmente no período em destaque pela História dos Conceitos²⁰, entre 1750 e 1850²¹. No início deste período em questão o que imperava era o conceito antigo de cidadão como “o homem que goza dos direitos de alguma cidade, das isenções, e privilégios, que se contêm no seu foral, postural” ou “vizinho de alguma cidade” (SANTOS; FERREIRA, 2009: 211).

No livro *Instituições de Direito Civil Português*²² (1789) de Pascoal José de Melo Freire é possível detectar a diferença entre *cidadão* e *vizinho*, ambos

20 *Begriffsgeschichte* (SEBASTIÁN, 2009).

21 Este período é nomeado por Reinhart Koselleck como *Schwelienzeit* ou simplesmente, *Sattelzeit*. Datação compartilhada também pelo grupo de estudo sobre os *Iberconceitos* (Iberoconceitos) (Ibid.).

22 (FREIRE apud SANTOS; FERREIRA, 2009:212)

sendo residentes de território português, contudo o cidadão era o “homem bom” de posição superior, possuidor de direitos ligados a cargos de administração municipal, vinculada também à ideia de nobreza, “pureza de sangue”²³ e sem “defeito mecânico”²⁴ (SANTOS; FERREIRA, 2009: 212).

Na Assembleia Constituinte de 1823, primeiramente a discussão cerca de quem era o cidadão passava por quem não era cidadão, pois:

Por ser heterogênea a [...] população brasileira, seria preciso diferenciar a aquellos que podría reivindicar el título de ciudadano de los demás, evitando confundir as diferentes condições de homens por uma inexata enunciação (SANTOS; FERREIRA, 2009: 216).

E passa ainda por quem é brasileiro e quem não o era. Brasileiro até antes da Independência do Brasil eram os portugueses que nasciam ou eram *vizinhos* na América Portuguesa. Os deputados constituintes resolveram por caracterizar por brasileiros, os natos, ou seja, os nascidos no Brasil e os estrangeiros que respondessem a causa brasileira e assim se naturalizassem (SANTOS; FERREIRA, 2009; DOLHNIKOFF, 2012).

Outro ponto de discussão na Constituinte era a tentativa de distinção entre o brasileiro e o cidadão brasileiro, defendida pelo deputado Francisco Carneiro Campos, como no fragmento de seu seguinte discurso presente no Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa:

o nosso intento é determinar quais são os cidadão brasileiros e, estando entendido quem eles são, os outros poder-se-iam chamar simplesmente brasileiros, a serem nascidos no país, como crioulos, os indígenas, etc., mas a constituição não se encarregou desses, por que não entram no pacto social: vivem no meio da sociedade civil, mas não fazem parte dela(DAGCL, 24-IX-1823, 106)

Uma demarcação fica clara na fala do constituinte, os escravos e indígenas estavam fora da cidadania, pois estavam alheios ao pacto social que uniam os homens. Sendo cidadão apenas os homens livres. Porém com esta designação

23 Não maculados por “raças infectas” : judios (judeus), moros(mouros), negros, indígenas, gitanos(ciganos)”(CARNEIRO, 2005. apud SANTOS; FERREIRA, 2009:212)

24 “La inexistencia de cualquier “defeito mecânico”, esto es, de cualquier vínculo con actividades manuales, los oficios macánicos”(BICALHO , 2003:143. apud SANTOS; FERREIRA, 2009:212)

outro tema importante discutido Assembleia Constituinte foi o lugar dos libertos. Seriam eles cidadãos mesmo? Sim. Os negros libertos nascidos no Brasil foram considerados cidadãos, tanto na Constituinte, quanto na Carta outorgada em 1824.

O liberto era cidadão sim, porém há uma distinção existente que deve ser salientada para compreendermos a real execução da cidadania no independente Brasil. Santos e Ferreira trazem comentários de especialistas na Constituição de 1824 para mostrar a diferenciação entre cidadãos ativos e passivos, com base no censo. Os cidadãos ativos eram os que possuíam “garantias” e “talentos individuais”, ou seja, eram os “libres y propietarios” e os cidadãos passivos eram os demais homens livres, os “libres y no propietarios”. Restando aos “no libres y no propietarios” a não cidadania. (SANTOS; FERREIRA, 2009: 220). Teoricamente todos os homens livres, inclusive os libertos²⁵, eram cidadãos, contudo de fato apenas poucos exerciam a cidadania, ou que passavam pelo crivo do censo²⁶.

Nação, povo e cidadão na Constituição de 1824

Logo no artigo primeiro da *Constituição do Império do Brasil*, o redator declara que o “Império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros. Eles formam uma Nação livre e independente”. Já vimos as definições possíveis de dois conceitos presentes neste primeiro fragmento, e assim entendendo que no mesmo cabe a concepção mais moderna apresenta neste artigo, que o cidadão é o homem brasileiro livre, sem neste momento diferenciar entre cidadão ativos e passivos. A definição de Nação, neste trecho, é que esta é o “corpo de cidadãos”, ou seja, o grupo dos homens livres, brasileiros natos e/ou naturalizados.

Contudo, no artigo onze, há traços de quem, de fato, era cidadão na nação

25 Os Negros libertos podiam apenas ser votantes e escolher quem seriam os eleitores que votariam nos deputados para a Assembleia Geral e nas eleições provinciais e municipais (DOLHNIKOFF, 2012).

26 O censo se caracterizava como parâmetros existentes para se exercer o direito político, tanto para votar como para ser candidato a algum cargo político. Na Constituição há uma complexa cadeia de requisitos para participar do meio político imperial. Poderiam ser votantes, ou seja, eleitores primários, todos os cidadãos, inclusive os libertos, esses escolheriam os eleitores (que votavam em deputados, senados e cargos da administração municipal e provincial), porém eram excluídos dessa etapa os libertos, criminosos e os demais cidadãos que não possuísem uma renda anual inferior a duzentos mil reis. Os cidadãos que queriam ser deputados, por sua vez, teriam que possuir rendimento anual de quatrocentos mil contos de reis, estavam excluídos além dos supracitados os estrangeiros naturalizados e os não católicos. E por fim, Os senadores que deveriam ter uma renda anual de mais de oitocentos mil reis, mais de quarenta anos e eram escolhidos pelo Imperador a partir de uma lista tríplice feita pelos deputados, além de que o cargo era vitalício.

brasileira: “Os representantes da Nação brasileira são o Imperador e a Assembléia Geral”. A figura do Imperador era irresponsável e não havia escolha do mesmo, porém a Assembleia Geral era escolhida a partir do voto censitário, em que só participavam os “cidadãos ativos”. “Os representantes da Nação”, ou seja, os gestores do Estado eram escolhidos por aqueles que eram “virtuosos”²⁷ e não pela totalidade do “corpo de cidadãos”, os “cidadãos passivos” estavam alijados dos direitos políticos.

No artigo sexto da Constituição o redator elenca os requisitos para ser cidadão brasileiro, evidenciando aspectos já explicitados no presente trabalho:

Art. 6º São cidadãos brasileiros:

1º) Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua nação.

2º) Os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, que vierem estabelecer domicílio no Império.

3º) Os filhos de pai brasileiro, que estivesse em país estrangeiro, em serviço do Império, embora eles não venham estabelecer domicílio no Brasil.

4º) Todos os nascidos em Portugal e suas possessões que, sendo já residentes no Brasil na época em que se proclamou a Independência nas Províncias, onde habitavam, aderiram a esta expressa ou tacitamente pela continuação da sua residência.

5º) Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua religião.

A lei determinará as qualidades precisas para se obter carta de naturalização. (CPIB, 1824; Art. 6º)

A fim de exemplificarmos os conceitos de *povo* presentes na Constituição, explicitamos parte do preâmbulo da Carta: “Dom Pedro Primeiro, por graça de Deus, e unânime aclamação do *povo*, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que, tendo-nos requerido os *povos* deste Império” (CPIB, 1824; Preâmbulo) (grifos meus). Na primeira citação da palavra *povo* identifica-se a ideia do todo do Império, “todos os habitantes”, a fim de afirmar o incontestável apoio da totalidade dos habitantes do Brasil ao Imperador e Defensor Perpétuo do Império brasileiro. Na segunda aparição a

27 Como citamos acima a ideia de *virtú* ou virtude ao longo dos séculos foi se modificando e/ou sendo distorcida. A virtuosidade neste no século de XIX se caracteriza por diferenciar os cidadãos ativos, virtuosos, detentores de bens e os cidadãos passivos, livres, porém sem virtuosidade.

palavra povo aparece no plural, *povos*, que no *Dicionario de Lingua Portuguesa* de 1858, faz referência à existência de comunidade com relações comuns entre si e diferentes de outras comunidades dentro de um mesmo país. “diversos *povos* reunidos, ligados por diferentes relações comuns em um mesmo paiz, formam uma *nação*” (SILVA, 1858 apud PAMPLONA, 2009).

Considerações finais

Procuramos com este estudo evidenciar a importância do estudo dos conceitos em sua época para compreender, principalmente, o constitucionalismo e o pensamento político ibero-americano. Ao estudar as Revoluções liberais ibéricas da década de 1820 e a formação dos Estados Nacionais Ibero-americanos é necessário se atentar ao vocabulário político e ao uso dos conceitos nesta. A História dos Conceitos e em especial os *Iberconceptos* possuem um papel imprescindível para a compreensão da América Ibérica do século XIX. Através da elucidação do real significado de conceitos-chave como *Nação*, *povo* e *cidadão* é possível evitar reducionismos e anacronismos que os significados atuais ou anteriores de tais conceitos podem causar.

24

Referências Bibliográficas

Fontes:

Constitucion Política de La Monarquía Española de 1812. Disponível em: http://cadiz2012.universia.es/pdf/doc_0007_cons_1812.pdf

Data de acesso:22/11/2012

Diário de Sessões das Cortes Gerais e Extraordinárias. IN:PAMPLONA, Marcos A.;MÄDER, Maria E.(Orgs). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas*. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p48-117.

Diários da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/constituente_principal.asp

Data de acesso: 22/11/2012

Constituição Política do Império do Brazil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui.htm

gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Data de Acesso 22/11/2012.

Bibliografia:

BERBEL, Regina. “A Constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823)”. IN: *Revista de Índias*, vol. LXVIII, n.º 242, p. 225-254. 2008. Disponível em:

<http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/641/707>

Data de acesso: 10/11/2012.

BERBEL, Márcia Regina. Cortes de Cádiz: Entre a unidade da Nação Espanhola e as independências americanas. IN: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria E. (Orgs). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas*. São Paulo: Paz e Terra, 2008. pp 17-117.

CHUST, Manuel. “Reflexões sobre as independências Ibero-americanas”. IN: *Revista de História*, São Paulo, nº 159, 2º semestre de 2008. p.243-262. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-83092008000200010&script=sci_arttext. Data de acesso: 10/11/2012.

25

DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio: O Patriarca Vencido*. São Paulo, Cia das Letras, 2012. 352.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 2.ed. México, FCE, 1993. 406.

HOBSBAWM, ERIC J. *Nação e Nacionalismo: Desde 1780*. 6ª reimp. São Paulo, Paz e Terra, 1990. 230.

PAMPLONA, Marco A. Nação (Brasil). IN: SEBASTIÁN, Javier Fernández (org). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: La era de las revoluciones, 1750-1850 [Iberconceptos – I]*. Madrid: Fundación Carolina/ Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/ Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009. pp. 882-893.

SANTOS, Beatriz C. S.; FERREIRA, Bernardo. Ciudadano (Brasil). IN: SEBASTIÁN, Javier Fernández (org). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: La era de las revoluciones, 1750-1850*[Iberconcepts – I]. Madrid: Fundación Carolina/ Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/ Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009. pp. 211-222.

SEBASTIÁN, J. Introducción: Hacia una Historia Atlántica De los Conceptos políticos. IN: SEBASTIÁN, Javier Fernández (org). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: La era de las revoluciones, 1750-1850*[Iberconcepts – I]. Madrid: Fundación Carolina/ Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/ Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009. pp. 9-48.

SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. 1ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1988. 142.

SKINNER, Quentin. A teoria neo-romana dos Estados Livres. IN: Skinner, Quentin. *Liberdade antes do Liberalismo*. São Paulo: UNESP, 1999. pp. 15-54.

26

Sites biográficos:

BICENTENARIO 2012. Biografias. Disponível em: <http://www.bicentenario2012.com/biografias1.asp?id=97>. Acesso em : 17 de mar. 2013.

MEMORIA POLÍTICA DE MÉXICO. *Biografias: Personajes relevantes*. Disponível em: <http://www.memoriapoliticademexico.org/Biografias/GAJ63.html>. Acesso em 17 de mar. 2013.

Cidadãos em Campanha: os debates parlamentares sobre o Exército imperial no contexto da guerra da Cisplatina (1825-1828)

Enviado em:
04/04/2013

Aprovado em:
26/08/2013

Pedro Henrique Soares Santos

Pedro Henrique Soares Santos – UnB
pedimsoares@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar os debates legislativos acerca do Exército imperial durante a Guerra da Cisplatina a fim apontar mudanças no *status* de soldado. As discussões descortinavam um novo tempo em que o soldado brasileiro, a partir daquele momento considerado cidadão, tinha direitos guardados pela Constituição, os quais deveriam ser respeitados pelas autoridades públicas. Os temas desses debates referem-se, em especial, ao recrutamento para as forças armadas. .

Palavras-Chave

Guerra, Cidadania, Recrutamento

Abstract

The present article aims to expose the legislative debates over the Imperial Army during the Cisplatine War, with the objective of point out changes in the soldier's status. These discussions uncovered a new time in which the Brazilian soldier, from that moment forward considered a citizen, had rights guarded by the Constitution, and so needed to be respected by the public authorities. The themes of those debates refer, especially, to the recruitment to the armed forces.

Keywords

War; Citizenship; Recruitment.

A guerra da Cisplatina, iniciada como uma rebelião de cisplatinos descontentes com o domínio brasileiro, foi um evento de graves consequências para os grupos envolvidos, platinos e imperiais. O recém-independente Império do Brasil viu-se envolto em sua primeira guerra externa na América e teve de rapidamente estruturar suas forças armadas para a República das Províncias Unidas do Rio

da Prata.¹ Nesta mesma conjuntura, inauguravam-se os trabalhos legislativos na Corte do Rio de Janeiro e, pelos dispositivos constitucionais, cabia à Assembleia Geral ordenar a instituição militar – deliberando sobre o número total de homens, quando recrutar, de que forma proceder ao recrutamento etc. –, tolhendo o poder dos ministérios formados pelo Imperador, que até então haviam cuidado destas matérias. Assim que as sessões parlamentares começaram, em 1826, apareceram discursos defendendo os direitos dos soldados, naquele momento entendidos como cidadãos² sob um regime constitucional. O objetivo deste breve trabalho é, então, apresentar parte destes debates a fim de indicar algumas mudanças, ao menos no plano do discurso, provocadas pelo constitucionalismo e direitos de cidadania no tratamento dispensado à soldadesca.

Encetada a guerra no Sul, o governo imperial tomou medidas para recompor as forças na região, visto que haviam sido praticamente desbaratadas durante a rebelião do ano de 1825. Que medidas poderia o Estado tomar para preencher suas fileiras? De acordo com Fábio Mendes, existiam seis formas possíveis: a utilização de forças mercenárias estrangeiras, o engajamento de voluntários, o re-engajamento de veteranos, a conscrição forçada, o destacamento de milícias – tropa de 2ª linha – e a manumissão de escravos para servirem nas forças armadas (MENDES, 2010).

Para lidar com estas tarefas, o Estado brasileiro, em formação e com diminutas capacidades para organizar seu aparato burocrático, utilizou-se de duas formas de administração indireta, quais sejam, liturgias e mercados. Entende-se liturgias como

formas de provisão de serviços administrativos por quaisquer tipos de poderes intermediários com seus próprios recursos. *Liturgias* implicam prestações administrativas não remuneradas e voluntárias por *notáveis* locais, conformando uma modalidade de *administração indireta*. Sua prática administrativa se caracterizará pelo diletantismo, pela mobilização de recursos e prestígio próprios, pela cristalização de tradições locais de fixação de gravames, pelo domínio dos processos orais sobre as regras escritas, e pela busca constante de resultados consensuais negociados. (...) A obediência aos mandatos do poder central será, entretanto, altamente problemática, dada a reduzida

1 Organização política que resultaria, após várias transformações, na República Argentina, fundada em 1862.

2 Refere-se aqui à cidadão tal como categorizado na Constituição de 1824, título II., Art. 6º. Quanto aos seus direitos, tal como se estabelece no Art. 179. Contrapõe-se ao *status* de cidadão o de súdito, aqui entendido como aquele que está sob a vontade de outrem, não possuindo direito positivo estabelecido que o resguarde desse arbítrio.

especificação da locação de deveres e obrigações (...). As diretivas do poder central serão objeto de contínua *tradução local* pelos notáveis. (MENDES, 2010: 17).

Um exemplo bastante claro do uso de liturgia para o recrutamento neste período foi a mobilização de milicianos executada pelo Barão de Cerro Largo na província de Rio Grande de São Pedro do Sul.

Mercado, por sua vez, é

Um modo de provisão de necessidades administrativas que recorre a meios de administração sujeitos a transações de livre compra e venda. (...) *mercados* tipicamente envolverão a contratação de empreendedores independentes para prover vários tipos de serviços públicos, quando são indisponíveis, custosos ou ineficazes os meios administrativos à disposição do poder central. *Mercados* como formatos administrativos seriam utilizados em amplo espectro de atividades, tais como a contratação de impostos e monopólios, a venda de cargos e imunidades, o agenciamento de mercenários, a formação e suprimento de exércitos. (MENDES, 2010: 17-18).

O imperador mandou contratar alemães para o Exército imperial já no ano de 1823 e arregimentou irlandeses em 1827. Deve-se destacar que não foram contratados somente praças, mas também oficiais, como o marechal Brown, que atuou, junto com Barbacena, no conflito. Estes batalhões de mercenários se sublevaram em junho de 1828, em decorrência do atraso de pagamento e dos maus tratos a alguns soldados. A partir deste incidente, as pressões pelo fim da participação deles no Exército tornaram-se crescente dentro do Parlamento e nas ruas, resultando na extinção destes batalhões dois anos mais tarde. Deve-se, contudo, fazer uma sutil diferenciação entre esse serviço mercenário no Império e o emprego de mercenários em outros lugares e períodos. Como disse o deputado Cunha Mattos:

Há muita diferença entre os corpos chamados estrangeiros do Brasil, e os corpos estrangeiros que servem como auxiliares em alguns países na Europa! Os estrangeiros auxiliares, como eram os do duque de Brunswich na Inglaterra, combatiam debaixo das bandeiras, cores e divisas dos seus príncipes, e entre nós os soldados estrangeiros militam

debaixo das bandeiras do império do Brasil.³

Eis um indício de diferença entre um exército de *métier* e a força armada imperial. Não representavam tal ou qual casa alemã ou irlandesa, mas antes a causa nacional brasileira. Muitos destes estrangeiros tinham o intuito de adotar o Brasil como seu novo lar e tomavam o serviço militar como pagamento da viagem para cá:

O grosso dos nossos mercenários foram mesmo os alemães recrutados por Schaeffer; colonos que, fugindo da hedionda miséria europeia, sujeitavam-se ao serviço militar brasileiro, por algum tempo, como forma de pagar a viagem para cá, e cujo manifesto interesse eram campos e lavouras. A rigor, nem poderiam ser enquadrados como mercenários (...). (LEMOS, 1996: 115).

No que se refere ao recrutamento dos cidadãos brasileiros, algumas questões importantes foram levantadas pelos parlamentares no que concerne os direitos dos soldados. Três momentos da primeira legislatura são esclarecedores neste sentido: a discussão sobre a necessidade de distinguir voluntários de recrutas forçados, os discursos acerca dos maus tratos aos recrutas que se dirigiam à guerra no Sul e, por fim, as exposições sobre o uso de tropas milicianas como tropas de 1ª linha.

30

Em 3 de agosto de 1826, entrou em pauta na Câmara dos Deputados uma lei de recrutamento, levando os deputados a se posicionarem sobre a diferenciação legal entre soldados recrutas e soldados voluntários. Até aquele momento, os voluntários serviam menos tempo que os forçados e gozavam de melhor reputação entre a soldadesca. Esta distinção tornou-se ponto de polêmica entre os parlamentares. Os que defendiam a dessemelhança entre as duas categorias alegavam que ao se valorizar o engajamento voluntário os homens se apresentariam espontaneamente à função. Em suas opiniões, este tipo de alistamento aumentaria a quantidade e a qualidade dos soldados presentes no exército. Dessa forma, argumentavam, o voluntariado denotaria maior virtude dos cidadãos, evitaria as deserções e o horror

3 Anais da Câmara dos Deputados [ACD], sessão de 8 de agosto de 1827, p. 81. Em agosto de 1828, o deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos disse que estes mercenários haviam jurado à casa de Bragança, afirmando, assim que deviam obediência antes ao imperador do que à nação, representada, neste caso, pelo Parlamento. Contudo, deve-se ter em mente que tal fala se enquadra na crise institucional instaurada entre a Coroa e a Câmara dos Deputados e buscava criticar o monarca. Fosse o caso de terem jurado ao imperador, de modo diferente dos demais soldados brasileiros, a dissolução de tais forças não teria sido realizada a mando do poder legislativo, com um projeto de lei da segunda legislatura, em 1830.

ao serviço e animaria a mocidade a se alistar.⁴ Isto somente ocorreria, no entanto, se o governo mantivesse sua parte do acordo e permitisse a saída dos soldados ao fim do serviço:

Ora, é duro, é bárbaro, que tendo-se verificado a condição deste contrato, continue o cidadão a fazer no cativeiro, e por um indeterminado tempo a arbítrio do governo, ou do seu chefe! O soldado quando entra na linha do exército, forma um verdadeiro contrato com o governo, dizendo – eu me alisto para servir tantos anos, findos os quais não terei mais obrigação de ficar unido a estas bandeiras.⁵

Aqueles que defendiam a unidade de tratamento entre os alistados, dentre os quais se destacou o deputado Almeida e Albuquerque, por sua vez, argumentavam que era dever de todo o cidadão acorrer às armas em defesa de sua pátria e que, portanto, não existiria, pela lógica, soldado voluntário. Como disse o parlamentar:

Sr. presidente, todos os cidadãos são obrigados a servir nas armas, e só motivos muito particulares podem dispensar a um, ou outro em especial, logo não há soldado voluntário todos servem por obrigação, só podem ser dispensados aqueles, que por bem da mesma nação a lei isenta (...). Eu só admitiria diferença entre o soldado, que tivesse alguma ocupação, e soubesse alguma arte útil, e aquele que não possuísse esta qualidade, porque o primeiro saindo das armas vai ser um cidadão muito útil ao estado, e este facilmente se pode entregar à ociosidade.⁶

31

Esse discurso do deputado Almeida e Albuquerque evidencia a complexidade do período. Ao mesmo tempo em que descortina ideários e conceitos ligados à cidadania deixa vestígios de antigas práticas no trato com a soldadesca. Somente o cidadão produtivo deveria ser alvo de algum beneplácito do governo, já os “vadios”, como eram referidos os homens sem ocupação fixa, deveriam ser recrutados e mantidos no exército, de maneira a discipliná-los, transformá-los em súditos úteis e, como corolário, “limpava-se” as cidades de suas presenças.

Neste sentido, pode-se entender as *Instruções* de 10 de julho de 1822 para o recrutamento na província do Rio de Janeiro. Criadas no contexto da Independência, elas definiram e consolidaram as formas de conscrição até o fim do Império, marcando um processo de “desuniversalização” do serviço militar e

4 Ideias apresentadas pelo deputado Cunha Mattos em diferentes sessões.

5 Discurso do deputado Lino Coutinho. ACD, sessão de 3 de agosto de 1826, p. 21.

6 ACD, sessão de 3 agosto de 1826, p. 22.

fazendo com que a distribuição do ônus da defesa da nação recaísse desigualmente entre os diversos setores sociais. Tãmanha era a quantidade de isenções prescritas – e que durante o período imperial foram sendo alargadas – que o Deputado João Saturnino de Brito, em 1837, denominou esta lei como a do “não-recrutamento” (*Apud* MENDES, 2010: 32).

As instruções de 1822 estabeleciam um sistema de recrutamento que dava amplo reconhecimento à preeminência social e à utilidade de certos tipos de atividade econômica. (...) O ideal do recrutamento combina garantias aos prováveis desamparados pelas levas – viúvas, os órfãos, os casados, os filhos únicos – com os interesses da lavoura, mineração e artes. O mosaico de distinções garantindo “imunidades” e “liberdades” particulares e o objetivo de evitar que o recrutamento levasse à perturbação da vida econômica em uma ordem concebida corporativamente acabam por bloquear, em princípio, qualquer possibilidade de interpretação universalizante da obrigação militar. A orientação fiscal tipicamente patrimonial dominava o modo de governança da prestação militar, buscando as linhas de menor força no “abastecimento” de homens. Minuciosa na enumeração das isenções, as instruções deixavam em aberto os requisitos a que deviam satisfazer os recrutáveis, com critérios vagos e manipuláveis, deixando ampla margem de arbítrio à interpretação dos executores. As isenções representavam o correlato legal e algo mais seguro da estratégia de evasão mais simples: a fuga. (MENDES, 2004: 122-123).

32

O debate quanto ao engajamento voluntário chama a atenção para a questão da honra como motivação para o serviço militar e fator de contraste entre forçados e voluntários. (LYNN, 1989).

Em exércitos aristocráticos, a hierarquia militar duplica a hierarquia social, logo, “o oficial é nobre, o soldado é servo, um comanda, o outro obedece” (COSTA, 1998: 1001-1002). Assim, se por um lado, limita-se a possibilidade de ascensão da soldadesca, por outro, restringe-se o da própria oficialidade, posto que esta, alcançar o *status* e o posto que deseja, estagna. Para resolver este problema, reformadores militares, como o britânico Henry Lloyd e os portugueses Rodrigues Carneiro e Matias Aires, destacaram, por um lado, o papel social da ambição e da vaidade como fontes de ação e, por outro, o do mérito como princípio de legitimidade de ascensão social. (COSTA, 1998: 990-991)

Lloyd afirmou que o homem é guiado por um princípio de ação que é o amor pela superioridade e sugere seis eixos de estímulos sociais, entre os quais tem preeminência a honra e a vergonha. Dentro desta perspectiva, os homens, movidos pela ambição, agiriam esperando uma remuneração. Esta, contudo, não

se manifestaria apenas em seu aspecto material, mas também pelo reconhecimento. Partindo desta ideia, Carneiro sugere uma nobilitação geral do serviço das armas a partir da instituição do serviço voluntário. Como assinala Costa:

A adoção voluntária do serviço militar é, com efeito, um sinal distintivo. Os soldados nobres referem-se a si mesmos como “soldados voluntários”, o relato dos primórdios dos seus serviços assinala-os como tendo “assentado praça voluntariamente...”, a nobreza reage sempre mal a ser enquadrada com os constrangidos e a qualquer sinal de obrigação. (COSTA, 1998: 1001-1002).

Este aspecto distintivo do serviço voluntário manteve-se no período imperial. Aos engajados voluntariamente, a legislação oferecia uma série de vantagens. O tempo de serviço deles era menor se comparado com o dos recrutas e recebiam maiores rações e soldos. Além disso, gozavam de maior estima pública (MENDES, 2010: 49). A prática do engajamento voluntário era comum entre aqueles que buscavam reconhecimento na caserna. Isto pode ser observado nos discursos de deputados advindos da classe militar, como, por exemplo, Cunha Mattos, ao demarcarem sua identidade de voluntário e não de recruta forçado.

Estes pequenos e sutis sinais de distinção eram muitos importantes em uma sociedade tão marcadamente hierarquizada. Na classe militar isso se tornava mais significativo uma vez que o *status* de recruta forçado, no Brasil, assemelhava-se bastante ao de escravo. Estes recrutas por vezes ficavam longo período de tempo sem receber seus soldos, exerciam serviços manuais pesados e recebiam castigos físicos muito parecidos com os que sofriam os cativos, sendo o mais comum deles a “pranchada” de espada. Como o próprio deputado Cunha Mattos atestaria: “A pior desgraça em todo o universo é ser recruta no Brasil. É uma punição. Um soldado comum é considerado um escravo miserável” (*Apud* MENDES, 2010: 44).

As discussões sobre o modo como o recrutamento se dava abriram espaço para a defesa dos direitos dos cidadãos. Em suas falas, os parlamentares combateram os abusos cometidos pelas autoridades responsáveis pelo recrutamento. Os agravos foram das mais variadas espécies e municiaram os deputados contra as autoridades locais responsáveis e, em último caso, contra os ministérios. Comumente era denunciado o fato dos recrutas serem transportados acorrentados até o Rio de Janeiro; a violência que chegava a estimular frequentes casos de automutilação; assim como a fome e os maus-tratos gerais pelo quais passavam os soldados.

Alguns casos se destacaram neste contexto, como o apresamento em massa

realizado em Minas Gerais durante o feriado de *Corpus Christi*.⁷ Acerca deste incidente o deputado Vergueiro chegou a afirmar que

O governador das armas da província de Minas Gerais, ou quem quer que foi [que ordenou que se realizasse o recrutamento dessa forma], atacou a liberdade individual e pública, e menoscabou todas as garantias do cidadão: é um ato de puro absolutismo, que se acaba de perpetrar (...). O que agora se pretende fazer é propugnar pelas garantias constitucionais, e pela liberdade dos cidadãos. Na verdade convidar homens para uma procissão, cercá-los, e prendê-los, para virem acorrentados para o Rio de Janeiro, é a maior traição e barbaridade que se pode cometer.⁸

A síntese máxima das práticas realizadas para o recrutamento de soldados foi proferida pelo deputado Vasconcellos: “Nós sabemos que se oferecem ao governo homens, como se oferecem porcos...”⁹ Os representantes se convenceram de que estes subterfúgios utilizados para se realizar o recrutamento eram a causa do horror ao serviço das armas, reduziam as províncias a “deserto” de população e transformavam seus habitantes em selvagens. A continuidade desses procedimentos levaria, em fim último, ao aniquilamento da agricultura e da indústria no Império.

34 Outro acontecimento de grande repercussão nesse momento foi a morte de 553 recrutas cearenses no navio que os levava ao Rio de Janeiro. A mortandade foi tão elevada que os representantes observaram que os escravos eram melhor tratados nos túmbeiros vindos da costa da África.¹⁰ Mais uma vez, culpava-se os responsáveis locais pela conscrição – os “vermes de comandantes”¹¹. O transporte e tratamento destes soldados foram assim caracterizados:

Tem-se pegado nos desgraçados cearenses, tem-se remetido a bordo como rolos de tabaco (*apoiado*) ou caixas de açúcar (*apoiado*), uns sobre os outros nos porões dos navios. Têm vindo para o Rio de Janeiro sem serem vacinados e quais serão os resultados de tão criminosas arbitrariedades? Veremos as províncias do Ceará, S. Paulo,

7 Tal incidente aconteceu em várias cidades de Minas Gerais e foi denunciado pelo deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos em junho de 1826. Dado que o evento ocorreu ao mesmo tempo em muitos lugares, supuseram que poderia ter sido por ordem superior. Não se conseguiu confirmar a hipótese.

8 ACD, sessão de 16 de junho de 1826, p. 161.

9 Idem, p. 162.

10 Afirmações feitas pelos deputados Vergueiro, Albuquerque e Cunha Mattos em sessão de 11 de maio de 1826. ACD, pp. 42-43.

11 Deputado Cunha Mattos. ACD, sessão do dia 11 de maio de 1826, p. 42.

Minas Gerais, finalmente, Sr. presidente, todas as províncias ficarem
desertas, se assim continuar (...).¹²

E o deputado Moura encarregou-se de descrever a situação crítica da
província:

A província do Ceará se acha na maior desgraça possível; dois terços
dos seus habitantes estão foragidos, e o estado de apuro e necessidade
a que se acham reduzidos, tem feito ladrões ratoneiros e salteadores,
e o resto da província se acha desamparada, sem poder sustentar a sua
propriedade: há mortes diárias pelas estradas, o que nunca aconteceu
no Brasil, e o recrutamento tem dado causa a isto no Ceará!!!¹³

Na sessão do dia 10 de agosto de 1826 foi apresentado parecer da comissão
de constituição que pedia informações ao governo sobre as providências tomadas
para mitigar os sofrimentos dos cearenses. Emendas foram apresentadas ao parecer
para que cessasse por completo o recrutamento no Ceará e que se impedisse o
governo imperial de aumentar o número de homens no Exército, posto que era
prerrogativa do Parlamento fixar as forças de mar e terra anualmente, tal como
previa o artigo 15, parágrafo 11 da constituição imperial. Como explicou o marquês
de São Vicente:

O Estado demanda, pois, a existência e conservação de forças
permanentes de mar e terra; mas quem deverá fixá-las? Para levanta-
las e mantê-las é indispensável exigir do povo um certo número de
homens, ou por outra, uma contribuição de sangue e liberdade; é
portanto necessário ouvi-lo e obter seu consentimento por meio de
seus representantes; é uma atribuição legislativa. Acresce ainda que
a maior ou menor quantidade de forças importa maior ou menor
despesa ou sacrifício dos contribuintes, maior ou menor desfalque na
produção. Uma força excessiva pode mesmo ser perigosa, ameaçar as
instituições e as liberdades públicas. Conseqüentemente a lei e só a lei
é quem deve determinar, fixar a quantidade das forças, tanto de mar
quanto de terra. (...) nos governos constitucionais nenhum poder tem o
direito de levantar força alguma senão em virtude da lei e nos precisos
termos dela; se os ministros tivessem essa atribuição poderiam onerar
o Estado e comprimir suas liberdades. A fixação das forças deve ser,
pois, proporcionada às necessidades; e como estas são móveis, ou
variáveis, por isso mesmo ela deve ser ânua, e nunca determinada
senão depois da precisa informação do governo. É este quem está mais
habilitado para calcular, ou antes reconhecer a quantidade necessária;
é ele quem responde pela segurança interior e exterior do Estado; deve

12 Deputado Cunha Mattos. ACD, sessão de 10 de agosto de 1826, p. 100.

13 Idem, p. 101.

pois apresentar a respectiva proposta. (BUENO, 1978: 93-94)

Essas informações do governo, contudo, não foram fornecidas durante os anos de 1826 e 1827 – precisamente no período da guerra da Cisplatina. Informações esparsas chegariam somente no ano de 1828. Tal fato impossibilitou os parlamentares de cumprirem esse dever constitucional.¹⁴ Somava-se a isto outro desconhecimento: a ausência de estatísticas populacionais das províncias do Império. Essas insciências incapacitavam o estabelecimento de um justo sistema de divisão dos encargos militares entre as regiões do país e acabavam por sobrecarregar umas em benefício de outras, como mostra o caso do Ceará.

Se, por um lado, a fixação de forças terrestres e marítimas era atribuição da Assembleia Geral, a iniciativa sobre o recrutamento era prerrogativa exclusiva da Câmara dos Deputados. Pimenta Bueno explica-nos o porquê desta distinção:

A Constituição, dando em geral a cada uma das câmaras a iniciativa das leis, fez todavia algumas exceções a esse princípio, em vista de maior segurança das liberdades públicas. Os impostos e o recrutamento são dois gravames que pesam muito sobre os povos, são dois graves sacrifícios do trabalho ou da propriedade, do sangue e da liberdade, são dois assuntos em que a nação demanda toda a poupança, meditação e garantias. Para robustecer essas garantias deu a lei fundamental a iniciativa a respeito à Câmara dos Deputados, como seus representantes mais imediatos, como aqueles que devem ser os mais independentes da influência ministerial e mais dependentes dos povos, com quem estão em contato permanente e de cujas afeições e confiança depende a sua reeleição ou sua desautoração desde que olvidem seus deveres. (...) Esse privilégio da proposição, essa prioridade de exame, de discussão e de voto, exerce grande influência. Dá aos Deputados uma esfera superior de atividade, uma força maior na fiscalização desses sacrifícios, e dos serviços públicos que estão com eles ligados. A manifestação de suas opiniões a respeito atua como a manifestação das idéias imediatas do país, de suas localidades. (BUENO, 1978: 110-111).

Sendo assim, o Executivo somente poderia ordenar a conscrição de homens uma vez que a Câmara dos Deputados lhe autorizasse. Contudo, como não havia estabelecido o total de homens de mar e terra até 1829 e nem conhecia os efetivos totais das forças armadas, grande parte dos parlamentares se mostrou contrária à continuação dos recrutamentos para a primeira linha do Exército, ainda que o país

14 A demora dos ministros em apresentarem os dados exigidos pelo Parlamento levou-o a criar uma lei em 1830 determinando que os ministros da guerra e da marinha teriam até o dia 8 de maio, cinco dias depois da abertura da Assembléia Geral, para apresentarem seus relatórios.

estivesse em guerra. O Executivo, porém, baseava-se no artigo 146 da constituição, que dizia: “Enquanto a assembléia-geral não designar a força militar permanente de mar e terra, subsistirá a que então houver, até que pela mesma assembléia seja alterada para mais ou para menos” (BUENO, 1978: 501). Na visão dos deputados, o ministério protelava em fornecer as informações ao Parlamento, impedindo-o de fixar o número total de homens para o Exército. Uma vez que tal não era feito, continuava a recrutar, a pretexto de preencher as fileiras existentes. Pode-se questionar, entretanto, se o ministério efetivamente possuía as informações requeridas pelos representantes brasileiros.

O Estado imperial detém capacidades independentes de monitoramento, coleta de informações e implementação de políticas muito limitadas. A carência primeira que bloqueia a racionalização das rotinas administrativa, e em particular os processos de recrutamento, deriva do desconhecimento dos contornos de território e população, os *horizontes de invisibilidade da população*. A ampliação das capacidades extrativas e regulatórias do Estado esbarra na incapacidade de realizar censos, (...) e, em consequência, tributar e recrutar de forma eficiente e equitativa. (MENDES, 2004: 133-134).

Outra saída utilizada pelo governo para preencher as vagas foi o uso das milícias como soldados de 1ª linha. A respeito disso, houve interessante debate na sessão de 14 de junho de 1826. Neste dia, a comissão de marinha e guerra da Câmara dos deputados emitiu um parecer negativo acerca de projeto de lei que pretendia isentar os milicianos agricultores do serviço militar de março a maio e de setembro a novembro de cada ano. A comissão concluiu que dada a ignorância acerca dos efetivos do Exército e das necessidades prementes da guerra, o Parlamento não poderia votar a matéria naquele momento e propôs seu adiamento. Nos votos favoráveis e contrários à proposta, os parlamentares exprimiram suas opiniões sobre as forças milicianas.

Alguns deputados, dentre eles Lino Coutinho, argumentavam que o serviço dos milicianos deveria ficar restrito à sua província, o que correspondia à sua destinação original. Caberia a ela manter a ordem no interior do Império e não fazer o ataque à nações externas. Dessa forma, era injusto que os homens abandonassem seus lares e propriedades para lutarem fora de seu país sendo que não eram soldados recrutados da 1ª linha. Convinha usar-lhes somente em casos extraordinários, como numa invasão por inimigos. Observou-se isso na defesa do Rio Grande do Sul durante a Campanha Cisplatina. Uma boa descrição e ilustração do papel das milícias no Império é-nos fornecida por McBeth:

The militia was a non-salaried auxiliary force responsible for the maintenance of law and order within a given district. Officers chosen from among the civilian population commanded the militia units and, like their men, they were expected to serve without pay. Authorities assigned a few first line officers to each unit to direct organization and discipline. Although the militia was to be primarily an auxiliary organization, during periods of national emergency it could be mobilized and used as part of the regular army. During and after the Cisplatine War (1825-1828), large numbers of militiamen served as regular soldiers to help fill the manpower shortage in the army (MCBETH, 1972: 9).

O recrutamento de milicianos para estas tarefas fazia com que os homens fugissem, embrenhassem-se pelos matos e deixassem de trabalhar a terra. Isto, afirmavam os deputados, levaria à ruína da agricultura¹⁵ e à destruição de famílias, repetindo as mesmas consequências do recrutamento forçado para a 1ª linha do Exército:

Entre os gravíssimos males, que afligem o Brasil é de suma transcendência o vexame, que sofrem os milicianos, sendo tirados de seus trabalhos amiudamente para o serviço militar. Se a população não cresce, se muitas famílias se desmoralizam, se experimentamos grande carestia nos gêneros de primeira necessidade no meio de um terreno fértil, tudo isto e ainda mais procede, de que um crescido número de milicianos são arrancados diariamente de suas casas, obrigados a abandonar suas mulheres e filhos, sem lhes deixarem pão para comerem, e as suas lavouras, umas vezes nos tempos de plantar, outras no da colheita.¹⁶

38

A gravidade de tais acontecimentos era reforçada pelo fato deste tipo de recrutamento atingir a população útil, enquanto que o convencional estava focado nos “vadios”. A condição de cidadão dos milicianos era outro dado que deveria ser considerado, como se pode perceber na fala do deputado Vasconcellos: “Se não há tropa de 1ª linha, proceda-se ao recrutamento, mas não se ataque o direito do cidadão, que na qualidade de miliciano não pode estar sujeito ao capricho

15 Este argumento é recorrente nos discursos e deve-se pelo fato de que a pauta de exportações do Império era composta de produtos agrícolas. Diz o deputado Baptista Pereira: “O que eu pretendo é a isenção dos lavradores nos seis meses de maior e indispensável trabalho por que eles são os que sustentam o Estado: quando aqueles perdem, este também perde.” ACD, sessão de 14 de junho de 1826, p. 134.

16 Deputado Clemente Pereira. ACD, sessão de 14 de junho de 1826, p. 131.

de ninguém”.¹⁷ Mais uma vez, os homens que serviam nas forças armadas eram comparados aos escravos:

Estes batalhões e esquadrões de milícias são esquadrões de desgraçados, piores que escravos, porquanto este tem um senhor, que lhes dá o sustento e vestuário; que os cura, etc., e o miliciano é obrigado ao serviço gratuitamente. Ele precisa plantar e colher para seu alimento, e é em tais ocasiões, que lhe diz o comandante – compareça, aliás cadeia – e se não comparece, tem de jazer na prisão 30 e 40 dias. Eu tenho visto milicianos presos por meses, porque não tem dinheiro para comprar uniformes, que se mudam frequentemente. Enfim todos sabem qual é a condição desgraçada desta pobre classe de cidadãos. (...) Todo o cidadão é obrigado, eu o conheço a servir a sua pátria, mas não a ser escravo de quem lhe não paga nem o sustenta.¹⁸

Questionando a isenção dos agricultores do serviço militar, o deputado Cavalcante de Albuquerque proferiu inflamado discurso em que denunciou o “despotismo” das autoridades do governo, não só no que se refere ao recrutamento, mas em várias facetas da administração. Em seu ponto de vista, o qual não se considera isolado, credita caráter despótico a todos aqueles agentes do Estado que não respeitam os direitos dos cidadãos. Em suas próprias palavras:

Nós não devemos proteger tão somente os agricultores, concedendo-lhes um privilégio exclusivo em dano das outras classes, em que vem a recair todo o peso do serviço. Os artistas também merecem proteção, para que entre nós se desenvolva o gênio da indústria, e se aumentem os ofícios mecânicos. Há outras classes na sociedade que merecem contemplação, e por isso é indispensável que se atenda á relação que entre elas há. Disse-se que os comandantes militares são déspotas... (*Apoiado!*) São déspotas os presidentes das províncias; déspotas são os ministros e juizes de fora; déspotas as autoridades eclesiásticas, são enfim déspotas todos aqueles que não conhecem os deveres do homem, que atropelam os direitos dos seus concidadãos, e desconhecem o império das leis.¹⁹

Ao se posicionarem sobre a forma de se proceder ao recrutamento, sobre o uso de milicianos nas tropas de 1ª linha e sobre o estatuto de voluntários e forçados, os deputados desvelaram uma face da mudança na maneira de se tratar os soldados: estes, como cidadãos, possuíam direitos guardados pela Constituição e não poderiam sofrer arbitrariedades de autoridades “despóticas”; como defensores

17 Deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos. ACD, sessão de 14 de junho de 1826, p. 132.

18 Deputado Baptista Pereira. ACD, sessão de 14 de junho de 1826, p. 133.

19 Deputado Cavalcante de Albuquerque. ACD, sessão de 14 de junho de 1826, p. 134.

da pátria, pagando o “tributo de sangue” ao Estado, deveriam ser valorizados e respeitados. Ainda que na prática as mudanças tenham demorado a aparecer, a ideia de uma nova instituição, um novo Exército já despontava no recém-fundado Império.

Referências bibliográficas

Fontes

BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Anos 1826-1828. Disponível em: <www.imagem.camara.gov.br>. Acessado entre 15/08/2012 a 05/10/2012.

Bibliografia

BUENO, José Antônio Pimenta. *Direito Público brasileiro e análise da constituição do império*. Brasília: Senado Federal, 1978.

COSTA, Fernando Dores. “O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar”. In: *Análise Social*, vol. XXXIII (149), 1998 (5°).

40

LEMOS, Juvênia Saldanha. *Os mercenários do Imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

LYNN, John A. “Forum: Toward an Army of Honor: the moral evolution of the French Army, 1789-1815”. Em: *French Historical Studies*, Vol. 16, No. 1 (Spring, 1989), p. 162. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/286437?uid=3737664&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21101292161127>>. Acessado em 01/10/2012.

MCBETH, Michael Charles. *The politicians vs, the generals: the decline of the Brazilian army during the First Empire*. University of Washington: dissertation for the degree of doctorship, 1972.

MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil imperial*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

MENDES, Fábio Faria. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX” IN CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata: 1808-1828*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002;

_____. O Brasil e a “Experiência Cisplatina” (1817-1828). In: JANCSÓ, István
(Org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP,
2005.

Segurança Nacional: uma discussão conceitual

Enviado em:

16/01/2013

Aprovado em:

01/07/2013

Aline Aparecida Faé Inocenti

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo
aline.inocenti@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem a intenção de discutir a conceitualização da Segurança Nacional dentro do sistema de implantação do regime cívico-militar no Brasil. Esse conceito vai ao encontro da articulação política executada pelos militares que tiveram sua formação aos moldes americanos, introduzindo no país a Doutrina de Segurança Nacional fundamentada nas ideias estadunidenses de “defesa do território” e o “inimigo interno e externo do sistema”.

42

Palavras-Chave

Conceito, Segurança Nacional, Regime cívico-militar

Abstract

This article has the intention to discuss the conceptualization of National Security within the system of deployment of civic - military regime in Brazil. This concept goes to meet of the policy articulation implemented by the military that had their education to the American mold, introducing the country's National Security Doctrine based on American ideas of “homeland defense” and the “enemy within and outside the system”.

Keywords

Concept, National Security, civic - military regime

Introdução: Inserção dos Conceitos na Sociedade

“De acordo com uma conhecida frase de Epiteto, não são os fatos que abalam os homens, mas sim o que se escreve sobre eles” (KOSELLECK, 2006: 97).

A frase citada acima faz parte de uma antiga tradição que se ocupa da

relação entre as palavras e as coisas, entre linguagem e o mundo, focalizando a discussão no mundo conceitual e social. Reinhart Koselleck, ao citar essa frase em uma das suas obras - Futuro Passado – faz nos lembrar do poder que as palavras possuem na relação de transmissão sobre fatos e ideias.

Neste sentido, pode-se considerar que o uso de tais palavras ou expressões na sociedade podem servir tanto para se comunicar, quanto para ressaltar seu poderio frente a grupos sociais. Com o passar do tempo estas palavras adquirem um caráter de conceito, de ideia formada, ou de uma tradição se transformando em um costume que passa a ser seguido.

Esses conceitos adquiridos por uma determinada ordem social devem ser parcialmente aceitos por um grupo de indivíduos, para assim formar e formatar os sistemas políticos e ideológicos. Como exemplo disso, pode-se utilizar a efetivação do golpe cívico-militar no Brasil, que foi incorporado pelo grupo dos militares e de alguns civis do país, possibilitando o estabelecimento do regime.

Este golpe utilizou-se de conceitos que advinham de outras sociedades, onde desempenhavam poder dominante sobre a população. Voltados para o conceito de Segurança e de Defesa contra o que acreditavam serem inimigos, o grupo organizou-se e inseriu essas ideias na estrutura social e política do Brasil.

Durante toda a trajetória da humanidade, pode-se visualizar a utilização de conceitos para determinar e compreender certas relações e conflitos. Os acontecimentos de relevância social sempre se utilizam de palavras de significação para caracterizar o fato ocorrido. Pode-se aqui citar a questão do conceito de “guerra fria”, que muito mais do que diz as palavras carrega significados abundantes, o principal deles é o confronto ideológico entre capitalismo e socialismo.

Assim, considera-se que “[...] os conceitos não servem mais para apreender os fatos de tal ou tal maneira, eles apontam para o futuro”. (KOSELLECK, 2006: 102). Nesta dinâmica, pode-se entender que os conceitos surgidos em uma determinada época, carregada de algumas simbologias, não servem apenas para retratar a realidade presente, mas sim para modificar os fatores que estavam envolvidos no acontecimento ou o fato passado.

Assim, cabe ao historiador compreender os conflitos sociais, políticos e ideológicos do passado por meio das delimitações conceituais para se ter uma conclusão, ou uma interpretação do presente, dando ênfase para as mudanças sociais e culturais durante o passar dos anos.

Portanto, a história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método

especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social ou político. (KOSSELECK, 2006: 103).

Existem conceitos que permanecem por entre os tempos, entretanto outros sofrem modificações estruturais em longo prazo dependendo da realidade de cada época e do olhar humano sobre tal termo, levando em consideração toda a camada de sentido estruturado em cada interpretação.

Assim o campo da história dos conceitos necessita atentar para todos os conteúdos semânticos de cada palavra conceitual, entendidos em diferentes épocas históricas. Os processos de mudança e permanência de tais conceitualizações, portanto, podem ser analisados após uma longa série de significados e do uso desses termos na sociedade. Pode-se considerar então, que cada conceito depende da época e da sociedade vivenciada, refletindo a partir do significado dado a ele pelos indivíduos.

Cada conceito é preso a uma ou mais palavras, mas nem toda palavra pode ser considerada conceito social, político ou ideológico. Eles dependem de uma exigência de generalização na sociedade. Para que uma determinada palavra se torne conceito, é necessária a homogeneização da mesma nos preceitos sociais, dependendo sempre dos elementos associados a ela.

Para Koselleck (2006: 109) “[...] uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela”. Assim, os conceitos são vocábulos que concentram diversos e abundantes significados. Pode assim, reunir a diversidade da experiência histórica ou ser analisado através de uma única circunstância.

Uma história dos conceitos deve sempre considerar os acontecimentos e as situações políticas e sociais que já tenham sido compreendidos e também os resultados obtidos por uma pesquisa destes determinados eventos na sociedade, para poder compreender seus elementos constitutivos.

Através do trabalho da história dos conceitos, a problematização e as premissas históricas podem ser avaliadas a curto, médio e longo tempo. Ela consegue confrontar mudanças e permanências desses conceitos por entre os anos e fatos sociais decorridos deles.

Dentro deste parâmetro, este artigo busca discutir o conceito de Segurança Nacional, e sua recepção e aplicação no Brasil durante os anos da ditadura cívico-militar (1964 a 1985), apontando suas origens e sua manutenção durante os anos,

e os fatos surgidos com tal acontecimento que modificaram os moldes políticos e sociais do país.

“Traçar a história dos conceitos significa identificar as continuidades e transformações que, dentro da perspectiva de uma imersão definitiva do mundo moderno, constituem os eixos de longa duração da experiência política do Ocidente.” (CHIGNOLA, apud FERES JUNIOR, 2007: 112).

Neste sentido, a análise proposta neste trabalho se baseia no conceito de Segurança Nacional e sua articulação na sociedade durante os anos da ditadura cívico-militar no país, delimitado entre 1964 e 1985. A Doutrina de Segurança Nacional advinda das características propostas pelos Estados Unidos proporciona transformações na esfera política, econômica e social do Brasil.

O golpe militar de 1964 fruto de um processo que buscava a consolidação da hegemonia norte americana no continente americano, foi responsável por uma repressão político-militar no território brasileiro. Em onze de abril de 1964, o primeiro militar a assumir o poder foi o marechal Humberto Castello Branco, caracterizado como “legalista” e “moderado”, pois possuía uma formação intelectual mais refinada, pois agiu com rigor, mas com certos limites. Além dos moderados, existiam os chamados “linha dura”, que tinham por objetivo aplicar a ditadura da forma mais repressiva na população. Castello Branco, no início de seu mandato buscou restabelecer a ordem política do Brasil e voltou a estruturar a democracia. Entretanto, formou uma política onde colocava o poder total nas mãos do presidente, que nesta ocasião já era escolhido por voto indireto através do Congresso. Em 1965 promulga o segundo Ato Institucional (AI) extinguindo todos os partidos políticos, existindo a partir de então, somente a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), considerado o partido da situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição; ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional (LSN) criando as Áreas de Interesse de Segurança nacional, que mais tarde, por decretos, regulamentaria os municípios e regiões consideradas em tal situação; e decretou uma Lei de imprensa restritiva. Além de tudo, foi conivente com a tortura, que já era praticada nos primeiros momentos do golpe.

A articulação civil militar que chegou ao governo através do golpe militar trabalhou a legitimação do golpe através do argumento de que as forças armadas cumpriram seus deveres constitucionais e históricos. O movimento interviu nos rumos da política do país com o objetivo de salvar o Brasil frente à ameaça à democracia e devido ao caos econômico, social e político em que se encontrava o país. É a partir da instalação da ditadura militar, em 1964, portanto, que a

composição de setores civis e militares de direita que toma o poder do país se lança à implantação da Doutrina de Segurança Nacional trabalhada na Escola Superior de Guerra (ESG).

Origens do Conceito de Segurança Nacional.

O conceito de Segurança Nacional presente no Brasil desde o movimento comunista de 1935 se amplia e se intensifica na sociedade por intermédio dos setores militares no contexto da Segunda Guerra Mundial, marcando o advento da Guerra Fria e a disputa de duas ideologias distintas. Surgido a partir do antagonismo entre capitalismo e comunismo, representa uma forma política que os Estados Unidos iniciaram a fim de conterem a União Soviética, buscando evitar, assim, o avanço do comunismo no mundo em disputa. Essa política passa, então, a ser marcada pela forte campanha anticomunista e pela formação de uma frente a partir de uma doutrina comum entre os países adeptos ao sistema capitalista, a fim de fortalecer cada vez mais este modelo socioeconômico. Nesse sentido, Comblin (1978: 55) afirma que “A segurança nacional tornou-se, nos Estados Unidos, uma espécie de palavra-chave, um conceito inserido na linguagem comum, a tal ponto que ninguém mais se interroga sobre seu sentido”.

46

No Brasil a ideologia da Segurança Nacional chega através da ESG e sua inserção na Doutrina de Segurança Nacional. A ESG foi a responsável pela formação dos militares que mais tarde chegam ao poder, implantando na política do país o modelo pautado nessa Doutrina e em seus objetivos, que se baseavam na premissa de defender o Estado contra o que chamavam de “inimigos”, mantendo assim, o país protegido e em ordem. Fundamentados pelo ideário da Segurança Nacional, a ESG e depois os militares no poder, conseguiram impor seus objetivos e suas vontades a toda a população e também a opositores políticos, sem precisar enfrentar nenhum movimento de contestação, já que a Doutrina estava estruturada através das leis do país.

Entre os anos de 1964 e 1985, o Brasil viveu a ditadura cívico-militar, anos estes que se caracterizaram pela inserção da política de segurança nacional e a busca pela erradicação do chamado “inimigo interno”. Neste período o grupo militar, dividido internamente entre os radicais de direita e os militares moderados controlaram as decisões do país e governaram a partir das ideias da Segurança Nacional, de maneira a defender os “interesses do país”, mantendo a ordem e a paz.

Este fato originário do regime da ditadura cívico-militar, apesar de suas várias interpretações, teve origem na tentativa de erradicar governos de cunho esquerdista no país, por meio das ideias advindas da ideologia da Segurança Nacional.

“A Segurança Nacional é a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes”. (COMBLIN, 1978: 54). É através da aplicação dessa Segurança, que o Estado defende os ideais que acredita ser o melhor para a nação, utilizando qualquer forma, sendo esta violenta ou não. Para isso os militares fizeram uso de um aparato legal que sustentava todas as decisões e ações, denominado aqui no Brasil de Atos Institucionais.

A origem do conceito de Segurança Nacional advém dos Estados Unidos com a sua política de defesa contra o comunismo, considerado para eles o “inimigo”. Após o término da Segunda Guerra Mundial, os estadunidenses reformularam sua política ideológica a fim de reestruturar as bases de seu novo plano político voltado para a defesa da ideologia de Segurança Nacional e para a proteção de seus interesses.

Os Estados Unidos dentro desse contexto buscava cumprir sua meta, que era delimitada como a vitória frente à nova guerra que se aproximara (Guerra Fria). Para isto os objetivos que necessitavam, eram de deter o poder absoluto frente às nações aliadas, para conseguir assim se defender do que estava por vir. “[...] desse modo parece-lhes normal que a segurança – um bem absoluto e ilimitado – seja a meta da guerra, a meta da guerra fria e a meta de sua política externa”. (COMBLIN, 1978: 108).

“Ora, a segurança nacional é por excelência um símbolo “duro”. Para os “duros”, não há outra alternativa contra o isolacionismo – sinal de covardia e de vergonha – senão a política de segurança coletiva da administração dos negócios de segurança nacional.” (COMBLIN, 1978: 108).

Dentro do contexto da Guerra Fria, a política norte-americana pautada no objetivo de Segurança Nacional, passou a ser marcada pelo acentuado anticomunismo iniciando assim, uma forte influência frente às nações que estavam ameaçadas pelo chamado “inimigo”. Seu objetivo era assegurar os mercados tradicionais e os novos que estavam abrindo devido o processo de descolonização de antigos impérios.

Assim, os Estados Unidos organizaram dois planos visando fortalecer o regime capitalista liderado por eles. Primeiro o Plano Marshall, “elaborado para reconstruiu a economia europeia, visando barrar o avanço do comunismo [...]”

(FERNANDES, Antíteses, 2009: 832). Segundo, a Doutrina Trumann “e a sua política de contenção, através da qual os Estados Unidos se comprometiam a enviar forças militares a qualquer país do mundo ameaçado pela União Soviética [...]”.(FERNANDES, Antíteses, 2009: 832).

Esses dois projetos criados pelos Estados Unidos acabaram por “influenciar” em toda a sociedade, modificando as metas políticas de defesa dos interesses nacionais, tanto nos países influenciados pelo capitalismo que deveriam seguir os ideais norte-americanos, quanto para os países socialistas que necessitavam elaborar assim, um projeto econômico e político a fim de se desenvolver em meio a essa conjuntura.

Toda essa concepção intelectual, frente à disputa entre capitalismo e socialismo, está fundamentada no conceito de “interesse nacional”. Esse conceito vai muito além do que se pode pensar em ser do interesse social, pois dentro de cada nação há divergências de ideias na questão do que considerar interesse, e o sobre o que deve se defender.

48

Conseqüentemente, a meta de toda política nacional é a defesa do interesse nacional. O conceito de interesse nacional é muito pouco claro em si mesmo. Assim que se tenta definir lhe o conteúdo, torna-se vago e inapreensível. No entanto é muito enfatizado: nele se vê, acima de tudo, a recusa de qualquer finalidade ideal abstrata. (COMBLIN, 1978: 109).

O fato é que o mundo da segurança nacional apoderou-se do conceito de interesse nacional e integrou-o no sistema como elemento ponderável. (COMBLIN, 1978: 110).

No Brasil, este conceito sempre esteve presente na sociedade, com o intuito de proteger o território nacional contra os inimigos internos, ou contra a ameaça externa. Entretanto, mais recente e objeto desse estudo, é dado ênfase ao período cívico-militar, onde as forças governamentais utilizavam dessa conceitualização para explicar toda e qualquer ação desempenhada por eles.

a segurança nacional é eminentemente política e, portanto, ideológica; é uma das modalidades de que se reveste a política geral de um país. Seu conteúdo não é estático, mas historicamente variável. Um mesmo país terá políticos de segurança nacional diferentes, conforme as etapas de seu desenvolvimento. (REZNIK, 2004: 36 *apud* Ramos, 1957).

A partir desse período, com esses ideais muito fortemente ligados à política

interna e externa do país, a Segurança Nacional passa a ser uma regra para a Nação poder se desenvolver e se proteger. E que para todos os objetivos entendidos para o desenvolvimento do país sejam alcançados é necessário a implementação dessa Doutrina nos âmbitos sociais e políticos.

Para os que se dedicavam a refletir sobre o assunto, segurança nacional referia-se diretamente ao bem-estar na nação. [...] Suas aspirações, seus interesses próprios deveriam se traduzir em “objetivos nacionais”. Caberia ao Estado a formulação de uma política de segurança nacional, capaz de salvaguardar esses objetivos nacionais, tendo como parâmetro o bem-estar da nação, qual seja: soberania nacional, um sistema de governo que assegure as liberdades públicas e uma economia basicamente livre. (REZNIK, 2004: 34).

Com o fundamento de bem-estar social ligado ao conceito, a sociedade inicia a implementação das características da Segurança Nacional como sendo a única maneira na época (Golpe Militar – 1964) de poder assegurar sua economia e sua política nacional, sem correr riscos de ser atacados ou ser influenciados pelo “maléfico” comunismo. Constituindo assim o aparato legal que regia a sociedade - Lei de Segurança Nacional e Atos Institucionais – a partir da influência exercida pelos Estados Unidos sobre os militares que se preparavam nos colégios ou escolas de guerra.

49

A preparação direta para o novo regime militar brasileiro foi a Escola Superior de Guerra, fundada em 1949. Porém os homens que fundaram a Escola Superior de Guerra para imitar o National War College de Washington e introduzir suas doutrinas no Brasil não partiram do nada. (COMBLIN, 1978: 151).

O National War College, fundado em 1946 pelos Estados Unidos, teve como objetivo a criação de um centro coordenado para estudar e aprimorar a política externa dentro do contexto da Guerra Fria, visando a segurança do território e da nação. Ele também foi responsável pela criação da Doutrina de Segurança Nacional, que mais tarde foi difundida pelos países da América Latina.

Após a Revolução Cubana, com a disseminação da ideia do avanço comunista, foram realizados programas militares que ensinavam sobre a proteção contra esse novo modelo político-econômico, considerando por alguns grupos “um modelo maléfico” para a sociedade. Os primeiros treinamentos foram realizados na zona de ocupação do canal do Panamá e estendidos para os militares de toda a América Latina, orientando sobre a estratégia de contenção da expansão desse

regime, iniciando a defesa pela segurança interna.

[...] é dentro dessa perspectiva de implicar atores na defesa de uma área que passou a ser compreendida como inserida na nova concepção de segurança interna dos EUA que o pentágono, através da DSN, assumiu a qualificação das Forças Armadas da América Latina, fornecendo treinamento, doutrinação, armamento e suporte logístico, por detrás dessa ação, objetivou o combate dos focos de descontentamento e de agitação social que podiam desestabilizar a região. (PADRÓS, 2005: 210).

Dessa forma, a enorme rede de comunicação criada pelos Estados Unidos com os países da América Latina a partir de centros de instrução e de missões militares, acabou por reforçar ainda mais a ideologia do conceito de Segurança Nacional e sua aplicação pelos militares, que no momento eram as pessoas treinadas e indicadas para tal situação. Assim, mais uma vez fortificava a ideia que somente um governo militar conseguiria organizar e recuperar o desenvolvimento de um país que passava por uma crise econômica ou devido a existência de um governo com abertura para os ideais comunistas¹.

50

Assim, sob a influência dessa instituição, os países latinos americanos fundaram suas próprias escolas de guerra, tendo a mesma finalidade: a segurança e proteção de sua nação.

No Brasil foi fundada a Escola Superior de Guerra, a qual determinou a aproximação de setores civis e militares, uma campanha que já vinha se estruturando na sociedade brasileira a muito tempo. Esta Escola, mais tarde vai recepcionar a Doutrina de Segurança Nacional teorizando o conteúdo ideológico para a aplicação manutenção do golpe militar em 1964.

A Escola Superior de Guerra teve suas origens remotas em 1922, época de despertar nacional em vários setores e anos também do modernismo nacional. Neste mesmo período um pequeno grupo de tenentes se organizou e ocupou por algumas horas o Forte de Copacabana querendo o poder, esse episódio é conhecido pelo movimento do Tenentismo. Essa tentativa fracassou no momento, mais serviu de ponto inicial para a organização dos militares enquanto grupo para protagonizar a política do país. Desse modo, dentro de uma linha evolutiva o exército passou a

1 No caso o governo citado aqui, seria o governo de Jânio Quadros e depois de João Goulart, que por disseminar ideias de reforma agrária e reformulações sociais, acabaram por ser considerados governos pré-comunistas por alguns grupos políticos brasileiros.

ter participação ativa na política do Estado, aonde em 1964 chega ao poder, a partir de uma estruturação ideológica, baseada na metodologia desenvolvida pelas suas instituições de guerra e proteção.

Além de toda a influência norte americana, os objetos de análise desse grupo se fundamentaram no pensamento positivista: progresso, ciência e indústria; no novo nacionalismo, onde se destaca a busca por um Brasil grande e poderoso; nas ideias políticas pautadas no novo liberalismo econômico, argumentando que o país ainda não estava suficientemente maduro ou organizado para a democracia, sendo necessário um autoritarismo político centrado na importância da geopolítica, que passa a ser o elemento necessário para o país cumprir seu destino em ser potência mundial.

A Escola Superior de Guerra é uma instituição de “próprio gênero”, sendo independente do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Ela destina-se a formar uma classe dirigente de civis e militares². Desde o início esta, formulou conceitos fundamentais esquematizando a Doutrina de objetivos nacionais, segurança nacional, poder nacional e estratégia nacional.

Até 1964, os teóricos da ESG³, são pouco explícitos quanto aos seus objetivos em relação ao regime político do país, não colocando em ação a Doutrina de Segurança Nacional no estado, defendido por eles. Com o golpe cívico-militar a oportunidade de se colocar em prática todos os seu ideais se torna possível. Assim:

Ascendendo ao poder, tinham duas ideias muito claras: sua Doutrina de Segurança Nacional lhes proporcionava finalmente um instrumento para governar o país, e o destino do Brasil estava ligado ao dos Estados Unidos [...].(COMBLIN, 1978: 157).

Desse modo, a Doutrina de Segurança Nacional, através dos militares apoiados pela elite civil, foi adotada pela política brasileira com pouca reação adversa, pois o movimento reacionista não possuía no momento força para se contrapor, se comparado ao aparato que possuíam os militares.

A Doutrina de Segurança Nacional no Brasil.

O golpe cívico-militar e a manutenção desse regime sofreu influência direta

2 COMBLIN, Pe J. A Ideologia da Segurança Nacional. O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, P. 153.

3 ESG: Escola Superior de Guerra.

da Doutrina de Segurança Nacional, como já citado anteriormente. Ela forneceu inerentemente a estrutura necessária para a instalação e a manutenção de um estado forte com uma determinada ordem social.

“Objetivamente, a Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais”. (BORGES, 2003: 24).

Essa Doutrina pode ser assim considerada como o esqueleto teórico que fundamentou os regimes cívico-militares com justificativas na emergência das Forças Armadas assumirem o conturbado cenário político dos anos 60. Ela foi disseminada através de academias e escolas de guerra, formando quadros de profissionais especializados na área com os preceitos de bipolaridade, delimitação de zonas de influências, caracterização do inimigo e conseqüentemente sua derrota frente aos combates e a introdução de proteção do Estado e da nação (organismos passíveis de contaminação) contra o comunismo.

Dessa maneira, os teóricos do período aproximaram as ideias de necessidade de segurança com a doutrina de contrarrevolução⁴. Ou seja, além de reforçar os aportes teóricos de proteção e da disseminação do ideário de Segurança era necessário também buscar introduzir políticas que confrontassem os “inimigos” e os mostrasse incapazes perante o poderio capitalista ou anticomunista.

52

Os fundamentos dessa Doutrina de Segurança Nacional se modificam perante o cenário mundial, configurando-se na noção de segurança coletiva, de uma segurança hemisférica, ampliando a noção desde a Doutrina Monroe⁵. Essa segurança considerada neste momento coletiva, se configurou frente a ameaça comunista que “obrigou” os Estados Unidos a lançarem um programa de assistência militar em vários países americanos, inclusive no Brasil.

Assim, desde aí, a segurança dos Estados Unidos esteve ligada à segurança do bloco ocidental, uma vez que, com o clima permanente de guerra fria, um sistema de segurança isolado não era mais admissível no mundo capitalista. (BORGES, 2003: 24).

4 PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional - Uruguai (1968-1985): do Pachecato a Ditadura Cívico-Militar. 2005. 876 f. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 184

5 A Doutrina Monroe foi proferida pelo presidente James Monroe no dia 02 de dezembro de 1823, no Congresso norte-americano.

O clima de Guerra Fria faz entender o conceito de guerra em todos os seus parâmetros, primeiro fazendo apelo a todas as formas de participação, eliminado de seu caráter a neutralidade ou a ambiguidade. Segundo a ideia de guerra total, é possível identificar o conflito dentro e fora das fronteiras nacionais, podendo este ser gerado tanto no exterior quanto no interior, criando aqui o conceito de “inimigo interno e inimigo externo”.

A formulação dessa Doutrina de Segurança Nacional passa por diversas etapas, desde a sua fundação até a colocação em prática de seus objetos políticos no meio social. Apesar das mudanças, o elemento fundamental - considerado o conflito ideológico - se mantém, possibilitando assim uma guerra total entre Ocidente e Oriente.

Além do conflito ideológico, outro elemento de importância a se considerar é a geopolítica na conjuntura internacional. Segundo alguns pensadores brasileiros, que estudaram a origem da palavra (geo = terra, política=arte de governar) o objetivo dessa pode estar em tentar dar teoria à uma marca política e não apenas ou somente geográfica.

Segundo Golbery Couto e Silva:

[...] “a geopolítica é uma arte que se filia à política e, em particular, à estratégia ou política de segurança nacional. A geopolítica adota sempre um ponto de vista único e privativo – o do espaço físico. Este deve ser o elemento, não exclusivo por certo, mas sim dominante [...]”.⁶ (In BORGES, 2003: 26).

A geopolítica, dentro dessa caracterização se apresenta como uma teoria do e para o Estado, mas para um Estado de características militares, com uma teoria de Estado absoluto, de poderio. De um Estado que se caracteriza pela vontade de um líder ditador ou de um grupo coletivo ditatorial, como é o caso das Forças Armadas, modelando-se a partir da vontade de poucos e articulando estas à vida social de uma sociedade inteira.

Essa geopolítica se fundamenta no conceito de ditadura soberana, elaborada por um jurista alemão chamado Karl Schmidt. A base desse conceito se articula do ideário de que o direito, ou conjunto de regras que rege a sociedade não se baseia somente em normas gerais e sim no regimento de múltiplas situações, podendo

6 Palavras do general Golbery do Couto e Silva, importante ideólogo da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil, ocupante de cargos estratégicos no regime militar pós 1964. Golbery também foi quem criou o sistema de informação e segurança dos governos e principal estrategista na elaboração do processo de abertura política.

estas serem individuais ou coletivas⁷.

Assim, o governo passaria a ser absoluto e encarregado de tomar todas as decisões, sendo estas em momentos de crise ou não. Podendo ainda suspender ou criar novas constituições legais, a fim de seguir seus preceitos.

“A ditadura soberana se caracteriza não somente pela usurpação do poder (golpe militar), mas também pela concentração em suas mãos de todos os poderes e funções do Estado (a manutenção do regime).” (BORGES, 2003: 27).

Desse modo, foi a partir dessa concepção de geopolítica, ligado a Segurança Nacional e ao conceito de ditadura soberana que o grupo cívico-militar toma a liderança do governo em 1964, se utilizando do poder de governar e concentrando de forma considerada legal pelos “olhos da lei”, ou seja, com todo o aparato de Atos, Leis, Constituições conseguem se manter no poder por mais de 15 anos, sem surgir nesse meio tempo um grupo forte capaz de derrubar o governo e instaurar um modelo político democrático.

Além de todas as características já citadas, a geopolítica dentro dos países latino-americanos no período trabalha com as chamadas “fronteiras ideológicas”. Estas não delimitam um território nacional do outro separando os Estados-Nação, e sim separa os povos dentro das nações, devido os divergentes modelos ideológicos existentes. Desse modo, os militares se colocam em pontos estratégicos dentro das nações, aonde podem controlar através de ações civis, toda a sociedade.

Nos governos militares, surgidos nos anos 60 dentro da América Latina, a geopolítica se fundamenta na concepção bélica e se sobrepõe na ciência política, ou seja, o sentimento de defesa, de guerra, de luta, torna-se de maior importância se comparado ao sentimento político. Pois a política passa a ser absorvida pelas estratégias criadas pelos militares. Assim;

“Toda a política nacional, portanto, é reorientada em função da segurança, sendo que as esferas militares e políticas são indissolúvelmente ligadas de maneira que a política deixa de ser a *arte civil* para se transformar em *arte militar*.” (BORGES, 2003, p. 28).

Neste contexto denominado arte militar⁸, a política torna-se o elemento

7 BORGES, Nilson. A Doutrina da Segurança Nacional e os governos militares. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge. O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 26.

8 Arte Militar: a expressão neste sentido quer se relacionar ao poderio militar durante os anos da ditadura no cenário político brasileiro.

fundamental para a manutenção do poder por parte dos participantes da instauração do golpe. Assim a guerra interna com a busca e a eliminação incessante do inimigo interno passa a ser uma estratégia imposta para impor a chamada segurança nacional no país.

Com estreita ligação entre a manutenção do poder militar e a Doutrina de Segurança, a obtenção dos objetivos nacionais passam a ser realizados pelo desenvolvimento da competição política que surge com o novo cenário global, pautado nas novas estratégias de guerra e de luta interna, transformando assim o país em um cenário de luta política que não abre espaços para novas negociações.

A guerra interna é, pois, uma guerra total e permanente, o que vai atribuir um forte papel, na sociedade civil, aos aparelhos de segurança e informações que agem, preferencialmente, pela violência, com suas táticas de guerra e métodos desumanos (tortura física). (BORGES, 2003: 28).

A guerra total, que foi o contexto institucionalizado durante a manutenção da política da Doutrina de Segurança Nacional, defende a ideia de que as ações tomadas frente à população não são somente militares, mas também psicológicas, que definem a forma de agir das lideranças governamentais do país.

55

Essas ações psicológicas são necessárias à Doutrina para que seu projeto seja incorporado e desempenhado, pois nessa guerra tratava-se de aniquilar moralmente os inimigos e de assegurar que essa oposição não se colocasse contra a projeção política da Doutrina de Segurança Nacional.

No Brasil, a Doutrina serviu como base ideológica do regime militar implantado em 1964 e contribuiu para a formação do aparato de informações da nova ordem constitucional do país. O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado logo após a efetivação do golpe, no governo de Castelo Branco e foi a forma criada pelos militares para tentar controlar os “inimigos internos”.

Esse Serviço de Informações passa a concentrar dentro do país todo e qualquer tipo de informação e de tratar de assuntos internos e externos. O grupo assim passa a assumir uma superioridade no bloco do poder, tendo em vista a função de coletar, analisar e julgar as informações pertinentes para a contenção dos inimigos do regime.

“Na prática, a Doutrina, através de seus conceitos, princípios e fundamentos, permeou, durante os governos militares, toda a estrutura do poder público brasileiro [...]”. (BORGES, 2003: 37).

Além desta linha de discussão sobre o terrorismo, outra linha de interpretação

surge dentro do contexto de governo militar e da Doutrina de Segurança Nacional, que coloca os chamados “inimigos internos”, ou seja, os adeptos ou simpatizantes do comunismo, como os protagonistas desse terrorismo. A partir das colocações sobre o conceito de Terror de Estado, de guerra, pode-se começar a traçar um dos objetivos ou talvez uma justificativa da Doutrina de Segurança Nacional em não realizar a escolha dos dirigentes da população através da eleição popular. Pois, segundo essa Doutrina, o inimigo e o próprio ato de agressão surgem do grau de entendimento político e socioeconômico do povo, e somente as pessoas que atingem um “certo patamar”, considerado por eles um grau de preparação e experiência, possuindo os saberes militares ou políticos de como agir, podem ter legitimidade do poder no país.

Assim, os dirigentes nomeados pelo corpo militar precisam impor sua autoridade perante a nação. Para isso estes se utilizam de meios como a força política e a censura em meios de comunicação, mantendo a ordem pública e impedindo ações subversivas contra o governo. Neste sentido, tomemos, por exemplo, o objeto de pesquisa do presente trabalho, ou seja, a nomeação de governantes em capitais de estados ou em áreas consideradas de Segurança Nacional, como é o caso das Estâncias Hidrominerais. Eles eram nomeados com a finalidade de proteger e manter a ordem de tais áreas ou regiões, sendo estas muitas vezes de alto valor econômico ou ponto estratégico para o Estado, fundamentado e legislado através da lei de Segurança Nacional e Decretos Leis que regulamentavam cada situação em sua particularidade. Dessa forma, toda e qualquer decisão ou ação de cunho político estava em poder dos militares, ou seus prepostos, evitando que se desenvolvessem grupos inimigos.

Assim, da base ideológica do regime militar decorrem várias ações que afetam distintos setores sociais, pois a prática das eleições indiretas para presidente, e a de nomeação de governadores, prefeitos de capitais e das áreas de Interesse de Segurança Nacional, era uma forma de privar o povo brasileiro da escolha de seus representantes.

No Brasil, a Doutrina serviu como base ideológica do regime militar implantado em 1964 e contribuiu para a formação do aparato de informações da nova ordem constitucional do país. O Sistema Nacional de Informações (SNI) foi criado logo após a efetivação do golpe, no governo de Castelo Branco e foi a forma criada pelos militares para tentar controlar os “inimigos internos”. Esse órgão passa a concentrar dentro do país todo e qualquer tipo de informação e de tratar de assuntos internos e externos. O grupo assim passa a assumir uma posição privilegiada no

bloco do poder, tendo em vista a função de coletar, analisar e julgar as informações pertinentes para a contenção dos inimigos do regime. Resumindo, “Na prática, a Doutrina, através de seus conceitos, princípios e fundamentos, permeou, durante os governos militares, toda a estrutura do poder público brasileiro” (BORGES, 2003: 37).

Dentro da estruturação política dos governos militares brasileiros, a Doutrina de Segurança serviu para abolir dois princípios fundamentais do regime democrático: a subordinação dos militares ao poder civil, pois agora eles estavam no alto patamar governamental; e a não intervenção no processo político, pois agora a política estava toda fundamentada no conceito de segurança contra os inimigos submetidos aos militares. Durante todo o governo militar e a manutenção da Doutrina de Segurança, os direitos civis e políticos foram os que mais sofreram com a ação dos governantes militares. Pois além do povo não poder escolher seus representantes, a manutenção do sentimento de terror, através das torturas e perseguições faziam com que a maioria dos brasileiros aceitassem as determinações sem se manifestar contra.

Assim, na medida em que a Doutrina era difundida pela sociedade, o governo militar articulava uma estrutura jurídica forte e fundamentada nos preceitos de defesa da nação, impondo, a todos, as suas ideias e regimentos, perseguindo os chamados “inimigos”, fundamentado nos aparatos do Terror criado pelo Estado.

57

Considerações Finais

A Doutrina de Segurança Nacional, baseada no conceito de segurança Nacional e disseminada na sociedade pela política de defesa dos Estados Unidos, fundamentou todos os governos militares surgidos na América Latina. Esses governos surgiam com o objetivo de ordenar o país, protegendo toda a nação contra o inimigo, considerado por essa política; os adeptos ao comunismo.

Esse modelo político instaurado chegou às forças governamentais através da instrução dada aos militares através das Escolas de guerra que eram ministradas pelos norte americanos. No caso brasileiro foi a Escola Superior de Guerra a responsável pela orientação dada aos militares e civis que mais tarde vão ser os protagonistas do golpe de 1964.

No Brasil, a permanência do regime militar no país se deve a duas características: primeira; a existência de uma ideologia que ultrapassa as particulares nacionais e mantém a estrutura e coerência política através da base constitucional

criada para manter os militares no governo brasileiro. Segunda; a utilização da política do Terror do Estado, que advinha do uso de torturas psicológicas e também físicas, causando medo da população em geral.

Dentro da estruturação política dos militares brasileiros, a Doutrina de Segurança serviu para abolir dois princípios fundamentais do regime democrático: a subordinação dos militares ao poder civil, pois agora eles estavam no alto patamar governamental; e a não intervenção no processo político, pois agora a política estava toda fundamentada no conceito de segurança contra os inimigos submetidos aos militares.

Assim, a base ideológica do regime militar decorrem várias ações que afetam distintos setores sociais, pois, a prática das eleições indiretas para presidente, e a de nomeação para governadores, prefeitos de capitais e prefeitos das Áreas de Interesse de Segurança Nacional, era uma forma de dizer que o povo brasileiro não sabia escolher seu representante. Disseminado a ideia de que isso era uma forma de se defender contra os “inimigos internos” que poderiam chegar ao poder.

Durante todo o governo militar e a manutenção da Doutrina de Segurança, os direitos civis e políticos foram os que mais sofreram com a ação dos governantes militares. Pois além do povo não poder escolher seus representantes, a manutenção do sentimento de terror, através das torturas e perseguições faziam com que a maioria dos brasileiros aceitassem as determinações sem se manifestar contra.

Dessa maneira, o objeto de estudo desse artigo que era analisar a trajetória e fundamentação da Doutrina de Segurança Nacional foi discutido, utilizando como foco de discussão o golpe militar brasileiro. Portanto, o que de fato precisa ser levado em consideração é a forma como o poder foi manipulado e controlado pelos militares, e a não efetivação dos direitos legais do povo brasileiro, que não teve opção de escolha política durante os anos analisados.

Referências Bibliográficas

BORGES, Nilson. *A Doutrina da Segurança Nacional e os governos militares*. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge. *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COMBLIN, Pe. J. *A Ideologia da Segurança Nacional. O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.pg. 103 á 149.

FERNANDES, Ananda Simões. *A reformulação da Doutrina de Segurança nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva*. Antíteses, vol. 2, n. 4, jul-dez. de 2009, pp. 831-856. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php;antiteses>.

JASMIN. Marcelo Gantus & FERES Jr., João. *História dos Conceitos: dois momentos de um encontro intelectual*. IN: Jasmin, Marcelo Gantus & FERES Jr., João (org). *História dos Conceitos; debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC – Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006. (p. 9-38).

KOSELLECK, Reinhart. *História dos conceitos e história social*. \\\ “Espaço de experiência” \\\ e \\\ “horizonte de expectativa” \\\ : duas categorias históricas. In: *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 2006.

PADRÓS, Henrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional - Uruguai (1968-1985): do Pachecato a Ditadura Cívico-Militar*. 2005. 876 f. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-guerra* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.188p.

59

TAPIA, 1981, p. 161; In, BORGES, Nilson. *A Doutrina da Segurança Nacional e os governos militares*. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge. *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Taquigrafias de uma história difícil: notas sobre o pensamento político brasileiro

Enviado em:

14/02/2013

Aprovado em:

26/04/2013

Erygeanny Lira

Mestranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo

erygeanny_lira@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho é mapear algumas interpretações sobre o “pensamento político” e as possibilidades de sua produção no Brasil. Para isso, refletirá, primeiramente, acerca do debate teórico sobre o lugar das ideias no Brasil que aflorou na década de 1970: seus pressupostos ainda hoje produzem a maior das cisões intelectuais entre os pesquisadores. Em seguida, analisará a proposta de pesquisa defendida por Gildo Marçal Brandão na busca pelas matrizes teóricas responsáveis por formar o singular patrimônio intelectual brasileiro. Por fim, tentará comparar as abordagens das linhagens do pensamento político brasileiro e da história dos conceitos para o estudo do pensamento político brasileiro.

60

Palavras-Chave

História dos Conceitos, Ideias Políticas, Pensamento Político Brasileiro.

Abstract

The objective of this work is to map some interpretations of “political thought” and the possibilities for its production in Brazil. To this end, it will face, first, the theoretical debate about the place of the ideas that emerged in Brazil in the 1970s: its assumptions still produce most of the intellectual divisions among researchers. Then, it will examine the research proposal advocated by Gildo Marçal Brandão, in the search for theoretical matrices responsible for forming the unique Brazilian intellectual heritage. Finally, it will try to compare the approaches of Brazilian lines of political thought and the history of the concepts for the study of Brazilian political thought.

Keywords

History of Concepts; Political Ideas, Brazilian Political Thought

Introdução

Este trabalho enfrentará, primeiramente, o debate teórico sobre a produção das ideias no Brasil que afloraram na década de 1970: seus pressupostos ainda hoje produzem a maior das cisões intelectuais entre os pesquisadores. Servirá de divisa a questão proposta por Raymundo Faoro em 1987: *existe um pensamento político brasileiro?* Trata-se, então, de definir o que é um “pensamento político” e as possibilidades de sua produção no Brasil. Entretanto, este estudo não tratará, diga-se logo, de um inventário temático-bibliográfico minucioso; muito menos de uma história “historicista” ou “ideológica” das ideias. Se o pensamento é produzido em contextos historicamente determinados, uma zona de centralização conceitual situa, como sinais, a experiência do passado no horizonte de expectativas de que é feito o presente. O texto, desta forma, pode ser lido como o próprio contexto, o fundamento no qual as ideias se apuram e os conceitos se forjam, este é o seu caráter político. E é com a proposta de pesquisa lançada por Gildo Marçal Brandão, em busca de “linhagens” e “afinidades eletivas” entre autores nas interpretações de Brasil que este trabalho pretende dialogar. Parte-se da hipótese que as matrizes teóricas conformam um repertório de conceitos na longa duração, que não são imutáveis, capazes de instituir a consciência da sociedade sobre si mesma. Tem-se consciência da enormidade do trabalho e da necessidade de pesquisa árdua sobre as várias matrizes teóricas responsáveis por formar o singular patrimônio intelectual brasileiro. Deste modo, é impossível que tal hipótese seja confirmada ou negada no presente artigo, mas nos servirá de fio para este e para trabalhos futuros.

61

O centro do debate: Existe um pensamento político brasileiro?

No final da década de 1980, os estudos sobre o pensamento político brasileiro ganharam evidência no quadro das pesquisas em ciências sociais (FAORO, 1987; BARRETO & PAIM, 1989; BRANDÃO, 2005; WEFFORT, 2006). Os principais temas discutidos nesse novo campo de estudo são a relação Estado/Sociedade, a formação do Estado Nacional, o patrimonialismo, a burocratização e a questão da cidadania e dos direitos políticos, civis e sociais. Entretanto, as delimitações desta área de pesquisa ainda hoje não estão bem definidas, por tratar-se, como ressaltou Brandão (2007), de área fronteira, acomodando orientações de várias disciplinas das ciências humanas.

A instabilidade da história do pensamento político brasileiro motivou a

questão que deu título a um ensaio famoso de Raymundo Faoro (2007 [1987]): *Existe um pensamento político brasileiro?* Faoro aborda-a partindo da explicação do que é um pensamento político.

Segundo Faoro (2007), o pensamento político não se confunde com ideologia, nem com filosofia política, nem com ciência política. Expressa-se em uma dessas manifestações, mantendo, entretanto, sua independência. Para caracterizar a estrutura do pensamento político, Faoro (2007) nos mostrará a sua dimensão atuante e autônoma. O pensamento político é uma “teia de ideias e doutrinas que adquirem força social”, isto é, dissemina-se no conjunto da sociedade e passa à ideologia. Porém, o pensamento político transforma-se em ideologia no sentido de criticá-la: “o pensamento político atua deformando-se na ideologia” (FAORO, 2007: 32). De acordo com o jurista, a ideologia é um saber formulado, e difere, desse modo, do pensamento político que é, este, um saber *informulado*. “Ele [o pensamento político] não cuida da transmissão, mas da ação em uma práxis que se desenvolve no logos” (FAORO, 2007: 35).

O pensamento político, afirma Faoro (2007), é ao mesmo tempo ação e reflexão. Desse modo, “o pensamento político (...) como ação, como atividade concentrada, não se confunde com o exercício de jornadas intelectuais, como exercício retórico (...). Não se desenvolve com base na premeditação dos princípios, mas na consideração sobre o campo da própria política” (FAORO, 2007: 37-38. Grifos do autor).

Assim, pensamento político não é puro logos, nem apenas atividade política, “a glória de mandar amarga e bela”. Trata-se, antes, do *iter* do agir, isto é, a via, o caminho, “a ponte suspensa” entre a ideia e a ação; a ideia, enfim, incorporada à atividade política, a ideologia transformada em força social, o vínculo entre o pensar reflexivo e o agir, campo propriamente político (FAORO, 2007: 36 e seguintes).

O pensamento político é, então, repitamos, aquilo que Faoro (2007) denomina saber *informulado*. Ao contrário da ideologia, da filosofia política ou ciência política, ele não transmigra para outro contexto, isto é, não pode ser exportado. Esse ponto é importante para o argumento defendido pelo autor: o campo das ideias – filosofia ou o saber formulado das ideologias – pode atravessar fronteiras territoriais. O pensamento político, não. Isso porque, segundo Faoro,

[esta] atividade, contém carga crítica, que não se confunde com a escolástica, nem participa da visão teórico-contemplativa. Como valor e como o ser que virá-a-ser, corrosivo da ideologia e do imobilismo da

filosofia política. Acompanha e potencializa a dialética social à qual se vincula, sem ser mero reflexo, por meio de manifestações múltiplas, que não estão necessariamente submersas no saber formulado, como rótulo político (FAORO, 2007: 41).

Por esse motivo, o princípio individualista, típico da filosofia liberal, pôde “mudar de lugar”, como mudou, por exemplo, da Inglaterra de John Locke aos Estados Unidos de Thomas Paine e Thomas Jefferson. Entretanto, na América do Norte ele se fez atualizado, na ação dos chamados pais fundadores, como pensamento político.

As ideias e o seu lugar

A indagação de Raymundo Faoro (2007) – *Existe um pensamento político brasileiro?* – já rondava a cabeça dos intelectuais brasileiros nas décadas de 1960 e 1970, principalmente a dos estudiosos ligados ao Seminário de Estudos d’O Capital na USP em São Paulo. A grande questão a ser respondida por esses intelectuais era: como ideias elaboradas em outros contextos, ou melhor, no centro capitalista, comportam-se em contextos sociais e políticos distintos, especialmente em países como o Brasil, dependente e periférico?

Em 1973, Roberto Schwarz publicou um ensaio, intitulado “As ideias estão fora do lugar¹”, levantando esta indagação. Trata-se de um texto que tinha como objetivo favorecer o progresso de teorias dentro do campo da esquerda brasileira, e assim combater a forte influência das tendências nacionalistas e desenvolvimentistas na própria organização da esquerda. Contudo, a tese das “ideias fora do lugar” espraiou seus alcances, mostrando-se produtiva para explicar o desenvolvimento das ideias na história da América Latina (PALTI, 2002).

O centro da noção de “ideias fora do lugar” é mostrar que as ideias liberais do Brasil-Império, ao menos no Segundo Reinado, não correspondiam à realidade local – isso devido à disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e o liberalismo europeu. “Envergonhando a uns, irritando a outros, que insistem na sua hipocrisia, estas ideias – em que gregos e troianos não reconhecem o Brasil – são referências para todos”. “Sumariamente”, segundo Schwarz (1973), “está montada uma comédia ideológica, diferente da europeia” (Schwarz, 1973: 151).

1 SCHWARZ, Roberto. As Ideias estão fora do Lugar. Estudos Cebrap, 3, Jan., 1973. Reimpresso em SCHWARZ, Roberto. Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Editora Livraria duas cidades, 1992, pp. 13-28.

Como apontou Ricupero (2008), aparentemente a análise de Schwarz sobre o liberalismo no século XIX aproxima-se do argumento de Wanderley Guilherme dos Santos (1978). Como Santos, o ponto de partida da análise de Schwarz (1973) é o descompasso entre as ideias liberais e o ambiente social brasileiro. Todavia, continua Ricupero (2008), o problema, para Schwarz (1973), não estaria nas ideias liberais, mas na sociedade brasileira escravocrata. Desse modo, o uso das ideias liberais no Brasil escravista adquiriu uma roupagem específica. Estaria vinculado à massa de homens livres, pobres e não escravos que se relacionariam por meio do favor. “Ao fazer parte das ideias e práticas que regulam as relações entre os homens livres, o liberalismo seria incorporado ao favor” (RICUPERO, 2008: 40-41), e se tornaria, segundo Schwarz (1973), uma ideologia de segundo grau.

Para Schwarz (1973), a adoção de conceitos estrangeiros gera graves distorções na realidade brasileira. Não obstante, essas distorções denominam a realidade e a especificidade de países periféricos. Ou seja, o crítico literário reconhece a absorção, o deslocamento, e a distorção a que as ideias liberais são submetidas, como um padrão particular brasileiro. Neste caso, Schwarz (1973) sustenta que toda representação da realidade supõe um marco teórico. E o problema brasileiro é que os nossos sistemas de pensamento são originariamente estranhos a nossa realidade particular (PALTÍ, 2002). Por isso, para o autor, estamos condenados a copiar e a pensar sempre usando categorias inadequadas à realidade que se pretende representar.

64

Brasileiros e latino-americanos fazemos constantemente a experiência do caráter *posticho*, *inautêntico*, *imitado* da vida cultural que levamos. Essa experiência tem sido um dado formador de nossa reflexão crítica desde os tempos da Independência. Ela pode ser e foi interpretada de muitas maneiras, por românticos, naturalistas, modernistas, esquerda, direita, cosmopolitas, nacionalistas etc., o que faz supor que corresponda a um problema durável e de fundo. Antes de arriscar uma explicação a mais, digamos portanto que o mencionado mal-estar é um *fato* (SCHWARZ, 2009 [1986]: 109. Grifos do autor).

Todo o raciocínio elaborado por Schwarz nos leva a seguinte questão: como ideias desconectadas da realidade social possibilitam a ação política?

Pouco depois da publicação do artigo de Schwarz, surgiu um trabalho intitulado “As ideias estão no lugar”, de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976). Para ela, a tese de que o Brasil, por ser um país colonial, tem na Europa a fonte de suas ideias, merece ser questionada. Essa afirmação reconhece na metrópole o centro produtor das relações sócio-econômicas, e na colônia o seu produto. Carvalho

Franco (1976) não apenas critica a hipótese de que o escravismo é contrário ao processo de expansão capitalista – e, nesse sentido, sua análise aproxima-se à de Raymundo Faoro (2007) –, como também a tese de que as ideias liberais estavam desajustadas no Brasil do século XIX.

Colônia e metrópole não recobrem modos de produção essencialmente diferentes, mas são situações particulares que se determinam no progresso interno de diferenciação do sistema capitalista mundial, no movimento imanente de sua constituição e reprodução. Uma e outra são desenvolvimentos particulares, partes do sistema capitalista, mas carregam ambas, em seu bojo, o conteúdo essencial – o lucro – que percorre todas as suas determinações. Assim, a produção e a circulação de ideias podem ser concebidas como internacionalmente determinadas, mas com o capitalismo mundial pensado na forma indicada, sem a dissociação analítica de suas partes. CARVALHO FRANCO, 1976: 62)

Para a autora, não há relação de causalidade e exterioridade entre metrópole e colônia. Ao contrário, os princípios opostos de ordenação das relações econômicas aparecem sintetizados; deste modo, ao observá-los, “não seremos levados a representar a economia colonial como integrada, mas como uma *unidade contraditória*”. (CARVALHO FRANCO, 1997 [1969]: 11. Grifos da autora.). Isto é, centro e periferia pertenceriam ao mesmo sistema, pois ambos estavam voltados para o lucro.

As ideias liberais e abolicionistas, para Carvalho Franco (1976), não eram estranhas ao Brasil, não estavam “encaixadas” ou “descompassadas” ao contexto local, que era escravista. Ambas faziam parte da complexa realidade brasileira. De acordo com esta autora, as ideias não estão fora do lugar, pois elas podem circular em contextos sociais diferentes, ou seja, as relações sociais sempre possibilitam a apropriação das ideias. As circunstâncias produzem o contexto para as ideias se tornarem ação política. Nesse ponto, é clara a semelhança com a argumentação de Faoro (2007). Para este, como vimos, ideias podem transmigrar de uma realidade para outra, ao contrário do pensamento político que, tanto para Carvalho Franco como para Faoro, é sempre atualização, isto é, “pôr em ação”. Nesse sentido, para a autora, as ideias são produzidas conforme situações concretas dadas. Em resposta direta a Schwarz (1973), Carvalho Franco (1976) não discorda que o favor é o fundamento das nossas relações sociais. O problema, todavia, é que o favor, longe de ser “planta exótica” ou “ideologia de segundo grau”, é a forma sob a qual o liberalismo se instalou entre nós.

A tese das “ideias fora do lugar” de Schwarz, segundo Carvalho Franco

(1976), terminaria recaindo no dualismo do postulado dos “dois Brasis”: o Brasil artificial das ideias e da política – liberal – e o Brasil real – escravista. Esse dualismo, conforme afirma a autora, padecerá de prejuízos práticos e políticos:

Uma valorização tácita da industrialização, na verdade do capitalismo e de seus conteúdos civilizatórios, no pressuposto de que traga consigo o progresso das instituições democráticas burguesas [...]. Assim, em nome do realismo político se dá um passo atrás na crítica da consciência social e por essa via – com as ideias bem no seu lugar e ajustadas às oportunidades políticas imediatas – se mergulha no retrocesso (CARVALHO FRANCO, 1976: 64).

Como vimos, “as ideias estão fora do lugar” de Roberto Schwarz (1973) e “as ideias estão no lugar” de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976) ilustram esse debate caloroso, que voltou a figurar entre os estudiosos do pensamento político brasileiro, no qual os autores rivalizam em torno da questão de saber se o liberalismo é ou não “ideologia importada” e imprópria ao país escravocrata do século XIX. O liberalismo existe ou não existe entre nós? É importado ou não? Está fora do lugar ou não? O que é? Como se define no Brasil? Eis perguntas que ainda assombram a cabeça dos nossos intelectuais.

66

Famílias intelectuais e afinidades eletivas nas interpretações do Brasil

Mais recentemente, Gildo Marçal Brandão (2007) ressaltou que o caráter dilatado ou exacerbado por meio do qual nos habituamos a lidar com as relações entre as ideias e a realidade marcou a nossa vida intelectual. Ao enaltecermos a diferença entre ideias e mundo real, deparamo-nos com a interpretação de Schwarz em *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis* (1990) sobre a volubilidade intelectual do narrador, da qual Brás Cubas foi a sua mais completa expressão na literatura. Simplificando a análise do crítico literário e dando-lhe um aspecto decorativo, podemos chegar à dicotomia entre país real e país legal, que percorreu, de formas diversas, toda a nossa história; segundo Brandão, “do Visconde do Uruguai a Cruz Costa, de Tavares Bastos a Simon Schwartzman, de Guerreiro Ramos a Wanderley Guilherme dos Santos, de Sergio Buarque de Holanda a Hélio Jaguaribe, de João Camilo de Oliveira Torres a Roberto Campos” (BRANDÃO, 2007: 143).

Ainda de acordo Brandão (2007), a vida política e social brasileira é analisada pelos nossos intelectuais como o produto de uma teoria que pode ser

resumida numa expressão de Euclides da Cunha: “somos o único caso histórico de uma nacionalidade feita por uma teoria política”. Esta se aproxima do diagnóstico pessimista dos conservadores do Império – como Visconde do Uruguai e a crítica às ideias estrangeiras e sua inadequação a realidade brasileira –, e tem ressonância nas teorias da esquerda do século XX. A grande maioria dos nossos pensadores, de acordo com Brandão (2007), compartilha a hipótese da excepcionalidade do país. Essa separação entre o ser e o dever ser perpassa “a apologética conservadora quanto ao desencanto, liberal ou esquerdista, como suposto artificialismo congênito das instituições” (BRANDÃO, 2007: 144). Entretanto, essa cisão entre “o que é”, “o que pode ser” e “o que deve ser”, sem a necessidade de mediação, leva a maioria dos nossos pensadores a, por um lado, apenas enxergar na realidade a dispersão do empírico e aproximar as categorias teóricas de circunstâncias reais que os homens não escolheram para viver; e, por outro, sujeitar o “dever ser” como métrica do mundo real. Isto é: ou o problema estará em ideias importadas ou no mundo real. O resultado, para o autor, é a construção de dicotomias estáticas e a falta de percepção da dialética que existe entre “o que é”, “o que pode ser” e “o que deve ser”:

Talvez não seja excessivo creditar na conta desses dualismos sem dialética também a frustração e o desespero dos engenheiros institucionais auto-investidos da missão de domar nossa selvagem democracia, pois a política brasileira realmente existente continua rebelde às tentativas de reduzi-la ao jogo schumpeteriano das instituições, ainda não é e dificilmente será mera ‘operação política’, apática às disputas para fazer vencer visões-de-mundo (BRANDÃO, 2007: 150).

O esforço de Gildo Marçal Brandão (2007) na busca por linhagens e afinidades no pensamento político brasileiro segue essa linha de raciocínio. O autor referiu-se à necessidade de vasculhar as “linhagens do pensamento político brasileiro”, pois, ao passo que a sociologia debruça-se sobre as origens, as causas e as consequências dos fenômenos sociais, a ciência política despende seus esforços buscando localizar o modo pelo qual certos consensos cristalizaram-se no agir político – de modo, tantas vezes, no caso brasileiro, a obstaculizar o próprio desenvolvimento social rumo à democracia. Nesse sentido, o pensamento político, continua Brandão (2007), é esta consciência cristalizada sob a forma de múltiplas – e nem sempre afirmadas – “afinidades eletivas” que dirigem as nossas ações. Daí a importância do estudo dos “nossos” clássicos; não para demonstrarmos erudição livresca ou enfeitar nossas estantes, mas para compreendermos “o presente que

passou”.

Assim, para Brandão (2007), o agir político é já o pensamento político em suas formas ideológicas cristalizadas. A sua tese parece contrapor-se àquela aberta por Raymundo Faoro (2007). Como vimos, pensamento político, segundo Raymundo Faoro (2007), não é puro logos, nem apenas atividade política – “a glória de mandar amarga e bela”. Trata-se, antes, do iter do agir, isto é, a via, o caminho, “a ponte suspensa” entre a ideia e a ação. A ideia, enfim, incorporada à atividade política, a ideologia transformada em força social, o vínculo entre o pensar reflexivo e o agir – campo propriamente político (FAORO, 2007: 36 e seguintes). Em resumo: se, para Faoro, “a atividade política vem antes, precedendo as formas do logos”, para Marçal Brandão a produção dos chamados “clássicos” do pensamento político e social brasileiro – antes ensaios mais próximos da literatura que das análises científicas – são “um gênero de maturidade, supondo acumulação intelectual prévia e refinamento estilístico” (BRANDÃO, 2007: 28). Para este autor, essa tradição, mesmo ensaística, constitui o pensamento político brasileiro:

O [estudo do] pensamento político-social foi capaz de formular ou de discriminar na evolução política e ideológica brasileira a existência de ‘estilos’ determinados, formas de pensar extraordinariamente persistentes no tempo, modos intelectuais de se relacionar com a realidade que subsumem até mesmo os mais lídimos produtos da ciência institucionalizada, estabelecendo problemáticas e continuidades que permitem situar e pôr sob nova luz muita proposta política e muita análise científica atual. Também aqui, como em outras partes do mundo, o esclarecimento das lutas espirituais do passado acaba se revelando um pressuposto necessário à proposição de estratégias políticas para o presente (BRANDÃO, 2007: 29).

68

Em *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*, o autor ressalta a existência de “estruturas intelectuais e categorias teóricas, com base nas quais a realidade é percebida, a experiência prática elaborada e a ação política organizada” (BRANDÃO, 2007: 30). A partir das “formas de pensar”, o autor destaca que o lado conservador evidencia a imagem de “um país fragmentado, atomizado, amorfo, inorgânico, uma sociedade desprovida de liames de solidariedade internos” (*Idem, Ibidem*: 46). Neste sentido, a solução seria “um Estado forte, tecnicamente qualificado, imune à partidocracia e à política dos políticos, capaz de subordinar o interesse privado ao social” (*Idem, Ibidem*: 47). O poder centralizado conduziria a sociedade ao liberalismo. “Liberdade civil, unidade territorial e nacional garantida pela centralização político-administrativa, e Estado autocrático e pedagogo, eis o

programa conservador” (*Idem, Ibidem*: 48).

Para os liberais, ao contrário, o problema seria a presença de um Estado forte e centralizado – herança da nossa origem ibérica –, pois este sufocaria a organização de uma sociedade liberal. Assim, a solução estaria na reordenação do Estado. Nesse sentido, os liberais acreditavam “que a boa lei produziria a boa sociedade, a ideia segundo a qual os problemas do País são fundamentalmente políticos e institucionais e só serão resolvidos por meio de reformas políticas” (BRANDÃO, 2007: 49-50). Devido aos diagnósticos distintos da realidade, de seus problemas e dos meios para resolvê-los, conservadores e liberais constituíram, segundo Brandão (2007), formas de pensar características, no sentido que em períodos históricos diferentes autores podem possuir “afinidades eletivas” e formar “famílias intelectuais”.

O autor assinala a existência de quatro linhagens do pensamento político brasileiro: idealismo orgânico, idealismo constitucional, pensamento radical de classe média e marxismo de matriz comunista. Entretanto, pondera Brandão (2007), há nuances que não permitem ao pesquisador analisar essas matrizes de forma fixa. As famílias são elementos intelectuais para a compreensão dos modos de pensar a realidade brasileira. Por isso, da matriz liberal emanaria o idealismo constitucional, e da linhagem conservadora, o idealismo orgânico, como propõe Oliveira Viana. Entretanto, na concepção de Brandão, estas derivações estariam esvaziadas de justificativa ideológica de projeto político ou de saber.

Dessa forma, as afinidades intelectuais podem ser aproximadas numa mesma matriz. No idealismo orgânico, por exemplo, os autores Visconde do Uruguai e Oliveira Viana; no idealismo constitucional, por outro lado, Tavares Bastos e Raymundo Faoro – mesmo que não se reconheçam como membros da mesma família. Nesse ponto, podemos observar o objetivo central do estudo de Brandão (2007): reconhecer analiticamente as formas de pensar, as matrizes intelectuais, as suas linhagens e genealogias. Brandão (2007) parte do pressuposto que as formas de pensar elaboradas a partir de uma determinada realidade não se esvaziam nessa mesma realidade. Nas suas próprias palavras:

[...] assumo como pressuposto que nenhuma grande constelação de ideias pode ser compreendida sem levar em conta os problemas históricos aos quais tenta dar respostas e sem atentar para as formas específicas em que é formulada e discutida; ao mesmo tempo, que nenhuma grande constelação de ideias pode ser inteiramente resolvida em seu contexto (BRANDÃO, 2007: 33).

As ideias podem adquirir novas roupagens, isto é, podem ser reapropriadas e reinterpretadas, reafirmando o seu significado. Em resumo, para pensar o pensamento o pesquisador não deve apenas se prender ao contexto das obras ou dos autores, ou mesmo ao texto em si, mas deve buscar as sínteses possíveis.

Por esse motivo, Brandão (2007) propõe uma ênfase metodológica na percepção da realidade a partir da formação das ideias, listando as últimas como possibilidades para pensar questões do presente. Sua análise, como vimos, pretende verificar em que medida as formulações de um autor, esvaziadas de todo seu conteúdo ideológico, permanecem – com novos tons – no presente. Nesse sentido, parece-nos que Brandão (2007), ao dar primazia às “formas de pensar”, deixa de lado o estudo de conceitos, importantes na obra de cada autor, inseridos no seu contexto. E, em última instância, ignora o ponto de vista histórico das ideias: a continuidade é a regra e o contexto histórico é mero ornamento. É como se, estilizada a relação, para entender o racismo, por exemplo, devêssemos voltar às obras de Gilberto Freire, o que concordamos. Mas isso não significa dizer que o pesquisador deve analisar minuciosamente a obra de Freire, mas apenas deter-se nas categorias teóricas que perduraram no tempo, como o “presente que passou”. Nesse sentido, ao enfatizar seu método na análise das estruturas intelectuais, Brandão confere demasiada importância à *continuidade* no estudo do pensamento político brasileiro, relegando para segundo plano a *descontinuidade*, a ruptura que é um ponto fundamental, pois permite pensar os processos pelos quais passou o Brasil, de formas diversas.

70

Assim, entendemos que é necessário historicizar a metodologia do pensamento político brasileiro, para torná-lo mais claro tanto no seu contexto de expressão como na sua prática concreta. Talvez os enunciados metodológicos da História Conceitual de Reinhart Koselleck possam nos ajudar nessa empreitada: reconstituir contextualmente a trajetória dos conceitos, seus modos de recepção e a compreensão das circunstâncias que levaram os atores a imprimir-lhes novos significados.

Para Koselleck (1997), o conceito é a principal ferramenta pela qual se conhece as transformações sociopolíticas. Entretanto, o autor rejeita a máxima dos historiadores da Escola de Cambridge de que a história se esgotaria no plano linguístico:

Sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política. Por outro lado, os conceitos fundamentam-se em sistemas político-sociais que são, de longe, mais

complexos do que faz supor sua compreensão como comunidades linguísticas organizadas sob determinados conceitos-chave (KOSELLECK, 2011: 98).

O sentido do conceito, ressalta Koselleck (2011), pode ser apreendido a partir do contexto do texto, mas deve ser igualmente deduzido da situação do autor e dos seus destinatários, do contexto geral em que o autor está inserido, bem como do uso da língua feito por este, por seus contemporâneos e pela geração que o precede, os quais compartilham entre si uma comunidade linguística. Assim, os conceitos não possuem estruturas inalteráveis, o que nos leva à conclusão de que a história dos conceitos é a história das suas diferentes recepções no tempo (JASMIN & FERES JR., 2006: 25).

Em suma, a precisão metodológica da história dos conceitos foi uma consequência da possibilidade de se tratar conjuntamente espaço e tempo, “como perspectiva sincrônica de análise” que se completa de forma diacrônica. Isto é, traduzir significados lexicais em uso no passado para a nossa compreensão atual. O pesquisador da história teria a obrigação, segundo Koselleck (2011), de estabelecer os conflitos sociais e políticos do passado nas suas fronteiras conceituais, colocando-os numa relação de continuidade ou ruptura com as estruturas políticas e sociais.

71

À guisa de conclusão

As ideias são produtos socialmente determinados; não constituem uma esfera separada da realidade social. Ao mesmo tempo em que são investidas de funções distintas ou especializadas, as ideias dão unidade estrutural à história.

Dessa maneira, uma história das ideias no Brasil não pode ignorar os debates partidários travados pelos diversos grupos, esclarecer o contexto no qual eles foram gerados, as ideias que estavam subentendidas, as circunstâncias históricas, geográficas, culturais, sociais e econômicas nas quais foram gestadas. Nas duras palavras de Lynch: “a principal preocupação de um historiador das ideias políticas brasileiras *deve ser o de levá-las a sério*, conferindo-lhes a mesma dignidade conferida às das histórias dos países ditos centrais” (LYNCH, 2007: 18. Grifos do autor).

Para Lynch (2007), autores como José Bonifácio, Carneiro de Campos, Evaristo da Veiga, Hipólito da Costa, entre outros, elaboraram uma teoria política formada a partir do caloroso debate sobre as ideias liberais no Brasil. Estudos

minuciosos sobre alguns debates parlamentares e jornais da época desmentiriam o “mito da inferioridade” do pensamento político brasileiro em relação, por exemplo, ao debate federalista norte-americano.

Por tudo isso, é necessário que os estudiosos do pensamento político brasileiro relativizem a noção comum de que a história das ideias no Brasil foi ou é um mero reflexo dos debates dos países centrais.

A autonomia conferida às ideias por conta de sua abstração, de um lado, e a concretude da luta política de cada país, de outro, permitem uma extraordinária emancipação dos conceitos de seus contextos originários, o que os torna armas de argumentação e compreensão das realidades locais. O peso retórico dos argumentos estrangeiros não banaliza ou esvazia o debate na periferia – ao contrário, torna o seu estudo mais complexo e delicado, por se apresentar constantemente sobre problemas da recepção conceitual (LYNCH, 2007: 19).

Pensar a história conceitual de maneira comparada torna possível estudar a recepção de conceitos em países que foram colonizados no passado. É necessário identificar as fontes estrangeiras utilizadas por nossos autores, dar menos importância ao lugar dessas ideias – como se, de fato, existisse – e ao seu contexto originário, e verificar a sua recepção, os modos como foram reapropriadas e reinterpretadas para compreender nossa condição social.

Na verdade, as abordagens “lugar das ideias” e “história conceitual” não são, necessariamente, excludentes. Ambas enfatizam que, de um lado, o mesmo conceito pode ter várias histórias, dependendo do lugar de apropriação, e, por outro lado, é instigante para o pesquisador analisar como essas histórias se cruzam. O próprio Schwarz (2012) admite em texto recente:

E, de fato, o problema do ensaio [As ideias estão fora do lugar] era outro: tratava-se de esclarecer as razões históricas pelas quais as ideias e as formas novas, indispensáveis à modernização do país, causavam não obstante uma irrecusável sensação de estranheza e artificialidade, mesmo entre seus admiradores e adeptos.” (SCHWARZ, 2012: 167).

Assim, ao examinarmos, por exemplo, o conceito de soberania, perceberemos que este é forjado na Europa e lá tem sua própria história. Quando recepcionado aqui, em terras tupiniquins, o mesmo conceito adquire novos tons e nada impede que a sua história no Brasil tenha um desenvolvimento distinto do europeu. A questão, então, é menos saber se determinada ideia está ou não no lugar, mas sim os efeitos distintos de um mesmo conceito em contextos diferentes.

Dessa forma, perceberemos que as nossas raízes históricas produziram no país uma realidade social apta para formar um pensamento político brasileiro – que, nos seus primórdios, formou-se como extensão do lusitano. Um pensamento que, misturando dimensões econômicas, políticas e sociais, é semelhante ao pensamento político clássico, pois edificou uma teoria política e uma teoria da sociedade, diferindo, entretanto, no conteúdo. Isto possibilita, assim, a comparação que evidencia a sua originalidade.

Referências Bibliográficas

BARRETO, Vicente & PAIM, Antônio. *Evolução do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Itatiaia, 1989.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., 2007.

CARVALHO FRANCO, M^a Sylvia de. As ideias estão no lugar. *Cadernos de debate - História do Brasil*, 1, São Paulo, Brasiliense, 1976.

_____. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

73

FAORO, Raymundo. “Existe um Pensamento Político Brasileiro?” in: *A República Inacabada*; organização e prefácio de Fábio Konder Comparato. São Paulo: Globo, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Historia y hermenéutica*. Introdução de José Luis Villacañas e Faustino Oncina. Ediciones Paidós, I.C.E. De la Universidad Autónoma de Barcelona, 1997.

_____. *Futuro Passado – Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro, Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2011.

JASMIN, Marcelo Gantus, e FERES JR. João. *História dos Conceitos: Dois Momentos de um Encontro Intelectual*. In: *Idem* (org). História dos Conceitos: Debates e Perspectivas. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *O momento monarquiano: o poder moderador e o pensamento político imperial*. Tese de doutorado em Ciência Política, IUPERJ, 2007.

PALTI, Elias. *El problema de “las ideas fuera de lugar” revisitado: más allá de la “historia de ideas”*. Disponível em <http://shial.colmex.mx/textos/EliasPalti-Enero2002.pdf> Acesso em 23/12/2012

RICUPERO, Bernardo. Existe um pensamento político brasileiro? Ou as ideias e seu lugar in: *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo, duas cidades, 1978.

SCHWARZ, Roberto. As Ideias estão fora do Lugar. *Estudos Cebrap*, 3, Jan., 1973.

_____. Nacional por subtração in: *Cultura e Política*. São Paulo: Paz & Terra, 2009.

_____. Por que “ideias fora do lugar”? in: *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WEFFORT, Francisco C. *Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens*. São Paulo: Ática, 2006.

Influências de *Causas da decadência dos povos peninsulares* de Antero de Quental na historiografia sobre poderes locais em Portugal e no Brasil no século XX

Enviado em:
12/03/2013

Aprovado em:
02/06/2013

Fernando V. Aguiar Ribeiro

Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo e mestre em História Econômica pela mesma instituição. Bolsista CNPq. Artigo resultante de etapa de doutorado-sanduíche realizado em Portugal no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) e financiado pela CAPES

fvribeiro@gmail.com

Resumo

Esse artigo propõe analisar as obras sobre poderes locais e sua relação com o poder central do século XX a partir da influência que essas tiveram da obra *Causas da decadência dos povos peninsulares* de Antero de Quental. A ideia é que, tanto as obras ligadas ao Estado Novo quanto às relacionadas com a democratização após 1975, representam respostas, distintas na sua forma e objetivos, à obra de Quental. Autores como Alexandre Herculano, Gama Barros, Damião Peres, Torquato Brochado, Edmundo Zenha, Maria Helena da Cruz Coelho, Joaquim Romero Magalhães e António Manuel Hespanha, ao tratarem da temática dos poderes locais relacionados com o poder central, sofreram influências do seu contexto político e social. Propomos, portanto, relacionar esses autores e suas obras ao seu momento de produção, bem como quais suas relações com a obra de Antero de Quental, considerada como pioneira na interpretação da história portuguesa e mais de um século após sua produção, ainda é marcante na compreensão da realidade política e social de Portugal.

75

Palavras-Chave

Portugal, historiografia, administração, poderes locais

Abstract

This article aims to analyze local powers and its relation with the central power of the twentieth century from the influence that Antero de Quental's *Causas da decadência dos povos peninsulares*. The idea is that both the works related to the Estado Novo as related to democratization after 1975, represent answers, distinct in form and purposes, to the work of Quental. Authors like Alexandre Herculano, Gama Barros, Damiao Peres, Torquato Brochado, Edmundo Zenha, Maria Helena Coelho da Cruz, Joaquim Romero Magalhães and António Manuel Hespanha, when dealing the issue of local governments related to the central power, were

influenced its political context and social. We propose to relate these authors and their works to their moment of production, as well as what its relationship with the work of Antero de Quental, considered as a pioneer in the interpretation of Portuguese history and more than a century after its production is still remarkable understanding of reality political and social in Portugal.

Keywords

Portugal, historiography, governance, local governments

Grândola, vila morena
Terra da fraternidade
O povo é quem mais ordena
Dentro de ti, ó cidade.
(Zeca Afonso)¹

A canção de Zeca Afonso tornou-se amplamente conhecida por ter sido usada como senha pelo Movimento das Forças Armadas no decorrer da Revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal. A transmissão da música assinalava a todas as forças envolvidas na deposição do governo de Marcello Caetano, sucessor de António de Oliveira Salazar, que tudo ocorrera bem e a tomada do poder estava em processo consolidado. Encerrava-se uma das mais longas ditaduras da Europa.

A escolha da música deu-se, certamente, pelo fato do cantor ter composições censuradas e a utilização dessa música, até então proibida pelo regime, em uma transmissão de rádio, demonstraria uma ruptura com a normalidade.

A música trata de elementos, como fraternidade, vida coletiva e igualdade, tendo como espaço a vila de Grândola. Situada no Alentejo, região portuguesa palco, no século XX, de tensões agrárias, marcada pela concentração fundiária e o aumento demográfico (ALMEIDA, 2006:88).

O Alentejo fora palco da Campanha do Trigo, que visava aumentar a produção agrícola e garantir a autossuficiência do produto no país a partir da década de 1930. Contudo, não obteve o resultado esperado, “tendo ficado no imaginário do Estado Novo e dos seus opositores como o símbolo da estreita ligação entre o regime e os senhores da terra alentejanos” (ROSAS e BRITO, 1996:117).

Privilegiar o espaço urbano na composição, em meio a uma sociedade predominantemente rural, dá-se pela especificidade da organização político-administrativa municipal. A vila, representada pelo município, corresponde à

1 AFONSO, Zeca. Grândola, vila morena. Disponível em <http://letras.mus.br/zeca-afonso/749168>. Acesso em 18/07/2013.

participação popular, aos poderes locais, que não teriam espaço em uma sociedade rural rigidamente hierarquizada.

Após a deposição do regime de Marcello Caetano e a instauração da democracia é promulgada, em 2 de abril de 1976, uma nova Constituição da República Portuguesa. Dentre inúmeros avanços democráticos e sociais, destacamos o inciso I do artigo 235 que versa sobre a organização dos poderes locais. Define que “a organização democrática do Estado compreende a existência das autarquias locais”. E que, segundo o inciso I do artigo 236, “no continente as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas”.

Observamos que a partir da democratização, os poderes locais, notadamente as freguesias e os municípios, assumiram papel de destaque na organização político-administrativa portuguesa.

Contrapõe-se, dessa forma, ao centralismo e unitarismo defendido pelo regime salazarista, no qual justamente limitava o autogoverno às comunidades locais.

A partir desse contexto de mudança de paradigma administrativo iniciado com Abril de 1974, surgem duas importantes obras na historiografia portuguesa sobre a Época Moderna. Em 1986, Maria Helena Coelho da Cruz e Joaquim Romero Magalhães publicam a primeira edição de *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes*. Nessa publicação, os autores defendem que o município português, desde sua origem romana e suas alterações durante o processo da Reconquista peninsular, sempre teve como principal característica a participação popular.

Outra obra que merece destaque nesse contexto são *As vésperas do Leviathan, instituições e poder político, Portugal – séc. XVII* publicada em 1986 por António Manuel Hespanha. Refletindo o mesmo contexto político que a obra de Coelho da Cruz e de Magalhães, Hespanha define a interpretação de que Portugal moderno não foi centralizado e que os poderes políticos formavam, efetivamente, uma “constelação de poderes” organizados por mecanismos de negociação.

Ambas rejeitam o modelo tradicional do Estado Novo, no qual o Estado monárquico compreende um governo centralizado desde longa data e com participação irrelevante das autarquias locais.

Trabalhos como de Damião Peres, *História de Portugal* de 1928 e *História dos descobrimentos portugueses* de 1959 e “Política administrativa”, capítulo de Torquato Brochado de Sousa Soares de 1937 publicado na *História da expansão portuguesa no mundo*, organizada por António Baião, Hernâni Cidade e Manuel

Múrias, reforçam a visão centralizadora por parte do poder central no passado português.

Soma-se a essas a obra de Edmundo Zenha, *O município no Brasil*, de 1948, em que defendeu, de maneira pioneira, a autonomia dos municípios e sua importância não somente na estruturação dos poderes em Portugal como no processo de construção de um Império ultramarino.

A partir dessas publicações pretendemos analisar a influência da obra *Causas da decadência dos povos peninsulares* de Antero de Quental.

O presente discurso de Antero de Quental foi proferido no Casino Lisbonense durante a 1ª sessão das Conferências Democráticas em 1871. Nela, apresenta as causas para a decadência econômica, política e social de Portugal e Espanha, apontando o Concílio de Trento e o catolicismo como sufocantes da criatividade e gênio ibérico.

Escrito o discurso de Quental em um contexto turbulento é marcado pela situação de instabilidade político-partidária. Segundo Oliveira Marques, “de Julho de 1860 a Setembro de 1871 puderam contar-se nove governos, com a agravante de que o primeiro, teoricamente o mais longo, passou por várias remodelações” (2006:483).

78

Assim, de acordo com Oliveira Marques, as “chamadas «conferências do Casino», realizadas em Lisboa, no Casino Lisbonense, de 22 de Maio a 26 de Junho de 1871, representaram a primeira grande contestação ao *establishment*”² (2006:500).

Segundo Sérgio Campos Matos, “o texto da conferência de Antero de Quental, concebido aos 29 anos, quando o seu autor era simpatizante de uma República Social ideal” (1998:363) constituiu

uma síntese a partir da qual se devem compreender alguns aspectos da consciência histórica do republicanismo – o anticlericalismo, o anti-absolutismo e a valorização do povo na história – [...] e os prolongamentos do debate já no século XX, no seio do grupo da Renascença Portuguesa: Teixeira de Pascoas, Jaime Cortesão,

2 “As conferências do Casino foram cinco: a primeira, de Antero de Quental, sobre *O Espírito das Conferências*; a segunda, do mesmo Antero, intitulada *Causas da Decadência dos Povos Pensinsulares*; a terceira, de Augusto Seromenho, versando *A Literatura Portuguesa*; a quarta, de Eça de Queirós, provavelmente chamada *A nova Literatura*; e finalmente, a quinta, de Adolfo Coelho, denominada *O Ensino*. A conferência de 26 de Junho, a proferir por Salomão Saragga, ocupar-se-ia de *Os Historiadores Críticos de Jesus*. (...) O público assistente computou-se numa centena ou mais de pessoas, número assaz elevado para a Lisboa do tempo” (OLIVEIRA MARQUES, 2006:500).

António Sérgio e outros” (1998:364)³.

A Inquisição foi apontada como principal fator do “atraso” cultural e científico, mas destacou o papel da Igreja católica como instituição repreensora de novas ideias e como promotora do atraso no qual Portugal se encontrava em fins do século XIX.

Ainda de acordo com Campos Matos, “nas *Causas da decadência...* de Antero de Quental, a lógica dedutiva é levada às últimas consequências, chegando a aludir-se uma ‘lei da evolução histórica’, que não passa afinal do encadear de um conjunto de conceitos abstractos numa inexorável sequência de causa-efeito” (1998:362-363).

Apesar de essa formulação ser a base do pensamento de Quental, focaremos em um aspecto aparentemente secundário, mas que tornar-se-ia central no debate historiográfico no século XX: o poder municipal frente à centralização monárquica.

Antero de Quental apontou que a descentralização político-administrativa é uma das características basilares dos povos ibéricos, mesmo antes da sua criação enquanto Estado. Afirmou que

logo na época romana aparecem os caracteres essenciais da raça peninsular: espírito de independência local e originalidade de génio inventivo. Em parte alguma custou tanto à dominação romana o estabelecer-se, nem chegou nunca a ser completo esse estabelecimento (2010:9).

Dessa forma,

o instituto político de descentralização e federalismo patenteia-se na multiplicidade de reinos e condados soberanos, em que se divide a Península, como um protesto e uma vitória dos interesses e energias locais, contra a unidade uniforme, esmagadora e artificial. Dentro de cada uma dessas divisões as comunas, os forais, localizam ainda mais os direitos, e manifestam e firmam, com um sem-número de instituições, o espírito independente: é, quanto à época o comportava, singularmente democrático (QUENTAL, 2010:10).

Sobre Portugal e Espanha definiu que “a liberdade era então estado natural da península” (QUENTAL, 2010:32).

Essa autonomia seria responsável pelo desenvolvimento das artes e da ciência, que culminariam no destaque que Portugal e Espanha tiveram no século

3 Para uma discussão mais aprofundada a respeito da obra de Quental e seu contexto político e historiográfico, conferir Fernando Catroga. *Antero de Quental, história, socialismo e política*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

XV e XVI com as Navegações e descobertas de novos continentes.

Para Quental, as navegações e a atenção dada às Conquistas foram as razões pelas quais a monarquia, fortalecida pelas riquezas do Oriente e, posteriormente, com o ouro das Minas Gerais, possibilitou o enfraquecimento dos poderes municipais.

No entanto o desejo pela de novas terras levou a perda da independência de Portugal, causada pela crise dinástica gerada pela morte de D. Sebastião quando da tentativa de conquista do Marrocos. Assim,

deste mundo brilhante, criado pelo génio peninsular na sua livre expansão, passamos quase sem transição para um mundo escuro, inerte, pobre, ininteligente e meio desconhecido. Dir-se-á que entre um e outro se meteram dez séculos de decadência: pois bastaram para essa total transformação 50 ou 60 anos! Em tão curto período era impossível caminhar mais rapidamente no caminho da perdição (QUENTAL, 2010:15).

O responsável por essa mudança, que levaria à decadência dos peninsulares, notadamente Portugal, teria sido a União Ibérica. Nem tanto pela supressão nacional lusitana, mas pelo fato de um monarca, em especial, Felipe II, sob a Contrarreforma católica, pudesse influenciar toda a península com sua ideia de fanatismo religioso e, principalmente, de centralização absolutista.

80

Por isso, segundo Antero de Quental,

no princípio do século XVII, quando Portugal deixa de ser contado entre as nações, e se desmorona por todos os lados a monarquia anómala, inconsistente e desnatura de Filipe II; quando a glória passada já não pode encobrir o ruinoso do edifício presente, e se afunda a Península sob o peso de muitos erros acumulados, então aparece franca e patente por todos os lados a nossa improcrastinável decadência. Aparece em tudo, na política, na influência, nos trabalhos da inteligência, na economia social e na indústria, e como consequência de tudo isto, nos costumes (QUENTAL, 2010:15).

A centralização política e o controle religioso culminariam com a decadência de Portugal e Espanha. Anuncia que

vamos de século para século minguando em extensão e importância, até não sermos mais que duas sombras, dois espectros, no meio dos povos que nos rodeiam!... E que tristíssimo quadro o da nossa política interior! As liberdades municipais, à iniciativa local das comunas, aos forais, que davam a cada população uma fisionomia e vida próprias, sucede à centralização, uniforme e esterilizadora (QUENTAL, 2010:15).

Assim, notadamente em relação aos poderes municipais, “a centralização

monárquica, pesada, uniforme, caiu sobre a Península como a pedra dum túmulo” (QUENTAL, 2010:33)

Concluiu Antero de Quental, portanto, que “esta causa [Concílio de Trento e catolicismo] actuou principalmente sobre a vida moral: a segunda, o absolutismo, apesar de reflectir no estado de espíritos, actuou principalmente na vida política e social” (2010:31).

Quental apresentou o absolutismo como secundário em relação às causas da decadência dos povos peninsulares e dependente da influência do catolicismo, causa essa apontada como principal. No entanto, a historiografia sobre poderes locais, tanto em Portugal como no Brasil, assentou-se no debate sobre a centralização e poderes autônomos.

Devemos, portanto, recuarmos ao século XIX e refletirmos sobre a obra de Alexandre Herculano que influenciou sobremaneira os autores que iremos tratar.

Publicada entre 1856 e 1873, a *História de Portugal* de Herculano baseou-se na concepção de que

a história encerra um protesto perene da liberdade contra a desigualdade, digamos assim, activa, e ao mesmo tempo atesta-nos que todos os esforços para a substituir por uma igualdade absoluta têm sido inúteis e que esses esforços ou degeneram na tyrannia popular, no abuso da desigualdade numerica, ou fortificam ainda mais o despotismo de um só, ou o predomínio tyrannico das oligarchias da intelligencia, da audacia e da riqueza (HERCULANO, 19??:88-89).

81

Para garantir a liberdade frente às pretensões absolutistas dos governos do século XIX afirmou que

estamos intimamente persuadidos de que, depois de longo combater e de dolorosas experiencias politicas, a Europa há de chegar a reconhecer que o único meio de destruir as difficuldades de situação que a affligem, de remover a oppressão do capital sobre o trabalho, questão suprema a que todas as outras nos parecem actualmente subordinadas, é o restaurar, em harmonia com a illustração do seculo, as instituições municipaes, aperfeiçoando-as sim, mas accordes na sua indole, nos seus elementos com as da idade média (HERCULANO, 19??-89-90).

Não significa, contudo, que Herculano defenda a participação popular nos concelhos locais. Ressaltou, após enumerar as qualidades dos municípios romanos e visigóticos, que o mesmo “tivera desde a sua origem indole aristocratica” (19??:60).

Corroborando com a interpretação de Herculano, Henrique Gama Barros,

na sua *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, publicada entre 1885 e 1922, defendeu que “a história do povo é a historia das instituições municipaes. É por estas instituições que elle vem a interferir no governo da sociedade, adquirindo voto em côrtes, foram ellas que auxiliaram mais efficazmente o homem de trabalho a passar de servidão para a liberdade” (1946:13).

A defesa dos poderes locais seria justificada por Gama Barros pelo fato do “poder do rei ser limitado ou pela acção de todas as classes reunidas, isto é, pelas côrtes, ou pela influênciã de cada classe” (1946:125).

Aproxima-se de Herculano também quando afirmou a predominância das tradições e costumes frente ao poder central. Concluiu que “quando se procuram na historia do nosso paiz as regras de direito publico existentes na idade media entre o soberano e os subditos, o principio fundamental, que nos apparece logo à primeira vista da parte do imperante, é a observância dos antigos foros e costumes” (GAMA BARROS, 1946:133).

A visão municipalista de Herculano e Gama Barros vai ser eclipsada pela produção historiográfica do século XX, notadamente no contexto de instalação e consolidação do Estado Novo português.

82

Focada na figura de António de Oliveira Salazar, presidente do Conselho de Ministro entre 1933 e 1968, o novo regime seria caracterizado pela centralização político-administrativa, autoritarismo, repressão política, conservadorismo e exaltação de grandes nomes históricos através de comemorações cívicas.

Ressaltamos que, conforme observa Diogo Ramada Curto, “qualquer balanço sobre a historiografia do império português nos últimos 50 anos debate-se com a questão da utilização política do passado” (2012:112). Isto é, o período marcado pela consolidação do Estado Novo português caracterizou-se pelo intenso uso do passado como forma de legitimar ações políticas. No entanto, observamos que esse uso, embora tenha se intensificado no período apresentado por Ramada Curto, está presente no início do regime salazarista e, de forma pontual, em alguns anteriores ao Estado Novo, mas que corroboraram posteriormente com suas interpretações.

Destacamos a obra organizada em 1928 por Damião Peres intitulada *História de Portugal*, no bojo das comemorações do oitavo centenário da fundação da nacionalidade.

Nessa obra monumental, conhecida também como edição de Barcelos, por ter sido publicada nessa cidade, o autor defendeu que, no reinado de D. João II

(1481-1495), “enquanto as cortes funcionavam, o rei ia centralizando as medidas que se lhes afiguravam mais urgentes, todas tendentes a uma completa centralização do poder” (PERES, 1928:III, 172).

Para tanto, “extinguiu os logares dos *adiantados*, grandes do reino e titulares que o rei precedente pusera à testa de cada comarca, e que se faziam substituir por ouvidores” (PERES, 1928:III, 172). Assim, “nenhuma outra entidade se antepunha ao corregedor, que era o principal representante da autoridade régia em cada comarca” (1928:III, 172).

Dessa forma, “a centralização do poder régio substituíra-se à multiplicidade dos poderes particulares, exercidos pelos membros das classes privilegiadas e nos municípios, pelos chamados *homens-bons*, essoutra aristocracia dos concelhos” (PERES, 1928:III, 191).

Concluiu Peres que “organizava-se, de modo seguro, o Estado Moderno (moderno, quere dizer, que vigorou nos séculos XVI, XVII e XVIII).” (1928:III, 192).

Em outra obra de 1959, denominada *História dos descobrimentos portugueses*, publicada pela Comissão Executiva das comemorações do 5º centenário da morte do Infante D. Henrique, Damião Peres focou o processo de expansão ultramarina apenas na figura do representante do poder central, o Infante. Ignora por completo o estabelecimento das câmaras municipais como consolidação da presença portuguesa nas ilhas atlânticas, no Brasil, em África e no Oriente.

Em 1937, Torquato Brochado de Sousa Soares, no capítulo “Política administrativa” publicado na *História da expansão portuguesa no mundo*, organizada por António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, seguiu as ideias apresentadas por Damião Peres.

Definiu Sousa que “a política dos nossos reis, conquanto absolutamente integrada no pensamento da unidade nacional que sempre norteou a sua acção”(1937:78).

Ressaltou que os forais dos municípios apresentavam, em grande parte, mais semelhança que diversidade. Afirmou, portanto, que “não podemos concordar com Herculano quando diz que ‘uma história municipal rigorosamente exacta não acharia talvez individualidades, isto é, teria de descrever singularmente as instituições de cada povoação assim organizada’.” (SOUSA, 1937:78).

Defendeu que houve uma centralização do poder em Portugal por volta do século XIV. Apresentou que “não era possível, em face da complexidade crescente da vida, que os antigos forais, adaptados a uma sociedade quási inteiramente

subordinada às necessidades da guerra, pudessem satisfazer as populações concelhias” (SOUSA, 1937:86).

A política de centralização defendida por Torquato Brochado focou-se na nomeação de corregedores em 1352, na qual o rei “sentiu necessidade de ir mais longe, nomeando ele próprio juizes estranhos à comunidade onde tinham de exercer as suas funções” (1937:87).

Indo mais longe na centralização, “a política reformadora do poder central manifestava-se ainda pelo aparecimento, no quadro das magistraturas municipais, de novos funcionários de carácter puramente administrativo – os vereadores” (SOUSA, 1937:87).

Justificando que essa medida visava obter uma administração mais profícua, o autor declarou ser “evidente que, impondo-a aos concelhos, o rei procurava sobretudo restringir a acção possivelmente tumultuária da assembleia dos homens-bons, pois determina que os vereadores possam tomar deliberações sem a reunir” (SOUSA, 1937:87).

O temor do poder popular, fora do controle central foi a base, segundo Torquato Brochado, “da reforma da organização local do país que, em precipitações, mas com firmeza, os nossos monarcas procuravam harmonizar com as novas condições de vida e com os interesses mais altos da grande comunidade nacional” (1937:87).

Apesar de abordar o século XIV, não podemos deixar de observar as relações entre o texto do autor com o momento político do período no qual escreve. Por volta de 1937, ano de publicação da obra, Portugal estava no processo de consolidação do Estado Novo e da afirmação da proeminência da figura de António Salazar⁴.

O salazarismo consolidou, portanto, o processo de centralização de poder e de controle político e ideológico do Estado e que culminaria com a Exposição do Mundo Português de 1940, celebrando o 8º centenário da fundação do país.

Já no Brasil, em data muito próxima das obras portuguesas citadas, destacamos *O município no Brasil*, de Edmundo Zenha. Publicado em 1948, baseou-se na valorização dos poderes municipais como base da colonização portuguesa na América. Definiu que “mais popular, pois, e democrática, não podia ser a instituição municipal no Brasil-Colônia” (1948:78).

Para Zenha, “não se criam municípios no Brasil para a realização de obras

4 Para maiores detalhes sobre o processo de consolidação do poder de Salazar no início do Estado Novo português, ver Fernando Rosas. *Salazar e o poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012.

públicas. Os povos, quando os pedem, querem policiar a terra, implantar nela um organismo distribuidor de justiça porque a del-rei era distante, demorada e cara” (1948:31).

A obra de Zenha pode ser inserida no contexto de autonomia que o poder local representa. Assinou a obra de 1948 localizando-a em Santo Amaro, distrito da cidade de São Paulo que até 1935 constituía município autônomo. Vale ressaltar que Zenha, ao longo de sua produção e atividade intelectual, dedicou vários estudos ao então município de Santo Amaro, os quais destacamos *A colônia alemã de Santo Amaro, sua instalação em 1829* de 1950, *Santo Amaro de Paulo Eiró* de 1952 e *A vila de Santo Amaro* publicado em 1977.

Apesar de valorizar os aspectos democráticos que o município emanava, Zenha dedicou-se mais à valorização da especificidade de Santo Amaro do que na questão da autonomia do poder local frente a um Estado centralizado.

A referência à discussão de Antero de Quental e à Geração de 70 resume-se à citação de Alexandre Herculano. Valorizou o município como tradição civilizacional, iniciada pelos romanos e transferida pelos portugueses para a América. Afirma que “inclinamos-nos a admitir que a instituição dos homens-bons proceda da cúria romana municipal isto firmados pelo historiador português que, no entanto, procura explicá-la como oriunda de um costume godo – o *conventus publicus vicinorum*” (ZENHA, 1948:89).

A obra de Zenha, no entanto, teve outra recepção em Portugal. Em meio ao governo centralizador e unitário de António Salazar cuja historiografia basilar contava com a colaboração de importantes intelectuais como Virginia Rau⁵ e Marcelo Caetano⁶. Esses impactaram a historiografia portuguesa, imprimindo a ideia de centralização precoce e corporativismo medieval como justificativa para o regime político da época.

Essa produção, intimamente ligada às Universidades portuguesas representou, nas interpretações de Ramada Curto, um “processo de institucionalização, em parte suscitado por sucessivas políticas comemorativas, [que] longe de ter criado as condições para a elaboração de um saber autônomo,

5 Estudos primordiais à história económica em Portugal, dos quais destacamos *Feiras medievais portuguesas: subsídios para o seu estudo* (1943), *Sesmarias medievais portuguesas* (1947) e *A exploração e comércio do sal em Setúbal* (1951).

6 Dentre as obras históricas, destacamos *As cortes de Leiria de 1254* (1954), *Os nativos na economia africana* (1954), *Subsídios para a história das Cortes medievais portuguesas* (1963) e *História do direito português* (1978-1980).

sujeitou a produção historiográfica a agendas ou a conotações de natureza política” (2012:120).

Assim, a produção historiográfica sobre municípios e a discussão sobre poderes locais e centralização, iniciada por Herculano, Quental e Gama Barros no século XIX, ficaria eclipsada pelos estudos sobre Idade Média, notadamente os referentes à formação do Estado português e a estudos de tempos remotos sem vinculação aparente com o tempo presente, como forma legitimadora dos estatutos políticos do salazarismo.

Após 25 de Abril de 1974 e com a instauração do regime democrático, foram retomados os estudos sobre poderes locais em Portugal. Foi discutido pelos novos trabalhos, no âmbito da reorganização dos poderes políticos pós Estado Novo, o papel dos concelhos e freguesias em uma nova realidade político-administrativa.

A obra de Maria Helena da Cruz Coelho e Joaquim Romero Magalhães, *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes*, de 1986, é pioneira nessa nova formulação. Recuperando as ideias de democracia do poder municipal, apontadas por Edmundo Zenha quando esse se baseia em Herculano, valorizaram a autonomia dos concelhos como característica portuguesa tradicional. Refutaram, dessa maneira, a ideologia corporativista construída e legitimada pelo salazarismo.

Definiram os autores que

logo após a invasão muçulmana os quadros político-religiosos e administrativo-militares ficaram desorganizados. Nobres e bispos refugiaram-se nas Astúrias, deixando os seus cargos e as suas terras sem chefias. Os trabalhadores rurais, esses não tinham capacidade de se adiantar ao infiel, esporeando um ginete em fuga. As florestas e matagais eram refúgio seguro nos momentos de maior sanha guerreira (COELHO e MAGALHÃES, 2008:16).

A partir da Reconquista, na qual os poderes populares tiveram importante papel, esses haviam se organizados e tiveram sua autonomia respeitada pelos reis e nobres. Dessa forma,

ao longo destes séculos IX, X e XI assistiremos, pois, ao desenvolvimento de múltiplos e diversos concelhos rurais, de vida simples e forte coesão interna, confinados aos limites de uma paróquia, que reforçava pelos laços religiosos a união comunitária, estruturalmente diferentes dos grandes concelhos urbanos, de complexa organização económica e administrativa (COELHO e MAGALHÃES, 2008:17-18).

A consolidação do Estado português havia residido, na interpretação de

Coelho e Magalhães, no respeito às liberdades locais. Afirmaram que

viver-se-ia, ainda, então, nos concelhos, por todo o século XII e primeira metade do seguinte, um pouco daquele espírito ‘democrático’ que Herculano sonhava. Mas só um pouco e em parte. O concelho revivido por aquele historiador é um mito. Nunca as comunidades foram igualitárias social e economicamente. Estruturalmente diferentes eram as cidades das aldeias, os concelhos urbanos dos rurais. Enquanto nos primeiros imperava uma dinâmica comercial e mercantil e quadros mentais racionais e práticos, uniformizadores até da vida urbana, nos últimos, muitos variáveis regionalmente, impunha-se o primado da terra e do calendário agrícola e desenvolviam-se as solidariedades colectivas, a par de uma ritualidade ancestral (2008:20-21).

Tal panorama só iria mudar com o início do processo de centralização a partir do século XIV, tendo como ferramenta

a influência do direito justianeu e do corpo de juristas que gravitam na corte conduzem aos progressos da realeza. As leis gerais sobrepõem-se, em grande parte, aos costumes locais e a máquina da administração pública tenta burocratizar-se e reorganizar-se a partir do governo central, prolongando o poder soberano em todo o reino (COELHO e MAGALHÃES, 2008:24).

E para reforçar a centralização, fenômeno não tradicional na história portuguesa, os autores apontaram

87

a presença do monarca absoluto [que] manifesta-se nessa expressão de um poder territorialmente confinado em termos de *Mando*, ou seja, de eficácia do *Poder* em exercício. As finanças públicas assentam sobretudo no que vem do Ultramar e entra pela Casa da Índia-Paço da Ribeira. O País conta pouco e as sisas são mesmo encabeçadas definitivamente em 1564 (2008:47).

Dessa forma, para valorizarem os poderes locais e combater a ideia de centralização, que no momento representava os ideais do então deposto Estado Novo, Coelho e Magalhães optaram por seguir as ideias que haviam disso formuladas por Antero de Quental. Reforçariam, pois, o aspecto centralizador da monarquia na Época Moderna como causa da decadência de Portugal e, ainda mais, a centralização salazarista do século XX como continuidade e agravamento desse elemento prejudicial à sociedade portuguesa.

Para tanto, é fundamental para tal interpretação a passagem de Antero de Quental que afirmara que “no século XVI tudo isso mudou. O poder absoluto assenta-se sobre a ruína das instituições locais” (2010:32).

António Manuel Hespanha, em sua tese de doutoramento intitulada *As*

vésperas do Leviathan, de 1986, apresentou uma interpretação diversa no que toca a discussão sobre o poder local em Portugal moderno. Afirmou que

o objetivo deste estudo é colocar de novo – aspira o autor que também em termos novos... – a questão do advento em Portugal desse sistema de poder a que é costume chamar o ‘Estado moderno’. Ou, ditas as coisas mais chãmente, voltar àquilo que a nossa historiografia tem designado, pelo menos desde os inícios do século passado, por questão da ‘centralização do poder’ (1986:7).

Apresentou também que a discussão sobre a temática envolve posicionamentos políticos de seus autores, posturas essas que nem sempre são claramente explicitadas. Apresentou que a centralização,

tema – aqui como lá fora – tão pouco virgem quanto inocente. Sobrecarregado de subentendidos, que aos historiadores foram inculcados pela dúvidas e polémicas do seu tempo, acerca do poder e da sua organização, mas, também, sobrecarregado de recados, com os quais os historiadores pensavam poder aclarar estas dúvidas e decidir essas polémicas.” (HESPANHA, 1986:7).

Para Hespanha, o debate historiográfico sobre centralização do Estado português é

88

um terreno de santas e variadas alianças. Desde os tradicionalistas – a chorar o fim das liberdades corporativas e concelhias – até aos jacobinos – exaltando a epopeia da desfeudalização – passando pelos que saudam a obra de construção do Estado, quase todos estão de acordo em que a tragédia ou epopeia começou cedo entre nós (1986:7).

Focou sua crítica à historiografia recente sobre o tema quando essa adota uma postura escatológica, como se os elementos do Estado medieval fossem anúncios ou embriões do Estado centralizado moderno. E, associados a componentes político-ideológicos conjunturais, torna-se essa produção historiográfica extremamente prejudicial à compreensão dos elementos político-administrativos tais como eram.

Fez crítica também à interferência das posições político-partidárias na eleição de temas de estudo e de como essas influenciam sua composição. Aponta que, para muitos historiadores,

a Coroa é a forma larvar da soberania estatal; as assembleias de estados, a antecipação dos parlamentos; as comunas, os antecedentes da administração periférica delegada; os senhorios, o eterno elemento egoísta que o Estado deve dominar e subordinar ao interesse geral (HESPANHA, 1986:20).

Apresentou, portanto, que na discussão historiográfica portuguesa,

a questão dos equilíbrios do sistema de poder na época moderna tem-se arrumado em torno dos tópicos do ‘absolutismo’ e da ‘centralização do poder’; tópicos, tanto um quanto o outro, muito marcados pelos contextos políticos em que surgiram – no primeiro, o contexto da discussão sobre a natureza do regime, dos finais do século XVIII – inícios do séc. XIX; no segundo, a polémica sobre os modelos de organização do Estado dos meados do século passado (HESPANHA, 1986:32).

Ignorou, contudo, que inclusive sua posição de criticar influências político-partidárias de historiadores, acaba por ser uma interferência também na sua escolha de objetos e de análise. Ao negar a centralização do Estado português e definir a constelação de poderes, especialmente quando afirmou que

em vez de monopolizado por um centro único (embora este o pudesse exercer de uma forma desconcentrada), o poder político aparecia disperso por uma constelação de pólos relativamente autónomos, cuja unidade era mantida, mais no plano simbólico do que no plano efectivo, pela referência a uma ‘cabeça’ única (HESPANHA, 1986:385),

Hespanha valorizou a composição de poderes como característica do Estado moderno.

89

Com isso, afirmou que, opondo-se à historiografia tradicional ligada ao Estado Novo e que valorizara um Estado forte, quando focara nos elementos dispersos de poder, adota uma posição política que concluiu que Portugal, tradicionalmente, foi democrático (no sentido da não concentração de poderes).

Refutou a ideia de Antero de Quental quando afirmou que “o próprio brilho que a visão municipalista de Herculano emprestara aos concelhos na sua época áurea terá feito com que a organização municipal da época moderna tenha parecido mesquinha e apagada” (HESPANHA, 1986:39), mas não se opôs à tese de poderes democráticos completamente. Diferiu de alguns elementos, notadamente da oposição entre Estado centralizado e poderes municipais outrora autónomos e, com o passar do tempo haviam sido alijados de suas prerrogativas em um processo de centralização.

Para Hespanha, esse embate entre poderes centrais e locais não ocorrera, pois interpretou que o Estado português, desde as origens, nunca fora de fato centralizado. Essa análise, por mais que o autor sublimasse, teve fortes conotações políticas pois isolou o salazarismo e o Estado Novo como momentos anômalos na história de Portugal.

Considerações Finais

Observando a produção historiográfica sobre poderes locais e suas relações com o poder central, concluímos que é importante levarmos em consideração o momento histórico no qual o autor das obras analisadas está inserido.

A questão sobre poderes no Antigo Regime português relaciona-se diretamente com a política contemporânea do autor, principalmente quando se utiliza do passado como forma de justificar ações do presente.

Embora a geração de Antero de Quental, Gama Barros e Alexandre Herculano propusessem uma ruptura com o passado e a construção de uma nova realidade política e social, a historiografia portuguesa do Estado Novo adotou uma postura distinta.

Utilizando o passado, muitas vezes selecionando temáticas e elementos políticos convenientemente, para legitimar sua ideologia política, a historiografia do Estado Novo eliminou a proposta de ruptura defendida pelos autores da Geração de 70. Defendeu, portanto, a ideia de continuidade.

90 A produção historiográfica posterior à democratização de 1975, embora questionasse a centralização e as temáticas selecionadas pela historiografia ligada ao regime salazarista, notadamente o foco nas grandes personalidades históricas e a escolha da expansão marítima portuguesa como tema privilegiado, não propôs uma ruptura com o passado, conforme defendia Quental e Herculano.

Seguiu a nova historiografia a solução adotada pela produção intelectual do Estado Novo. Questionou o modelo de Estado centralizado defendido pelos historiadores ligados ao salazarismo, argumentando que desde a formação de Portugal os poderes locais foram preeminentes. Inclusive relativizou o poder central ao propor a interpretação de que o mesmo é, na verdade, uma “constelação de poderes”.

Não defenderam, pois, uma ruptura com o passado, mas sim uma continuidade.

Isto posto, é fundamental que novos estudos sobre a administração e poderes no Império Português levem em conta a historiografia do tema de forma mais contextualizada. As escolhas de objetos de estudo, bem como as abordagens dos mesmos, recebem influência do momento histórico do autor e determinam importantes encaminhamentos na sua produção histórica.

Ignorar esse processo faz com que as escolhas do autor sejam vistas como elementos de interpretação do passado de forma simplista, reproduzindo de forma

inconsciente posicionamentos e anseios políticos de cada autor.

Referências Bibliográficas

AFONSO, Zeca. *Grândola vila morena*. Disponível em <http://letras.mus.br/zeca-afonso/749168>. Acesso em 12/03/2013.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. *A Revolução no Alentejo. Memória e trauma da reforma agrária em Avis*. Lisboa: ICS, 2006.

CATROGA, Fernando. *Antero de Quental, história, socialismo e política*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

COELHO, Maria Helena da Cruz e Joaquim Romero Magalhães e Maria Helena da Cruz Coelho. *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes*. Coimbra: CEFA, 2008, 2ª edição, [1ª edição, 1986].

CURTO, Diogo Ramada. “A historiografia do império português na década de 1960: formas de institucionalização de projeções” *História da Historiografia*. Ouro Preto: UFOP, n. 10, dezembro de 2012, pp. 111-123.

GAMA BARROS, Henrique da. *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1946 (1ª ed. 1885-1922), tomo III.

91

HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal. Desde o começo da monarchia até o fim do reinado de Affonso III*. Lisboa: Bertrand, 19-- (1ª ed. 1846-1853).

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*. Lisboa: AMH, 1986 (tese apresentada na FCSH da UNL), 2 vol.

MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e memória nacional (1846-1898)*. Lisboa: Colibri, 1998.

MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e memória nacional (1846-1898)*. Lisboa: Colibri, 1998.

MEDINA, João. *Herculano e a geração de 70*. Lisboa: Terra Livre, 1977.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. “A conjuntura” In: SERRÃO, Joel e OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *História Nova de Portugal. Portugal e a Regeneração*. Lisboa: Presença, 2006, pp. 467-518.

PERES, Damião. *História de Portugal. Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade*. Barcelos; Lisboa: Portucalense, 1928.

_____. *História dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do 5º centenário da morte do Infante D. Henrique, 1959.

PORTUGAL. *Constituição da República Portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2012.

QUENTAL, Antero. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Lisboa: Padrões Culturais, 2010, [1ª edição, 1871].

ROSAS, Fernando. *Salazar e o poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012.

ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de. *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova: Bertrand, 1996, vol. I.

SOARES, Torquato Brochado de Sousa. “Política administrativa” In BAIÃO, António, CIDADE, Hernâni e MÚRIAS, Manuel. *História da expansão portuguesa no mundo*. Lisboa: Ática, 1937, vol. I, p. 78-87.

ZENHA, Edmundo. *Os municípios no Brasil (1532-1700)*. São Paulo: IPE, 1948.

“Restauração”, “Decadência” e “Progresso”: uma análise de conceitos fundamentais na Cultura Histórica portuguesa (1808-1840)

Enviado em:
07/04/2013
Aprovado em:
26/07/2013

Thamara de Oliveira Rodrigues

Mestranda pela Universidade Federal de Ouro Preto
thamara_rodrigues@yahoo.com.br

Resumo

Neste artigo pretende-se apresentar e discutir a hipótese de que o progresso fora tratado com imensa desconfiança por parte da cultura histórica letrada em Portugal na primeira metade do século XIX, isso em razão da força de seu conceito oposto, o de decadência. Este conceito oferecia resistência ao otimismo no futuro plasmado pelo conceito de progresso. A prioridade desta análise se concentra entre 1808-1840, momento no qual se insere o processo de Independência do Brasil.

Palavras-Chave

cultura histórica portuguesa, progresso, decadência.

93

Abstract

This article aims to present and discuss the hypothesis that progress had been treated with great suspicion by the historical culture literate in Portugal in the first half of the nineteenth century, this due to the strength of its opposite concept, namely the decay. This concept offered resistance to optimism in the future shaped by the concept of progress. The priority this analysis focuses between 1808-1840, moment in which it inserts the process Independence of Brazil.

Keywords

Portuguese historical culture, progress, decadence

Neste artigo pretende-se apresentar e discutir a hipótese de que o progresso fora tratado com imensa desconfiança por parte da cultura histórica letrada em Portugal na primeira metade do século XIX, isso em razão da força de seu conceito oposto, o de decadência, que oferecia resistência ao otimismo no futuro plasmado pelo conceito de progresso. A prioridade desta análise se concentra entre 1808-1840, momento no qual se insere o processo de Independência do Brasil.

Essa discussão terá como objetivo oferecer uma contribuição ao debate sobre a relevância da História dos Conceitos para o pensamento político e historiográfico na América Ibérica. Observo que a prioridade de análise no Reino de Portugal para um dossiê interessado na relevância da história conceitual para América Latina se justifica pela impossibilidade de se pensar individualmente Portugal e o seu território brasileiro no período de sua separação.¹ Além do mais, acredita-se que a Independência do Brasil constitui-se como um dos fatores responsáveis pela produção da desconfiança no progresso neste período em Portugal e pela intensificação da experiência da decadência. Um dos caminhos teórico-metodológicos desta pesquisa diz respeito ao uso da história conceitual proposta por Reinhart Koselleck, a partir da qual se pretende investigar a assimetria/simetria entre três conceitos fundamentais à historicidade luso-brasileira no período mencionado: restauração, progresso e decadência.

Este artigo se dividirá em quatro seções. Na primeira se propõe uma síntese das compreensões que orientam este trabalho acerca da história dos conceitos proposta por Koselleck. Na segunda, a partir da *Memória histórica da Invasão dos Franceses em Portugal* escrita por José Accúrsio das Neves procura-se descrever a expectativa de resolução da crise portuguesa caracterizada por uma atmosfera de insegurança e melancolia a partir do conceito de “restauração” e suas consequentes contradições. Na terceira, busca-se apresentar a partir da obra do periodista Francisco Solano Constâncio a insuficiência dos conceitos de “restauração” e de “progresso” frente ao de “decadência” para justificar o contexto de crise do

1 Javier Fernández Sebastián, no *Diccionario político y social del mundo iberoamericano* definiu o processo de modernização a partir de uma “transnacionalização” de vocábulos “euroamericanos” e “ocidentais”, que foram adaptados às dimensões nacionais, regionais e locais, o que configurou este processo como um fenômeno cosmopolita e justificaria o fato de nos encontrarmos “ante una pluralidad de modernidades – y también ante una pluralidad de transiciones a la modernidad” (SEBÁSTIAN, 2009: 27). Assim, a constituição das particularidades sem deixar de observar as mudanças internacionais, permite, segundo Sebastián, a compreensão da modernização, a partir da delimitação de perspectivas historiográficas globais: “Cuando logremos recomponer al menos las piezas maestras del complicado puzzle de nuestra historia político-conceptual iberoamericana tal vez sea el momento de abordar otras historias más complejas que ya se insinúan en recientes encuentros entre los estudiosos de la disciplina, como una historia conceptual europea comparada de carácter ineludiblemente plurilingüe. Cabría pensar incluso en otras tareas aún mas ambiciosas, como la elaboración de una historia conceptual euroamericana que, dejando a un lado la metáfora epistemológica centro/periferia – cuyo rendimiento en términos cognitivos parece casi agotado -, podría comenzar por una semántica histórica comparada de las modernidades políticas”. (Idem, ibídem, 2009). Para uma discussão mais aprofundada sobre a modernização e sua relação com a história conceitual no mundo iberoamericano, consultar: SEBASTIÁN, 2009.

Império. Concluimos com uma análise das relações assimétricas/simétricas entre as palavras “restauração”, “decadência” e “progresso” a fim de demonstrarmos como a modernidade portuguesa se constituía a partir da tensão entre esses conceitos.

História dos conceitos: a linguagem como fenômeno da realidade

Desde os anos 50, a história dos conceitos corresponde a uma área de investigação histórica na qual a linguagem não é um epifenômeno da chamada realidade, isto significa que a história conceitual não entende a linguagem como um fenômeno que se junta à realidade sem influenciá-la. Pelo contrário, ela a compreende como um elemento sem o qual não se pode ter nenhuma experiência nem conhecimento do mundo. Assim, para Reinhart Koselleck, a história conceitual permite através da investigação da linguagem, além do conhecimento da realidade, uma experiência da realidade (KOSELLECK, 2012: 45).

Mas essa realidade é sempre tensionada pelo *res factae* e pelo *res fictae*, fato e invenção. Isso significa que o que de fato acontece sempre está superado, e o relato deste fato não atinge mais o acontecimento propriamente. Em razão do intervalo temporal entre o fato e o relato, o historiador tem a disposição basicamente os meios linguísticos da ficção para alcançar uma realidade cuja atualidade não mais existe. Trata-se aqui da compreensão de que os recursos fictícios dão acesso a uma realidade sempre rearticulada. Explicando melhor, não se pode mais ter acesso ao fato, o que significa que a história desapareceu em seu efeito, mas o *res fictae* indica que a história (enquanto acontecimento propriamente) era mais do que os efeitos produzidos em si mesmos.

Como exemplo empírico entre *res factae* e *res fictae* misturadas entre si de forma tensa, Koselleck se refere ao mundo dos sonhos. Apesar dos sonhos não serem produzidos conscientemente, eles testemunham uma inevitável facticidade do fictício. Ao analisar alguns sonhos durante o Terceiro Reich, Koselleck os considerou mais do que testemunhos ficcionais do terror e no terror, pois apesar de serem apreendidos a partir de narrativas, são histórias pré-linguísticas que ocorrem nas e com as pessoas afetadas. Koselleck recorreu aos sonhos como fontes para compreender experiências impossíveis de serem apreendidas pela linguagem de forma coerente, experiências essas ligadas a um emudecimento, geralmente produzido por crises traumáticas. Desta forma, os sonhos, enquanto ficção, foram um elemento da realidade histórica, e por isso, foram formas de realização *do* terror *no* terror (KOSELLECK, 2006: 247-266).

Já para experiências nas quais não se verifica esse emudecimento, a língua é o indicador e o fator da realidade, e ela é o âmbito próprio à história conceitual. Tem-se, então, uma compreensão da língua, como um elemento que aponta a existência da realidade, e também como um elemento que intervém nela e também a determina. Em outras palavras, Koselleck entendeu a língua como produto e produtora da realidade. Por esta razão, a história conceitual é um vínculo entre a história da linguagem e a história factual, tendo como uma de suas tarefas o estudo das convergências, deslocamentos e discrepâncias na relação entre o conceito e o estado das coisas que surgem no devir histórico. Para este tipo de análise privilegiam-se os “conceitos fundamentais”. Estes contêm um potencial histórico de transformação. Conceitos comuns se tornam fundamentais quando passam a ser insubstituíveis e intercambiáveis, eles plasmam um conjunto de experiências e significados sem os quais não é possível nenhuma comunidade política e linguística. O que significa dizer que eles passam a unir muitos significados individuais em um significado composto superior, passando a se referir a sistemas filosóficos, políticos, estruturas econômicas...

96

A partir de agora, nos dedicaremos a três conceitos fundamentais à historicidade luso-brasileira durante o processo de Independência: “restauração”, “decadência” e “progresso” a partir da obra de dois importantes autores portugueses que procuraram, cada um a seu modo, soluções para a crise do Império Luso-Brasileiro.

José Accúrsio das Neves e sua “Memória histórica”: insegurança, orfandade e melancolia

Em março de 1808, José Accúrsio das Neves (1766-1834) começou a escrever sua *Memória histórica da Invasão dos Franceses em Portugal* que viria a ser publicada no mesmo ano. O autor se posicionou como uma testemunha ocular em relação aos acontecimentos ligados a invasão napoleônica e a consequente transferência da corte portuguesa para o Brasil. Através de sua narrativa consideramos que esses eventos teriam sido responsáveis pela produção de uma *atmosfera melancólica* no reino português.² A iniciativa de escrever uma *memória histórica* partiu da dupla necessidade de “armazenar” as experiências advindas dos acontecimentos do final do ano de 1807 assim como de organizar e dispor interpretações que assegurassem

2 Melancolia aqui é utilizada como uma categoria analítica que se refere a um fracasso ou a uma tristeza advinda de uma experiência de decadência prolongada, mas não definitiva.

a superação dessa *atmosfera histórica* que chamamos de melancólica.³

A escolha pela *memória* estava relacionada à própria experiência de Accúrsio da invasão francesa, mas ela não se limitaria a ser um relato de experiência, uma vez que essa *memória* tratava de algo extremamente contemporâneo ao autor. Estando esses eventos ainda em curso, Accúrsio desejou mediar a influência que eles teriam sobre o presente e o futuro de Portugal a partir de uma interpretação *histórica* atrelada a concepções específicas do passado português.

Em sua *Memória*, Accúrsio procurou justificar a necessidade da ausência do rei e ao mesmo tempo produzir um estímulo otimista devido à invasão francesa, evento que ele considerava causador do estado de dependência política e econômica e miséria social. Esses elementos conviviam e acentuavam um sentimento de dúvida sobre o futuro de Portugal, marcado pela insegurança e pelo sentimento de orfandade. No entanto, apesar do ineditismo da transferência da corte, o autor associou a invasão francesa, constantemente à experiência da dominação espanhola sobre Portugal entre 1580 a 1640. Esta associação foi fundamental para que esta atmosfera melancólica, não fosse extenuante, pois encontrou no passado uma referência exemplar de superação. Não por acaso, tanto a emancipação portuguesa da Coroa Espanhola em 1640, tanto quanto o movimento de resistência à presença francesa foram chamados de “Restauração”, conceito que indica um movimento de retorno a um estado anterior.

O conceito de Restauração remete a uma experiência temporal em que o princípio filosófico e histórico é a existência de uma lei constante do desenvolvimento dos povos, que avança e regride em ciclos eternos. Um dos autores que discutiu os fundamentos e sentidos da história a partir dessa compreensão foi João Batista Vico (1668-1744). Em sua obra *Scienza Nuova* (1725, 1730, 1744) descreveu a

3 Entendemos por atmosfera histórica ou clima histórico o que Hans U. Gumbrecht chama de *Stimmung* – uma experiência que sugere a presença de um toque material – o mais leve toque material possível que produzem sentimentos internos de desconforto para os quais ainda não existem conceitos, porém, conduz de uma “disposição” específica em direção ao que é latente e de cuja presença se está seguro, ainda que não se conheça sua identidade. Podemos denominá-lo como um conjunto de sentimentos, ou utilizando o vocabulário heideggeriano, “tonalidades afetivas”, em que alguns tornam-se mais expressivos que outros operando junto aos sujeitos históricos em um tempo específico Cf.: GUMBRECHT: 2010a, 2010b.

Valdei Araujo defende que juntamente com a abertura de um campo de experiência marcada pela modernização do conceito de história associa-se a descoberta da existência desses climas históricos na segunda cascata de modernidade. A partir deles, os homens do início do XIX acreditavam poder se relacionar com o passado em termos de apresentação e representação destes climas, e assim, passaram a criar estratégias a fim de se relacionar com o passado Cf.: ARAUJO, 2011.

existência de uma história eterna ideal que acontecia no tempo através da história de todas as nações no seu nascimento, progresso, maturidade, declínio e queda. Como esta história ideal se concretizava na história dos povos; conhecendo a história humana, desde seu início, seria possível conhecê-la. Com esta perspectiva, Vico organizou uma concepção imanente e cíclica da história, feita a partir de fluxos e refluxos composta por três fases.

A primeira é o tempo dos deuses, em que os homens acreditam que são orientados por um poder divino que se manifesta através dos oráculos. A segunda é a fase dos heróis, homens poderosos que sedimentam governos aristocráticos em todas as sociedades e, consideram-se necessários devido à incapacidade dos plebeus. A terceira época é a dos homens que se reconhecem como iguais, a chamada época racional. O importante é que essas três fases são progressivas; a história passa da anarquia para a ordem, do caos para costumes civilizados. No entanto, esta progressividade não possui um *telos* linear. Ao contrário, o fim da história é a decadência total seguida de um novo retorno à selvageria inicial para reiniciar um novo ciclo que repete o anterior. Tem-se então, a compreensão de um retorno histórico que passa por um complexo processo de decadência, isto porque a Providência, que para Vico, respeita a liberdade do homem para construir-se ou destruir-se usa o processo histórico como advertência pedagógica aos povos, sinalizando o mal-estar causado pela decadência, momento de completo desperdício das virtudes morais e físicas, no qual vigora a corrupção (PEGARARO, 2011: 137-156).

98

Em Portugal, as narrativas procuravam, em sua maioria, orientar através de uma interpretação da história muito semelhante à descrita por Vico. Neste sentido, a tarefa da história, como notou Valdei Lopes de Araujo, era reconhecer e restaurar um princípio emperrado ou contaminado e adaptá-lo às necessidades do século – “esse esforço aproxima o passado do presente de tal forma que ele se torna imediatamente disponível, é mais uma ação contra o tempo do que no tempo, ignorando-se os seus efeitos” (ARAUJO, 2008: 30). O que torna possível a crença na possibilidade de restauração é a ideia de germe que associado a ideia de fermentação é um elemento epistemológico necessário para a incorporação dos intervalos entre decadência e ascensão. A partir da ideia de germe, podia-se acreditar que, por detrás do caos, existiam latentes e em fermentação as virtudes eternas que garantiriam o retorno à civilização. Uma observação importante é que esse movimento de retorno, não se limita simplesmente a repetição de um modelo, mas a realização de um princípio, que quando perdido precisa ser retomado.

(ARAUJO, 2008). Nesta compreensão da história, a ideia de progresso remetia a melhoramentos pontuais e, eles não eram capazes de atenuar a experiência de envelhecimento do mundo, e conseqüentemente do seu fim. Neste sentido, o progresso de espírito e a decadência do mundo eram conceitos correlativos que impediam interpretar o futuro terreno em si mesmo de forma progressiva.

Leremos a associação que Accúrsio fez entre a invasão napoleônica e a dominação filipina. Nela temos a compreensão de que ambas constituem eventos circunstanciais do tempo, são relacionadas a um tempo previsível, estruturado a partir de modelos que não tem como objetivo a simples repetição dos fatos, mas a realização de um princípio. Em Accúrsio esse princípio é o desenvolvimento do patriotismo, que se apresenta como uma justificativa para as experiências de perda de autonomia portuguesa.

Conheça pois, a Europa e o Mundo, que os Portugueses não fazem por ora mais, do que, **ceder por um pouco as fatais circunstâncias do tempo, que no fundo da sua alma vive, e cresce o Patriotismo**, que senão acabou nem extinguiu nos sessenta anos do cativo de Espanha; e cuja explosão deve ser ainda mais forte a proporção das maiores injustiças, e atrocidades, **que tem sofrido debaixo da segunda tirania** (NEVES, 1808: 63 – grifos meus).

99

Na conclusão de sua *Memória*, Accúrsio assegurou que Portugal iria superar a experiência “tirânica” napoleônica, e que esta superação adviria de um conjunto de valores e de altivez, ou seja, a partir de um aperfeiçoamento de um sistema moral, que ele denominou de “sistema de valor e de brio”. Outro fator que garantiria essa superação seria a mudança da *fortuna*, entendida como destino de seus inimigos que tem como sustentação do governo a rapina, metáfora que aqui significa o roubo praticado pela violência, a extorsão. Ou seja, a independência portuguesa seria proporcionada pela recuperação de seus princípios que deveriam ser resgatados no passado e, pela própria circunstância do tempo, que asseguraria a derrota inevitável de seus inimigos devido aos seus vícios.

No entanto, essa tentativa de interpretar a história como pré-estruturada, produziu contradições, pois apesar da continuidade da função de exemplaridade clássica da História este aprendizado não poderia mais se basear na imitação de narrativas escritas para a lisonja das virtudes militares dos monarcas, como os panegíricos. O desafio frente à inédita conjuntura contemporânea exigia que o historiador ultrapassasse o panegirista incorporando à narrativa histórica as

virtudes civis do povo.⁴

Como exemplo de uma virtude civil, Accúrsio se referiu ao patriotismo como um princípio que se desenvolvia durante as invasões espanhola e francesa e as justificava. O patriotismo trata-se de um conceito propriamente moderno, criado no século XVIII, precursor de diversos ismos, que fora fundamental na consolidação de conceitos como republicanismo, liberalismo, imperialismo, socialismo, etc... (KOSELLECK, 2012:143-160). Não nos dedicaremos a uma investigação deste conceito. O que nos interessa aqui é evidenciar essa contradição: tentava-se defender a existência de uma história cíclica, na qual a exemplaridade era valorizada, mas não sem se recorrer a demandas já modernas, uma vez que se compreendeu a insuficiência de modelos narrativos clássicos para explicar e organizar os eventos contemporâneos.

Para Accúrsio, a associação da Invasão Napoleônica com a dominação espanhola assegurava um horizonte de recuperação da soberania portuguesa, mas esta associação fora descrita a partir de uma narrativa que rompia com os modelos antigos. Essa “contradição” aponta para um receio do abandono do passado português enquanto fonte de inspiração para superar os desafios do presente. Mas esse receio de abandono do passado não teve força suficiente diante do próprio passado português que por mais glorioso que tivesse sido, foi ancorado em um modelo civilizacional da virtude militar e da conquista, civilidade incompatível para o mundo contemporâneo. Ainda segundo Accúrsio, Portugal precisava se afastar da herança militar de outrora, que sobrevivia no mundo europeu através de Napoleão e tomar como exemplo do passado apenas o brio que anteriormente motivara à conquista, mas que no presente deveria incentivar o amor à pátria para que o Reino cessasse de sofrer o julgo da tirania francesa.

Accúrsio denominou em sua *Memória* a futura “Restauração de Portugal” em relação à invasão francesa como um *prognóstico*. O autor considerou que a invasão francesa devido a sua tirania dificultaria a união desejada pelos “tristes portugueses da Europa” aos “portugueses da América”, aqui se anunciou seu medo da Independência do Brasil, pois identificara na tomada da Real Casa da Espanha pelos franceses o início da emancipação das colônias espanholas. Foi esta

4 André Ramos, em sua pesquisa de mestrado, ao estudar o projeto de uma história erudita e filosófica de Portugal proposto pelo membro da Academia Real de Ciências de Lisboa Antonio Caetano do Amaral, demonstrou as expectativas dos letrados portugueses com relação a uma macronarrativa capaz de explicar o processo de formação histórica da nação. Este projeto baseava-se na expectativa de uma ruptura tanto com relação à virtude militar, quanto à sua exposição narrativa em panegíricos. Consultar: RAMOS, 2013, em especial, capítulo 2.

associação entre a invasão francesa e a Independência da América espanhola que levou Accúrsio a percepção de que a Restauração dependeria de uma forma maior que o brio português, dependeria de “nova revolução, uma insurreição geral de todas as Potências da Europa para reivindicarem contra o comum Inimigo os antigos direitos da sua liberdade e independência” (Idem, *ibidem*: 82) e barrar os mais “hábeis no sistema da tirania”. Foi ao tratar deste contexto que Accúrsio escreveu uma nota nomeando sua expectativa na Restauração como um prognóstico:

A segunda Restauração de Portugal será sempre mais gloriosa, e levará mais vantagem sobre a Restauração de 1640 como mais largamente teremos ocasião de mostrar nas seguintes Memórias que meditamos. Não falta para inteiro complemento do **Prognóstico**, senão a ruína do Trono que o Corso levantou sobre montões de cadáveres e de rapinas; ele já tem perdido muita da falsa opinião que soube adquirir, e cedo se verá submergido no abismo da sua mesma ambição (NEVES, 1808: 82 – grifos meus).

Segundo Reinhart Koselleck, ao longo dos primeiros séculos da modernidade o Estado fora capaz de orientar os homens através dos prognósticos, que é uma investigação essencialmente ligada a um momento consciente da situação política, que teria a função de disponibilizar sentidos próprios à organização do mundo. A partir da investigação do presente, se passava à análise do passado, buscando identificar nele a vigência desses sentidos que mantiveram, mais ou menos, seu potencial de organização do mundo, a despeito de acontecimentos inéditos e imprevisíveis. Caso tivesse sucesso, restava, então, a possibilidade, desses sentidos que permaneceram significativos continuarem vigendo no futuro, pois, “o prognóstico produz o tempo que o engendra e em direção ao qual ele se projeta” (KOSELLECK, 2006: 32).

O futuro no prognóstico era concebido de maneira limitada, um campo de possibilidades finitas, organizadas de acordo com um maior ou menor grau de probabilidade. Assim, em tempos de crise política, os homens iam se orientando e se reorganizando a partir de uma integração do Estado. Os prognósticos perderam força no interior do “tempo histórico” moderno em que houve um momento de radicalização de uma experiência de “desorganização” do mundo, o *Sattelzeit*. A experiência do *Sattelzeit* estendeu-se, em linhas gerais, entre 1750 e 1850, e pode ser caracterizada por uma aceleração profunda do tempo, ou seja, pela multiplicação de acontecimentos e conjunturas inéditas para as quais os homens em geral não reuniam sentidos suficientes. Se, ao longo dos primeiros séculos da modernidade, até mais ou menos 1750, o Estado fora capaz de ocupar o espaço de relevância até

então próprio à Igreja, produzindo sentidos e orientações significativos através do método prognóstico, no *Sattelzeit*, o próprio Estado e os prognósticos perdem parte de sua força organizacional abrindo espaço para consolidação de uma consciência de tempo e de futuro que se nutria pela combinação de prognósticos racionais e previsões de caráter salvacionistas que levariam a constituição das filosofias da história (KOSELLECK, 2006).

Os prognósticos apontam justamente para um momento de contradição e desconfiança no qual não se quer abandonar os sentidos que orientam os homens, mas ao mesmo tempo não se tem certeza de que esses sentidos podem continuar vigendo no futuro, pois o mundo parecia cada vez menos provisório.

Na *Memória histórica* de Accúrsio percebemos uma economia sentimental que promovia uma imaginação patriótica incentivando o brio e a coragem portuguesa, mas simultaneamente tal economia revelou uma compreensão melancólica dessa experiência. Por mais que Accúrsio defendesse a emigração do Príncipe como uma estratégia para a manutenção da Casa de Bragança e do Império, essa emigração não garantiria a sobrevivência do Reino Português, dos que ficaram em Portugal, por isso seu texto plasma o sentimento de orfandade em relação à ausência da corte e a insegurança do futuro, mesmo tentando propor um horizonte positivo. A *Memória* mesmo defendendo a escolha da corte pela emigração, não teve o objetivo de exaltar este fato, mas de valorizar a coragem dos portugueses, pois a esperança de recuperação da pátria caberia ao povo.

Descrevendo melhor a partir do texto de Accúrsio das Neves, a atmosfera que temos denominado de melancólica, remete a um sentimento de fracasso que provocara uma tristeza *profunda*, mas *provisória* em razão da presença francesa em Portugal. Profunda porque é “impossível que o coração mais duro (...) não faça correr lágrimas pelos olhos” ao observar o estado de Portugal, tratado como um “cadáver descarnado pelos (...) carniceiros Abutres”. Além da “dolorosa saudade” e da “verdadeira orfandade” pela ausência da Rainha e do Príncipe Regente. Mas provisória, porque não deixou de haver expectativa no que viria a ser a mudança da fortuna de seus inimigos, além da recuperação e desenvolvimento dos princípios do povo português para a retomada da soberania política. Essa melancolia revela que a noção de decadência apesar de profunda, neste momento ainda não fora derradeira, podendo ser compreendida como parte do caminho civilizacional português, ou seja, depois da decadência, poderia ainda ser revivido um processo de ascensão novamente:

Por meio de um tal sistema de valor e de brio escaparemos certamente a novos insultos do Tirano da Europa, que tudo concorre a fazer esperar, que não se sustentará por muitos anos sobre um Trono de sangue e de rapina. **Os nossos Inimigos serão mais tratáveis quando lhes tiver mudado a fortuna:** e então concluída uma paz permanente debaixo do Governo Paternal dos nossos amáveis Soberanos, as vastas e deliciosas campinas do Brasil se verão cobertas dos artefatos, e dos frutos das Artes criadoras, dos ditosos habitantes encherão a face da terra, e as nossas Quilhas cruzando todos os Mares, levarão a todos os portos do mundo o supérfluo de nossas riquezas: os Costumes dos Portugueses nutridos pela Religião de seu País, e edificados pelo exemplo dos Grandes e do Monarca darão ao novo Império a solidez e a consistência, que o fará durar nos séculos futuros, para felicidade dos Nacionais, inveja e assombro dos Estrangeiros (NEVES, 1808:86-87 – grifos meus).

Francisco Solano Constâncio e o “progresso do mal” no Reino Português

Outro autor que se inseriu e evidenciou esta atmosfera melancólica fora Francisco Solano Constâncio (1777-1846). Entre os predicados profissionais e intelectuais ao qual seu nome está relacionado, associam-se: médico, escritor, cientista, filólogo, pedagogo, tradutor e diplomata; mas foi como jornalista e divulgador dos estudos de economia política que se destaca nesta pesquisa, por ter tido como principal preocupação o que considerava a “decadência” portuguesa em sua atuação periódica.⁵ Constâncio condenava o panorama da miséria política, econômica e moral do Estado português e diferentemente de Accúrsio não identificava suas causas na invasão napoleônica. Ao contrário, a esperança de transformação do quadro de corrupção do governo português ele depositou na presença francesa, tendo conhecido Junot, o marechal Lannes e convivido abertamente com outros franceses. Esta escolha – que no futuro ele apresentou indícios de arrependimento – o levou a necessidade de abandonar Portugal em 1807, indo residir em Paris, nunca mais tendo retornado a Portugal.

Em 1808, no periódico inglês, *The monthly repertory of English literature*, Constâncio publicara o opúsculo *On the state of Portugal during the last 30 years*. Esse periódico começou a ser editado em Paris em meados de 1807 por Parsons e Galignani. Eric Partridge (1894-1979) que editou o jornal *The French Romantics*

103

5 Entre as atividades editoriais de Constâncio, destacamos: *O observador lusitano em Paris, ou coleção literária, crítica e comercial*. Paris: P.N. Rougeron, 1815; *Anais das ciências, das artes e das letras por uma sociedade de portugueses residentes em Paris*. Paris: A. Bobée. Tomos I a XVI, 1818-1822; *Novos anais das ciências e das artes, dedicados aos que falam a língua portuguesa em ambos os hemisférios*. Paris: C. Farey, 1827; *Armazém de conhecimentos úteis, nas artes e ofícios; ou coleção de tratados, receitas e invenções de utilidade geral destinado a promover a agricultura e indústria de Portugal e do Brasil*. Paris: J.-P. Aillaud. Tomos I e II, 1839.

Knowledge of English Literature (1820 - 1848), periódico que buscava identificar a influência inglesa no romantismo francês, entendeu que a publicação do *The monthly repertory...* estava relacionada a necessidade de se atender a uma demanda crescente no interesse em que a Inglaterra assumia na França a partir de 1807 (PARTRIDGE, 1924:20). É importante notar que esse periódico fora editado em inglês, podendo ter como prioridade de público a comunidade inglesa residente em Paris. Observa-se, então, que Constâncio escreveu na França, para um público britânico uma leitura sobre o estado de Portugal desde 1778 a partir do que ele vivenciava em 1808.

Esse recorte de trinta anos se relacionava a uma aceleração do tempo específica em Portugal, que praticamente coincide com o início do Reinado de d. Maria I e com o próprio nascimento do autor em 1777. Foi através da conjuntura do estado de Portugal entre 1778 a 1808 que Constâncio explicou e tematizou a decadência, expondo uma interpretação do declínio português. Nele foram expostas poucas esperanças para superação dessa ruína, que além de caracterizada pela dependência econômica, financeira e militar, era também associada a um Portugal marcado pelo espírito de violência e indiferença à justiça. Essa ruína, como denominou o autor, fora provocada pelos membros corruptos da nobreza, responsáveis pela frustração que Constâncio nutria pela Pátria e pela necessidade de defesa do povo português constantemente ridicularizado pelos viajantes ingleses.

Mas apesar de sua narrativa melancólica que expunha a dificuldade de um reinício do tempo e do equilíbrio das virtudes, ou seja, apesar da dificuldade que parecia ter se tornado a atualização da experiência histórica, ainda havia esperanças para a superação da crise portuguesa, mesmo que frágeis e anunciadas de forma sutil. Sobre a transferência da corte o autor escreveu:

[d João VI] levou consigo todos os preconceitos e a corrupção da mãe pátria, e dificilmente um homem de mérito real o seguiu. A grande parte das pessoas que o acompanhou pertence ao interesse Inglês, (...) e **no país mais rico e mais fértil do mundo [Brasil], os Portugueses podem ainda continuar a ser uma pobre e infeliz nação!** (CONSTÂNCIO, 1808, p. 22).⁶

6 Citação livre do artigo *On the state of Portugal during the last 30 years*: “Carried with him all the prejudices and corruption of the mother country, and hardly a man of real merit followed him. Most of those who accompanied him are in the English interest, (...) and in the richest and most fertile country of the world, the Portuguese may still continue to be a poor and unhappy nation!”.

Nota-se que apesar do tom melancólico do texto que aponta para uma possível impossibilidade de restauração portuguesa ou de sua regeneração através do Brasil, o autor não considera a decadência definitiva, pois “os portugueses podem continuar a ser uma pobre e infeliz nação”, não necessariamente será.

Ao analisarmos alguns textos de economia política de Constâncio escritos entre 1810-1822, percebemos que entre as esperanças para a superação da crise Portuguesa, estava o comércio. Essa esperança que o comércio anunciava, foi amplamente explorada por Constâncio nos seus estudos de economia política, que revelam otimismo e projetos de regeneração para a nação portuguesa. Apenas o estudo detido da economia política poderia garantir uma conciliação dos “interesses [de Portugal] com os do Brasil, interesses que me parecem muito compatíveis entre si, e que, a meu ver, não exigem para serem promovidos, que um dos dois países seja sacrificado ao outro...” (Idem, 1819: 101).

O tipo de argumentação utilizado por Constâncio inscreveu um clima histórico *específico*, que não está relacionado à linguagem da restauração e da regeneração.⁷ A proposta de Constâncio mobiliza uma linguagem revolucionária que pressupõe uma ruptura radical com o passado:

chegada a época da ruína da nação, e por conseguinte, a das suas antigas instituições, é impossível regenerá-la sem assentar sobre novas bases o edifício social. As antigas instituições já não são adequadas, (...) e como nunca se viu, nem se verá um governo corrupto reforma-se a si mesmo, nenhuma nação oprimida e arruinada pode ressurgir senão por efeito de uma **mudança forçada** nos elementos e máximas de seu governo. (Idem, 1821: 206).

Com o intuito de promover a mudança completa das instituições políticas, a experiência periódica a qual Constâncio se dedicou se apoiava em projetos civilizacionais preocupados com a construção de uma relação comercial “saudável” – não por acaso o autor se preocupou demasiadamente com a discussão da famosa lei dos mercados anunciada por Jean-Baptiste Le Say, ponderando criticamente as

7 Em resumo, na linguagem da restauração o interesse histórico correspondia mais a uma atualização do que a uma reconstrução do passado; buscava-se reconhecer e restaurar um princípio defeituoso e readaptá-lo as novas necessidades do período. Nesta linguagem, havia a expectativa de um retorno de Portugal à posição privilegiada do passado. Em oposição à Restauração, a linguagem da Regeneração, que emergiu com o sentimento de esgotamento da história europeia, começou a ter expressividade, e o Brasil passou a ser visto, em especial pelos letrados brasileiros, mas não só por eles, como a possibilidade de um novo começo para Portugal. Cf.: ARAUJO, 2008, em especial os capítulos 1 e 2.

supostas leis universais da economia política clássica. Ele se preocupava também com a construção de uma esfera pública absolutamente crítica, pois o comércio alienado de uma educação tanto básica quanto científica (acadêmica) poderia se constituir como um vício, e não como uma virtude.

Em 1821, o autor escreveu o texto *Ideias sobre a educação da mocidade portuguesa nas ciências físicas e nas artes* preocupado com o lento desenvolvimento da arte de ensinar, pois as sociedades estavam cada vez menos interessadas em “mestres de profundo saber e talento” para ensinar o maior número de discípulos. O autor dedicou esta observação a todas as nações, mas em Portugal, essa situação era mais expressiva, pois o ensino era “insuficiente, incompleto e árduo”, em que poucos tinham a possibilidade de estudarem – e os que tinham eram “sucumbidos” por elementos enciclopédicos que o levavam à “fadiga”. Mas o autor não dedicou críticas apenas a Portugal, pois na Inglaterra “a instrução científica está só ao alcance das pessoas abastadas, porque nenhum curso é gratuito, e o ensino particular (...) não é menos dispendioso” (Idem, 1821:61). Desta forma, o autor considerava a experiência periódica como a possibilidade de instrução e formação em várias áreas do conhecimento relacionada à construção de uma esfera pública emancipada de uma “disciplina monacal”.

106

No entanto, temos também observado a ambivalência em relação à expectativa no próprio comércio. Tendo sempre em vista, tal como tinha o autor, a relação Portugal-Brasil, percebemos que após a perda do Brasil, a atmosfera melancólica em Portugal foi acentuada, marcada por uma desesperança de recuperação do Reino de Portugal.

Em outras palavras, a Independência, da maneira como ocorrera, provocou um refluxo das expectativas de Constâncio uma vez que após 1822, Constâncio não tivera a conclusão de suas expectativas, a saber: a realização de uma relação comercial recíproca entre Portugal e Brasil, a transformação radical das instituições políticas e nem a plena formação da esfera pública portuguesa. Essas frustrações fomentaram uma profunda desconfiança na ideia de um progresso positivo, já que para o autor, tornava-se cada vez mais difícil “sustar o rápido progresso do mal”, uma vez que Portugal não aprendera em tempo hábil a se desiludir “das precárias riquezas derivadas das nossas possessões americanas, tão difíceis de reger como de conservar” (Idem, 1822: 217).

O progresso entre o “mal presente e o receio do mal futuro”

Nesta seção nos dedicaremos à discussão de quatro procedimentos fundamentais à constituição da noção moderna de progresso segundo Koselleck a fim de mostrarmos que a experiência de dúvida em relação ao progresso em Portugal é uma aporia da própria ideia de progresso e, conseqüentemente, da modernidade.

O primeiro procedimento é que a palavra progresso passou a se desnaturalizar da metáfora da velhice e da morte. O crescente envelhecimento do mundo perdeu o sentido e força biológico-natural da “degeneração”, isso permitiu que “progresso” se dissociasse da “decadência”, abrindo caminho para um progresso interminável. Explicando melhor, toda metáfora natural de crescimento, necessariamente, implica na metáfora do envelhecimento. O máximo que esta estrutura metafórica permitia era a ideia de que depois da morte, haveria um novo nascimento, o reinício de um ciclo biológico da juventude à velhice, ou seja, não havendo mais espaço para a restauração, o máximo permitido era a regeneração, um outro nascimento, mas este processo também estaria fadado ao envelhecimento. A ideia de progresso emancipou-se disso através da interpretação de que o homem estaria ligado a infinitude através do desenvolvimento da inteligência humana, e do conhecimento produzido por ela. Como a razão se aperfeiçoava continuamente, o homem não poderia degenerar. Desta forma, a partir do século XVIII, os conceitos de decadência ou retrocesso já não eram mais *simétricos* ao conceito de progresso, pois eles passam a ser utilizados para expressar experiências passageiras, que seriam corrigidas e serviriam como estímulos para o continuado desenvolvimento do progresso.

O segundo procedimento foi o que Koselleck chamou de “temporalização”. Até o século XVIII o conhecimento da natureza era orientado para garantir uma sociedade perfeita, ou seja, havia a necessidade de se descobrir as leis ocultas na natureza a fim de dominá-la plenamente. Mas a partir do século XVIII passou a ocorrer uma temporalização desta compreensão - a noção e o termo *perfection*, passaram a ser substituídos por *perfectionnement*: ou seja, a finalidade única (alcançar a perfeição) passou a ser interativa, processual e, fundamentalmente, indefinida. Essa temporalização abarcou as experiências e as expectativas humanas. Além do sistema da natureza, passou a ser necessário investigar e dominar a história da natureza, as leis de ordem política e quanto mais conhecimento se produzia acerca desses âmbitos, maior e mais distante eram as expectativas. A noção de

perfeição cristã, que deveria ser alcançada em outro mundo, passou a ser um desejo de realização terreno, vinculado a consciência humana; esse processo deu um sentido à história: sempre melhorar. Desta forma, o conceito de progresso torna-se reflexivo processual – o progresso, ele mesmo, progride; tornando-se sempre um retrocesso, para em seguida, ser progresso novamente, e assim, infinitamente. Por esta razão, o conceito “progresso” plasmou a experiência do distanciamento mútuo entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, ou seja, ele captou o tempo histórico e o produziu.

O terceiro procedimento foi à transformação do progresso em um singular coletivo. A constituição do conceito de progresso como singular coletivo pode ser descrito a partir de um esquema formal; especificamente a partir de três fases. 1ª) (universalização do sujeito do progresso): o sujeito do progresso se universalizou. Não fazia referência a âmbitos delimitados como, por exemplo, a ciência, a técnica, a arte, etc, que haviam sido até então os elementos concretos dos progressos. Ao contrário, o sujeito do progresso se ampliou até converter-se em um agente universal ou em um agente com uma inevitável pretensão de universalidade: se tratava do progresso da humanidade. Até então, a humanidade não se mencionava como um sujeito ativo, mas referencial, por exemplo, no sentido deste “povo hipotético”, construído como um sujeito ideal, ao que Condorcet atribuiu a todos os progressos particulares. O povo eleito de origem judeu-cristã se converteu na hipóstase (princípio) do progresso. Pouco depois já podia falar-se em “progresso do tempo” e, depois, em “progresso da história”. 2ª) (das histórias dos progressos particulares ao progresso da história): na universalização do nosso conceito, sujeito e objeto intercambiam seus papéis. Isto significa que na expressão “progresso do tempo” ou “progresso da história”, o progresso assume papel principal, se converte em um agente histórico. Isto significa que a temporalidade passa a ser a função responsável da ação. 3ª) (o progresso em si): nesta fase a expressão “o progresso” se converte no “progresso de si”, ou seja, em um sujeito de si mesmo. Não mais se tratava do progresso da ciência, da arte; nem mesmo do progresso do tempo, ou da história. Tratava-se do progresso do progresso.

O quarto procedimento é contraditório e complementar aos procedimentos mencionados acima. Se antes da Idade Moderna, progresso e decadência eram conceitos simétricos, sucessivos, o que aconteceu com o conceito de decadência na modernidade? Koselleck explicou que na modernidade todo retrocesso se contabilizava em conta do progresso, ou seja, progresso e decadência mantiveram uma relação caracterizada pela tensão que permitiu aos ilustrados interpretar toda

decadência ou desvio como um passo ao qual seguiria o progresso ainda mais rápido que antes. No entanto, este não foi o único esquema de pensamento em relação à decadência e progresso na modernidade.

Para Koselleck o progresso em si mesmo não era o único conceito capaz de oferecer um conhecimento sobre a história. Ao comentar sobre a Enciclopédia de Diderot, e sobre o Cândido de Voltaire, os interpretou como resistências ao otimismo do progresso. Nenhum dos dois era dogmático de um progresso linear, nem mesmo descontínuo. Esse receio, segundo Koselleck, foi expresso a partir de uma contribuição de Rousseau que plasmou progresso e decadência em uma nova fórmula. A capacidade de melhorar era para Rousseau o critério que diferenciava o indivíduo e o gênero humano dos animais. Essa perfectibilidade não estava determinada histórica ou empiricamente, mas antropologicamente, ou seja, é uma categoria meta-histórica. Assim, o homem estava condenado a progredir, a dirigir seus esforços em pró do domínio das forças da natureza, a instalar pilares de civilização em sua vida diária, a organizar-se politicamente para poder viver mediante um crescente uso da razão. Contudo, esta soma de progressos só é um dos lados, pois este progresso necessário traz uma consequência necessária: produz a perda da inocência, a decadência inevitável da moral. Devido a sua capacidade de perfeição, o homem sempre está condenado a produzir constantemente decadência, corrupção e crimes. Quanto mais o homem está para aperfeiçoar-se mediante a civilização, maiores são as possibilidades da perda de sua integridade.

109

A interpretação de Rousseau é importante para Koselleck, pois ele fora o primeiro a compreender a aporia do progresso. Por ser um processo interminável, incrementa as possibilidades de degeneração, só que esta já não se interpreta como uma metáfora natural, mas no sentido de catástrofe que os homens são capazes de desatar sobre si mesmos mediante as forças técnicas de que dispõem. A partir da aporia do progresso identificada por Rousseau chega-se a conclusão de que o progresso na modernidade – apesar de pretender ser universal – só descreve uma experiência parcial, em si mesma coerente, mas que tem ocultado e obscurecido outras formas de experiência, como a verificada em Portugal. Enquanto “o progresso” adquiriu um sentido, se descobriu a discrepância que existia entre o progresso técnico e civilizador e o comportamento moral das pessoas. Isto significa que o progresso não pode se colocar a altura do que provoca, a planificação do

progresso não mantém a mesma direção que o progresso mesmo.⁸

Apartir desse estudo de Koselleck, parece-nos que o progresso não organizou plenamente as expectativas modernas em Portugal no interior do clima histórico ao qual Constâncio se inseriu, pois o seu oposto, o conceito de decadência mediante à experiência vigente provocou dúvidas sobre a possibilidade de efetivação de um progresso positivo, pois como diagnosticou Constâncio “o povo passa a vida entre o mal presente e o receio do mal futuro” (CONSTÂNCIO, 1815: 48)

Após a Independência que colocou Portugal em uma situação econômica e política ainda mais dependente segundo interpretações como as de Constâncio, o conceito de decadência sistematizou a discrepância entre as orientações produzidas pelo comércio, pelo conjunto de sentimentos morais, pelos imperativos de igualdade e justiça.

Em outras palavras, se o progresso sobreviveu em meio ao ceticismo e fora capaz de se tornar na modernidade um conceito fundamental para organizar e projetar as expectativas, observamos que o seu conceito assimétrico, o de decadência também sobreviveu face ao otimismo, e diferentemente de seu uso no mundo antigo, não era mais associado a metáforas naturais que permitiam a interpretação de que após a morte, poderia haver um renascimento. No mundo luso-brasileiro, apesar da força de conceitos como Restauração e Regeneração, é possível identificar linguagens mais radicais como a de Constâncio em que esses conceitos foram insuficientes para assegurar uma expectativa na recuperação de Portugal.

Em outras palavras, o *sattelzeit* foi constituído por uma aporia entre os conceitos de progresso e decadência. Se a aceleração do tempo rompera os sentidos que até então orientavam os homens, e eles se viram diante da necessidade de criação de novos sentidos a partir das filosofias da história que organizavam as expectativas em torno da crença no progresso; esses novos sentidos não deixaram de ser constantemente questionados sobre a possibilidade de sua concretização. Isso permitiu que a possibilidade da decadência continuasse no horizonte do *sattelzeit*, ou seja, na modernidade, o conceito de decadência a partir da experiência oferecia resistência ao conceito de progresso. Portugal parece ter vivido intensamente essa experiência de tensão entre otimismo e pessimismo plasmado pelos conceitos de progresso e decadência.

8 Um dos estudos mais detidos sobre os conceitos de progresso e decadência realizados por Koselleck encontra-se no livro *Historia de Conceptos*, 2012, p. 95-112.

Referências Bibliográficas

Fontes

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. On the state of Portugal during the last 30 years. *In.: The monthly repertory of English literature*. Paris: Parsons e Galignani, 1808. Extraído de: CARDOSO, José Luís. *Francisco Solano Constâncio*. Leituras e ensaios de economia política (1808-1842). Banco de Portugal, Lisboa, 1995, p. 1 – 22.

_____. *História do Brasil* - desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a Abdicação do Imperador D. Pedro I. Tomos I e II. Paris: livraria portuguesa de J. P. Aillaud, 1839.

_____. Ideias sobre a educação da mocidade portuguesa nas ciências físicas e nas artes. *In.: Anais das Ciências, das Artes e das Letras*. Tomo XIII, Julho, 1821, parte 1, p. 3-25. Extraído de: CARDOSO, José Luís (org.). *Portugal como problema*. Vol. VI – A economia como solução – Da revolução liberal à Revolução democrática (1821-1974). Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público, 2006.

_____. Resenha *Varietades sobre objectos relativos às artes, comércio, e manufacturas consideradas segundus os princípios de economia política*. Por José Accúrsio das Neves. *In.: Anais das Ciências, das Artes e das Letras*. Paris: Tomo V, julho 1819. Extraído de: CARDOSO, José Luís. *Francisco Solano Constâncio*. Leituras e ensaios de economia política (1808-1842). Banco de Portugal, Lisboa, 1995, p. 101- 105.

111

_____. Resenha *Vozes dos Leias Portugueses por António Dulac*. *In.: Anais das Ciências, das Artes e das Letras*. Paris: Tomo XIV, outubro 1821. Extraído de: CARDOSO, José Luís. *Francisco Solano Constâncio*. Leituras e ensaios de economia política (1808-1842). Banco de Portugal, Lisboa, 1995, p. 204 -211.

_____. Resenha *Variétés Politique-Statiques sur la Monarchie portugaise, dédiés à M. Le Baron Alexandre de Humbold, etc, par Adrien Balbi*. *In.: Anais das Ciências, das Artes e das Letras*. Paris: Tomo XVII, abril 1822. Extraído de: CARDOSO, José Luís. *Francisco Solano Constâncio*. Leituras e ensaios de economia política (1808-1842). Banco de Portugal, Lisboa, 1995, p. 212 – 221.

NEVES, Accúrsio José das. *Memória Histórica sobre a Invasão dos Franceses em Portugal no ano de 1807*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808.

Bibliografia

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. Observando a observação: sobre a descoberta do clima histórico e a emergência do cronótopo historicista, c.1820. In.: CARVALHO, J.M. & CAMPOS, A.P. *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2011, p. 281- 303.

GUMBRECHT, Hans U. Uma rápida emergência do “clima de latência”. In.: *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010a.

_____. *Produção de Presença*. O que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: *Contraponto*, PUC-Rio, 2010b.

_____. *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: *Contraponto*, PUC-Rio, 2006.

_____. *Historias de conceptos. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Madrid: Editorial Trotta, 2012.

MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012

112

PARTRIDGE, Eric. *The French Romantics' Knowledge of English Literature*. According to Contemporary French Memoirs, Letters and Periodicals (1820 - 1848). Vol.14, 1924.

PEGARARO, Olinto A. *Sentidos da História*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

RAMOS, André da Silva. *Robert Southey e a Experiência da História de Portugal: Conceitos, Linguagens e Narrativas Cosmopolitas (1795-1829)*. Dissertação de mestrado defendida pelo programa de Pós Graduação em História da UFOP, 2013.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. “Hacia una historia atlántica de los conceptos políticos”. In _____. (Dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. Conceptos políticos en la era de las revoluciones, 1750-1850. Madrid: Fundación Carolina, 2009, pp. 23-45.

Lugares de memória: um debate historiográfico sobre centros de tortura da ditadura convertidos em museus de memória

Enviado em:

14/03/2013

Aprovado em:

05/05/2013

Julia Cerqueira Gumieri

Mestranda em História Social pela Universidade de São Paulo. Bacharel em história pela Universidade Federal de Minas Gerais
juliagumieri@usp.br

Resumo

Em nosso trabalho abordaremos, pelo debate historiográfico, a importância da história e da memória na constituição dos *lugares de memória*, inserindo-os no contexto contemporâneo marcado pelo crescimento da cultura de memória, que se preocupa em guardar e preservar. Analisaremos este presente como um sintoma da relação da nossa sociedade com o tempo. Este trabalho também visa incluir os *lugares de memória* nos processos de reparação do legado de violações de direitos humanos cometidos por regimes autoritários. Processo que ocorre por meio da elaboração de discursos de memória e da necessidade de fundamentar caminhos para transmitir mensagens sobre o passado repressivo às novas gerações.

113

Palavras-Chave

Memória, Lugar de Memória, Ditadura Militar

Abstract

In our paper we will approach the historiography debate, that is, the importance of both, history and memory, in the construction of place of memory, inserting them in the contemporary context, marked by the increasing importance of the memory culture, which is concerned with save and preserve. We will, therefore, analyze this present as a symptom of the relationship between our society and time. This paper also aim is to include the place of memory in the reparation processes regarding the legacy of human rights violation committed by authoritarian regimes. This process occurs through the elaboration of memory speeches and through the necessity of strengthening paths to transmit messages about the repressive past to the new generations.

Keywords

Memory, Place of Memory, Military Dictatorship.

Introdução

Neste artigo trabalharemos com o conceito de *lugares de memória* do historiador Pierre Nora¹. Faremos primeiramente um exercício de inserção do termo no debate historiográfico para destacarmos o papel da *história*, da *memória* e da *identidade* na sua constituição. Num segundo momento, atualizamos o conceito dentro do contexto contemporâneo que, marcado pelo crescimento da cultura de memória, passou a atribuir aos lugares de memória usos mais particulares e contextuais. Atualmente o termo é utilizado no campo dos direitos humanos referindo-se aos diferentes suportes de celebração e cultuação das memórias de vítimas submetidas a graves violências e/ou supressão de direitos por conflitos armados, regimes políticos autoritários ou mesmo atos de força praticados durante um regime democrático. Nesse novo arranjo, os *lugares de memória* passaram a ser compreendidos como espaços públicos resultados de políticas de memória empreendidas em torno da temática das necessárias reparações às vítimas e à sociedade pelos crimes cometidos pelos governos autoritários tanto na América Latina como em outros lugares do mundo². Para fins deste trabalho, avaliamos, portanto, os lugares de memória como espaços sociais que ocupam um *território de memória*³ e que ao buscarem ampliar sua fronteira de atuação por meio de atividades como teatro, oficinas, intervenções artísticas e exposições fotográficas e documentais acabam por se constituir como lugares de encontro para socializar memórias vividas. Nesses espaços, a partir da elaboração de discursos de memória

114

1 Conceito desenvolvido na obra “Entre Memória e História: a problemática dos lugares” [1984], publicado no Brasil em 1993 pela Revista Projeto História do Departamento de História da PUC-SP.

2 No Brasil temos como exemplo destes lugares de memória, o Memorial da Resistência de São Paulo que integra a *Coalizão Internacional de Lugares de Memória e Consciência* como membro da Rede Latino-americana que reúne várias instituições memoriais da região. Essa rede trabalha para promover a memória das violações aos direitos humanos ocorridas na América Latina durante os períodos autoritários e de conflitos armados internos; auxilia no desenvolvimento de programas que incentivem e promovam os valores democráticos, trabalhando para promover a memória dessas violações. Utilizam-se dos lugares de memória como veículos para a construção e o fortalecimento de uma cultura democrática. Cf. Coalizão Internacional de Lugares de Memória e Consciência. Disponível em: < <http://www.sitesofconscience.org/es/sitios-2/institutional-member> > e Rede Latino-americana: < <http://www.memoriaabierta.org.ar/redlatinoamericana/index.php> >.

3 A coleção **Memorias de la represión en el Cono Sur**, desenvolvida sob a direção de Elizabeth Jelin e Carlos Iván Degregor, aborda, em várias perspectivas, o debate sobre disputas pela memória, envolvendo questões relativas à repressão política no Cone Sul. Debatem sobre a diversidade de seus significados e usos por diferentes grupos sociais, de marcas territoriais, espaços físicos e lugares públicos distintos. O conceito de *território de memória*, que permeia vários de seus artigos, será importante na medida em que nos permitirá retomar a noção de território, identidade territorial e memória, possibilitando nos convergir a noção de memória com a de identidade territorial.

e da necessidade de fundamentar caminhos para transmitir mensagens sobre o passado repressivo às novas gerações, as experiências ganham caráter coletivo e intensidade política sob a proposta do *não esquecimento*.

É objetivo desse trabalho, compreender a atual significância dos *lugares de memória*. Para tal, é necessário, primeiramente, o entendimento do conceito. Dessa forma, passamos aos estudos de Pierre Nora e demais autores que debateram historiograficamente seus contornos.

Lugares de memória

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos [...]. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação [...]. São rituais de uma sociedade sem ritual, sacralidades passageiras em uma sociedade que dessacraliza [...] (NORA, 1993: 12-13).

Em sua obra “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, o historiador francês Pierre Nora identifica em nossa sociedade uma característica específica e já evidente desde a segunda metade do século XX: a busca constante pela construção da memória, o nosso obsessivo desejo pela memória. Vivemos a aceleração da história na qual os meios de comunicação de massa exercem um papel primordial, gerando um movimento de alteração do tempo no qual a história torna-se mais dinâmica, mais rápida, forjando, assim, uma sensação de hegemonia do efêmero. “A percepção histórica que, com a ajuda da mídia, dilatou-se prodigiosamente, substituiu a memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade” (NORA, 1993: 8). A incerteza sobre o futuro, gerada pela mudança em detrimento da continuidade, traz para o presente uma obrigação de lembrar, uma obsessão com a ideia de perda. O momento de culminância da memória é o reflexo da aceleração histórica que levou a uma obsessão pelo registro, pelos traços, pelos arquivos. Vivemos em um tempo obcecado em guardar, juntar e colecionar, caracterizado por um respeito pelos rastros. Assegurar a existência de traços e vestígios é a maneira de se opor ao efeito devastador e desintegrador da rapidez contemporânea.

A partir da definição dos conceitos de memória e história, Nora faz o que parece ser a sua grande denúncia: vivemos o momento em que as sociedades modernas, no limite de sua transformação da memória em história, a eliminou já quase por completo. O presente “é o momento preciso onde desaparece um

imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída.” (NORA, 1993: 12). A memória é uma experiência de apropriação do vivido, conduzida por diferentes grupos e estando em evolução permanente, sendo, portanto, suscetível às manipulações. Já a história é construída de forma racional, se corporifica no registro através das exigências de distanciamento e crítica. A história, como operação intelectual, dessacraliza a memória.

A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto (NORA, 1993: 09).

O autor distingue ainda a memória tradicional (imediate) da memória transformada por sua passagem em história e, somente “à medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi [...]” (NORA, 1993: 15) – na ânsia não apenas de tudo guardar, mas também de produzir arquivos, acabamos por produzir memórias para conservá-las e esse é o sintoma maior do desaparecimento da própria memória.

Os lugares de memória são documentos e traços vivos que se constituem no cruzamento histórico-cultural e simbólico-intencional que lhes dá origem, coisa que os leva a resistir à aceleração da história, à marcha da coletividade em direção ao futuro [...], dotando-se, ao mesmo tempo, de uma surpreendente capacidade de adaptação e de atualização relativamente ao momento que passa, porque neles pulsa e se exprime, justamente, o balanço entre a História e a Memória (ABREU, 2005: 216).

As diferenças entre memória e história são apresentadas de forma antagônica, contudo, a partir da concepção de uma memória que é coletiva, plural e individualizada pressupõe-se que a coletividade tem uma memória, acarretando uma mudança no papel dos indivíduos na sociedade e nas suas relações com o coletivo. Indicam-se assim os *lugares de memória* como espaços que se convertem

na manifestação material e simbólica de referências e identidades⁴. Esses lugares são como respostas à necessidade de identificação do indivíduo contemporâneo; são espaços criados pelo indivíduo contemporâneo diante da crise dos paradigmas modernos, e que com eles se identificam, se unificam e se reconhecem agentes de seu tempo: o lugar de memória “[...] obriga cada um a se lembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade. Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente” (NORA, 1993: 18). Para o historiador francês, os lugares de memória são lugares em uma tríplice acepção: material onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; funcional porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas; e simbólico onde essa memória coletiva (essa identidade) se expressa e se revela. Na gênese de um lugar de memória encontrar-se inscrita, portanto, “uma vontade de memória”, que ao cultuá-la através de referenciais externos e coletivos, constitui-se como patrimônio afetivo de um grupo, fazendo parte do próprio conceito de identidade desse mesmo grupo.

No que tange o debate sobre *memória coletiva*, os estudos de Maurice Halbwachs (1990) contribuem com importantes pontuações para a nossa discussão⁵. A memória em seu estudo não é somente um fenômeno interior individualizado, mas é, sobretudo, uma construção social e coletiva, pois mesmo as recordações individuais só são possíveis nos enquadramentos oferecidos pelos grupos de referência, pela tradição a que esse indivíduo pertence e pela linguagem que utiliza. Sendo assim, a memória individual se estrutura e se insere na memória coletiva: “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, [...] este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e [...] este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990: 51). A partir das concepções de consciência coletiva e de outros modelos para explicar

4 O conceito de identidade visualizado por Nora é entendido como uma situação de existência coletiva evidenciada em diversos momentos históricos e que se expressa por um sentimento de referência e identificação grupal.

5 Somos conscientes que formulações relativamente estáveis das memórias sociais não resultam adequadas para dar conta da dinâmica atual da temporalidade e das demandas por memória dos atores sociais e históricos contemporâneos. No entanto, ainda que as críticas à Halbwachs sejam bastante fundamentadas, o destacamos em nosso trabalho, face sua contribuição na formulação do conceito de *memória coletiva* que enfatiza também o peso que determinados referenciais exercem sobre as memórias individuais, estruturando-as, organizando-as e inserindo-as na memória de uma coletividade. Sua abordagem é desta forma, fundamental para que se compreenda a relação entre a produção da memória e da identidade que através dela se legitima.

como diferentes grupos se sucedem na manutenção da memória e da história⁶, o autor concebeu a formação da “comunidade afetiva”. Nestas comunidades, a

6 Também Halbwachs procura sublinhar a diferença entre memória e a história. Em sua concepção, a história começa justamente onde a memória acaba. Em outras palavras, a memória é sempre vivida, física ou afetivamente. E a história é escrita e impessoal. A renovação permanente das lembranças, defendida pelo autor, evidencia outro aspecto que diferencia memória e história, qual seja, a maneira como se relacionam com o tempo. De acordo com sua leitura, a condição necessária para que exista memória, é o sentimento de continuidade presente naquele que se lembra. A memória não faz corte ou ruptura entre passado e presente, porque retém “do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (HALBWACHS, 1990: 67-8).

memória passa a ser fator de identidade e é consolidada em torno de uma memória comum. A memória individual estabelece-se de acordo com a memória dos demais indivíduos, fazendo com que a construção da memória coletiva seja uma forma de manutenção da coesão de grupos e instituições⁷. A memória coletiva pode ser entendida então como uma memória social, como um processo de reconstrução do passado orientado por elementos e interesses do presente, ou seja, trata-se de um processo ativo de evocação do passado.

Vivemos em uma sociedade que se conduz, paradoxalmente, a um apelo pelas questões do passado, a uma valorização de memórias individuais e coletivas, e a produção massiva de documentos a serem conservados. É como se todos tivéssemos como objetivo a recordação total (HUYSSSEN, 2000: 5). François Hartog, retomando a abordagem sobre a hegemonia do efêmero de Pierre Nora, conceitua o século XX como um momento em que se vive entre a amnésia e a vontade de nada esquecer, “um presente já passado antes de ter completamente chegado” (HARTOG, 2006: 270). Hugo Achugar também oferece uma leitura dessa sociedade que se “musealiza”, que se sente ameaçada pelo “fantasma de um Alzheimer coletivo” (ACHUGAR, 2003: 192). A progressiva invasão do horizonte por um presente ampliado é resultado do crescimento rápido e das exigências sempre maiores da sociedade de consumo. Esse novo regime de historicidade, centrado na categoria do tempo presente, é lido, neste trabalho, a partir do conceito de *presentismo* elaborado por François Hartog. Esse termo procura refletir sobre a questão do tempo, que tão habitual para o historiador foi por ele naturalizado: “sem dúvida, a objetivação do passado, há três séculos, tinha feito do tempo o impensado de uma disciplina, que não cessava de utilizá-lo como um instrumento taxinômico” (DE CERTEAU apud HARTOG, 2006: 262). Desnaturalizar a relação do tempo fazendo uso da noção de *regime de historicidade* é o que Hartog propõe ao pensar formas de se interrogar uma conjuntura na qual a questão do tempo se torna uma problemática. Assim, o regime de historicidade serve ao trabalho do historiador para designar “a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana” (HARTOG, 2006: 263), para compreender como uma sociedade trata seu passado. Sua noção deve fornecer um instrumento para comparar tipos de histórias diferentes e, principalmente, para iluminar modos de relação ao tempo: formas da

7 O fato de a estrutura social ser moldada pelas relações de força entre diferentes grupos sociais determina o que não deve ser esquecido. Entretanto, tal circunstância não descarta a existência de conflitos, influências e negociações através das quais o passado é transformado em “uma imagem engajada em outras imagens” (HALBWACHS, 1990: 75-8).

experiência do tempo, formas de ser no tempo. “Entendo essa noção [de regime de historicidade] como uma formulação erudita da experiência do tempo que, em troca, modela nossa forma de dizer e viver nosso próprio tempo⁸” (HARTOG, 1996: 129).

Três palavras resumem para François Hartog as mudanças desta nova temporalidade: *memória*, tratando-se de uma memória voluntária, provocada a fim de que possa contar sua história; *patrimônio*, ressaltando que para esse caso, a valorização da palavra e do tema vem acompanhada da crise da noção de “patrimônio nacional”⁹, e *comemoração*, que define “um novo calendário da vida pública, impondo-lhe seus ritmos e seus prazos, [...] tentando conciliar memória, pedagogia e mensagens políticas para o momento imediato” (HARTOG, 1996: 139). Esses três termos apontam todos em direção a outro, que é seu foco: a *identidade*. Nesta configuração, o patrimônio [lugar de memória] se encontra ligado ao território e à memória, que operam como vetores da identidade, mas “de uma identidade em busca dela mesma, a exumar, a ‘bricoler’, e mesmo a inventar” (HARTOG, 2006: 266). O patrimônio seria o resultado desse movimento de recriação, de ressignificação do passado como experiência coletiva, de formação da cultura e da sociedade. Ao conceito de patrimônio retomamos a comunicação estabelecida entre a noção de território e o conceito de memória. Estabelecemos então, a partir do entendimento desses termos, uma relação direta entre a construção das identidades e a construção das memórias.

Espaço e território não são conceitos idênticos, pelo contrário, o espaço antecede ao território. O espaço é o físico, o concreto que existe antes de qualquer fator antrópico, já o território é o resultado das várias territorializações que operam

8 A compreensão das categorias meta-históricas de *experiência* e *espera* (ou *expectativa*), desenvolvidas por Reinhart Koselleck, ajuda o historiador francês a investigar as tensões existentes entre *campo de exercício* (*experiência*) e *horizonte de espera*, os modos de articulação do presente, passado e futuro, e para compreender a formulação da nova historicidade centrada no presente. A concepção de história de Koselleck postula múltiplas possibilidades e tempos históricos. O tempo é abordado como construção sociocultural que em cada época determina um modo específico entre o que foi experimentado como passado (*experiência*) e as possibilidades vislumbradas em direção ao futuro, como *horizonte de expectativas*. “Trata-se de categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história. Em outras palavras: todas as histórias foram construídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem” (KOSELLECK, 2006: 306).

9 O Estado-nação não impõe mais os seus valores, mas preserva mais rápido o que, no presente, imediatamente, mesmo na urgência, é tido como “patrimônio” pelos diversos atores sociais. O próprio monumento tende a ser suplantado pelo memorial: menos monumento do que lugar de memória, onde se esforça para fazer viver a memória, a mantê-la viva e a transmiti-la (HARTOG, 2006: 270).

sobre o espaço, resultado das forças que se cruzam e entrecruzam, definindo os seus contornos. A ação antrópica transforma o espaço em território, sendo que essa “passagem” sempre acontece no campo das relações de poder e de dominação, resulta, portanto, de disputas (RAFFESTIN, 1993: 143-144). O território responde “[...] pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, pelas relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço” (HAESBAERT, 1999: 78). Os territórios surgem a partir destes processos de apropriação do homem pelo espaço, nos quais o mesmo estabelece uma relação de identificação e pertencimento, tanto concreta quanto subjetivamente, a partir das territorializações. A *identidade territorial* passa então a ser definida “fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta” (HAESBAERT, 1999: 172). A construção da identidade territorial é ritual e simbólica, mas também local de práticas ativas e atuais por intermédio das quais se afirmam e vivem as identidades. “As identidades só são territoriais quando sua estruturação depende da apropriação simbólica no/com o território” (HAESBAERT, 1999: 179). Portanto, esta identidade é construída valendo-se do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou então, com base em um mesmo ideal. O que significa dizer que o passado transforma-se em uma narrativa não fixa, mas permeável pelos interesses do presente, e a memória passa a ser entendida como um elemento legitimador da identidade, sendo um referencial em seu processo de construção.

121

Representando interesses de setores ou comunidades¹⁰, a memória é uma “referência da coesão identitária e faz parte da cultura política de uma determinada sociedade. [...]. Tais laços produzem, induzem e reforçam lembranças comuns; ou seja, geram uma memória social” (PADRÓS, 2001: 80). A memória, sendo construção, perpassa mediações e disputas que expressam as relações e interações sociais, políticas, culturais e econômicas entre os diversos atores históricos de uma dada conjuntura. “Abordar la memoria involucra referirse a recuerdos y olvidos, narrativas y actos, silencios y gestos. Hay en juego saberes, pero también hay emociones. Y hay también huecos y fracturas” (JELIN, 2002: 17). Por esta marcha ser intencional, abrimos um breve espaço (sem pretender esgotar a temática) para

10 A memória, ao ser mais ou menos idealizada, exige a intervenção dos historiadores para revelar o real possível de ser alcançado. Se há interesses parciais definindo uma memória colocada como comum a toda uma coletividade, é evidente que elementos de tensão e questionamento certamente resultarão da ação do historiador sobre ela (PADRÓS, 2001).

ressaltarmos que a memória pressupõe também o esquecimento, a seleção de determinados conteúdos, e a supressão de outros tantos, e que é preciso reconhecer que o esquecimento, em sua amalgama com a memória é crucial para ambos, pois “el olvido no solamente hace ‘vivable’ la vida sino que es la base para los milagros y epifanías de la memoria” (HUYSEN, 2004: 2).

É interessante recordar a patologia da memória total tal como Jorge Luis Borges a descreve no conto “Funes, o memorioso” (BORGES, 2001). O precioso conto de Borges nos apresenta o estranho personagem Ireneo Funes cuja memória é tão poderosa que sobrepõe todas as suas outras faculdades. Convicto da inefabilidade de sua memória acreditava vivenciar tudo com muito mais detalhes do que todos. Sua vida perdia-se na infinidade dos pormenores, sua vivência do passado era tão real quanto a do presente. O tempo, para Funes, era só uma grande massa, uma realidade que aparecia em uníssono; viver, era unicamente reviver lembranças, gastava dias inteiros para lembrar outros dias por completo. Prisioneiro de sua capacidade memorial, tornara-se incapaz de pensar sobre o que vivia, preso que estava, a todos os detalhes. Funes era, no fim, um incapacitado como ser pensante na medida em que é impossível refletir sem esquecer.

122

O conto nos ensina, portanto, que Funes apesar de parecer mais apto à função de historiador, dada a condição de inefabilidade da sua memória, era um incapacitado como ser pensante. Ainda que lhe fosse impossível esquecer, não era capaz de produzir história por si próprio, a qual está inegavelmente ligada ao presente, e Funes estava irremediavelmente preso ao passado. O personagem era incapaz de refletir e abstrair sobre as mudanças e sobre o tempo, e em suas leituras, a problematização do mundo não era possível, pois, como dito: “pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair”.

Destacamos juntamente com Huyssen (2000), que a ironia na dança entre memória e esquecimento é que certas recordações, codificadas em um consenso nacional, ao se tornarem clichês, podem se converter num perigoso desafio e, nesse ponto, a memória do sobrevivente ante a perda de sentido pela exposição irresponsável ao espetáculo, precisa de um sólido e consistente amparo da história. Em relação aos contextos históricos de repressão e violações de direitos humanos é comum a produção de um discurso memorialista onipresente. Nesse contexto deve-se temer a gestação de outra forma de esquecimento: é preciso evitar que se crie um foco muito intenso sobre a memória do passado, capaz de bloquear nossa imaginação do futuro, criando uma cegueira sobre o presente, e produzindo o que Huyssen nomeou “un olvido de agotamiento” (HUYSEN, 2004: 15). Pois pode

se chegar ao extremo de obstruir os mecanismos de ampliação do compromisso social com a memória ao não deixar lugar para a reinterpretação e a ressignificação do sentido das experiências transmitidas (JELIN, 2007: 59). É mediante esse debate sobre memória e esquecimento que inserimos a discussão acerca da importância da história (e dos historiadores).

A história e a memória são noções que desde o século XX travam uma complexa relação (especialmente na historiografia francesa). Entre aproximações e distanciamentos, alguns historiadores, a exemplo de Halbwachs e Nora aqui abordados, chegaram a recusar a memória como parte integrante do saber histórico. Hoje, diante de mudanças conjunturais (o dever de memória, imposto aos atores históricos) e epistemológicas (a valorização do subjetivo na objetivação histórica), existe na historiografia um movimento de “reconciliação” entre história e memória. Paul Ricoeur, em “A Memória, a História, o Esquecimento”, procura reunir memória e história, argumentando que ambas são igualmente importantes para o empreendimento do homem, em sua tarefa de conhecer o passado¹¹. A memória, instrumento do laço social, é para o filósofo uma das matrizes da história, permanecendo, em última instância, guardiã de algo que efetivamente ocorreu no tempo. Ricoeur argumenta que, face à tradição filosófica que aproxima a memória unicamente da imaginação e, portanto, da ficção, torna-se necessária uma distinção entre ambas: a imaginação é voltada para o fantástico, para o irreal, e a memória, ao contrário, está voltada para uma realidade anterior. A memória é sobre o passado, relativa ao passado. Só podemos ter lembranças do que aconteceu, por isso, ser do passado é sua condição inexorável. A memória é uma representação (reelaborada e ressignificada) no presente de algo ausente, mas já vivido. O objetivo da memória, neste sentido, é reconhecer no presente, como lembrança, algo que efetivamente ocorreu no passado. A memória, por isso, pretende ser fiel ao passado. Assegurando a continuidade temporal, a memória, fragmentada e pluralizada, se aproxima então da história, pela sua ambição de veracidade. Para o filósofo, a verdade seria o elemento comum entre ambas, assim, em razão mesmo de sua função crítica, cabe à história remediar e corrigir as fragilidades e abusos da memória – fragilidades

11 Para Ricoeur (2007) é condição que a memória seja função primordial na história. A história é sobre os acontecimentos passados, e sendo a memória sobre o passado, nada melhor do que ela, que reconhece o que passou, para validar o conhecimento histórico. O reconhecimento aqui é primordial para a memória verdadeira e fiel. Lembrando que a fidelidade almejada por Ricoeur na escrita historiográfica não se configura como uma verdade positivista – cuja proposta seja descrever a história exatamente como essa se passou. Sua forma interpretativa da história não abole, entretanto, a produção de uma história que seja justa à experiência do passado.

afetivas da memória, os recalques individuais ou coletivos, e os abusos vinculados às manipulações da história, sejam pela instrumentalização ideológica do presente e do passado, ou pelas políticas abusivas das comemorações e rememorações¹².

A responsabilidade do historiador sobre a questão da fidelidade da memória o direciona para um importante e duplo movimento. Por um lado, deve estar atento ao sentido que o passado teve para os atores do passado. Ricoeur afirma, ao debater a questão da “dívida” à escrita da história, que o historiador ao abordar o passado, aborda, sobretudo, da vida dos homens que morreram. Assim, os homens do presente devem respeito à tradição deixada pelas gerações anteriores. Escrever sobre a vida de nossos antepassados é um gesto de sepultura que a historiografia transforma em escrita. E por outro lado, está o sentido que esse passado tem para os desafios e perguntas do presente: como horizonte de expectativa, como aprendizagem para o futuro, como marcas de uma elaboração dos acontecimentos do passado. Um dos problemas que se apresentam atualmente, face à demanda de memória como uma expressão da crise de nossa relação com o tempo, é o de “restabelecer uma circulação entre o presente e o passado, e também o futuro, sem nos abandonarmos à tirania de nenhum dos três termos”¹³ (HARTOG, 1996: 150).

124

Realizou-se até o momento uma abordagem conceitual dos *lugares de memória*. A partir da compreensão do “presente perpétuo” – que destruiu a unidade do tempo como era anteriormente reconhecido, quebrando a ligação linear existente entre presente e futuro e em relação ao passado – contextualizamos essa mudança de sensação temporal e nela inserimos a elaboração das memórias e formulações a respeito da construção de identidades. Destacamos os lugares de memória como

12 Paul Ricoeur estabelece uma distinção entre “rememoração”, como parte de um processo de elaboração individual, e “comemoração”, trabalho de construção de uma memória coletiva. E a mediação entre a memória individual e a coletiva passaria então pelo viés de uma identidade narrativa, inscrita no tempo e na ação. Para uma leitura mais extensa sobre o tempo e a narrativa que enfocam a memória como prática social a partir de uma abordagem da memória coletiva ver RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*.

13 Relembrando que Reinhard Koselleck (2006), ao longo de sua obra, analisa como o Iluminismo europeu no século XVIII pronunciara o divórcio com a *tradição*, “libertando” a *razão* de seus entraves seculares e lhe dando livre curso com a certeza de um devir promissor, um impulso guiado por uma inabalável esperança no futuro. Esta noção de progresso trouxe consigo a concepção da superioridade do futuro em relação ao passado. Entretanto, sintomas de descrença do ambiente intelectual em torno da ideia de progresso haviam aparecido já durante o século XIX, por influência, entre outros, de Tocqueville, Burckhardt, Schopenhauer, Nietzsche e Weber. No século XX deu-se o tom de pessimismo relativo às ideias de progresso que até então vigoravam e pouco a pouco, o futuro cedeu terreno ao presente, que tomaria cada vez mais espaço até parecer ocupá-lo inteiramente. “Passamos, portanto, em nossa relação com o tempo, do futurismo ao presentismo: a um presente que é seu próprio horizonte”, (HARTOG, 1996: 135).

pilares na formação de um tipo de memória exigida na sociedade contemporânea: a memória coletiva, ainda que não universal, mas que permite ao indivíduo ter acesso a um processo de identificação¹⁴. Nesta discussão sobre a memória, pontuamos que o esquecimento ocupa um posto importante, sendo necessário para a sobrevivência do indivíduo e dos grupos que se articulam na sociedade, pois o esquecimento é condição do pensamento. Lembrando que esta disputa entre memória e olvido não ocorre sem conflitos, uma vez que é evidente a variedade de elementos e interesses do presente na construção das memórias públicas, processo esse que está sempre sendo contestado face às novas configurações sociais e às variações dos atores envolvidos nas visibilidades das políticas memoriais no presente. Políticas essas que são cada vez mais fragmentadas, elaboradas em razão de (e por) específicos grupos sociais, políticos, de gênero ou étnicos (apenas para citar alguns exemplos), e que produzem lugares de patrimônio urbano visando a construir, a partir de uma vivência ou demanda histórica, uma identidade. Assim, esses espaços memoriais, por serem/estarem envolvidos em discursos e projetos políticos, podem assumir diferentes sentidos – apesar das tentativas de cristalização de seus significados – sujeitos a novas interpretações, ressignificações e apropriações. Ficam sujeitos “a olvidos y silencios, a una incorporación rutinaria o aun indiferente en el espacio cotidiano, a un futuro abierto para nuevas enunciaciones y nuevos sentidos” (JELIN; LANGLANG, 2003: 15). Nessas disputas, diante da pluralidade dos discursos e dos atores sociais no cenário político do presente (como por exemplo, as sociedades pós-ditatoriais da América Latina), destacamos a existência dos *empreendedores de memória*: “agentes sociais que [...] mobilizam suas energias em função de uma causa” e que atuam no sentido e empreender ações para promover suas demandas e memórias e fazer com que elas se tornem questões públicas. Estas ações se dão no debate público e em um cenário de conflito, no qual “há uma luta entre ‘empreendedores da memória’, que pretendem o reconhecimento social e legitimidade política de *uma* (sua) versão ou narrativa do passado” (JELIN, 2002: 48). Nesse sentido as novas políticas precisam responder ao desafio de estabelecer o que deve ser preservado e o que deve ser esquecido, a partir de onde e desde quem. O esquecimento como ato, como fazer social, ganha espaço para delimitar a visibilidade e a invisibilidade da memória.

125

14 A concepção de “coletivo” na abordagem das memórias é entendido como o tecido de tradições e memórias individuais em diálogo e fluxo constante, que tem organização e estrutura socialmente compartilhadas.

A partir de agora procuremos contextualizar os *lugares de memória* como os lugares de intenção memorialista que ajudam setores sociais a tecer identidades e organizar memórias a respeito dos governos autoritários convertendo as experiências individuais em memórias de uma coletividade. Esses espaços hoje se configuram como espaços de luta política em prol de projetos que amarram noções de cidadania, democracia e respeito aos direitos humanos. Em uma sociedade heterogênea e marcada pela diversidade de estratégias narrativas são utilizados com a intenção de articular a sociedade numa tarefa cotidiana de reclamo por verdade, justiça e memória, incluídas neste conjunto as questões relativas à impunidade e responsabilidades dos agentes da repressão. São, portanto, espaços que atuam no sentido de promover e gerar diálogo, reflexão e fortalecimento de princípios que esclareçam a importância dos direitos humanos (para o futuro) e expor as consequências de sua ausência em uma sociedade (reflexos do passado recente)¹⁵.

Lugares de memória, sítios de consciência

126

Nuestro trabajo con las nuevas generaciones tiene que ver con tratar de relacionar el pasado reciente de la historia con lo que sucede hoy en día. Tratamos de promover la relación entre por qué sucedieron esos hechos y por qué hoy día estos jóvenes deben tener algún nivel de reflexión en torno a violaciones de derechos humanos que suceden en la actualidad. Estoy hablando de la falta de tolerancia y la discriminación (ROMERO, 2007: 20)

Na América Latina, o enfrentamento do legado das violações de direitos humanos ocorridas durante os regimes autoritários, iniciados principalmente a partir da década de 1960, foi um desafio para os governos democráticos sucessores. Estes foram confrontados pelo passado recente e pressionados, pela sociedade civil organizada, com demandas por verdade e justiça, indicando que os crimes cometidos pelas ditaduras civil-militares não haviam sido esquecidos.

As experiências autoritárias na região tiveram distintas características organizacionais e institucionais, entretanto, a perseguição e a repressão aos opositores políticos foram recorrentes – ainda que praticadas em diferentes níveis de intensidade e alcance. Com o processo de redemocratização, na década de 1980, estas sociedades se defrontaram, também de maneira diferenciada, com

15 Os lineamentos gerais foram produzidos a partir de uma síntese das informações divulgadas pelos lugares de memória. Conferir sítios na nota 3 deste trabalho.

o tema das violações de direitos humanos cometidas pelo aparato repressivo e coordenadas pelo Estado. Os governos recém-eleitos, de modo geral, repudiaram o uso discricionário do poder estatal e enfatizaram em seus discursos a importância dos princípios democráticos para a não repetição dos atrozes crimes cometidos anteriormente. Esses governos encontraram no período pós-ditatorial uma difícil tarefa: a de lidar com a herança mais polarizadora do regime antecessor sem colocar em risco a consolidação da democracia. Esta atitude, na maioria das vezes, limitou o enfrentamento político, social e judicial da questão das violações de direitos humanos. As formas organizativas e estruturais do regime militar e a marcação de sua ideologia repressora, concebida pelo ideal de contenção ou aniquilamento do inimigo interno, também influenciou a forma com que a questão dos crimes, torturas e desaparecimentos foi abordada posteriormente e como os diferentes atores políticos se posicionam durante a transição à democracia. Assim, os novos regimes foram dominados por partidos com antigas forças ditatoriais (como no Brasil, por exemplo) ou, se caracterizam pela pressão social em prol da temática das responsabilidades dos atos cometidos, evitando que a elite política legislasse o “encerramento” do tema do passado nos processos penais (como foi no caso da Argentina).

127

A título de comparação lembramos que no caso do Brasil a problemática das violações de direitos humanos cometidas pelo regime militar não foi objeto central da agenda política do novo governo democrático. Este preferiu manter a interpretação de que a Lei de Anistia de 1979 estabelecia a reciprocidade do perdão a ambas as esferas políticas do contexto: militantes de esquerda e corporações oficiais, não tocando, dessa forma, nos traumas do passado em nome da pretensa reconciliação nacional. A mobilização social no período da ditadura e da transição política à democracia centrou-se no propósito de estabelecer uma lei de anistia para o país, mas, pela força política que o setor militar brasileiro manteve durante o processo de abertura, a concepção da lei proposta pela oposição foi rearticulada no sentido de garantir a impunidade dos quadros militares ao fim da ditadura¹⁶. Já

16 Um dos pontos de extrema importância do planejamento governamental dos militares no processo transicional à democracia era exatamente evitar posteriores investigações e punições de seu quadro. “Queriam resguardar sua unidade e se proteger de futuros processos judiciais envolvendo a questão dos direitos humanos e dos atos discricionários praticados durante a ditadura. Era uma transição que colocava como inegociável a imunidade militar” (D'ARAUJO, 2007: 06). Carlos Fico também avalia que o “perdão aos torturadores” respondia à maior preocupação dos militares e selava o pacto da transição ao garantir que, superada a ditadura, “os que a implantaram e a conduziram não seriam punidos por seus atos arbitrários” (FICO, s/d: 15).

na Argentina, diferentemente, a problemática das violações dos direitos humanos, personificada na figura do *desaparecido*, perpassou a década de 1980 e 90 e continua presente na agenda política do país. A fragmentação das Forças Armadas argentinas marcou, ao fim do regime, sua conseqüente saída do poder com condicionamentos maiores do que os pretendidos inicialmente pelo setor militar. Desta forma, sua negociação com a oposição civil não conseguiu impedir o tratamento do legado da ditadura tanto no âmbito político, social e/ou jurídico¹⁷.

Na Argentina o termo memória é associado à recuperação da experiência ditatorial em suas correlações com a justiça e os direitos humanos e tem ocorrido por base das ações judiciais. Os julgamentos realizados, resposta às demandas sociais, mas resultado, principalmente, das ações políticas de pressão dos organismos de direitos humanos - historicamente mais fortes que as organizações deste tipo no Brasil - ‘han desplegado la lucha más eficaz en la asociación de la memoria a la realización de la justicia. O resgate da memória no país é utilizado como “prueba y construcción de una verdad de los crímenes que sacaba a la luz las responsabilidades e impulsaba el castigo conseqüente” (VEZZETTI, 2009: 231). A memória, sua relação com a justiça e a valorização dos direitos humanos configuram-se, então, como pilares da nova concepção democrática argentina. Já no Brasil, a transição, ao não avaliar os processos penais de torturadores como alternativa para a efetivação de seus deveres enquanto estado democrático, têm associado o compromisso com a “verdade” como uma forma de justiça como reconhecimento ou justiça compensatória, que restabelece o sentido de justiça outrora quebrado (BRITO, 2009: 77). Priorizam-se, desta forma, as políticas reparatórias de cunho material e simbólico, não sendo coincidência que nossas políticas de memória sejam balizadas sob o termo “Direito à Memória e à Verdade”.

Como se observa, cada sociedade tem seu modo de agir frente ao passado, de articular alianças e de desenvolver estratégias para avançar no processo de justiça e de efetividade dos direitos à memória e à verdade. O enfrentamento do passado de violações de direitos por meio reparação e da responsabilização dos seus autores é um mecanismo essencial para se superar os conflitos e desafios,

17 A fragmentação do setor militar e a incapacidade para conter as tensões sócio-políticas, somadas a uma grave crise econômica caracterizada pela recessão e alta inflação, influenciaram negativamente o poder de negociação dos militares durante a transição à democracia. As tensões e conflitos surgidos no aparato militar argentino obrigaram o governo a iniciar uma saída com condicionamentos maiores do que os pretendidos. “As Forças Armadas não tiveram condições de buscar uma saída que fosse conduzida a partir das esferas governamentais do regime” (SAIN, 2000: 23) e apresentaram fraca força política, quando comparada à situação no Brasil.

prevenir futuras vitimizações e alcançar a verdadeira reconciliação e o respeito aos direitos humanos. As leis de anistia inscreveram-se nos primeiros momentos do processo de democratização com o objetivo de desfazer conflitos, apaziguar a cólera social e evitar o renascimento de novos confrontos¹⁸. Como destaca Ludmila Catela, a função da anistia é dupla: “por um lado, regula as relações políticas; por outro, busca a reconciliação” (CATELA, 2000: 310). E a autora complementa afirmando que embora os indultos e as anistias sejam formulados em meio ao anseio de uma reconciliação nacional, eles costumam fracassar porque, em maior ou menor medida, são utilizados como instrumentos para a impunidade.

Conforme destaca o *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* – IDEA, em parceria com o *Instituto Interamericano de Derechos Humanos* – IIDH, “la amnistía – como forma imposta de esquecimento e perdão – tiene el potencial de alienar a muchos, incrementar la desconfianza y fomentar la desilusión pública en el proceso de reconciliación” (IDEA; IIDH, 2005: 37). A *reconciliação* é parte essencial de um processo político democrático, sendo um objetivo nas sociedades pós-conflito, uma vez que a reprodução das violências passadas não é interesse da sociedade. O uso do termo, entretanto, não encontra consenso acerca de sua definição e de seus alcances. Muitas vezes, a reconciliação é compreendida mais como uma meta, um fim a ser alcançado (um projeto de futuro), esquecendo-se de que ela é também um processo¹⁹, uma ação no presente cuja efetivação envolve dinâmicas sociais muito complexas e ações políticas de longo prazo. Sobre a complexidade envolvida nesse processo, atentamo-nos a esta avaliação do *International Center for Transitional Justice* (ICTJ):

129

Sin búsqueda de la verdad o esfuerzos de reparación, por ejemplo, castigar a un pequeño número de autores puede verse como una forma de venganza política. La búsqueda de la verdad, sin que vaya de la mano de esfuerzos por castigar a los victimarios y reformar las instituciones, puede ser vista como palabras nada más. Asimismo, si las reparaciones no están relacionadas con procesamientos o búsqueda de la verdad pueden ser percibidas como un intento de comprar el silencio o la aquiescencia de las víctimas. Del mismo modo, la reforma de las instituciones sin ningún intento por satisfacer las expectativas legítimas de justicia, verdad y reparación de las víctimas

18 Podem ser citadas a Lei da Anistia no Chile (1978), a Lei da Anistia no Brasil (1979), a Lei de Caducidade no Uruguai (1985), a Lei do Ponto Final (dezembro de 1986) e a da Obediência Devida (1987) na Argentina e, por fim, as leis de nº 26.479 e 26.492 no Peru (1995).

19 La reconciliación como fin en sí, es una ambición, un ideal que le da dirección al proceso de cambio y lo hace más contundente; pero es la dimensión de proceso la que garantiza el cambio efectivo, gradual y sostenible en las relaciones sociales (IDEA; IIDH, 2005: 12).

no sólo es ineficaz desde el punto de vista de la rendición de cuentas, sino que tiene muy pocas posibilidades de éxito (*Qué es la Justicia Transicional? ICTJ, 2009*).

Ao mesmo tempo em que o discurso da reconciliação nacional parece desejado, com frequência sua utilização avalia pouco (ou nada) seus sentidos éticos, seu impacto político e/ou sua viabilidade social. O que se destaca é uma má utilização do termo, geralmente empregado como sinônimo para a impunidade, atribuindo-lhe um efeito manipulador na medida em que passa a justificar a ausência de medidas de justiça, verdade e reparação ou punição dos responsáveis. As vítimas posicionam-se, então, contrariamente à proposta da reconciliação porque a relacionam com o perdão obrigatório, a impunidade e o esquecimento. No processo de uma verdadeira reconciliação, “verdad y justicia forman parte por igual de un trabajo a largo plazo para ayudar a crear oportunidades objetivas que permitan llegar a ver el pasado en términos de una responsabilidad y un sufrimiento colectivos, y el futuro como una tarea compartida” (IDEA;IIDH, 2005: 18).

Devido à complexidade e sensibilidade suscitada pelo tema, a dimensão política da reconciliação deve procurar gerar uma visão orgânica de seu processo, entremeando as relações entre diferentes (e divergentes) setores sociais e entre estes e o Estado. De acordo com os debates que orientam a definição da *justiça de transição*²⁰, é importante que o Estado democrático declare, por meio de suas políticas públicas recentes, sua responsabilidade nas violências praticadas pelos governos autoritários anteriores e o seu compromisso em averiguar a verdade, buscar a justiça e estabelecer o direito à memória. Para que tal iniciativa alcance uma extensa temporalidade, necessita-se de um compromisso estatal sólido, pois caso o contrário, o risco é de se ter importantes projetos de cunho reparatório, configurados como meros objetos de barganha em questões políticas/eleitorais, abandonando-se o caráter de políticas públicas e do enraizamento dos compromissos democráticos. “El Estado es fundamental porque garantiza la voluntad política de asignar los medios, aportar las herramientas de gestión, y, sobre todo, asegurar la continuidad

20 O conceito surgiu no final da década de 1980 principalmente em resposta às mudanças políticas ocorridas na América Latina e no Leste Europeu. O termo não expressa uma forma especial de justiça, mas sim um conjunto de abordagens, mecanismos (judiciais e não judiciais) e estratégias para atribuir responsabilidades, exigir a efetividade do direito à memória e à verdade e para fortalecer as instituições com valores democráticos, visando contribuir para evitar a repetição de experiências autoritárias. O objetivo da justiça transicional implica em processar os perpetradores, revelar a verdade sobre crimes passados, fornecer reparações às vítimas e à sociedade e reformar as instituições perpetradoras de abusos. Verbete “justiça de transição”. In: Dicionário de Direitos Humanos.

de un proyecto y de una institución destinada a perdurar” (VEZZETTI, 2009: 226).

Redemocratizados, os Estados latino-americanos assumiram então o papel de promover com ações públicas o resgate da memória e da verdade mediado pela participação de distintas esferas de saber: órgãos políticos (em suas diferentes instâncias), setores sociais (entendidos aqui como *empreendedores de memória* – com destaque para as testemunhas diretas e as vítimas) e diversos especialistas: historiadores, museólogos, pedagogos, psicólogos etc. Tais envolvimentos darão a estas propostas o maior consenso possível dentro de uma sociedade, que, como se sabe, não é homogênea. Mas em resumo, a diversidade participativa vislumbra a maior possibilidade de que o tema se converta numa temática permanente na agenda política das suas democracias.

Como já dito, o processo de elaboração da memória está sempre em construção, sempre sendo contestado face às novas configurações sociais, às variações dos atores envolvidos nas visibilidades das políticas de memória no presente. Diante deste desafio, deve-se desprender certa atenção por parte desses projetos memorialistas, abraçados pelo Estado e os afetados diretos, na busca permanente pelo envolvimento de outros atores sociais e novos destinatários para suas propostas de representação deste passado, atualizando-os constantemente. Pois esse processo reparatório deve ser entendido como individual e coletivo, e as políticas de memória devem considerar que a sociedade como um todo também foi afetada pelos governos repressores, e não somente o sujeito-vítima (evita-se, nesse sentido, que a discussão recaia sobre os benefícios diretos, e não sobre os sentidos destas políticas de reparação (VINYES, 2009: 42). “Esa abertura hacia el futuro es el fundamento de una política de memoria, sin el cual las acciones sobre el pasado quedan reducidas a la expresión de grupos, a una fragmentación replegada y autorreferencial, rodeada de cierta indiferencia conformista que se sostiene en representaciones establecidas (VEZZETTI, 2009: 247).

131

As políticas de memória são parte do programa de justiça de transição e têm como objetivo promover o reconhecimento pelos Estados de suas responsabilidades em assassinatos, desaparecimentos e torturas durante seus governos repressivos e reestabelecer às vítimas direitos vulnerados. Essas ações de memória pública também possibilitam que os sobreviventes e os familiares dos mortos e desaparecidos possam elaborar seu luto numa dimensão coletiva, retirando-o do âmbito unicamente privado, como era vivido até a implantação destas políticas. Sua importância é possibilitar “que las víctimas y sus familiares puedan dejar de sentirse obligados política y emocionalmente a ser los portavoces de la memoria

del pasado represivo de la sociedad, ya que esa responsabilidad empieza a ser compartida con otros” (LIRA, 2009: 72). A revelação da “verdade”, no sentido da desconstrução da “boa memória” proclamada pela história oficial e finalmente confrontada com as versões abrigadas nas políticas memorialistas, preenche uma necessidade social de confirmar oficialmente aquilo que foi durante muito tempo negado; reintegra as vítimas na sociedade, através do reconhecimento do seu sofrimento e oferece uma forma de justiça distributiva ou social, contribuindo com recursos não convencionais para promover a memória coletiva.

A atenção aos novos atores e a intenção de construir um espaço de conhecimento e reflexão coletivos sobre a violência política do passado estão na raiz da constituição dos novos *lugares de memória* na América Latina. Estes lugares transformaram antigos centros de tortura em museus de memórias e atuam como centros de debate sobre a importância dos direitos humanos, do exercício da cidadania e da valorização da democracia. Em consonância com essas proposições, também é atribuída importância a esses espaços ao “materializar” uma identidade do processo que em seu interior se quer descrever, constituir-se num instrumento educativo para as novas gerações e num espaço atual para o processo de reelaboração do passado, tanto pelas vítimas e familiares, que se envolveram com os projetos memoriais, quanto para o Estado, que assim entende cumprir às exigências de uma reparação ética e moral necessárias.

132

O central nos lugares de memória é o resultado desta relação entre os signos do passado recente – o espaço e suas vivências baseada na dor – com o os relatos, ideias e experiências que os ressignificam no tempo presente, atribuindo-lhes sentidos. Inseridos no contexto contemporâneo marcado pelo crescimento da cultura de memória – que se preocupa em guardar e preservar – esses memoriais procuram articular um novo sentido histórico para as experiências políticas a partir da esperança de, que pelos usos da memória, se articulem possibilidades de garantir, no presente, a justiça e a não repetição das violações aos direitos humanos. A incorporação do tempo presente como eixo problematizador nas ações dos memoriais tem ocorrido com importante impacto, pois ao abordarem as problemáticas do presente e interpretá-las, mobilizam a sociedade para a discussão e a desnaturalização do olhar sobre o passado. Como avaliado por Hugo Vezzetti, a memória “requiere de un marco de recuperación y de sentido en el presente y un horizonte de expectativa [...]. La *democracia* ha constituido este *horizonte*, a la vez como un valor y como un nuevo marco institucional” (VEZZETTI, 2009: 220 – grifos do autor).

Desta forma, os memoriais são lidos neste trabalho como auxiliares materiais e simbólicos para o processo de ressignificação do passado em suas respectivas sociedades, sendo dedicados à preservação das memórias sobre a repressão. Entretanto, destacamos que, paralelamente a esse desejo de elaboração das experiências do passado, articulam-se também na vontade política de consolidar novos horizontes de expectativas. Os lugares de memória inserem-se, portanto, em atividades cujo propósito social é estabelecer um vínculo entre as experiências do passado e da vida cotidiana atual, facilitando o conhecimento do que se sucedeu através da documentação histórica, levantada por pesquisas, da arte e de atividades culturais, reivindicando a dignidade das vítimas e buscando contribuir, ao fim, para a construção de uma sociedade consciente de seu passado. As políticas de memória são um importante passo no processo de recuperação da experiência de resistência às violências perpetradas pelo Estado, pois preenchem uma necessidade social de confrontar as antigas verdades com novas formas narrativas, reintegrando as vítimas à sociedade e concebendo, a esta, políticas que permitam a verificação da “verdade” e a confrontação dos fatos, fortalecendo, como já dito, valores democráticos e de cidadania. As políticas de memória concedem ênfase à memorialização, que procura transformar o passado em uma força viva no presente, em uma contínua luta contra o esquecimento, pois a recordação permanente dos efeitos da violência de Estado é uma possível barreira para evitar a repetição de tais atrocidades no futuro. Como dito por Hugo Vezzetti, o foco dos memoriais deve ser “el trabajo en la protección del sitio [que] reside, entonces, en las promesas que lo sostienen como un fundamento necesario: el deber cívico, político en el sentido más eminente, de transformar el pasado (VEZZETTI, 2009: 257).

133

Mediante toda a importância atribuída aos lugares de memória, ressaltamos, entretanto, que a reconstrução da memória coletiva não deve ser convertida em única forma de prevenção de futuros governos autoritários. Estes espaços não devem ser tratados como o único caminho para a reparação sobre o passado de violência, pois as sociedades que enfrentaram seu próprio passado com maior êxito são aquelas que souberam combinar de forma eficiente uma revelação mais ampla da história e dos crimes com a plena atuação da justiça, pois devesse lembrar que “verdade implica responsabilidade” (CIURLIZZA, 2009: 28).

Referências

bibliográficas:

ABREU, José Guilherme. “Arte pública e lugares de memória”. *Revista da*

Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Patrimônio. Porto, I Série, vol. IV, p. 215-234, 2005. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4944.pdf>>.

ACHUGAR, Hugo. El lugar de la memoria, a propósito de monumentos. In: JELIN, Elizabeth y LANGLAND, Victoria (comps). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores y Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2003.

BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Trad. Carlos Nejar. São Paulo: Globo, 2001.

BRITO Alexandra Barahona de. Justiça transicional e a política de memória: uma visão global. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça*. Brasília, n. 1, jan. / jun. 2009.

CATELA, Ludmila da Silva. Em nome da pacificação nacional: anistias, pontos finais e indultos no Cone Sul. In: D'ARAUJO; CASTRO (orgs). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000, p. 293-313.

CIURLIZZA, Javier. “Para um panorama global sobre a justiça de transição”. Entrevista à Revista Anistia Política e Justiça de Transição. Entrevistador: Marcelo Torelly. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça*. Brasília, n. 1, p. 23-29, jan./jun. 2009.

134

D'ARAUJO, Maria Celina. *Política e corporativismo militar no Brasil*. Trabalho apresentado no 1º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Defesa (ABED). Universidade Federal de São Carlos. 19 a 21 de setembro de 2007. Disponível em: < http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Maria_Celina_27-8-07.pdf>.

DICIONÁRIO DE DIREITOS HUMANOS. Escola Superior do Ministério Público da União. Disponível em: < <http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php>.

FICO, Carlos. *A negociação parlamentar da Anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”*. Texto não publicado. Disponível em: <www.ppghis.ifcs.ufrj.br>.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Edições Vertice Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 1990.

HARTOG, François. “Tempo e História: “Como escrever a história da França hoje?”” Trad. Ana Cláudia Fonseca Brefe. *História Social*. Campinas, n. 3, p. 127-154, 1996.

HARTOG, François. “Tempo e Patrimônio”. Trad. José Carlos Reis. *Vária História*. Belo Horizonte, vol. 22, n. 36, p. 261-273, jul/dez. 2006.

HUYSSSEN, Andreas. “En busca del tiempo futuro”. *Puentes*, ano 1, n 2, dez. 2000.

HUYSSSEN, Andreas. *Conferência Resistencia a la Memoria: los usos y abusos del olvido público*. Porto Alegre, ago. 2004. Disponível em <www.lamarcaeditora.com/memoriaenconstruccion>.

INTERNATIONAL CENTER FOR TRANSITIONAL JUSTICE. ¿Qué es la Justicia Transicional?. Jan 2009. Disponível em: <<http://ictj.org/es/que-es-la-justicia-transicional>>. INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE; INSTITUTO INTERAMERICANO DE DERECHOS HUMANOS. Verdad, justicia y reparación. Desafíos para la democracia y la convivencia social. 2005.

JELIN, Elizabeth. ¿De qué hablamos cuando hablamos de memorias? In: JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2002. (Coleção Memórias de la represión).

JELIN, Elizabeth. “Vítimas, familiares y ciudadanos/as: las luchas por la legitimidad de la palabra”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, p. 37-60, jul/dez. 2007.

135

JELIN, Elizabeth; LANGLAND, Victoria. Las marcas territoriales como nexos entre pasado y presente. In: JELIN, Elizabeth e LANGLAND, Victoria (comps). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2003. (Coleção Memórias de la represión).

KOSELLECK Reinhart. *Futuro pasado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2006.

LIRA, Elizabeth K. Las resistencias de la memoria. Olvidos jurídicos y memorias sociales. In: VINYES, Ricard. *El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA, 2009.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PADRÓS, Enrique Serra. “Usos da memória e do esquecimento na História”. *Literatura e Autoritarismo: o esquecimento da violência*. Santa Maria, n. 4, p. 1-13, 2001. Disponível em <http://w3.ufsm.br/grpesqla/main.php?op=conteudo_8>.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

As casas de câmara e a construção da imagem do Rei e do Estado nas Minas: breves notas

Enviado em:

26/03/2013

Aprovado em:

25/08/2013

Pablo Menezes e Oliveira

Doutor em História pela UFMG

pablo.menezes@ig.com.br

Resumo

A proposta do trabalho é fazer uma breve incursão sobre o universo colonial luso-americano, realizando algumas ponderações referentes à constituição das câmaras em Minas Gerais, e qual o seu significado para a administração desta região. Assim, pretendemos perceber, no universo de ações promovidas pelas câmaras, um conjunto de atos, signos e símbolos que foram de fundamental importância para constituir uma base de administração que atendesse aos interesses dos moradores locais, que também consolidaram a presença do rei entre seus vassallos das Minas. Se parece possível o sucesso desta coesão baseado no próprio fato de que boa parte dos que aqui aportaram na América mantiveram sua identidade ancorada em Portugal, seja pelo conjunto de valores que lhes era caro, ou por terem familiares no velho mundo, e mesmo relações econômicas, estas motivações relacionais tiveram que ser constantemente renovadas para a devida manutenção dos domínios. Tendo em vista o exposto, a intenção é perceber como esta relação entre Portugal e seus domínios se construiu, tomando como recorte espacial a região de Minas Gerais, e como recorte temporal o século XVIII.

136

Palavras-Chave

Câmaras, Poder, Identidade

Abstract

Our purpose is to make a brief foray on the universe colonial Luso-American performing some considerations relating to the establishment of town-council in Minas Gerais, and what it means for the administration of this region. So, we want to see in the universe of actions taken by the cameras, a set of actions, signs and symbols that were of fundamental importance to provide a basis for government that meets the interests of local residents, which also consolidated the presence of the king among his vassals of Minas. If it seems possible the success of cohesion based on the very fact that most of those who arrived here in America kept its identity anchored in Portugal, is the set of values that they were expensive, or

because they have family in the old world, and even economic relationships these relational motivations had to be constantly renewed for proper maintenance of the fields. In view of the above, the intention is to understand how this relationship between Portugal and its domains was constructed, taking as spatial area the region of Minas Gerais, and the time frame as the eighteenth century.

Keywords

Town council, Power, Identity

Em fins do século XVII, a Coroa portuguesa foi informada de que havia ouro nas entranhas do chamado *Sertão dos Cataguases*, o que foi descoberto a partir das empreitadas realizadas pelos paulistas nas terras desconhecidas da América portuguesa. O que aconteceria dali por diante foi constantemente apresentado pelos trabalhos de história: uma enxurrada de pessoas migrou para a região, tentando melhorar sua sorte, fosse na mineração, fosse exercendo atividades que pudessem ser exercidas à sua sombra, como o comércio, a pecuária e a agricultura.

A migração populacional, e a natureza da economia mineral, impôs à Coroa o desafio de construir uma administração para os territórios recém-descobertos que tivesse êxito o suficiente para manter a ordem entre os povos ali instalados, e também que os interesses tributários derivados das atividades aurífera fossem adequadamente satisfeitos. Colocar os povos em ordem e debaixo das leis era muito importante, pois sem lei e rei os moradores daqueles territórios poderiam desmembrar aquele território dos domínios de Portugal. Além de tal desafio, a questão tributária não era menos complexa. Segundo Carla Anastasia, o modelo que Portugal havia construído para fazer frente às necessidades das atividades agro-exportadoras, utilizada, por exemplo, no nordeste açucareiro, não podia ser aplicado nos distritos minerais. Segundo a autora, “as relações de poder que se estabeleceram entre metrópole e colônia podem ser explicadas a partir das mediações que se assentaram entre a estrutura de poder (formas autoritárias de dominação) e a comercialização”. Assim, embora no nordeste açucareiro os senhores dominassem a propriedade da terra e o trabalho compulsório, não tinham controle sobre a comercialização dos gêneros que produziam. Havia ali uma separação entre as atividades agro e mercantil, o que teria reduzido ao mínimo a autonomia dos proprietários de terra. Modelo impossível para o território das Minas, posto que o ouro já era em si mesmo equivalente universal (ANASTASIA, 1998: 10). Assim, a administração dos povos e dos tributos eram as questões principais sob as quais a Coroa teve que se debruçar desde os primeiros anos até os decênios seguintes.

Tema sob o qual vários autores se debruçaram.¹ Nos primeiros anos, a coroa optou por “dividir” a empreitada da administração com os particulares, notadamente os paulistas, cumprindo as promessas de conceder honras e cargos aos descobridores do ouro. Concedeu a eles cargos como os de guarda-mor – tornando-os responsáveis, entre outras funções pela distribuição das lavras minerais – e escrivão. Com o tempo, a Coroa foi tomando parte na administração, criando cargos que espelhavam os interesses régios, como por exemplo, o de *Superintendente de terras e águas minerais*, instituído em 1702.² As mudanças na administração traduziam, ainda, as tensões entre as populações que viviam em Minas, notadamente os paulistas e os forasteiros, pejorativamente chamados de “emboabas”. As divergências entre estes grupos teriam chegado a seu ápice entre os anos de 1707 e 1709, no que se convencionou denominar *Guerra dos Emboabas*. Estas situações se traduziram em novos arranjos no quadro da administração das Minas, algumas das quais foram tratadas pelo Conselho Ultramarino, em reunião realizada em 17 de julho de 1709. Entre as várias questões tratadas, discutiu-se a administração da justiça e o governo das minas, pontos considerados importantes por serem “o último fim de todas as repúblicas e a principal obrigação dos príncipes sendo esta a causa final para que sejam constituídos por Deus e pelos povos”. Para colocar a região em ordem, recomendavam que fossem remetidos aos distritos não apenas uma só pessoa, mas um contingente significativo capaz de constituir na região um governo “cristão e político”, para o qual deveriam ser fundadas igrejas, constituir párocos, fundar vilas e povoações, ordenar milícias, estabelecer a arrecadação dos quintos e dos dízimos. Também deveriam ser instaladas as bases da administração da justiça.

1 Entre outros, cito: IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil. *Revista de História* – USP, São Paulo, p. 257-273, 1974; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1998; SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do indistinto, Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas, 1735-1808*. São Paulo: HUCITEC, 1997; CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: "de como meter as minas numa moenda e beber-lhes o caldo dourado" 1693-1737*. São Paulo: FFLCH-USP, 2002. [tese de doutoramento]; ANDRADE, Francisco Andrade. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte: Editora Autêntica; Editora PUC Minas, 2008.

2 Entre suas funções, estava aplacar os conflitos nas distribuições de datas minerais, tendo para tanto o poder de nomear os guardas-mores. Tinha ainda competências de foro cível e criminal e, por tal motivo, o cargo deveria ser ocupado por um magistrado. SALGADO, 1985: 283-285.

Com um governo estabelecido nas Minas, os distritos mineradores deveriam ser colocados em independência dos governos do Rio de Janeiro e da Bahia, como forma de resolver a disputa jurisdicional sobre as Minas, iniciada desde fins do século XVII. Além dessa medida, os conselheiros sugeriam para a administração das Minas que fossem estabelecidas na região “vilas e povoações” para fazer chegar o governo régio às várias partes dos distritos minerais. As vilas deveriam ser fundadas em “sítios salutíferos com vizinhança de rios e boas águas, terrenos férteis e em pouca distância das ribeiras principais de ouro” (CONSULTAS do Conselho Ultramarino, 1951: 219-242). Ao sugerir a criação de vilas na região, os conselheiros pretendiam instalar nos distritos minerais instituições que tinham comprovada importância para a administração de várias localidades de Portugal e seus domínios. Nessas vilas, deveriam ser instaladas *casas de câmara*, instituições detentoras de uma vasta gama de atribuições que podiam levar a almejada ordem aos distritos minerais. Nas linhas que seguem, discutiremos qual o significado da constituição desta instituição para a administração da região das Minas no período setecentista.

139

A partir do ano de 1711, a Coroa portuguesa fundou em Minas Gerais quatorze vilas, que compuseram parte da estrutura administrativa da região. As vilas cumpriam um papel importante nos quadros da administração do Império, pois era através da *Casa da Câmara*, sua mais importante instituição, que a coroa fazia-se presente nas mais variadas paragens dos domínios além-mar, por meio do grande número de atribuições que os camaristas detinham. Tal importância foi atestada por Boxer, que afirmou que as câmaras e as casas de misericórdia foram os verdadeiros sustentáculos do Império português, visto serem estruturas permanentes, garantindo, portanto, a estabilidade necessária aos domínios ultramarinos, em detrimento do ir e vir dos muitos governantes que afluíam do Reino para os domínios além-mar (BOXER, 1981: 263). Assim, era por meio destas que as leis e ordens régias eram levadas ao conhecimento dos súditos, bem como muitas solicitações destinadas a outras esferas governativas.

Na região de Minas, o estabelecimento de vilas teve início em 1711, com a criação de Vila Rica, da Vila do Ribeirão do Carmo e da Vila de Sabará. Pretendia-se com este ato, levar as leis e ordens régias aos distritos minerais, então densamente povoados. A situação de grandes distúrbios na região, dentre os quais

a *Guerra dos Emboabas* (ROMEIRO, 2001: 169-208) implicou a elaboração de instruções para colocar sob o jugo das leis e ordens régias os povos dos distritos minerais. Foi um meio encontrado não só de colocar os povos “sujeitos às suas reais leis e a justiça com toda a obediência”, como também de criar um meio de diálogo entre os povos e o rei (FONSECA, 2001: 137-138). Inseridos dentro da discussão que se tem feito há algum tempo a respeito da eficiência da máquina administrativa e seu alcance nos domínios portugueses, importantes estudos demonstram que as câmaras não foram simples agentes da metrópole, pois, com sucesso conseguiram assegurar, em muitos casos, os interesses de pessoas e grupos que representavam (BICALHO, 2001). Ainda, exerceram a justiça em primeira instância e se constituíram como importante lugar de expressão dos interesses dos moradores, “válvula de segurança” para expressar descontentamentos locais (FONSECA, 2001: 137). Assim, elas tiveram, durante todo o período colonial, amplo canal de comunicação com a Coroa portuguesa, e através da negociação com esta puderam concordar ou pôr em xeque determinadas práticas políticas e fiscais, sendo tal negociação largamente utilizada nas Minas, principalmente no que tocava a competências fazendárias (BICALHO, 2001: 189-221). A correspondência enviada pelas câmaras às autoridades metropolitanas atesta a existência de uma prática de negociações em torno de questões consideradas de interesse dos moradores tocados pelas municipalidades.

No ano de 1716, os oficiais da câmara de Vila Rica enviaram petição ao rei dando conta das taxas volumosas que os moradores daquela vila vinham pagando à igreja. Criticando duramente os membros da igreja por sua “vontade ambiciosa”, solicitavam junto ao rei que se tomassem as devidas providências no tocante à questão. O que mais chama a atenção na petição é como eles justificam a intervenção do monarca. Segundo eles, o monarca deveria tomar providências “neste particular por ser tanto do bem comum e serviço de Deus” (Arquivo Histórico Ultramarino [AHU], Caixa 1, Documento 61).

Anos mais tarde, em 1741, os camaristas de Vila Rica enviariam uma carta ao rei, solicitando relaxamento no pagamento dos tributos. Para justificar sua solicitação e, no limite, a legitimidade da mesma, afirmavam que

Nos impele a obrigação de accodir pello bem publico dar esta conta a V. Mag.^o lembrados de q.^o na criação das intendências ficou salvo ao povo e cam.^a o direito de propalar o seu vexame a todo o tempo q.^o V. Mag.^o logo mostrou o disvello com q.^o por Pay commum detestava tudo o q.^o fosse fechar as bocas p.^a a exclamação das queixas (CLAMORES, 1897: 287).

Em 1765, os oficiais da câmara de Vila Rica remeteram carta ao rei para que este ponderasse em relação ao pagamento “inteiro” das cem arrobas referentes ao *quinto*. Segundo os peticionários, naquela altura do século as Minas não rendiam como nos decênios anteriores. E toda a estratégia de defesa de seus argumentos, e a busca por uma possível solução, pode ser percebida na carta. Principiam a carta afirmando que nos primeiros anos as lavras rendiam consideravelmente, e, segundo os peticionários, “este atractivo os voccou para ellas grande quantidade de filhos de Portugal, e a entrância de muitos escravos, que com huns e outros, se tem povoado esta grande parte da América, sempre fiel a V. Magestade” (AHU. Cx.: 86, Doc.: 14). Entretanto, segundo os peticionários, no decurso do século as lavras já não rendiam tanto. É o que se percebe em outro trecho da carta:

A sucessam porem dos annos trouxe inerente huma grande decadência na conveniência dos mineyros; porque dezde aquelle tempo athé o presente tem diminuído os jornais nas lavras e faisqueiras, que igualmente falando, não há mineyro que diariamente tenha jornais de quatro vintens por dia que he a parte do que no premitivo tempo se tirava (AHU. Cx.: 86, Doc.: 14).

141

Tendo em vista a questão, solicitavam os peticionários que o rei moderasse a aplicação do tributo, considerando principalmente a questão que versava sobre a *derrama*, uma sobre-tributação que deveria incidir sobre os povos das Minas caso as cem arrobas não fossem alcançadas - “contentando-se com o que renderem a V. Magestade as suas Reaes Cazas de Fundição”. Para ter sucesso em sua solicitação, fiavam-se na clemência régia, que, segundo os mesmos, “*protegia os vassallos*”.

No mesmo ano, também os moradores de Vila Nova da Rainha, representados pelo Senado da Câmara, solicitavam o relaxamento na cobrança dos tributos atrasados via *derrama*, “ajoelhados na nossa religioza vassalagem”. Na construção de seus argumentos, vão perceber nos ministros régios a culpa pelas avultadas cobrança dos povos, mesmo em face da ruína das Minas. Solicitam então que relaxem-se os impostos asseverados na lei de três de dezembro de 1750, que tratava do tema. Rememorando as grandes tensões que já haviam ocorrido nas Minas em decorrência das questões tributárias, solicitavam que não se fizesse “gênero algum de extorção a seos vassallos, ou couza que perturbe o socego publico” (AHU. Cx.: 86, Doc.: 33).

A documentação aqui citada é apenas parte de um grande volume de correspondência trocada entre a *Coroa* e as *Câmaras*. Estas últimas instituições, fixadas pela primeira em várias paragens das Minas, eram, em alguma medida, a representação dos povos no nível das localidades. Nas linhas que foram tecidas nas solicitações, temas referentes às questões tributárias foram recorrentes, e muitas vezes os peticionários tiveram êxito nas suas solicitações. Pelo menos no caso da aplicação da *derrama* – pagamento que deveria fazer o acerto daquilo que não teria sido recolhido com o quinto, imposto que recaía sobre a prática de extração mineral – eles acabaram a evitando, mesmo que o temor pela sua aplicação continuasse rondando as Minas até o apagar do setecentos. Tendo em vista as correspondências acima citadas, podemos fazer alguns apontamentos, à luz das discussões feitas na primeira parte do texto.

A primeira questão que deve ser posta em evidência na leitura da documentação citada refere-se ao grande número de termos caros ao comportamento político das sociedades monárquicas de matriz europeia do período posto. Termos como “bem comum” e “bem público” são amplamente utilizados para justificar e respaldar demandas e solicitar soluções. As petições amparavam-se no que consideravam “direito” de “propalar” as “vexações” que eventualmente consideravam passar.

142

A leitura sobre o pensamento político português no período moderno pode nos auxiliar bastante na explicação do uso constante destes termos. A cultura política da época nunca esteve focada na centralização política que cerceava completamente os poderes locais. Estes sempre tiveram uma admirável força em várias paragens do Império, o que tem sido atestado por vários estudos. Esta discussão se liga diretamente a a discussão empreendida em torno da questão da centralização, que encontra nas discussões de Antônio Hespanha grande adesão. Este autor fez uma importante consideração sobre a questão que se impunha aos estudos sobre os Estados Modernos, e ao Absolutismo. Para o autor, havia um tom escatológico nos estudos oitocentistas, procurando legitimar e perceber a formação política do XIX, voltando ao “Antigo Regime” percebendo nesta sociedade ora uma preparação para a emergência dos Estados Liberais, e ora como retrocesso. Assim, desconheceu-se de fato a vida política do Antigo Regime, pois esta é sempre encarada como momento prévio ao Estado Liberal. Boa parte dos estudos encarava atos políticos e espaços da vida política – as assembleias são o parlamento – como precedentes do Estado centralizado (HESPANHA, 2010: 45). O Estado luso, antes de ter sido marcado pela centralização, pautou-se por uma perspectiva de autonomização dos vários *corpos* constitutivos da sociedade, o que ficou expresso principalmente

nas influências da *Terceira Escolástica* e das *Teorias Corporativas do Poder* nas formas como se explica o comportamento da sociedade (HESPANHA & XAVIER, 1998). Segundo este pensamento, a sociedade deveria ser compreendida como um “corpo”, em que o Rei aparece como a cabeça, e os demais membros representados pelos vários “corpos” da sociedade. Tal qual o corpo físico, cada parte do corpo social deve funcionar a partir da sua “especificidade e irredutibilidade de objetivos”. Assim, o corpo social precisa “dividir” as suas competências e, ainda, as suas partes deveriam ter uma autonomia político-jurídica, de modo que o corpo mantivesse sua “articulação natural”. E neste sentido, a cabeça dividia o poder porque “tão monstruoso como um corpo que se reduzisse à cabeça, seria uma sociedade, em que todo o poder estivesse concentrado no soberano”. Como cada parte do corpo tem sua função específica, sua autonomia deve ser respeitada, de modo a permitir que os corpos possam bem desempenhar seus propósitos. Assim, se o poder é partilhado entre as várias partes do corpo, cumpria à cabeça “manter a harmonia entre todos os seus membros, atribuindo a cada um o que é próprio, garantindo a cada qual seu estatuto (‘foro’, ‘direito’, ‘privilégio’), numa palavra, realizando a justiça” (HESPANHA & XAVIER, 1998: 123). Estas teorias, longe de estarem deslocadas da realidade, mostram uma ampla adesão aos esquemas sociais da época, o que me parece evidenciado pela leitura da documentação acima citada (VILLALTA, 1999: 222-246). A leitura da documentação nos mostra que não só o paradigma corporativo teve grande força nas Minas, mas também nos permite lançar luz sobre os alcances do mesmo, pois por muito tempo convencionou-se que esta corrente de pensamento perdeu força na segunda metade do século XVIII, sendo substituído pelo paradigma individualista. Segundo Hespanha, o paradigma individualista teria surgido “abruptamente, mas com uma força expansiva devastadora”, em meados do século XVIII, impulsionado pela filosofia ilustrada de base do governo do Marquês de Pombal (1750-1777). Entre outros, este paradigma teria como pressuposto transformar o rei em única fonte do direito, tornando o poder geral e absoluto. Ainda, pretendia tornar os aparelhos político-administrativos instrumentos disponíveis da vontade política central (HESPANHA; XAVIER, 1998: 123). Por fim, deveria definir um “núcleo duro” de poderes inseparáveis da pessoa do rei. Ao atestar que as correspondências da câmara na segunda metade do setecentos traduziam um paradigma corporativista, podemos inquirir sobre os alcances da repercussão acerca desta nova forma de pensar o Estado português na segunda metade do setecentos.

Para além destas considerações acerca da prática política no período

moderno, chama a atenção a ampla gama de termos que denotam uma relação de adesão e vinculação ao monarca. Isto fica expresso na grande recorrência do uso de termos como “fiel”, “religiosa vassalagem”, “seus vassalos”, “pai comum”. Mais do que mera retórica, a constante afirmação relativa a uma adesão ao rei, à monarquia lusitana, era uma prática internalizada ao longo de gerações – veja que aqui podemos percorrer uma prática por cerca de meio século – , que a documentação mostra ter sido cultivada não apenas pelos “vassalos”, mas também pelo “monarca”, pois estruturava aos seus pés uma bem tramada rede de súditos. Me parece que aqui estamos diante de um conjunto de representações políticas partilhado pelos viventes neste mundo luso-americano, que em alguma medida expressa uma identidade coletiva. E o fazem lançando mão de uma linguagem, de um discurso, e um vocabulário próprio. Mas para podermos aprofundar a busca pela percepção de uma cultura política no interior desta sociedade, vamos fazer uma pequena incursão sobre o universo da produção de imagens e ritos no interior desta sociedade, pontos que me parecem pertinentes tendo em vista o trabalho ora proposto. E não só as palavras nos mostram a constituição de uma administração e presença do Rei nas Minas. Também alguns ritos e símbolos aqui construídos nos mostram a amplitude de ações propagadas pelas câmaras de Minas Gerais.

144

No inventário dos bens pertencentes à câmara da Cidade de Mariana, datado de 1730, podemos ver, entre os pertences desta instituição, um retrato de D. João V, “de eterna memória”, monarca português que reinou entre os anos de 1706 até 1750. Para além dos bens arrolados, o inventário de 1752 informa a posse de “um estandarte de damasco branco guarnecido com franja de ouro e armas reais” (TERMO, 1998: 163-165). Em 1756, além dos bens acima descritos, consta o retrato de D. José, monarca que reinou entre os anos de 1750 e 1777. Em 1792, o inventário dava conta da existência de um retrato de D. Maria I, rainha de Portugal entre os anos de 1777 e 1792 (GONÇALVES, SOUZA, 2008: 131).

A produção e o uso de imagens de governantes eram difundidos em várias regiões da Europa, e tem seus primeiros registros ainda na antiguidade, com as estátuas de governantes romanos. No período moderno ganharam relevo, fazendo parte importante da fixação da imagem dos monarcas e seu poder. De tal maneira que os retratos de Luís XIV, expostos no palácio de Versalhes, deveriam receber constante atenção do espectador, não sendo permitido a este ficar de costas para

as imagens. Segundo Burke, “que as pinturas e as estátuas tenham fornecido uma importante contribuição para a manutenção de determinados regimes ou não, acreditava-se largamente que elas assim o fizeram”. Ao fazer tal apontamento, cita o cavalheiro Jaucourt, em escrita no ensaio “pintura” da *Encyclopédie*, para quem “em todas as épocas, aqueles que governaram sempre utilizaram pinturas e estátuas para melhor inspirar as pessoas com os sentimentos que lhes desejavam dar” (BURKE, 2004: 73-74).

Tendo em vista o exposto no parágrafo anterior, a existência dos retratos citados nos inventários da câmara de Mariana, instituição de grande importância no espaço urbano, bem como a existência de um estandarte com as armas reais portuguesas, podem ser percebidas como uma forma de “materialização” da presença lusa, ou dos monarcas lusos, em Mariana, em Minas, na América portuguesa. Isto porque creio ser possível localizar retratos de monarcas portugueses em outras paragens do Império, não sendo singular o caso da câmara de Mariana. Teria sido assim um importante meio para dar “manutenção” à sua presença naquelas regiões. Por meio de seu retrato, ele lembra aos “vassallos” sua existência e importância, como que mostrando cotidianamente a existência de um monarca a quem os ditos súditos deviam prestar sua fidelidade. Serviria como meio de despertar o “sentimento” de fidelidade tão importante para a manutenção dos seus domínios além-mar.

145

Como se apenas a existência de retratos régios não fosse um generoso indício da busca pela manutenção da figura do rei nas Minas, podemos ainda perceber a existência de vários eventos que gravitavam em torno do poder monárquico e seus representantes. Tal situação pode ser exemplificada com as exéquias, que seriam então cerimônias ou honras fúnebres, ocorridas em várias regiões da Capitania de Minas, quando do falecimento de D. João V. Evento “cívico-religioso”, nas palavras de Affonso Ávila, várias paragens das Minas celebraram as exéquias, com grande pompa e luxo (ÁVILA, 1994. p. 168).

As exéquias de D. João V foram celebradas na Vila de São João Del-Rei pela sua câmara. Segundo Affonso Ávila, “a cerimônia [foi] levada a efeito nas suas praças principais, durante a qual se quebraram os Escudos do reino, ritual que se repetia tradicionalmente quando do falecimento dos soberanos portugueses”. Naquela vila fora feito um obelisco funeral, como uma homenagem póstuma ao soberano morto (ÁVILA, 1994, p. 168-172). Na Cidade de Mariana as exéquias públicas foram igualmente pomposas. O inventário da câmara datado de 1752 atesta a compra de quarenta e quatro côvados - medida de comprimento, antiga, igual a

três palmos ou 66 centímetros – de veludo, destinadas ao “funeral do Senhor rei D. João V”, para cobrir a *essa*, estrado elevado onde se deposita o caixão (TERMO, 1998: 165). Em Vila Rica não seria diferente, e sendo ali a câmara responsável pelas ditas exéquias, mandou-se mesmo entalhar uma *essa* com “perfeição e decência”, feita por João de Souza Costa e Francisco Xavier de Brito (ÁVILA, 1994: 170). Tendo em vista todas as manifestações “cívico-religiosas” ali percebidas, podemos inferir sobre a grande importância do rei, ou o importante papel ocupado por ele no interior daquela sociedade. Ilustrando tal situação, dissera o padre Mathias Antônio Salgado: “Fidelíssimo Rey, e Senhor D. João o V., defunto para a nossa saudade, vivo, e immortal na nossa memória” (ÁVILA, 1994: 176).

Ao trazer à luz a construção de um governo das Minas pautado nas câmaras, procuramos contribuir com as discussões que se desenvolvem acerca da administração das Minas. Lançando luz inicialmente sobre a correspondência produzida pelas câmaras, procuramos mostrar o significado da prática da administração nas Minas. A observação de que houve uma circulação de correspondência política entre a câmara e o Rei, em que eram solicitados toda a sorte de questões, mostramos a importância da comunicação política como forma de governo, oferecendo subsídios para repensar o governo da Capitania de Minas, especialmente as discussões relativas ao papel do Estado – e sua opressão – aos povos locais. Ainda, não podemos deixar de ter em mira a preocupação por parte da Coroa em consolidar sua presença entre os povos das Minas, o que ocorreu através da circulação de retratos, exéquias, que afinal confirmavam a presença do rei entre seus súditos, ação importante para que seu poder fosse efetivado entre os povos. Esta questão mostra que afinal o poder régio não se traduzia apenas em instituições e legislação, mas em aparatos simbólicos, que permitiam a sedimentação das relações entre o rei e seus vassallos espalhados por seu vasto império.

Referências Bibliográficas

ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco II: área idade da áurea terra*. São Paulo: Perspectiva, 1994. (3ª edição revista e ampliada)

BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João (org.). *O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica colonial*

portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio e Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BOXER, Charles R. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Ed: 70, 1981.

BRAUDEL Fernand. História e ciências sociais. A longa Duração. In: *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p.41-77.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e Imagem*. Edusc, 2004.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural, entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Pouvoir, villes et territoires. Genèse et représentations des espaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil), XVIII^e – début du XIX^e siècle*. 2001. Tese. E.H.E.S.S. Paris. 2001.

GONÇALVES, Maria Tereza, SOUZA, Maria José Ferro de. A representação da sociedade e do poder real através dos inventários dos bens móveis e dos lançamentos de despesas da câmara de Mariana, século XVIII. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças, PIRES, Maria do Carmo, MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal*. Ouro Preto: UFOP, 2008.

147

HESPANHA, Antônio Manuel. Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 43-93.

XAVIER, Ângela, Barreto, HESPANHA, Antônio Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José. *História de Portugal – O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa. P. 121-155.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidade na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.) *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte, Argumentum, 2009.

SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

TERMO de Mariana: história e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998

VILLALTA, Luiz Carlos. El-Rei, os vassallos e os impostos: concepção corporativa de poder e método tópico num parecer do *Código Costa Matoso*. In: *Varia História*.

Belo Horizonte: Depto. de História da Fafich/UFMG, Nº 21, jul. 1999. p. 222-246.

Documentação utilizada

Impressa:

CONSULTAS do Conselho Ultramarino, 1687-1710. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951. V. XCIII, p. 219-242.

CLAMORES e súplicas das câmaras em nome do povo. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, ano 2, fascículo 1, 1897.

Manuscrita:

Arquivo Histórico Ultramarino:

Caixa 1, Documento 61; Caixa: 86, Documento: 14; Caixa: 86, Documento: 33;

Alforriar o branco, alforriar o negro: algumas notas sobre o conceito de liberdade no Brasil (1770-1870)

Autor convidado
enviado em:
28/02/2014

Christian Edward Cyril Lynch

Professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Gama Filho (PPGD-UGF). É também professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)
clynch@hotmail.com

Introdução

149

Enquadrando-se no âmbito do estudo da história intelectual, o presente artigo apresenta algumas considerações sobre o conceito de liberdade no Brasil entre 1770 e 1870, a partir de quatro dos sentidos consagrados no Dicionário Bluteau de 1789. Eles dizem respeito, respectivamente, à Nação (liberdade entendida como independência nacional); à sociedade (liberdade civil); à esfera política (liberdade política) e, enfim, à escravidão (ausência de liberdade civil e política). É sobre cada um desses quatro sentidos ou dimensões do conceito de liberdade que o artigo se detém. A conclusão aponta como o encaminhamento pelo Estado do problema da escravidão, ampliando a esfera da liberdade civil ao maior número, se chocou com a percepção das elites escravistas de que, diante do *despotismo monárquico*, eram vítimas de uma falta de liberdade política. Ou seja, *a alforria dos negros* (a abolição pela monarquia) deveria ser sucedida da *alforria do branco* (a abolição do poder pessoal do Imperador, pelo federalismo, pelo parlamentarismo ou pela república). A metodologia aqui seguida tem por orientação a *história dos conceitos* de Koselleck, cujo projeto historiográfico parte da descoberta da historicidade intrínseca à experiência humana na modernidade e, como tal, é frutífero para uma captura adequada das mudanças ocorridas no campo do pensamento político. Esta metodologia obriga o estudioso da história

a situar os conflitos sociais e políticos do passado em suas respectivas fronteiras conceituais, colocando-os em relação com a continuidade ou não das estruturas políticas, econômicas e sociais (KOSELLECK, 1997). Como o conceito ligado a uma palavra é sempre mais do que esta palavra, ambos devem ser adequadamente distintos; além disso, os conceitos não têm conteúdos estáveis; o que permite dizer que a história dos conceitos, na verdade, é a história de suas diferentes recepções no tempo e no espaço (JASMIN e FERES, 2006).

Para Koselleck, o período particularmente interessante de estudo conceitual é aquele compreendido entre 1750 e 1850, que ele denomina *Sattelzeit* (1750-1850). Este é o termo por que ele designa o período de transição sofrido pelo sistema político conceitual do Antigo Regime para a modernidade política. Ao acompanharem as transformações socioeconômicas ocorridas na Europa ocidental, os conceitos políticos teriam sofrido durante aquela época quatro grandes processos: a *democratização* (alargamento do seu campo de uso por camadas até então alijadas), *temporalização* (os conceitos passaram o futuro e não mais passado como referência), *ideologização* (os conceitos perdem sua dimensão concreta para se tornarem cada vez mais abstratos) e *politização* (os conceitos passam a adquirir acentuada polissemia por seu emprego por diversos setores na arena política). No entanto, alguns cuidados preliminares referentes à aplicação dessa metodologia devem aqui preceder a exposição do presente texto, em razão da ausência, na sociedade brasileira da época, de certas condições sociais de caráter estrutural, que parecem, todavia, constituir não-ditos da história conceitual.

No ambiente europeu e da Nova Inglaterra, o conceito de liberdade agiu sobre sociedades que, apesar de hierárquicas, eram marcadas por certa homogeneidade cultural e étnica, fosse ela real ou imaginada. Essa homogeneidade era pouco visível no Brasil, onde a mestiçagem dos povos ibéricos com povos autóctones e outros, trazidos de outros continentes, como o africano, conferiram à sociedade uma complexidade que criava novos componentes sobre as hierarquias preexistentes no universo europeu. Por isso, a variável da escravidão negra não pode aqui ser deixada de lado. Do mesmo modo, a conformação da sociedade brasileira era bastante mais atrasada, por assim dizer, que a europeia ocidental, na época em que elas vivenciaram as transformações socioeconômicas no bojo da qual foi gestada a modernidade política conceitual. A impressão que se tem, é de que a passagem do Antigo Regime para o governo constitucional e representativo liberal não veio acompanhado daquelas mesmas mudanças que tinham curso em países como os Estados Unidos, a Inglaterra ou a França. Este fato refletiu significativamente

em algumas daquelas características do processo de modernização dos conceitos políticos – em particular no de *democratização*. Embora o advento do liberalismo tenha estendido a esfera de livre uso dos conceitos políticos, essa extensão se deu de modo limitado, constituindo uma esfera pública mais restrita do que aquela existente nos países centrais, que normalmente excluía quase todo o universo de trabalhadores manuais. É o que aqui justifica também que o período do *Sattelzeit* seja atrasado em vinte anos, passando a contemplar o período entre 1770 e 1870.

1. Liberdade como independência nacional.

O primeiro sentido trata da compreensão da liberdade como sinônimo de independência nacional e de capacidade para mantê-la ou adquiri-la. Ela vinha prevista já no Dicionário Bluteau de 1789: “O estado da nação, que não reconhece superioridade a outra” (MORAIS, 1789). Como se percebe, ela mantém vínculos com a linguagem do republicanismo clássico, opondo-se à idéia de escravidão e de cativo da comunidade política, subjugada por outra. Essa conotação da liberdade nacional no âmbito da ordem internacional surge, por exemplo, em 1813 no jornal *O Patriota*, editado por Manuel Ferreira de Araújo no Rio de Janeiro, sede da monarquia absolutista portuguesa. De caráter acentuadamente governista, o artigo em questão alude à libertação da Península Ibérica dos “godos”, isto é, dos exércitos franceses. A liberdade, segundo o articulista, era uma força vinculada ao “patriotismo”. Ao contrário do que ele dizia em suas manifestações públicas, “o déspota do continente”, Napoleão Bonaparte, não pretendia “devolver a liberdade” à Polônia e sim subjugá-la no pior “cativo”; do mesmo modo, o objetivo das coligações antibonapartistas e seus “escravos” (leia-se: soldados) era o de restituir “a liberdade” à Europa. Se o Imperador da Áustria havia sido reduzido por Napoleão à condição de um “Rei escravo”, o Rei da Prússia convidava seus vassallos a “sustentarem o nobre empenho da liberdade da Europa” (KURY, 2007). Como se percebe, nesta dimensão, o conceito de liberdade se aplica como sinônimo de autodeterminação das comunidades políticas no plano internacional, nada tendo a ver com o *status* de liberdade individual no interior da comunidade política. O que se defende é a soberania nacional, pouco importando se o governo deste país seja constitucional ou absoluto.

Nesta mesma seara, surge o tema da liberdade enquanto capacidade do povo da América Portuguesa para ser livre no sentido de independente de Portugal. Nessa chave, a liberdade (independência) era entendida como o resultado natural

do progresso das luzes, ou seja, da civilização. No período colonial, frequentemente se justifica o governo metropolitano sobre a colônia pela inaptidão dos colonos ao autogoverno. A falta de liberdade dos súditos é essencial ao primado da ordem e da justiça, já que, maus e ignorantes, os habitantes da terra tenderiam aos maus costumes e à anarquia. Ao aludir, por exemplo, à tentativa de habitantes da capitania de Goiás de questionar a autoridade do governador nomeado pela Coroa, o Marquês do Lavradio, Vice-Rei do Brasil, recusava peremptoriamente a liberdade que aqueles “povos sumamente inquietos e turbulentos” se arrogavam “de se nomearem” governo próprio, “poder que só pertence ao Rei ou às pessoas a quem ele o quer delegar”. A aversão ao trabalho era outra característica da população da terra que patenteava sua falta de aptidão à liberdade: “A preguiça destes habitantes é sumamente extraordinária”, escrevia Lavradio em 1770. Para o Vice-Rei, as gentes da terra não tinham “interesse que os anime, esmorecem com grande facilidade”. A consequência era a “decadência e miséria em que se acham estes povos” (LAVRADIO, 1978). A solução estava em que o governo metropolitano compelissem os livres ao trabalho, sempre, porém, com justiça, doçura e jeito.

152

Depois da independência, a autonomia do novo Estado brasileiro haveria de ser justificada pelos seus defensores, dentro do mesmo quadro explicativo: àquela altura, a sociedade colonial já teria se aperfeiçoado o suficiente para poder se autogovernar e, por conseguinte, emancipar-se de Portugal. Não se questionava, portanto, o postulado básico de Lavradio, isto é, que devido à sua incapacidade para o autogoverno (temporária ou permanente), havia povos que deveriam ser governados por outros. Argumentava-se, sim, que o Brasil amadurecera o bastante para conseguir “a sua liberdade”. Tomando a teoria da perfectibilidade humana de Benjamin Constant como base para estabelecer analogias entre os indivíduos jovens e as nações infantis, o *Espectador Brasileiro* declarava em 1824 que força alguma era capaz de “impedir a marcha de uma Nação, que se decidiu a tomar uma posição respeitável na brilhante linha dos povos civilizados”. Desde que sua opinião pública atingisse um determinado grau de esclarecimento, seria impossível que a Nação permanecesse sob o jugo da tirania ou dependente de outra nacionalidade; ela fatalmente haveria de escutar “a voz da liberdade e da independência”. Essa certeza não elidia, porém, o receio que tinham os redatores do jornal de que o reconhecimento internacional do novo país fosse dificultado, na Europa, por aqueles que julgassem não ser o Brasil ainda suficientemente adiantado para ser livre: “Nós somos no seu conceito uma nação atrasada, um povo imberbe, esquecido

na ignorância das artes e das ciências”. Incumbia, pois, aos brasileiros provar à Europa que, sob o signo da monarquia constitucional, nossa independência não havia sido “feita com precipitação de um louco entusiasmo”, mas como resultado de um processo de esclarecimento (DIMAS FILHO, 1987). A independência do Brasil teria sido a conseqüência natural de um processo de amadurecimento de sua sociedade, que tendo progredido em matéria de esclarecimento e civilização, tornara-se apta à liberdade, isto é, ao autogoverno.

2. Liberdade civil.

A segunda dimensão do conceito de liberdade que circulava no Brasil do período se refere à liberdade como *status pessoal*. No período, ela possui três diferentes acepções: a antiga, à Antigo Regime; a jacobina (democrática); e a “bem entendida” ou “constitucional” (liberal). Na primeira acepção, o dicionário distinguia entre, de um lado, a liberdade metafísica, entendida como “a faculdade, que a alma tem de fazer ou deixar de fazer alguma coisa, como mais quer”, e de outro, o sentido moderno da liberdade civil, descrita à maneira de Montesquieu: “a faculdade de poder fazer impunemente, e sem ser responsável, tudo o que não é proibido pelas leis, sem haver quem arbitrariamente tome conhecimento disso” (BLUTEAU, 1789). Essa tentativa de distinguir entre o conceito metafísico e o civil da liberdade já havia sido empreendida pelo mineiro Tomás Antônio Gonzaga em seu *Tratado do Direito Natural* (1772). A “liberdade natural” era o “livre arbítrio”, isto é, a “liberdade da alma”, a “liberdade moral”. No paradisíaco “estado de natureza”, o homem empregava o seu livre arbítrio adequadamente, pois nele a sua “consciência” obedecia às “leis naturais”. Sua “liberdade moral”, interna, encontrava assim correspondência na “liberdade externa”. Entretanto, depois do pecado original e da subsequente expulsão do “estado de natureza”, tendo perdido sua inocência, o homem esquecera a “lei natural”, passando a empregar o seu livre arbítrio em satisfazer “seus apetites torpes e depravadas paixões”. Daí que Deus aprovava a criação das “sociedades humanas”, nas quais o homem mau ou ignorante seria obrigado pelos governantes a praticarem as ações justas prescritas pela lei natural, pelo intermédio da lei civil. O papel da lei civil era assim a de cercear a “liberdade física” incompatível com a lei natural. Como era a própria lei natural que podava a “liberdade externa” dos súditos, eles estavam obrigados a obedecer aos seus monarcas, incumbidos de tutelá-los pela lei civil para manter o primado da justiça de Deus na terra (GONZAGA, 2004).

Não tardou, porém, a conotação revolucionária ou jacobina de liberdade como *status* pessoal, entendida como oposição violenta ao governo injusto e à aspiração igualitária de participação nos negócios públicos. Por ocasião da repressão à chamada *conjuração carioca* de 1794 (e que, na verdade, não passara de tertúlias acadêmicas), o, o Conde de Resende, Vice-Rei do Brasil, acusou os membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro de sustentarem que “os reis não são necessários; que os homens são livres e podem em todo o tempo reclamar a sua liberdade; que as leis por que se governa a nação francesa são justas; e que o mesmo que aquela nação praticou se devia praticar neste continente; que a Sagrada Escritura, assim como dá poder aos reis para castigar os vassallos, o dá aos vassallos para castigar os reis” (apud SILVA, 1999). Esta concepção igualitária da liberdade reaparecia quatro anos depois, no aviso ao povo baiano lançado pelos sediciosos durante a Revolta dos Sapateiros. Inseparável da igualdade e da fraternidade, a liberdade era compreendida a partir de uma moldura republicana que pregava a derrubada do “rei tirano”. Para eles, a liberdade consistia “no estado feliz, no estado livre de abatimento: a liberdade é a doçura da vida, o descanso do homem com igual paralelo de uns para os outros, finalmente a liberdade é o repouso e bem aventurança no mundo”. O exemplo deles era “a república francesa, sobre a qual todas as nações do mundo” tinham “os olhos fixos”. Vitoriosa a revolução, seriam todos “iguais, não haverá diferença; só haverá liberdade, igualdade e fraternidade” (apud JANCSO, 1996).

Intolerável para os defensores da sociedade estamental e escravista do Antigo Regime nos trópicos, essa concepção exaltada ou jacobina da liberdade também não agradava de todo aos liberais da Revolução Constitucionalista de 1820, que contaminou o Brasil no início do ano seguinte. Segundo o “catecismo constitucional” do periódico baiano *A Idade d’Ouro no Brasil*, o povo francês fizera um grande abuso da palavra *liberdade*. Diante das “várias significações” do conceito, o redator chamava a atenção para o significado “bem entendido” da liberdade: aquela “que se goza debaixo dos governos sábios e justos, nos quais conta cada um com a segurança de sua pessoa e bens, sem receio que a malícia do seu vizinho o faça suspeito ao Estado”. Ao contrário da “liberdade selvagem”, que era a jacobina, a “liberdade política” era regulada pela lei para que se pudesse dispor dos nossos interesses, sem prejudicar o Estado ou bem estar dos demais cidadãos. “Nos governos constitucionais, ninguém é livre para o mal: a Constituição corta o abuso dos tribunais; cada indivíduo pode gritar pela lei em seu abono” (apud SILVA, 1978). Esse sentido “bem entendido” do conceito de

liberdade foi central no desenvolvimento do regime monárquico brasileiro. Assim, por exemplo, na década de 1830, os liberais moderados então no poder repetiriam a cantilena da liberdade bem entendida por seus principais órgãos da imprensa, como *O Novo Farol Paulistano*, de Costa Carvalho, futuro Marquês de Monte Alegre: “A moderação é a nossa divisa. Nas circunstâncias atuais, nenhuma virtude é tão necessária: aborrecemos tudo quanto é excesso; os excessos são incompatíveis com a liberdade e com a prosperidade da pátria” (apud CONTIER, 1979). Em 1858, o Dicionário Moraes recolheu essa concepção de liberdade: “Em política e em moral, não há *liberdade* sem dependência; e por esta razão a dependência, que põe limites à *liberdade*, fixa a sua extensão e assegura o gozo dela” (MORAIS, 1958).

3. Liberdade política no contexto partidário.

O terceiro sentido ou dimensão geral que apresentava o conceito de liberdade no Brasil no período em questão concerne ao lugar ou o papel da “liberdade bem entendida” no debate entre os dois partidos ou facções que disputavam o poder.

À esquerda estava o autodenominados “partido brasileiro” ou “patriota”, depois simplesmente “liberal”, fosse moderado ou exaltado. Este grupo era majoritariamente vinculado à grande propriedade rural e acompanhava de perto a matriz ideológica e institucional anglo-saxã, para quem a liberdade dos cidadãos era garantida pela não interferência do Estado na esfera privada. Para além da garantia da ordem pública, no campo da polícia e da justiça, o Estado somente intervinha de modo legítimo quando se dispunha a dinamizar a economia agrária, o que se daria pelo investimento em estradas que facilitassem o escoamento da produção, barateamento do crédito ao produtor e garantia de mão de obra barata à grande lavoura. O resto era despotismo. Já em 1821 os jornais ligados à lavoura, como *A Idade do Ouro no Brasil*, entendiam que o Estado deveria deixar de perturbar os fazendeiros, que na verdade avançavam sobre as terras da Coroa como se de ninguém fosse, “com chicanas sobre a demarcação de suas terras”. O personagem-símbolo do “sistema da Corte” era, naturalmente, o funcionário público, que se intrometia nos negócios das fazendas, regulando a economia e as relações sociais, embaralhando as relações e as hierarquias. Para o redator do periódico baiano, no despotismo, apenas os funcionários (os “mandões”) gozavam de liberdade. Ao “povo” (os fazendeiros), restava “gemer e calar”. Era por esse motivo que “o povo quer a Constituição e os mandões a detestam como peste”

(apud SILVA, 1978). Em matéria de organização do Estado nacional, os liberais tendiam à apologia do governo parlamentar e da descentralização, que chegava não raro à defesa do federalismo. Para eles, estes eram desenhos institucionais que garantiam a liberdade na medida em que deixavam os cidadãos livres para operarem conforme seus interesses.

O mais notável arauto dessa concepção “negativa” de liberdade na década de 1860 foi o deputado alagoano Tavares Bastos. Segundo o autor das *Cartas do Solitário*, “para que um povo se aperfeiçoe e aumente em virtudes, é mister que seja livre. É a liberdade que excita o sentimento da responsabilidade, o culto do dever, o patriotismo, a paixão do progresso”. Ao invés de condenar o conflito como manifestação do particularismo, o governo imperial deveria valorizar “o espírito livre da empresa particular” (BASTOS, 1976), desregulando a economia, promovendo a concorrência entre os produtores nacionais e estrangeiros, cassando monopólios, privilégios e protecionismos alfandegários. O Estado deveria se limitar ao papel de “representante e, por assim dizer, o comissário de uma nacionalidade, cujas funções se limitam a manter a ordem e distribuir a justiça” (BASTOS, 1975). Toda a orientação adversária pressupunha um regime de tutela que para Tavares Bastos era intolerável: “Negam ao país aptidão para governar-se por si, e o condenam por isso à tutela do governo. É pretender que adquiramos as qualidades e virtudes cívicas, que certamente nos faltam, sob a ação de um regime de educação política que justamente gera e perpetua os vícios opostos” (BASTOS, 1997).

156

De fato, a ala direita do espectro político, dita *realista*, depois *conservadora*, sempre sustentou a impossibilidade de criar e manter o Império sem garantias de ordem e de autoridade que compensassem o potencial disruptivo da liberdade; por isso reforçavam, ao contrário, o papel do Imperador e da centralização política. De uma forma geral, essa orientação era tributária do despotismo ilustrado e pressupunha a tese de que a sociedade brasileira era ainda insubsistente, frágil. Era, portanto, a necessidade de reforçá-la e protegê-la da desagregação que impunha o fortalecimento da autoridade do Estado. Assim, por exemplo, embora deflagrada em nome da liberdade, a revolta pernambucana de 1817 era vista pelos defensores da Coroa como um artifício por meio do qual, livres da tutela do monarca, os grandes senhores rurais melhor poderiam oprimir o povo miúdo: “A liberdade é capaz de tudo. Os soldados fazem roubos de noite e dia, e os que governam esta cáfila de ladrões andam com o olho em quem tem alguma pataca. Não se vê aqui senão fidalgos e valentões que querem esmagar tudo” (apud SILVA, 1978).

O já referido *Espectador Brasileiro* sustentava em 1821 que, para ser verdadeira, a liberdade deveria estar vinculada à centralização monárquica: “A liberdade procura um centro para não se confundir com a licença; a liberdade quer, em todos, uniformidade de idéias e de sentimentos” (DIMAS FILHO, 1987). Meio século depois, o principal chefe do partido, o Visconde de Itaboraí, repetiria no Senado a concepção de liberdade defendida pelos conservadores. A liberdade bem entendida era a liberdade legítima, a liberdade constitucional:

A liberdade que é licença e desordem, o Partido Conservador repele e detesta; a liberdade que é condição suprema e indeclinável da dignidade e da vida dos povos livres, o Partido Conservador zela e a quer. Se a liberdade é pretexto para oprimir direitos, ela é uma ficção detestável; se a liberdade é o símbolo da anarquia, traduzida pela igualdade da servidão, nós, os conservadores, a não queremos. Os princípios de ordem, que têm sido a crença e a prática do nosso partido - não os abandonemos; não, seja-nos, com eles, cara a liberdade constitucional (apud NABUCO, 1997).

Percebe-se que, nessa concepção conservadora, o Estado nacional não surge como o destruidor da liberdade, como se esta preexistisse a ele num estado de natureza. Muito contrário, o Estado era considerado agente civilizador em meio bárbaro; introdutor e garante de uma liberdade que deveria beneficiar não apenas os grandes proprietários, mas também o povo miúdo, que eles oprimiam de modo feudal em suas áreas de influência. Essa concepção de liberdade que via com bons olhos a expansão do Estado e o papel do “funcionário” teve eminente representante na pessoa do Visconde de Uruguai, prócer conservador. Segundo Uruguai, não era possível estabelecer a liberdade sem a prévia estabilização da ordem pelo Estado. Discursando em 1842 na Câmara contra os liberais revoltados em Minas Gerais e em São Paulo, ele sustentava que, sem a ordem garantida pelo Estado, a liberdade não passava de anarquia. “Eu amo sim, certamente, a liberdade; devo-lhe muito. É por isso que entendo que se devem empregar todos os meios para salvar o país do espírito revolucionário, porque este produz a anarquia e a anarquia destrói, mata a liberdade, a qual somente pode prosperar com a ordem” (apud SOARES DE SOUSA, 1944). Frente à realidade de abandono e isolamento das populações do interior, dominadas de seus engenhos pelos senhores rurais, equiparados aos feudais, a tarefa integradora e reguladora do Estado estava apenas no início. Era esta a missão dos conservadores: “A grande missão liberal do Partido Conservador tem sido a de combater e derrocar esses castelos, senão a bem da liberdade (dominação de poucos), a bem da liberdade de muitos” (URUGUAI, 1865).

4. A falta de liberdade: a escravidão.

O quarto sentido do conceito de liberdade diz respeito ao problema da construção da Nação, tocando no sensível problema da escravidão disseminada no país a partir do tráfico africano. O Dicionário Bluteau de 1789 já o previa ao dar, como equivalente de liberdade, a “alforria, que consegue ou se dá ao cativo” (BLUTEAU, 1789). Em 1844 surgiu tirado da realidade um exemplo deste sentido do conceito no Dicionário Morais: “Dar as liberdades: aos escravos que vão do Brasil, etc. a lei manda que ao entrar no Reino fiquem forros” (MORAIS, 1831). No verbete “negro”, a versão de 1813 do dicionário Morais estabelecia a equivalência entre homem negro e escravo: “Cor negra: v.g. vestido de negro. Homem preto: v.g. comprei um negro” (MORAIS, 1813).

Na América Portuguesa, predominavam dois sentidos no conceito de escravidão: o político e civil. No sentido político, a *escravidão* era um termo empregado pelas elites para designar a falta de liberdade da colônia face à metrópole e, depois da independência, da classe proprietária face ao Estado, em decorrência da centralização política ou do poder pessoal do Imperador. No sentido civil, porém, a escravidão aludia à condição dos escravos, ou seja, a toda uma parcela da população que estava à margem da cidadania. As duas esferas – a política e a civil - simplesmente não se misturavam. Era rotineiro, assim, que um jornal que atacasse o “despotismo” do governo absoluto, ou o estado de “escravidão” a que as Cortes portuguesas queriam reduzir o Brasil, ou a interferência do Imperador na política, apresentasse nas páginas seguintes, em seus classificados, anúncios de compra e venda de “escravos” que servissem os leitores como cozinheiros, pajens, mordomos, cocheiros, carroceiros, etc... Senador liberal de tendência federalista que chegou à condição de Regente do Império em 1835, Diogo Antônio Feijó explicava que o “sentimento de igualdade profundamente arraigado no coração dos brasileiros” era tributário da escravidão; isto é, que havia sido sua condição de senhores de escravos que incutira na nação brasileira um “caráter já de independência e soberania que o observador descobre no homem livre, seja qual for o seu estado, profissão ou fortuna”. Quando o “cidadão”, isto é, o senhor de escravos, continuava Feijó, percebia “desprezo ou ultraje da parte de um risco ou poderoso”, nele se desenvolvia “imediatamente o sentimento de igualdade; e se ele não profere, concebe ao menos no momento este grande argumento: *Não sou seu escravo*” (FEIJÓ, 1999). Ou seja, a virtude pública da liberdade e da cidadania

para as camadas superiores da sociedade, contra as pretensões de regulação, tutela ou ascendência do Estado, surgiria da opressão por eles exercida como senhores, no âmbito privado, contra a camada trabalhadora escravizada.

É certo que, aos olhos das elites locais, o problema da escravidão negra se justificava de uma forma mais abrangente, porque todos os que não eram brancos e pertencentes aos estratos superiores da sociedade eram geralmente vistos como indolentes e indispostos ao trabalho e por isso potencialmente passíveis de serem a ele obrigados mediante coerção. Esta visão, que em 1770 era a do Marquês do Lavradio, continua presentes na visão de mundo dos grandes proprietários cerca de um século depois. Durante o Congresso Agrícola de 1878, sequeiros de mão-de-obra barata, numerosos cafeicultores sustentavam que era dever do governo “acabar com a vadiação. Nos povoados do interior, em cada porta de venda, encontram-se quatro, cinco, seis e mais libertos ou emancipados, que não querem trabalhar. Pois bem, o governo promova uma medida correcional ou policial, que os obrigue a prestarem o serviço da lavoura” (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1988). No entanto, o que para alguns era um problema de caráter da população, para outros resultava da própria disseminação da escravidão como regime de trabalho nacional. Num país em que trabalhador era sinônimo de escravo, o exercício ostensivo do ócio ou da preguiça equivalia a uma manifestação de liberdade! Já em 1800 o comerciante Vilhena escrevia da Bahia que a recusa ao trabalho era ainda mais acentuada no caso dos escravos alforriados. “Querendo mostrar aos cativos a diferença que vai da liberdade ao cativo”, os forros entregavam-se “aos vícios que a ociosidade lhes sugere, e como lhes falta quem os corrija e os admoeste, vem de comum a morrer bêbados ou nas enxovias”. A solução de Vilhena, porém, era a mesma que havia sido oferecida trinta anos antes por Lavradio e que seria sugerida oitenta anos depois pelos fazendeiros de café. Também os livres do Brasil, “onde de tal forma campeia o ócio”, deveriam ser obrigados “por lei a trabalhar”. Um governo cristão deveria impedi-los de se deixarem arruinar-se, o que poderia ser feito caso os libertos ficassem “responsáveis sempre a um tutor ou diretor que coativamente os desviasse do mal e os dirigisse para o bem, e não deixá-los entregues à sua brutal vontade” (VILHENA, 1921).

Entendida como ausência de liberdade civil da parte mais importante da população economicamente ativa, o escravismo impedia a expansão dos anseios de liberdade política da própria elite rural ou comerciante face ao governo colonial ou metropolitano. Qualquer concepção mais radical de liberdade poderia incitar os escravos a se rebelarem. “É raro o escravo que não apetece ver morto

o senhor, e tardando a alguns o complemento deste ímpio desejo, aproveitam toda a boa ocasião que se lhes oferece, matando os senhores, já a cacetadas, já a golpes de machado, já a facadas” (VILHENA, 1921). Daí a moderação por que os insatisfeitos com o *status quo* político deveriam se manifestar. Em 1817, os rebeldes pernambucanos que tomaram o governo da província contra a “opressão” política e fiscal da monarquia absoluta rapidamente desmentiram os boatos de que libertariam os escravos: a abolição do cativo só poderia ser efetuada num futuro distante, de modo lento e regular (MELLO, 2004). Durante a Revolução de 1821, quem manifestava seus temores era Joaquim Carneiro de Campos, burocrata da Coroa, futuro Marquês de Caravelas e autor da Constituição de 1824. Carneiro fazia ver a um colega “o quanto é heterogênea a povoação deste país, composta pela maior parte de escravos, inimigos natos, com toda a razão e justiça (...), dos homens brancos”. Embora favorável ao governo constitucional e representativo, ele temia que o novo regime político permitisse que “demagogos” incitassem pelo ódio os escravos à desobediência. Carneiro indagava: o que aconteceria “logo que qualquer dos partidos os convoque, acenando-lhes com a liberdade?”. A resposta estava “na ilha de São Domingos”. A referência à antiga colônia francesa, cujos escravos haviam se rebelado e massacrado a antiga elite colonial, falava por si mesma (RESENDE, 1864).

160

Conclusão

É interessante perceber como a dimensão política do conceito de liberdade, tal como vista pelos partidos políticos, entrecruzava com aquela de cunho civil, decorrente da difusa escravidão negra no país. Embora a perspectiva anglo-saxã dos liberais devesse, em teoria, propendê-los a encaminhar a extinção da escravatura como regime de trabalho, foram os conservadores quem tiveram condições práticas de enfrentar o problema. Diante da pressão abolicionista da Coroa, os liberais paralisavam diante daquilo que lhes parecia um despotismo contra cidadãos que gozavam legitimamente do seu direito de propriedade. Já a matriz despótico-ilustrada de pelo menos uma ala dos conservadores lhes permitia, em nome dos interesses ou da razão de Estado, colocarem-se eventualmente acima dos interesses da sociedade escravista. Em 1871, o dilema se colocou claramente por ocasião da passagem da Lei do Ventre Livre, patrocinada então pelo gabinete conservador do Visconde do Rio Branco, acusado pelos liberais e pelos conservadores dissidentes de ser um instrumento do despotismo da Coroa:

Alegou-se muitas vezes que a aprovação do projeto era uma subserviência à vontade imperial e que, portanto, à Nação não cabia a iniciativa da idéia! Mas ainda que assim fosse, o que pretendiam os impugnadores com tão tribunícia apreciação? Deter o carro civilizador, para não parecer que se acompanhara o imperante? Não desenvolver o princípio da liberdade, continuando a conduzi-la apenas em estátua sobre os ombros dos escravos, para não dizer-se que César vivificara essa mesma estátua, imprimindo-lhe o movimento? É, em verdade, um dos maiores contrassensos, reservado para estes tempos, perpetuar a escravidão para atacar o cesarismo (RIO BRANCO, 1971).

O engenhoso argumento de Rio Branco, que privilegiava a dimensão civilizadora do projeto em detrimento da suposta ilegitimidade política de sua iniciativa, não foi capaz de evitar, todavia, o conseqüente desprestígio da monarquia face à elite agrária escravista, que começou a encarar a possibilidade de livrar-se da tutela da monarquia, em nome de sua liberdade política. Como diziam então, *alforriado o negro*, era hora de *alforriar o branco*. O liberal Sousa Carvalho pôs então o dedo na ferida: “Tem-se falado em libertar os pretos (...). No Brasil, não falta somente forrar os negros; falta também emancipar os brancos. O que é vergonhoso é o absolutismo do governo, a violência da autoridade, a inércia e a inépcia da administração” (Carvalho, 1870). O senador liberal Zacarias de Góis e Vasconcelos caminhava pela mesma senda: “Extinga-se a escravidão dos negros, e um dia virá também a liberdade dos cidadãos ora oprimidos” (In: Rodrigues, 1975). Contra a ampliação da liberdade civil pela emancipação dos escravos, os defensores do *establishment* escravista passaram, portanto, a propor, em nome de sua liberdade política, medidas que liquidassem o poder pessoal do Imperador, como o federalismo e a república.

161

Referências bibliográficas

BASTOS, T. *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro*. 2a. edição. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. *Cartas do Solitário*. 2a. Edição. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1975.

_____. *A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil*. Edição fac-similar. Brasília, Senado Federal, 1997.

BLUTEAU, R. *Dicionário da Língua Portuguesa* composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. Tomo segundo. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, 1789

CONGRESSO AGRÍCOLA. *Edição Fac-Similar dos Anais do Congresso Agrícola no Rio de Janeiro em 1878*. Introdução de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rio Barbosa, 1988.

CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e Ideologia em São Paulo (1822-1842): matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis, Editora Vozes, 1979.

DIMAS FILHO, N. *Jornal do Commercio: a notícia dia a dia, 1827/1987*. Rio de Janeiro, Fundação Assis Chateaubriand/Gráfica Editora Jornal do Commercio, 1987.

FEIJÓ, Diogo Antônio. *Diogo Antônio Feijó*. Organização, introdução e notas de Jorge Caldeira. São Paulo, Editora 34, 1999.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Tratado de Direito Natural*. São Paulo, Martins Fontes, 2004

162

JASMIN, M. G., e FERES JR. J. História dos Conceitos: Dois Momentos de um Encontro Intelectual. In: Idem (org). *História dos Conceitos: Debates e Perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

KOSELLECK, R. *Historia y Hermenéutica*. Introdução de José Luis Villacañas e Faustino Oncina. Ediciones Paidós, I.C.E. De la Universidad Autonoma de Barcelona, 1997.

JANCSO, István. *Na Bahia, contra o Império: História da sedição de 1798*. São Paulo, Hucitec, 1996.

KURY, L. (org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota*. Rio de Janeiro, Editora da Fiocruz, 2007.

LAVRADIO, M. *Cartas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Instituto Estadual do Livro, 1978.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo, Editora 34, 2004.

MORAIS, A. *Dicionário da Língua Portuguesa* composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de

Janeiro. Tomo segundo. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, 1789.

_____. *Dicionário da Língua Portuguesa* composto por Antonio de Moraes Silva, quarta edição, Reformada, Emendada, e muito Acrescentada pelo Mesmo Autor: Posta em Ordem, Correta, e Enriquecida de Grande Numero de Artigos Novos e dos Sinônimos por Teotônio José de Oliveira Velho. Lisboa: Impressão Régia, 1813, 2 tomos.

_____. *Dicionário da Língua Portuguesa*, composto por Antonio de Moraes Silva, quarta edição, Reformada, Emendada, e muito Acrescentada pelo Mesmo Autor: Posta em Ordem, Correta, e Enriquecida de Grande Numero de Artigos Novos e dos Sinônimos por Teotônio José de Oliveira Velho. Lisboa: Impressão Régia, 1831.

_____. *Dicionário da Língua Portuguesa*, composto por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro, sexta edição, melhorada, e muito acrescentada pelo desembargador Agostinho de Mendonça Falcão, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. Lisboa: Tipografia de Antonio José da Rocha, 1858.

NABUCO, J. *Um Estadista do Império*. 5a. edição. Prefácio de Raimundo Faoro. Posfácio de Evaldo Cabral de Melo. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.

163

RESENDE, Marquês de. *Memória Histórica de D. Fr. Francisco de S. Luís Saraiva*, Lisboa, Academia Real de Ciências, 1864.

RIO BRANCO, Miguel Paranhos do. *Centenário da Lei do Ventre Livre*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1971.

SILVA, M. B. N. *A Primeira Gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil*. São Paulo, Cultrix, 1978.

_____. *A Cultura Luso-Brasileira: da Reforma da Universidade à Independência do Brasil*. Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

SOARES de SOUSA, J. A. *A Vida do Visconde de Uruguai*. Edição ilustrada. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1944.

URUGUAI; V. De. *Estudos práticos sobre a administração das províncias do Brasil*. Primeira parte. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1865.

VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaas*. Salvador, Imprensa Oficial., 1921.

ARTIGOS LIVRES.....

Diferentes formas de lazer no espaço público de Montes Claros (MG): os espetáculos mambembes, os divertimentos óticos e sonoros e o cinematógrafo

Enviado em:
09/03/2013

Aprovado em:
11/05/2013

Jailson Dias Carvalho

Prof. de História da Rede Estadual de Ensino de Uberlândia (MG)
Doutorando em História pela Universidade Federal de Uberlândia
carvalho_jailson@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho visa examinar, nos anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a preeminência do urbano em curso na cidade de Montes Claros (MG). Percebeu-se que concomitante às transformações econômicas, sobrevieram à cena pública da pequena urbe norte-mineira, companhias circenses, grupos mambembes e espetáculos de prestidigitação, que revelaram o não insulamento artístico da região. Considerou-se que as manifestações dos grupos mambembes prepararam o público para o advento dos divertimentos óticos e sonoros, e também para o cinema no limiar do século XX, pois tais grupos guardam uma proximidade com a sétima arte, ao despertarem o choque, a surpresa, o entusiasmo, a agitação e a correria. Estes, por sua vez, correspondem a estímulos similares àqueles procedentes das transformações modernas, como o tráfego, as máquinas, os meios de transporte, as luzes, os aglomerados urbanos e os ruídos.

165

Palavras-Chave

Lazer, Grupos Mambembes, Cinematógrafo, Modernidade, Montes Claros (MG – Brasil)

Abstract

This work aims to examine the pre-eminence of the developing urban scenery in Montes Claros city (MG - Brazil) during the late 19th century and the first decades of the 20th century. In this small city in the northern of Minas Gerais, it has been noticed that circus companies, *mambembe* groups (Brazilian barnstorming groups) and prestidigitation shows have befallen in the public scene alongside economic transformations. These manifestations revealed that this is not an artistically insular region. It has been considered that *mambembe* groups' manifestations have prepared the audience to the incoming optical and sound entertainments, as well as to the cinema in the early 20th century, due to these groups' proximity to the seventh art as they rouse shock, surprise, enthusiasm, agitation and rush. These effects, on their turn, are related to similar stimulus to those former to the

modern transformations, such as the traffic, machines, transport, lights, urban agglomerations and the uproars.

Keywords

Leisure, *Mambembe* Groups (Brazilian barnstorming groups), Cinematograph. Modernity, Montes Claros (MG – Brazil)

Introdução

Concomitante às transformações operadas no espaço público da cidade de Montes Claros, durante o século XIX, que possibilitaram a centralização do município como importante centro regional, e na linha contrária do que afirmavam os editores do jornal *Correio do Norte* (n. 13, 18 maio de 1884: 3), em finais daquele século, segundo os quais, havia uma monotonia dos hábitos da população, pois os cidadãos não encontravam nenhuma diversão que os aprouvesse, observar-se-á, como objetivo deste artigo que, naquele período, sobrevieram à cena pública da pequena urbe norte-mineira companhias circenses, grupos mambembes e espetáculos de prestidigitação que, dessa forma, revelam o não insulamento artístico da região.

166

Tais espetáculos, informados por uma sociabilidade dos indivíduos no espaço público e por uma proximidade dessas apresentações com as emoções proporcionadas pelo cinematógrafo e certos filmes, conduziram os espectadores e os prepararam para o advento da chegada do cinema no município.

Nesse contexto, não somente os espetáculos mambembes sucederam em Montes Claros. A presença de instrumentos de projeção de imagens e mecanismos de audição também ocorreram na arena pública da cidade. O objetivo a que nos propomos é caracterizar tais instrumentos, relacionando-os a um novo horizonte técnico que despontava na sociedade brasileira entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do XX.

Depreende-se, a partir dos espetáculos circenses e os instrumentos de projeção e mecanismos de audição, que distintas foram as formas de apropriação do espaço urbano em Montes Claros. Cabe-nos entender, como outro objetivo, como os moradores intervieram neste cenário e quais foram as primeiras experiências de introdução do cinematógrafo na cidade.

Uma última observação se impõe. Ao examinar as notícias, editoriais e, sobretudo, as crônicas dos jornais, estamos atentos para o cotidiano como o

tempo da ação histórica, da mudança e das permanências, e para o cronista e a crônica, considerados como interpretes e críticos de um momento histórico, e, tal como assinalou Claércio Ivan Schneider: o cotidiano “não é apenas indicador do tempo vivido, mas e principalmente, é fonte de produção de saber, posto que possa ser pensado como espaço concreto de realização da história em todas as suas dimensões” (SCHNEIDER, 2010: 6). Ou seja, o cotidiano, para esse autor, engloba pequenas e grandes ações, a repetição e a singularidade, o rotineiro e o excepcional. No cotidiano, convivem distintos aspectos da realidade que se podem perpetuar ou transformar; nesse sentido, o acontecimento “passa a ser um produto do cotidiano”, de acordo com Schneider.

1. Espetáculos mambembes em Montes Claros no final do século XIX

Após os anos de 1880, companhias mambembes e de circos de cavalinhos passaram pelo espaço urbano da cidade norte-mineira. A ascensão de Montes Claros como centro regional foi um fator decisivo para a vinda desses espetáculos, pois a circulação de pessoas, mercadorias e informações atraiu, para o espaço público do município, as companhias circenses, que de certa forma, prepararam os espectadores para o advento da chegada do cinema no município¹.

167

Quanto à periodicidade dos espetáculos ocorridos no final do século XIX em Montes Claros, cabe mencionar que, ao que nos parece, eles eram eventuais, visto que estavam à mercê das condições das estradas e da disposição das companhias ambulantes em circular pelo interior; dependiam, ainda, de um pequeno núcleo populacional com moradores dispostos a pagar alguns vinténs por algumas “doses” de espetáculos.

Importa frisar de passagem que os espetáculos mambembes não se constituem um privilégio de Montes Claros. A historiadora Regina Horta Duarte, em *Noites circenses* (DUARTE, 1995), notou a sua eventualidade, durante o século XIX, em diversas cidades e vilas “em diferentes regiões da Província” mineira, como Diamantina, Ouro Preto, Uberaba, Sabará, Campanha, São João del Rey, Ouro Fino, dentre outras localidades.

Mais que precisar as cidades nas quais os espetáculos sucederam, caberia

1 Tendo em vista uma maior compreensão deste processo confira: CARVALHO, Jailson Dias. **Lazer, cinema e modernidade**: um estudo sobre a exibição cinematográfica em Montes Claros (MG) – 1900-1940. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

assinalar, a partir do estudo de Duarte, que os espetáculos e o devido valor que alcançaram para os habitantes das localidades podem ser averiguados mediante os anúncios, comentários e críticas publicadas nos jornais (DUARTE, 1995: 15-16). A frequência com que eles se manifestaram nos jornais revela a função que exerceram como parte de um dos momentos dos espetáculos, e sua incidência no jornal *Correio do Norte* não fugiu à regra. Dias antes da apresentação da companhia circense “Cuyabana”, por exemplo, em maio de 1884, já se fazia notar pelos jornais do *Correio do Norte* um anúncio de sua chegada à cidade; anúncio que ocupava uma parte não pouco considerável do jornal².

Conforme demonstrou Duarte, as notícias e anúncios publicados nos jornais dias antes da chegada das companhias de cavalinhos e circos significaram os primeiros contatos desses grupos mambembes com a comunidade local. Visavam, inclusive, afastar eventuais resistências e desconfianças das autoridades municipais e da população (DUARTE, 1995: 32).

Cabe ressaltar, ainda, que os anúncios, críticas e comentários dos jornais eram parte da experiência desfrutada pelos habitantes em relação aos espetáculos, conforme já foi notado:

Mais do que um mero documento a mostrar as reações, os jornais se apresentam com um dos momentos dos espetáculos. Os cartazes e programas publicados em suas páginas, anunciando a breve chegada de companhias, a crítica incentivadora de opiniões e comportamentos, os comentários de diversos tipos: todos esses discursos são parte integrante da experiência vivida, pelos habitantes da cidade, em torno das apresentações (DUARTE, 1995: 16).

Em outros termos, os anúncios, cartazes, programas, que tratam sobre as companhias circenses ou das notícias de filmes veiculadas nos jornais locais ao longo do século XX, fizeram parte da maneira como os moradores vivenciaram os espetáculos. A expectativa em torno das apresentações, como, por exemplo, a armação do circo na praça – ou a sala arranjada às pressas para a exibição –, tudo demandando o imprevisto, ou, nas palavras de Duarte, “não apenas o espaço físico era invadido” (DUARTE, 1995, p. 36); a divulgação do grupo pelas ruas da cidade – ou os programas dos filmes espalhados de porta em porta –, tudo isso constituía a experiência do vivido anterior mesmo à exibição/apresentação dos espetáculos.

2 O jornal publica, na página 2, uma pequena nota intitulada “Companhia equestre” e remete para o anúncio citado (*Correio do Norte*, Montes Claros, n. 13, 18 de maio de 1884: 4). Mantivemos a grafia de época na qual os jornais foram publicados.

Diríamos mais: esses espetáculos mambembes fomentaram, juntamente a outros divertimentos públicos e manifestações sociais da vida urbana, tais como as festas religiosas, recepções a políticos e demais autoridades do município de Montes Claros, o terreno da sociabilidade dos moradores para o advento do cinema na “cidade sertaneja”, expressão tão a gosto dos redatores dos jornais pesquisados.

Assim, expostas essas considerações, convém lembrar que, ao reportarmos-nos aos anos finais do século XIX, entendemos que, nesse período, procederam-se distintas maneiras de apropriação do espaço urbano citadino que contribuíram de alguma forma para preparar o público para a chegada do cinema nas duas primeiras décadas do século XX. Além disso, podemos contar com uma fonte primária de importância fundamental, a saber: o jornal *Correio do Norte*. Esse recorte ainda tem por objetivo visualizar os divertimentos públicos dos moradores de Montes Claros em perspectiva, ou seja: implica percebê-los, *grosso modo*, em frequência irregular, porém incidindo, por todo o período estudado, em locais muito próximos donde originaram os cinemas da cidade. Justaposta aos divertimentos públicos, percebe-se uma campanha contra determinados segmentos populares que se manifestavam no espaço urbano e que aparecem nas páginas do jornal.

Estabelecidos os marcos cronológicos, importa verificar que, no período compreendido entre março a maio de 1884, três modalidades de espetáculos animaram a cidade: um espetáculo de prestidigitação e dois circenses, que incluíam, entre suas programações, os “trabalhos gymnásticos”, saltos mortais e de “gigantes”, palhaços, “duetos”, “trabalhos equestres” com cavalos “amestrados” pelo “systema Jockey-club” e “trabalhos mimicos” (*Correio do Norte*, n^{os}: 4, 7, 8, 13, 14, 15, 16, março a maio de 1884).

O jornal *Correio do Norte* noticiou com maior destaque as apresentações dos grupos circenses. O que chamou a atenção dos editores do jornal? O primeiro espetáculo de circo, ocorrido em abril daquele ano, deu-se no “vasto pateo da Caridade [atual praça Dr. Carlos], onde levantaram um circo provisório”. O jornal frisou que o espetáculo foi “bastante concorrido” e que os trabalhos artísticos foram bem executados, e, em seguida, relacionou os números artísticos e os respectivos artistas que os encenaram:

O Sr. Ferreira, na barra fixa, nos saltos mortais, e de gygantes, arrancou muitos applausos aos espectadores. O Sr. Paim é inexcédível no papel de palhaço; e os trabalhos do trapezio que executou, como as scenas de deslocamento, o recomendão como um bom artista. Os sons da sua harmonica foram arrebatadores (*Correio do Norte*, n. 7, 06 de abril de 1884: 4).

Movimento, transição de um espetáculo para o outro, envolvimento do público nas encenações, o olhar atento ao picadeiro, tensão e encantamento transparecem na nota do jornal. Os espetáculos mambembes, encenados em circos provisórios, levantados em locais públicos da cidade de Montes Claros, revelam outra marca de intervenção no espaço urbano do município nos finais do século XIX. Esses espetáculos não rivalizavam ou concorriam com outras manifestações sociais, como as festas, procissões, ou grupos carnavalescos; ocupavam o espaço fazendo uso da técnica, do equilíbrio, e do encantamento das suas apresentações.

Aquele mesmo grupo mambembe procedeu a uma nova apresentação uma semana depois e o jornal noticiou a “grande concorrência” de espectadores, valorizando os “difíceis trabalhos de trapezio e saltos mortais” que, na interpretação do ocorrido, de acordo com o periódico, foram “executados com toda perfeição”. As peças, tocadas numa espécie de acordeão, a “harmonica”, pelo o palhaço “Sr. Paim”, “agradaram sumamente”. Na apresentação anterior, os sons dela teriam sido “arreatadores”. Na apresentação das “entremezes”, “obtiveram sucesso³”. Enfim, tamanha empolgação do editor do jornal contribuiu para que sugerisse, no periódico, a fundação de um teatro na cidade. Lamentou-se, contudo, a “monotonia dos hábitos da população”, que “[...] aos labores diurnos, nenhuma diversão encontra, reclama, igualmente, a fundação de um pequeno teatro onde, periodicamente, se apresentem bons dramas, e comédias – deem-se partidas musicais, outros espetáculos”. Tem-se, assim, no jornal, um longo comentário sobre a apresentação circense, o que demonstra a repercussão e aceitação desses espetáculos e o clamor do editor por um edifício teatral na cidade, afirmando ser o teatro uma “escola”, que educa e contribui para o “desenvolvimento inato de sociabilidade, entre o povo, corrigindo os ridiculos sociaes” (*Correio do Norte*, n. 13, 18 de maio de 1884: 3).

Nesse contexto, temos que, na cidade de Montes Claros, apesar da reclamação do editor e redator do jornal – o senhor Antônio Augusto Velloso – a respeito da monotonia cotidiana e da falta de diversão, havia uma demanda de parte dos segmentos letrados da cidade por um espaço no qual fosse exercida a “sociabilidade”. Naquele momento, ocorreu ao diretor do jornal *Correio do Norte* que a construção de um teatro cumpriria aquela função: o teatro, na sua visão, seria uma “escola”, que educaria e censuraria “os ridiculos sociaes”. Como membro de

3 As “entremezes” eram pequenas peças jocosas e burlescas protagonizadas num só ato.

uma sociedade abastada; tendo frequentado bons colégios em Diamantina, Rio de Janeiro, Petrópolis e São Paulo e concluído o curso de direito, tendo sido, inclusive, eleito como Deputado Provincial nos períodos de 1882-84 e 1886-89 pelo Partido Conservador (PAULA, 2007: 184), o redator deve ter se impressionado com os “ridículos” hábitos da população da cidade.

Pelas colunas do jornal, transparece parte desses “ridículos sociaes” que incomodavam bastante. Nota-se, entre outros, a campanha do jornal para que as Posturas Municipais de 7 de junho de 1858 fossem cumpridas em relação aos animais soltos, que perambulavam pelas ruas: “correm, frequentemente, pelas ruas desta cidade, rezes soltas perseguidas por pessoas a cavalo, em grande desfilada, com perigo de atropelar os transeuntes incautos, e principalmente crianças e inválidos” (*Correio do Norte*, n. 4, 16 de março de 1884: 2-3).

Ademais, pelas páginas do jornal, transparecem também determinadas manifestações que inquietaram as autoridades municipais. Ao longo de quatro números do periódico norte-mineiro, notamos várias dessas situações – “Pequenos mendigos” (*Correio do Norte*, n. 21, 13 de julho de 1884: 1), exprime o título de um dos editoriais, “retirantes” fugindo da carestia e da seca e que andavam “pelas ruas a esmolar”, “vadios” tratados como “forasteiros” e que passaram a ser reprimidos mediante “editaes”, “centenas de indigentes” que receberam “esmolas em gêneros” –, que pelo caráter diverso do seu enftretamento perturbaram as autoridades municipais e os leitores do jornal (*Correio do Norte*, nos: 292, 297, 329, março a novembro de 1890).

Mais de um autor notou a inconveniência que os pobres, esmoleres e vadios implicavam ante uma sociedade que se modernizava em distintas cidades brasileiras entre o final do século XIX e inícios do XX. Nicolau Sevcenko notou a luta contra os “velhos hábitos coloniais”, encabeçada pela imprensa carioca no contexto das reformas urbanas operadas pelo prefeito Pereira Passos na capital da república. O alvo em questão eram os *freges*, os restaurantes populares, e os cães vadios, as barracas e quiosques varejistas, as carroças, carroções e carrinhos-de-mão que ocupavam as áreas centrais da cidade carioca. Sevcenko cunhou essa reação contra os “velhos hábitos coloniais” de “atitude cosmopolita desvairada”, que chegou ao ápice ao obrigar os transeuntes que se deslocavam pelo centro do Rio de Janeiro a usar o paletó e sapatos (SEVCENKO, 1985: 32-36), como forma de inibir os pés descalços dos pobres e dos sem-camisa que circulavam nas áreas centrais.

Nessa ótica, na cidade paulista de Franca, Veruschka de Sales Azevedo

verificou que o centro da cidade era o referencial de um progresso que, infelizmente, não chegara a todos. Desencadeou-se, pela imprensa francana de finais do século XIX, uma campanha contra os mendigos e os pobres da cidade que pululavam pelo centro do município, de acordo com os jornais da época:

Em contraponto à modernidade que era vista no centro da cidade, os periódicos de fins do século XIX frequentemente estampavam preocupação com a crescente mendicância no centro, o que demonstra o lado bárbaro e excludente da “bele époque”, pois, neste momento, tanto os mendigos quanto os pobres eram a imagem a ser abolida pelos ricos. Tudo aquilo que estes mais rejeitavam, os costumes nada higiênicos e os hábitos daqueles, eram prontamente identificados com o mal e as doenças, o que justifica, nesse período, mendigos e ambulantes serem constantemente perseguidos (AZEVEDO, 2001: 61).

Não obstante tratar-se duma cidade distinta de Montes Claros, dir-se-ia que o contingente de pessoas que causavam certo incômodo no município norte-mineiro precisava ser reprimido tal como era o caso da “Vadiagem” – título de um noticiário. Este aspecto já constitui um indício da necessidade de ordenamento do espaço urbano da cidade de Montes Claros ante as incipientes transformações que se observavam nesse período⁴, ordenamento estimulado pelo segmento social do qual faziam parte os editores do jornal, segmento este que carecia de um teatro para exercer a “sociabilidade”, assistir a “bons dramas e comedias”. Contudo aquele edifício almejado não foi construído. A solução foi assistir aos espetáculos na praça pública com as camadas populares os quais repudiavam.

Assim, demonstradas tais condições pelas quais eram tratadas as camadas populares que ocuparam o espaço público da cidade e que, provavelmente, dividiram o mesmo lugar que os grupos mambembes e/ou assistiram aos seus espetáculos, cabe verificar a segunda apresentação circense levada a cabo pela Companhia Cuyabana, no ano de 1884, que agradou muito aos montes-clarenses. O jornal *Correio do Norte* noticiou, em princípios de junho daquele ano, que a cidade “teve algumas horas de agradável passatempo” durante uma semana inteira com os espetáculos da referida companhia. As apresentações que mais chamaram a atenção na matéria ficaram por conta dos “trabalhos equestres e gymnasticos”,

4 A inauguração do telégrafo na cidade procedeu-se no ano de 1892, porém as malas postais eram enviadas regularmente para centros urbanos como Diamantina, Grão Mongol, Rio de Janeiro, dentre outros. Os maiores empreendimentos nesse período, deram-se com a inauguração da Fábrica de Tecidos em princípios dos anos 1880 e a instalação do Mercado municipal em 1899, que atraiu para a cidade toda a sorte de víveres e pequenos produtores interessados em escoar sua produção.

efetuados pela “Sr.^{as} D. Maria da Gloria e D. Paulina”; os “trabalhos de equilíbrio, dramaticos e comicos”, executados pelo “insigne” artista Deolindo; e seguia-se, ainda, o artista Cassiano com “seus excellentes trabalhos acrobaticos, gymnasticos e mimicos” além do palhaço (*Correio do Norte*, n. 15, 01 de junho de 1884: 2). Os trabalhos ginásticos, equestres, de equilíbrio, acrobáticos e de humor dos palhaços, guardavam uma proximidade com o cinema, sobretudo, com determinados gêneros de filmes, uma vez que despertavam o choque, a surpresa, o entusiasmo, a agitação e a correria, e correspondiam a estímulos similares àqueles procedentes das transformações modernas, como o tráfego, as máquinas, os meios de transporte, as luzes, os aglomerados urbanos e os ruídos.

Assim consolidada essa proximidade dos espetáculos mambembes e o cinema, pode-se ressaltar outra matéria publicada pelo periódico norte-mineiro, a qual traz determinadas características bastante curiosas sobre o público e a natureza dos espetáculos mambembes. A Companhia Cuyabana teve que levar a cabo mais quatro “espectaculos consecutivos”, além das apresentações decorridas na última semana do mês de maio de 1884. O último deles, de acordo com o periódico, “foi em beneficio da nossa igreja matriz e da capella de Santa Cruz” (*Correio do Norte*, n. 16, 08 de junho de 1884: 2). A prática do benefício foi notada por Regina Horta Duarte em sua obra, sendo que era “extremamente usual em todo o século XIX” em Minas Gerais, de acordo com a historiadora⁵. Comumente não se imagina como os grupos mambembes e os artistas de teatro sofreram com a marginalização “persistente [na sociedade brasileira] em torno da figura do ator”, de acordo com Duarte. Os benefícios, à vista dessa atitude, serviram para conquistar a simpatia do público e estabelecer um laço de identificação dos espectadores em relação aos atores da companhia, bem como para aquelas pessoas e entidades “dependentes da caridade do público para sobreviver” (DUARTE, 1995: 159-160).

O último espetáculo da Companhia Cuyabana, como já notado, foi em beneficio da igreja da Matriz e da capela de Santa Cruz da cidade. A “concurancia” foi “extraordinária” neste dia, de acordo com o periódico norte-mineiro: “chegando a ponto de, estando já repleto o circo, ser preciso a prohibição da policia ao ingresso de muitas dezenas de pessoas”. Os artistas foram várias vezes “chamados á scena”, fato esse que indica a tamanha consideração devotada pelo público montesclarensense a esse grupo mambembe (*Correio do Norte*, n. 16, 08 de junho de 1884:

5 A prática do benefício também foi utilizada durante o surgimento do cinema no município e presume-se ter como referência os espetáculos teatrais e mambembes.

2) em particular, e aos espetáculos circenses, de um modo geral, que tiveram lugar no espaço público.

Ao que nos parece, os espetáculos de circo e de prestidigitação ocorreram em Montes Claros mais intensamente durante o ano de 1884. Embora não haja nenhum indício dessas apresentações entre os anos de 1889 a 1891 por meio da fonte *Correio do Norte*, não se pode, todavia, afirmar que não tenham ocorrido. Os *Livros de Leis e Receitas* do município, entre os anos de 1898 e 1906, revelam que o valor da licença concedida para dar “espetaculus publicos” alternou entre 80\$000 mil réis a 100\$000 mil réis⁶. De acordo com o *Livro de Receitas* da câmara de Montes Claros, em 1895, temos a indicação de que o cidadão Elias Delfim de Souza “pagou pelo imposto de espetaculus públicos” o equivalente a 80\$000 mil réis. Porém, não se sabe qual o espetáculo o referido cidadão ficou encarregado de apresentar. Requer nossa atenção que determinados espetáculos se deram no espaço urbano de Montes Claros em outros períodos, familiarizando os espectadores em divertimentos públicos de natureza diversa, fato esse que predispôs o público para o surgimento do cinema, pois este entretenimento se firmou como arte, fazendo jus às tradições dos circos, do teatro, da literatura, dentre outras tradições literárias e espetáculos, e desenvolveu uma linguagem cinematográfica intermediada pelo movimento de câmera, por meio de estruturas narrativas de ficção, e do recorte do espaço pela câmera (BERNARDET, 1980: 31-60), condição que lhe facultou ocupar um espaço significativo na vida dos cidadãos em diferentes partes do Brasil e do mundo.

Ao final do século XIX, podemos observar uma ligeira modificação no corpo da Lei n. 99, de 1900, que previa o “imposto sobre licença para dar espectaculos, theatros e cosmoramas” no valor de 100\$000 mil réis⁷. À vista destes espetáculos, no entanto, não foi encontrado o indício da construção do edifício do teatro ou mesmo notícias de apresentações. É digno de nota, porém, que o teatro era almejado pelos editores do *Correio do Norte* e há evidências de apresentações teatrais a partir de 1907. A inserção do substantivo cosmorama na categoria de espetáculos chama-nos a atenção, pois o espetáculo protagonizado por este

6 Cf. Livro de Leis do município de Montes Claros entre 23/09/1898 a 24/10/1906. Notação: APMC. 29.01.04/000.002 [Administração Pública de Montes Claros- Base de Dados da Câmara Municipal]. Acervo digitalizado do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros.

7 Cf. Livro de Leis do município de Montes Claros entre 23/09/1898 a 24/10/1906. Notação: APMC. 29.01.04/000.002 [Administração Pública de Montes Claros]. Acervo digitalizado do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros. Lei número 99.

instrumento foi um dos precursores das projeções de imagens mais próximo do cinema no final do século XIX. Investigaremos mais detidamente este item.

2. Divertimentos óticos e sonoros: o despertar de modernidade em Montes Claros

Sabe-se, por Galdino, que a primeira exibição de películas no estado de Minas Gerais ocorreu em Juiz de Fora, em 23 de julho de 1897, com a apresentação do *Cinematographo Lumière*, pela Cia. de Variedades de Germano Alves (GALDINO, 1983: 19-20). A segunda e a terceira exibições ocorreram no município de Belo Horizonte, em julho e outubro de 1898. A quarta exibição cinematográfica do cinematógrafo Lumière, no estado mineiro, deu-se em 19 de maio de 1900, tendo também a cidade de Belo Horizonte como local de apresentação (GOMES, 1997, p. 349; 2008:21).

As primeiras exibições cinematográficas em Minas Gerais são importantes para delimitar cronologicamente as exibições em Montes Claros e avaliar o impacto da chegada do cinema ao município. Portanto, antes de 1900, a cidade não esteve servida pelo cinematógrafo. O cinema pode ser entendido como uma invenção tecnológica da modernidade e, como tal, guarda determinadas relações com outras invenções da vida hodierna. A noção de modernidade utilizada neste artigo tem por base as afirmações de Charney & Schwartz. De acordo a esses autores:

A “modernidade”, como expressão de mudanças na chamada experiência subjetiva ou como uma fórmula abreviada para amplas transformações sociais, econômicas e culturais, tem sido em geral compreendida por meio da história de algumas inovações talismânicas: o telégrafo e o telefone, a estrada de ferro e o automóvel, a fotografia e o cinema. Desses emblemas da modernidade, nenhum personificou e ao mesmo tempo transcendeu esse período inicial com mais sucesso do que o cinema (CHARNEY & SCHWARTZ, 2004: 17).

Exceção à parte, o telégrafo e a fotografia, todas as demais “inovações talismânicas” foram conhecidas pelos montes-clarenses no limiar e durante as primeiras décadas do século XX. O impacto e a assimilação dessas transformações por parte dos moradores abriram o caminho para modernidade, o que não quer dizer que este processo tenha se consolidado sem resistências.

O historiador do município de Montes Claros, Hermes Augusto de Paula, anotou, em sua obra, que, antes do cinema na cidade, existia um “cosmorama

ambulante”, localizado no prédio primitivo da Escola Normal da cidade, “onde está hoje [1957] o Hotel São Luís” (PAULA, 2007: 215)⁸. Esse hotel ficava localizado na rua Dr. Santos, esquina com a praça Dr. Carlos, portanto, à altura da mesma praça que recebeu um dos espetáculos mambembes da cidade na penúltima década do século XIX.

O referido autor assinala, igualmente, o nome do proprietário do “cosmorama ambulante”, o senhor Antônio Soares Taveira. Este senhor “apresentava vistas da Europa. Pagava-se 500 réis para se ver a coleção completa” (PAULA, 2007: 216). O jornal *Correio do Norte* – que circulou entre 1884 a 1891 – não menciona a exibição de “vistas” no aparelho cosmorama na cidade, contudo a Lei n. 99 de 1900 e as indicações provenientes de Hermes de Paula sinalizam para o fato de que tais exibições com esse aparelho tenham sido realizadas no município. O cosmorama tornou-se um aparelho bastante popular no Brasil ao longo do século XIX, tendo a sua primeira apresentação no país ocorrida no ano de 1834, na cidade do Rio de Janeiro (MIRANDA, 2009: 2 e 8). O cosmorama pode ser definido, em conformidade com Delso Renault, como “um projetor primitivo que exibia fotos ampliadas de vistas e flagrantes da Europa” (apud MIRANDA, 2009: 3).

176



Figura 1 – Vistas para exibir no aparelho cosmorama. Na imagem acima, tem-se uma vila situada na ilha de Korfu, na Grécia. No verso da estereoscopia, havia a seguinte indicação: “Casa Edison – Phonographos* Novidades – São Paulo”. Em 1900, Frederico Figner fundaria a Casa Edison no Rio de Janeiro. Figner foi um dos empresários que ajudaram a difundir e a vender o fonógrafo no Brasil (COSTA, 2009: 2-4). **Fonte:** www.fotoplus.com/dph/info15/i-manu.htm. Acesso em 28 de maio 2012.

8 O referido autor constitui uma referência para os estudos sobre a cidade de Montes Claros.

Assim, apresentadas essas observações, temos que, a partir de Hermes de Paula, o cosmorama por essa época era um espetáculo ambulante e pode ter sido levado a outros locais. A avaliação do conjunto de leis do município, entre 1898 a 1906, constitui uma fonte importante para perceber quais os aparelhos de diversões públicas foram introduzidos na cidade norte-mineira e ajuda-nos a entender o significado dessas inovações tecnológicas na vida das pessoas, ou seja, qual o sentido atribuído pelos moradores a essas invenções modernas.

Importa assinalar, porém, que as leis sinalizam para eventos que podem ter ocorrido ou não. O legislador, talvez atento para a incidência de manifestações culturais – a presença do cosmorama, o fonógrafo, e o cinematógrafo por exemplo – em outros municípios, bem pode ter se antecipado aos fatos e resolveu legislar sobre elas. A despeito disso, a incidência das manifestações culturais na legislação, em determinado período, por si merece uma investigação.

Isto posto, o orçamento da câmara municipal de Montes Claros era discutido ao final de cada ano, em torno dos meses de setembro/outubro a dezembro; ao término das discussões, publicavam-se as leis e as tabelas de impostos para o próximo ano. Foram encontradas duas leis, nas duas décadas finais do século XIX, sendo uma delas correspondente ao ano de 1898, e que previa um “imposto para espectáculos”, com a importância a ser paga à Câmara no valor de 100\$000 mil réis, e a outra, de 1899, de número 93, com o mesmo valor a ser pago à Câmara “para dar espectáculos”⁹.

A Lei número 110, que *Orça a receita e fixa a despesa do município*, em 1902, instituía um “imposto sobre licenças para dar espectáculos ou exhibir cosmoramas etc.” na importância de 100\$000 mil réis. Na estrutura da Lei n. 122, que *Orça a receita e fixa a despesa do município* em 1903, a palavra cosmorama desaparece do texto, permanecendo o termo “dar espectáculo” e o equivalente a ser pago orçado em 150\$000 mil réis. O mesmo aconteceu com a Lei número 124, que *Orça a receita e fixa a despesa do município* para o exercício de 1904, na qual o substantivo cosmorama não estava previsto em lei, com o valor do imposto

9 Conforme já ressaltado anteriormente, notou-se a apresentação de espetáculos públicos nesse período, porém não se sabe a natureza deles. Cf. Livro de Leis do município de Montes Claros entre 23/09/1898 a 24/10/1906. Notação: APMC. 29.01.04/000.002 [Administração Pública de Montes Claros- Base de Dados da Câmara Municipal]. Acervo digitalizado do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros. Lei de 1898 e Lei de número 93 de 1899.

decaindo para 100\$000 mil réis¹⁰.

Se nos alongarmos um pouco mais, poderemos notar uma ligeira modificação no corpo da Lei número 129 que *Orça a receita e fixa a despesa do município* para o exercício de 1905, na qual estava prevista a manutenção do valor do imposto “sobre espectáculos publicos” e a inclusão de um novo item para a receita do município, proveniente de uma *Renda extraordinária*, conforme *Tabela de impostos* publicada na Lei n. 130. Nessa *Tabela de impostos*, a Câmara municipal criou um *Imposto Eventual* de “cada licença para exposição de phonographos, cosmoramas ou divertimentos analogos”, no valor de 25\$000 mil réis. Uma novidade aqui foi o surgimento do “phonographo” e a sua inclusão no corpo da lei juntamente com o cosmorama, além da redução do valor da licença. Na *Tabela* para o ano de 1906, não houve nenhuma alteração no texto da Lei n. 146. A Lei n. 171, que dispunha sobre a arrecadação de impostos para o ano de 1907, não aborda mais cosmorama ou “phonographo”¹¹.

178



Figura 2 – Fonógrafo recolhido pela pesquisa de Vicente de Paula Araújo em 14-10-1899.

Fonte: ARAÚJO (1981: 41).

10 Cf. Livro de Leis do município de Montes Claros entre 23/09/1898 a 24/10/1906. Notação: APMC. 29.01.04/000.002 [Administração Pública de Montes Claros- Base de Dados da Câmara Municipal]. Acervo digitalizado do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros. Lei número 110, 122 e 124.

11 Cf. Livro de Leis do município de Montes Claros entre 23/09/1898 a 24/10/1906. Notação: APMC. 29.01.04/000.002 [Administração Pública de Montes Claros- Base de Dados da Câmara Municipal]. Acervo digitalizado do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros. Lei número 129, 130, 146, 171.

Convém ressaltar uma *Tabela e explicações de impostos*, que consta na série de documentos sobre *Leis e Tabelas* da Câmara e que estabelecia um imposto para os três divertimentos na cidade, sendo eles para “exibir phonographos, cosmoramas, cynematographos e outras diversões congeneres”, com importância a ser paga à Câmara, no valor de 25\$000 mil réis. Todavia não foi possível determinar a data desse documento. A julgar pela sequência das *Leis e Tabelas*, e do preço para se obter a licença, trata-se do ano de 1908 ou 1909. De concreto, porém, seria esclarecer que, em determinado período da história dos divertimentos públicos em Montes Claros, o legislador anteviu a convivência destes três divertimentos: o cosmorama, o fonógrafo e o cinematógrafo.

O que nos parece provável é que o fonógrafo tenha protagonizado poucas audições até o início da década de 1910, se levarmos em conta a informação do médico e historiador Hermes de Paula, que assegura terem sido os primeiros gramofones vendidos em 1912 pela “firma Rabelo & Paula (Joaquim Rabelo Júnior e Basílio de Paula), à prestação, sendo agente vendedor Augusto Teixeira de Carvalho. Os preços variavam de 25\$000 a 50\$000; e 5\$000 por mês” (PAULA, 2007: 291). A venda do gramofone teve como efeito imediato a extinção das audições públicas do fonógrafo, o que se reflete na sua ausência nos *Livros de Leis e Tabelas de Impostos* da Câmara.

Talvez não fosse demasiado interpretar o trecho da lei que trata sobre “exibir phonographos” ou “exposição de phonographos e cosmoramas” da seguinte forma: o prestígio desses aparelhos não residia somente nas audições (no caso do fonógrafo) ou nas vistas que proporcionava, mas, sim, nas palavras de Flora Süssekind, no “espetáculo de um maquinismo novo” (SÜSSEKIND, 1987: 54), pois havia um diálogo, entre a literatura e a técnica, observado nos finais do século XIX e primeiras décadas do XX no Brasil, entre as imagens técnicas e a produção literária; presente em gêneros distintos, como a imprensa cotidiana, romances, pasquins¹², poesias e contos, por exemplo. Propomos que tal diálogo

12 Guilherme Sarmiento assinalou o diálogo estabelecido entre o gênero do pasquim e o novo horizonte técnico na qual o Brasil ingressou na segunda metade do século XIX. Ele observou que os títulos de determinados periódicos cariocas, neste formato, demonstravam que um potencial ótico estacionou sobre as suas folhas: os títulos remetiam para o universo das invenções óticas e foram denominados por cosmorama ou marmota, luneta, dentre outros. Contudo, não somente os títulos dos pasquins remetiam ao universo técnico, de acordo com o autor, os “artifícios narrativos utilizados na realização do texto” sinalizavam para uma absorção dos objetos técnicos e para uma “escrita cada vez mais atenta à linguagem das ruas”. Cf. SARMIENTO, Guilherme. **Esse mundo é cosmorama**. Disponível em: <http://criticaecompanhia.com/guilherme.htm>. Acesso em: 29 de maio de 2012: 1-6.

também aparece nas leis e na maneira como os moradores estabeleciam o contato com os aparelhos e distintas máquinas que foram exibidas na cidade.

Verifica-se, na imprensa norte-mineira, em agosto de 1916, um exemplo, além da legislação, de que o “espetáculo de um maquinismo novo” se manifestava na apresentação de aparelhos inusitados para a época. Merece destaque a curiosa nota do jornal *Montes Claros* acerca de um avião brasileiro e da presença do seu aparelho para exibição na cidade:

Aqui se acha, vindo do Rio, e tendo estado em Juiz de Fora, Barbacena, Bello Horizonte e Diamantina, o sr. Estanisláu Jan Wojeiechowski, avião brasileiro que aqui pretende, como noticiamos em outra parte, *exibir* o seu aparelho (*Montes Claros*, n. 13, 3 de agosto de 1916: 1. Grifo nosso).

Não somente o avião foi exibido na cidade. À medida que se distancie desta década, por exemplo, a inauguração da estrada de ferro em 1926, observa-se que a manifestação de apreço pela máquina não se arrefeceu por parte de alguns moradores da cidade. Vale sublinhar, neste sentido, o depoimento de Nelson Vianna acerca do desejo, o entusiasmo, e a expectativa diante da máquina e da inauguração da estação ferroviária:

Aquêles gerais foram-se enchendo pela tarde. Pessoas desensofridas caminhavam grandes distâncias, umas desejando conhecer a máquina, outras querendo saber onde ela já se encontrava transportando o material.

Eram precisamente duas horas da tarde quando, toda ornamentada de bandeirolas e fitas vistosas, enfeitada de ramos e de flores silvestres, a máquina surgiu na curva e veio avançando, apitando fininho, até parar definitivamente em frente da Estação, sob a vibração de um dobrado, o espoucar de foguetes e rojões, ruidosas e entusiásticas aclamações, e estrondosa salva de palmas de milhares de espectadores entusiasmados (VIANNA, 1972: 61-62).

Merece a nossa atenção, nesse depoimento acima, o desejo dos cidadãos de conhecer a “máquina”. É notório que o evento, organizado para a inauguração do lastro¹³, foi orquestrado pela autoridade política de tal forma a permitir distintas emoções pelo público. Entretanto, o enfeite “de ramos e flores silvestres” que

13 O lastro pode ser entendido como: uma camada resistente e permeável, geralmente de pedra britada ou de outro material semelhante, colocada sob os dormentes de uma via férrea para suportar e distribuir à plataforma os esforços por eles transmitidos; ou pode ser uma locomotiva usada nos trabalhos de manobras do material rodante das estradas de ferro, ou nos de socorro. A expressão “inauguração do lastro” é largamente utilizada pelos cronistas da cidade de Montes Claros.

a “máquina” recebeu talvez denote o desejo de torná-la mais familiar aos olhos dos espectadores assustados. Atração e repulsa, ou medo e maravilha, noções, aparentemente, contraditórias, bem podem ter ancorado a chegada da máquina à cidade. Nesse contexto, o evento do qual os moradores participaram sinaliza para o “espetáculo de um maquinismo novo”, presente no período, por todos aqueles que se depararam com inovações técnicas de distintas formas.

Assim assinaladas algumas características que os aparelhos assumiram para os moradores, importa explicar que o caráter *eventual* por meio do qual os aparelhos citados nas leis desenvolveram suas performances na cidade talvez fosse o motivo para as constantes reclamações observadas na imprensa montes-clarenses ao longo dos anos, a respeito da falta de diversões no município. Igualmente, o valor excessivo das taxas para se dar espetáculos e exibir filmes também era um motivo que, aliado a outros, cerceava a iniciativa de qualquer pessoa que se aventurasse nesses empreendimentos.

Em relação ao público que assomava a essas “exibições” do fonógrafo, podemos supor, com base em outras pesquisas, que a frequência às sessões se tornaram bastante populares. Flora Sússekind assinala que as máquinas falantes se popularizaram no Rio de Janeiro no final do século XIX:

181

A popularidade das máquinas falantes foi de tal ordem que o esperto comerciante [Frederico Figner] acabaria criando, ao lado de Bernard Wilson Shaw, os clubes de grafones em 25 de agosto de 1889. Cada um teria cem sócios, que deveriam contribuir com a quantia de 5\$000 por semana, podendo concorrer, assim, a premiação também semanal [...] (SÜSSEKIND, 1987: 55)

Naquela oportunidade, entre os moradores da cidade de Montes Claros, parece que o gramofone ocupou um lugar especial nas suas memórias maior do que o fonógrafo¹⁴. A venda do gramofone, a partir da década de 1910, e sendo o fonógrafo um evento por demais longínquo para a memória dos moradores, configurou-se como alguns dos motivos desta ausência de relatos sobre ele¹⁵. A presença do gramofone revela que a diversão que esses aparelhos sonoros proporcionavam migrou de uma apresentação pública – como o fonógrafo – para uma diversão privada, pois as audições do gramofone deram-se nas residências

14 Para a apresentação do gramofone nas festas durante o ano de 1914, conferir ANJOS (1979, p. 12); para os serões organizados na década de 1920 com a presença do gramofone confira o depoimento de VIANNA (1956: 8).

15 Dos espetáculos citados nas leis, o fonógrafo foi o único que não deixou maiores rastros.

dos moradores durante as festas e serões.

Um capítulo à parte dentre os aparelhos citados nas leis foi a máquina fotográfica. A instituição da fotografia no município foi pouco explorada pelos historiadores locais e pode ser resumida da seguinte forma: antes de 1890, a fotografia contou com a iniciativa isolada de um ou outro indivíduo. Porém, a partir de 1890, o cidadão franco-americano, de nome Eugene Laurent Delaveau, cognominado Eugenio Delaveau, fez publicar vários anúncios no jornal *Correio do Norte*, nos quais oferecia seus serviços ao público montes-clarense e que incluíam desde retratos “em miniatura”, ou, de acordo com o seu anúncio, “em pé ou em busto”, cobrando pelo trabalho determinados valores (*Correio do Norte*, n. 289, 16 de fevereiro de 1890, p. 4; n. 294, 23 de março de 1890: 4)¹⁶.

A chegada desse indivíduo à cidade norte-mineira parece coincidir com o período da popularização da fotografia no Brasil. Flora Süssekind assinala que seria a partir da década de 60 do século XIX que se “populariza de fato a fotografia no Brasil”. Nesse período, amplia-se o número de estabelecimentos especializados na arte da fotografia e determinados gêneros de fotografias contribuíram para popularizá-la: “[...] como a *carte de visite*, a fotopintura e, em fins da década de 70, os “retratos de tamanho natural” obtidos por uma “câmera solar”.[...]” (SUSSEKIND, 1987: 31-32). Eugene Laurent Delaveau também produzia fotos em “tamanho natural”, denominando-as de “retratos em pé ou em busto”, conforme já notado.

Os *Livros de Leis e Tabelas de Impostos* de Montes Claros, a exemplo do cosmorama e do fonógrafo, oferecem, em perspectiva, um painel sobre a fotografia no município. Antes de 1904, a fotografia não apareceu junto aos impostos *fixos* ou *eventuais*, e tal qual os divertimentos públicos (o cosmorama, o fonógrafo e o cinematógrafo), oscilou entre o *eventual*, por assim dizer, e o *fixo*. Ou seja, mediante a leitura dessas fontes, contata-se que havia um imposto *eventual* previsto em lei em 1904 para essa ocupação, intitulado de “imposto sobre photographos”, no valor de 100\$000 mil réis. Já na estrutura da lei do ano de 1905, está previsto um imposto no valor de 20\$000 mil réis, entretanto, o termo que aparece na lei é “photographo”, no singular, sendo que se torna um imposto *fixo* e, ao que nos parece, a instalação

16 Esse cidadão permaneceu na cidade por determinado período e acabou abrindo uma padaria, fabricando pães, roscas, biscoitos e outros produtos. (*Correio do Norte*, n. 292, 09 de março de 1890, p. 2; n. 297, 13 de abril de 1890, p. 2).

da fotografia no município deu-se paulatinamente¹⁷. Nesse contexto, no decorrer do ano de 1908, nota-se a presença de um fotógrafo na cidade, sendo que o jornal *A Verdade* noticiou a viagem dele a um município vizinho (*A Verdade*, n. 35, 08 de fevereiro de 1908: 3).

O cinematógrafo, citado nos livros de leis e em anúncios de jornais, guardava determinadas peculiaridades concernentes à maneira pela qual foi introduzido no município e deverá ser investigado por mais vagar.

3. A presença do cinematógrafo

Distintas foram as formas de apropriação do espaço urbano em Montes Claros. De acordo com Monica Pimenta Velloso, os cidadãos, “a partir de suas vivências, criam intervenções sensíveis no cotidiano”. Eles intervêm no espaço urbano, “sem interferir tecnicamente na sua criação”, pois, tal prerrogativa seria delineada pelos “produtores do espaço”, os engenheiros, arquitetos, urbanistas, médicos e sanitaristas. Todavia, as “intervenções sensíveis” dos cidadãos modificam o

[...] sentido atribuído aos locais urbanos. Resulta daí uma espécie de diálogo em que distintos grupos sociais se manifestam, fazendo valer a sua percepção e as suas ideias. O espaço é percebido, portanto, como objeto de uma batalha simbólica que se estabelece no dia-a-dia, reconceituando-se continuamente valores e práticas (VELLOSO, 2004: 14).

183

Depreende-se, por meio da passagem acima, que os cidadãos modificam o sentido atribuído ao local no qual travam determinadas relações. O espaço adquire, assim, distintos aspectos, dependendo do grupo social que faça uso dele, no entanto, isto não quer dizer que o uso desse espaço se concretize sem disputas, que não necessariamente se dão mediante a violência, porém cada grupo ou manifestação atua no espaço, fazendo valer sua maneira de compreender o seu entorno, o mundo em que vive, manifestando-se no espaço público de acordo com os seus valores e práticas. Dessa forma, observa-se a produção de um espaço pelos “produtores” sendo que este se torna múltiplo, palco para a manifestação de distintas sociabilidades ou para que diferentes “consumidores” dele usufruam.

17 Cf. Livro de Leis do município de Montes Claros entre 23/09/1898 a 24/10/1906. Notação: APMC. 29.01.04/000.002 [Administração Pública de Montes Claros- Base de Dados da Câmara Municipal]. Acervo digitalizado do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros.

Assim apresentadas algumas condições nas quais os cidadãos intervêm mediante suas vivências no espaço urbano, modificando o sentido atribuído aos locais, não seria demasiado aproximar tal reflexão ante a chegada do cinema no município. Neste sentido, cabe frisar uma nota publicada no jornal *A Opinião do Norte*, de 1905, e que dava a notícia da instalação do cinematógrafo na cidade de Montes Claros, pois a chegada do cinema no espaço público do município estabelecia uma variável a se somar ao rol de eventos e manifestações que aconteceram na localidade em diferentes praças e ruas, como as festas religiosas, cavalgadas, procissões, grupos carnavalescos, espetáculos de circo mambembe, festividades políticas e grupos de tropeiros:

Cinematograpfo Lumière
 Ultima palavra da photographia animada!!!
 Brevemente serão exhibidas em publico diversas vistas de grande successo como sejam o Que- Vadis, sensacional romance historico do seculo 1º e muitas outras peças comicas, que produzirão grande divertimento ao publico.
 No dia do spectaculo será distribuido o programma marcando a hora e o logar pelo empresario abaixo assinado. Antonio Quirino¹⁸.

184

É pertinente lembrar que o cinema, nessa quadra, não tinha um local fixo a ser exibido, e os filmes teriam sido projetados em caráter eventual. Neste sentido, a introdução do cinema no município conserva uma semelhança com o “cosmorama ambulante”, citado por Hermes de Paula, e também com os espetáculos mambembes do século XIX, visto que protagonizaram apresentações sem local fixo. Mas o fato de o cinema não possuir um local fixo não foi uma prerrogativa de Montes Claros. Esse período do cinema no Brasil é mais conhecido pela sua itinerância, ou seja, pelo cinema ambulante.

O cinema ambulante se distingue por suas exibições em feiras, festas religiosas, parques, mercados, pavilhões, dentre outros locais. A condição de feirante ambulante ou exibidor revelou que, geralmente, os indivíduos encarregados de divulgar os pequenos filmes curtos, nas localidades, eram os proprietários das películas adquiridas em centros maiores do país. Os lugares nos quais eram exibidas as películas, com distintas atribuições sobre suas funções, adquiriam novas peculiaridades decorrentes da ocupação pelo cinema e da participação

18 Nota publicada no jornal *A Opinião do Norte* (n. 4, 31 de dezembro de 1905, p. 04). Este jornal circulou em Montes Claros entre 16 de dezembro de 1905 a 14 de julho de 1907. Foram consultados números esparsos deste periódico.

dos moradores. Nesse aspecto, uma feira ou festa religiosa bem poderia abrigar uma tenda de espetáculos; o mercado, por outro lado, abrigaria uma tela para apresentação de “vistas”; e o pavilhão ou balcão abandonado poderia abrigar uma pequena sala improvisada para projeções ambulantes.

Apesar das várias possibilidades de projeções, não foi confirmada a exibição das “diversas vistas” anunciadas pela notícia já citada. A frase “Ultima palavra da photographia animada!!!” é um indicativo de que se tratava de um evento inédito na cidade. A forma como o anúncio se dirigia ao público se assemelhava à maneira pela qual os espetáculos circenses eram e ainda são divulgados aos espectadores, enfatizando a novidade, a surpresa e o fascínio dos espetáculos. O sentido de novidade, porém, não se confirmava com o anúncio da presença da *Emprêsa Bioscope* no município, publicado dois anos depois. O teor do anúncio era bastante distinto do anterior, pois atentava-se para as imagens efetivamente vistas na exibição protagonizada pela empresa e no emprego da energia elétrica, uma novidade para os moradores:

Estreou quinta-feira com excelente espetáculo, a *Emprêsa Bioscope*, da qual é Diretor-Proprietário, o Sr. João Vasques de Oliveira. Vimos ali uma série de vistas deslumbrantes, tôdas animadas, por exemplo: *A rendição de Pôrto Arthur*, em dois grandes quadros; *O amante da lua*, engraçada peça humorística; *A Revolução Francesa*, peça histórica em nove quadros, além de muitas outras bem interessantes. [...] Todos os aparelhos são movidos a eletricidade, e a esplêndida iluminação elétrica, novidade para esta cidade, nada deixa a desejar (*A Verdade*, 20 de janeiro de 1909 apud VIANNA, N., 2007: 106-107. Grifos no original).

185

Os aparelhos usados nessa exibição de 1909 possuíam um mecanismo que produzia sua própria eletricidade. Vicente de Paula Araújo, em seu estudo, mencionou aparelhos que se assemelhavam ao encontrado em Montes Claros, em operação nos cinemas paulistas, durante os anos de 1907 a 1908 (ARAÚJO, 1981: 148; 152; 158). A eletricidade com que a cidade norte-mineira passou a contar, em 1917, só atendia bem uma parte da cidade no período chuvoso e, em geral, não durava mais que quatro meses. Nos demais períodos, ou seja, nos oito meses restantes, havia racionamento de luz durante o dia e, à noite, a luz era fraca.

A expressão “vistas deslumbrantes, tôdas animadas”, provavelmente, deve-se ao fato de dar maior precisão às imagens que foram exibidas, pois poderiam ser confundidas com fotografias fixas de paisagens, ou relacionadas com as exibições de distintos aparelhos responsáveis por veicular ilusão de ótica em suportes, como

cosmoramas, diapanoramas, silforamas. Portanto, não se deve descartar a hipótese de que tais aparelhos, senão todos, pelo menos o cosmorama, protagonizaram exibições de “vistas” na cidade entre os anos de 1900 a 1908.

O anúncio desta exibição de “vistas” e a notícia veiculada sobre o desejo do senhor Antonio Quirino em exibi-las, manifesta que, entre os anos de 1905 a 1909, os montes-clarenses estabeleceram contato com o cinematógrafo. A leitura dos livros de leis do município sinalizou para uma conclusão semelhante, porém não foi detectada a reação dos espectadores a esse instrumento ótico. Contudo, tal como os anúncios de espetáculos mambembes, os registros de jornais sobre cinema configuram-se como parte da experiência vivida dos moradores anterior às exibições de filmes e parece acertado que, no registro de 1909, o jornal *A Verdade* não demonstrou grande entusiasmo perante aquela exibição e, sim, quanto à iluminação elétrica, fato que demonstra terem sido realizadas exibições anteriores àquela data.

Há determinados indícios que apontam para o fato de que o senhor Antonio Quirino, que, provavelmente, exibiu películas na cidade, tenha protagonizado a publicação de duas fotografias no periódico carioca *O Malho* em 1907¹⁹. A publicação das fotos revela traços da forma pela qual os cidadãos intervinham no espaço público, alterando o sentido a ele atribuído, e, neste caso, tratava-se do uso da praça da Matriz, por distintos grupos sociais.

Nesse sentido, é interessante explicar que a praça da Matriz abrigou festas religiosas, cavalgadas, procissões, grupos carnavalescos, espetáculos de circo mambembe, festividades políticas, exibições de filmes no *Cine-Mignon*, em 1926, além de grupos de tropeiros, dentre outros agrupamentos e manifestações. A praça da Matriz, nas primeiras décadas do século XIX, encantou o naturalista francês Saint-Hilaire, que elogiou a sua extensão, asseverando ser ela “digna das maiores cidades” (SAINT-HILAIRE, 1974 apud PAULA, 2007: 13). A praça constituiu-se um motivo de orgulho para os montes-clarenses, logo, as manifestações sociais ali transcorridas guardavam um sentido para os seus moradores de valiosa importância, sendo que, por exemplo, as disputas políticas eram informadas a partir do pertencimento do morador a esta praça (Largo de Baixo) ou à praça Dr. Carlos (Largo de Cima); a praça da Matriz, conforme assinalado, foi objeto de duas fotografias publicadas no periódico *O Malho* em 1907, e uma delas exibe uma

19 Antes de partir para o Rio de Janeiro, para uma viagem de compras para o seu estabelecimento comercial, o Sr. Antonio Quirino de Souza, tal como era conhecido, fez publicar uma curta nota de despedida, no jornal católico *A Verdade*, de 06 de julho de 1907.

procissão e outra a passagem de um grupo carnavalesco²⁰.

No episódio de publicação das fotos na revista carioca, verifica-se que havia um trânsito de pessoas de Montes Claros em direção ao Rio de Janeiro²¹. Determinados viajantes fizeram este percurso, trazendo em suas tropas toda a sorte de mercadorias: sapatos, perfumes, conservas, manteiga, vinhos e presume-se que até o cinema tenha chegado à cidade valendo-se desta via de entrada de mercadorias. Em princípios de maio de 1907, a final de dezembro daquele ano, foi possível, por intermédio do jornal *A Verdade*, constatar as partidas de sete pessoas em direção ao Rio de Janeiro e a chegada de 17 indivíduos provenientes da capital carioca, incluindo, nesse cômputo, desde religiosos, políticos, comerciantes e inspetores de ensino (*A Verdade*, n^{os}. 1-28, 1907).

Decorridos cerca de dez anos após a publicação das notas de jornais que tratavam sobre o cinematógrafo, foi inaugurado o *Ideal Cinema* em 20 de dezembro de 1917, contudo o jornal não divulgou os filmes exibidos. O *Ideal Cinema* localizava-se cerca de cinquenta metros da praça Dr. Chaves (Matriz), na esquina das atuais ruas Simeão Ribeiro e Lafetá, em prédio já demolido. A despeito de não enumerar os filmes exibidos, o jornal *Montes Claros*, preferiu elogiar o capitão Joaquim Rabello Junior, recebendo a alcunha de “digno commerciante d’esta praça”. O comerciante mereceu os aplausos devido ao fato de ter dotado a sociedade montes-clarense com um divertimento tido pelo jornal como agradável e compatível com as sociedades modernas. Nesse sentido, Montes Claros era moderna, pois dispunha de um cinema, de acordo com o jornal. O capitão, juntamente com “illustres e entusiastas companheiros”, havia realizado um ideal: “ver Montes Claros possuindo uma casa de diversão ao alcance de todos

187

20 Sobre as fotografias n’*O Malho* conferir: **O Malho**, Rio de Janeiro, n. 259, ano VI, 31 de agosto de 1907: 10; n. 261, 14 de setembro de 1907: 25. Disponível em: <http://www.memoriagraficabrasileira.org/>. Acessado em: maio de 2009.

21 Parece acertado que, em torno dos anos de 1916 a 1924, dois caminhos se despontam para a chegada das fitas no município: via estação ferroviária de Buenópolis, inaugurada em 1914, ou por meio da estação férrea de Várzea da Palma ou Pirapora, passando por um trecho de terra e vazante dos rios, até chegar em Jequitaiá, visto que a cidade de Montes Claros ainda não possuía estação ferroviária, que viria a ser inaugurada em 1926. A estação de Buenópolis não trouxe maiores vantagens enquanto via de acesso para Montes Claros, segundo escreveu o escritor Urbino Vianna em sua *Monografia do Município de Montes Claros* de 1916. O mesmo não poderia ser dito sobre o trecho Jequitaiá-Várzea da Palma que além de ser citado nos registros disponíveis dos jornais, foi lembrado por dois escritores, Cyro dos Anjos e Nelson Vianna, como sendo a porta de entrada de notícias, de mercadorias e pessoas à cidade. Cf. VIANNA, Urbino, 2007, p. 239-240; *A Ordem*, n. 4, 28 de dezembro de 1922: 3; *Gazeta do Norte*, n. 234, 13 de janeiro de 1923: 1; ANJOS, 1979: 139; VIANNA, Nelson. (2007).

e perfeitamente compatível com a moral e costumes do meio” (*Montes Claros*, n. 82, 23 dezembro de 1917: 3).

O cinema que se inaugurava na cidade era obra de cidadãos ilustres e entusiasmados e, portanto, com capacidade financeira arazoada. O cinema fora inaugurado apesar dos “embaraços próprios do momento por que passa o mundo”, numa alusão à conflagração da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que poderia ter obstado os planos de implantar o cinema na cidade. Observou-se, na coluna “Vida Social” do jornal *Montes Claros*, a publicação da crônica que informava haver na cidade um cinema com maquinário adequado; no entanto nada foi encontrado sobre qualquer filme exibido ali ou qualquer coisa acerca dessa sala. O conflito mundial impediu tanto a importação de filmes virgens como os filmes impressos, a matéria-prima das salas exibidoras, em decorrência da alta do câmbio como também da conjuntura da guerra que impossibilitava o comércio com a Europa (SIMIS, 1996: 73).

As repercussões sobre a inauguração do *Ideal Cinema* logo apareceram na coluna “Vida Social” e chama-nos a atenção a baixa adesão dos moradores a outras diversões da cidade e a ausência das mães de família nas sessões de cinema. Nessa crônica, de janeiro de 1918, o autor contara que as sessões tinham sido esplêndidas e a concorrência magnífica. “Quem dera que fosse sempre assim!” exclamou a coluna. Ao contrário, os montes-clarenses debandavam dessa e de outras diversões organizadas na cidade, como os bailes e reuniões, e era o motivo alegado pelo qual não prosperava um baile dançante na cidade ou uma sociedade recreativa. O cronista afirmou que, em outros lugares que conhecia, o cinema era o divertimento predileto das mães de família e das senhoritas; no entanto, em Montes Claros, na sua maioria, as sessões eram frequentadas pelos homens.

A crônica da “Vida Social” fez notar que um problema imperava. Os homens, de acordo com a coluna, não sabiam frequentar as salas de projeção, pois cultivavam na cabeça o chapéu, que acabava por prejudicar os que ficavam no banco de trás, além de fumarem no salão. Este ato era detestável, na opinião do cronista e, além de tudo, era “pouco urbano”. O autor da “Vida Social” terminou o seu texto com um apelo a todos. As senhoras e distintas senhoritas de “nosso escol social” deveriam frequentar o cinema e os homens deveriam, tal como o cronista, retirar o chapéu e não fumar no recinto das exibições (*Montes Claros*, n. 83, 06 de janeiro de 1918: 3).

De acordo com Alexandra Keller, o “cinema oferecia um dos poucos espaços aceitáveis para as mulheres na esfera pública”, e a esfera privada e doméstica estava

configurada como exemplificando o feminino, logo, a “presença das mulheres [nas salas de espetáculos], inevitavelmente comunicava uma sensação do privado para esses espaços públicos” (KELLER, 2004: 187). A tamanha insistência dos cronistas sobre a ausência das “gentis patricias” nas salas de espetáculos e casas comerciais que serviam bebidas e alimentos vem ao encontro deste desejo de conferir a um espaço público, sobretudo o cinema, ares de um ambiente privado.

A partir das indicações do jornal *Montes Claros* e *Gazeta do Norte*, percebeu-se que o *Ideal Cinema* continuou a exibir filmes e os jornais passaram a publicar o nome das fitas, pois até então não o faziam. A divulgação dos filmes pelas ruas da cidade era concretizada pelo negro João da Mata e, segundo relato de moradores, ele saía com um “cartaz às costas e um moleque a tocar tambor” (ANJOS, 1979: 48). No *Ideal Cinema* ou um pouco antes dele²², o irmão do escritor Cyro dos Anjos tocava flauta na orquestra (ANJOS, 1979: 53). A presença da orquestra, por esses anos, sinaliza para o fato de que o cinema não prescindiu de outros artificios para atrair os espectadores.

Antes da chegada da ferrovia, o *Ideal Cinema* foi fechado e outra sala exibidora surgiu, o *Cinema Recreio*, de propriedade do Cel. Francisco Ribeiro; entretanto nenhum filme foi detectado como sendo exibido naquele espaço, servindo os seus salões para abrigar espetáculos teatrais da Associação Filhas de Maria e para conferências em benefício das crianças pobres do município. Nesse contexto, a cidade continuou a receber companhias de cavalinhos, espetáculos de acrobacia e deslocamentos ao longo dos anos.

A partir do final da década de 1910, o jornal *Gazeta do Norte* publicou duas notas nas quais reclamava sobre as altas taxas dos impostos cobrados pela câmara para os espetáculos de qualquer natureza. Uma delas afirmava que um cinema que funcionasse diariamente na cidade pagaria, em impostos, a quantia de 800\$000 mil réis (*Gazeta do Norte*, n. 65, 04 de outubro de 1919, p. 1; n. 72, 12 de novembro de 1919: 1). Os pesados impostos municipais constituíram outro motivo impeditivo para a consolidação do cinema no município nessa década.

Nesse mesmo período, no entanto, uma nova sala foi inaugurada na cidade – o *Cinema Popular* -, de propriedade da empresa Colem & Freire, e sob a gerência do senhor Elpídio Freire; porém a sala teve problemas com o motor

22 Observou-se a existência de um cinema localizado na rua do Comércio (atual Dr. Veloso). Em seus salões, foi realizada uma conferência sobre o gado zebu pelo farmacêutico Antonio Augusto Teixeira. Não há como afirmar ser esse cinema o Cinema Commercio de propriedade de Maximiliano Pereira. (*Montes Claros*, n. 61, 19 de julho de 1917: 3).

do projetor, e as imagens não apresentaram uma boa nitidez. As sucessivas salas com que a cidade contou não podem ser consideradas como salas fixas. Uma sala para ser considerada fixa, naquele período, deveria permanecer aberta e exibir sessões contínuas por um tempo superior a dois meses (HEFFNER in RAMOS & MIRANDA, 2000: 480-481). No início da década de 1920, a cidade passou a dispor de uma sala estabelecida nesses moldes, o *Cine-Theatro Renascença*, que exibiu filmes entre 1921-1926.

Importa assinalar, no entanto, que, a compreensão do processo de instalação do cinematógrafo na cidade se completa por meio de uma investigação sobre o perfil dos principais exibidores do município, pois a eles coube o papel de projetar os filmes nas telas e de criar o ambiente adequado para tal fim. Em suma: também são atores importantes do processo cinematográfico compreendido por um tripé que se articula entre si: produção-distribuição-exibição. Contudo, a análise deste processo demanda um espaço maior de dedicação e não constituiu nosso objetivo.

Considerações finais

190

O estudo sobre o circuito exibidor em Montes Claros possibilitou-nos perceber que, ao longo do século XIX, entre 1840 a 1880, a cidade norte-mineira passou a ocupar um importante papel no comércio regional. A abertura de novas ruas, o frutuoso comércio com as cidades vizinhas, a instalação da fábrica de tecidos do Cedro, o surgimento do jornal *Correio do Norte*, do telégrafo, e, ainda, a inauguração do mercado e a exibição de vistas no aparelho cosmorama, dentre outras situações e acontecimentos, nos anos finais do século XIX, representaram a preeminência do urbano em curso na cidade norte-mineira. Assim, vários foram os eventos advindos com essas transformações.

Contudo esses eventos não patentearam mudanças meramente econômicas. Concomitante às transformações, verificou-se que, naquele período, sobrevieram à cena pública da pequena urbe norte-mineira, marcada ainda pelos animais que perambulavam pelas ruas, companhias circenses, grupos mambembes e espetáculos de prestidigitação, que revelaram o não insulamento artístico da região.

Além desse fato, notou-se que, conjuntamente às companhias ambulantes que incidiram no município, emergiram, também naquele espaço, determinadas camadas populares como “retirantes” da seca, mendigos, crianças maltrapilhas que, além de incomodarem bastante as autoridades municipais e os leitores e colaboradores do jornal *Correio do Norte*, assistiam aos espetáculos circenses junto

aos demais moradores da cidade. Estes espetáculos ocorreram em distintos locais, como a praça Dr. Carlos ou da Matriz. Estas duas praças, nas primeiras décadas do século XX, demonstraram ser um ponto de referência para os moradores, pois, em suas cercanias, vicejaram salas de cinema como o “*Cine Metropole*” e o *Cine-Theatro Renascença*.

Podemos considerar que as manifestações dos grupos mambembes na cidade, entre os finais do século XIX, preparou o público para o advento dos divertimentos óticos (o cosmorama) e sonoros (o fonógrafo), e também para o cinema no limiar do século XX. Cabe frisar que os trabalhos ginásticos, equestres, de equilíbrio, acrobáticos e de humor dos palhaços, guardam uma proximidade com o cinema, especialmente, com determinados gêneros de filmes, uma vez que despertam o choque, a surpresa, o entusiasmo, a agitação e a correria e, por sua vez, correspondem a estímulos similares àqueles procedentes das transformações modernas como o tráfego, as máquinas, os meios de transporte, as luzes, os aglomerados urbanos e os ruídos.

Referências Bibliográficas

- ANJOS, Cyro dos. *A menina do sobrado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- ARAÚJO, Vicente de Paula. *Salões, circos e cinemas de São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- AZEVEDO, Veruschka de Salles. *Entre a tela e a platéia: theatros e cinemathographos na Franca da Belle Époque (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2001.
- BERNARDET, Jean-Claude. *O que é cinema*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 31-60.
- CARVALHO, Jailson Dias. *Filmografia da exibição cinematográfica em Montes Claros: registros de filmes nacionais em salas de cinema*. Montes Claros: Unimontes, 2009.
- _____. *Lazer, cinema e modernidade: um estudo sobre a exibição cinematográfica em Montes Claros (MG) – 1900-1940*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.
- DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas*

Gerais no século XIX. Campinas: UNICAMP, 1995. (Coleção Viagens da Voz)

CHARNEY, Leo & SCHWARTZ, Vanessa (Org.). *O Cinema e a invenção da vida moderna*. 2. ed. São Paulo: Casac & Naify, 2004. (Coleção cinema, teatro e modernidade)

COSTA, Fernando *Morais da*. *Primeiras tentativas de sonorização no cinema brasileiro: os cinematógrafos falantes – 1902-1908*. Disponível em: <http://www.mnemocine.com.br/cinema/anpuh2005/anpuh2005d.htm>. Acesso em: 28 maio 2012.

GALDINO, Márcio da Rocha. *Minas Gerais Ensaio de Filmografia*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1983.

GOMES, Paulo Augusto. 100 anos de cinema em Belo Horizonte. In: *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, nº 18, set, 1997, p. 347-372.

_____. *Pioneiros do cinema em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

HEFFNER, Hernani. Salas de cinema. In: RAMOS, Fernão & MIRANDA, Luiz Felipe. (Org.) *Enciclopédia do cinema brasileiro*. São Paulo: Senac, 2000. p. 480-481.

KELLER, Alexandra. Disseminação da modernidade: representação e desejo do consumidor nos primeiros catálogos de venda por correspondência. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa (Org.). *O Cinema e a invenção da vida moderna*. 2. ed. São Paulo: Casac & Naify, 2004. (Coleção cinema, teatro e modernidade). pp. 185-213.

MIRANDA, Maria Cristina. *Aparelhos ópticos no Rio de Janeiro do século XIX*. Disponível em: http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/MARIA_CRISTINA_MIRANDA_DA_SILVA.pdf. Acesso em: 28 maio 2012.

PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua História sua gente seus costumes*. Montes Claros: Unimontes, 2007. V. I, II. Pt. I, II. (Coleção Sesquicentenária)

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (01/06/ 1816 – 22/09/1817)*. Trad. de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974. Apud PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: Unimontes, 2007. V. I, Pt. I. pp. 13-15.

SARMIENTO, Guilherme. *Esse mundo é cosmorama*. Disponível em: <http://criticaecompanhia.com/guilherme.htm>. Acesso em: 28 de maio de 2009.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SIMIS, Anita. *Estado e cinema no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1996.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. *Crônica jornalística: um espelho para a história do cotidiano?* Disponível em: http://www.fag.edu.br/adverbio/v5/artigos/cronica_jornalistica.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2010

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-30): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004. p. 14. (Coleção FCRB, Série Estudos; 1).

VIANNA, Nelson. *Foiceiros e vaqueiros*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1956.

_____. *Serões montesclarenses*. São Paulo: Itatiaia, 1972

_____. *Efemérides montesclarenses*. Montes Claros: Unimontes, 2007. PT. I, v.5

VIANNA, Urbino de Sousa. *Monografia do município de Montes Claros breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. V. 6.

As missivas como fonte documental: o trabalho com o acervo epistolar do pintor Candido Portinari

Enviado em:

07/04/2013

Aprovado em:

11/08/2013

Ana Carolina Machado Arêdes

Mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto
anacarolaredes@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo utiliza as correspondências pessoais do pintor Candido Portinari como fonte histórica. O recorte cronológico proposto para pesquisa deste acervo compreende os anos de 1920 até 1945. A análise desta documentação permite entender como Portinari estava inserido no ambiente artístico, intelectual e político deste período. Entre os correspondentes do pintor, figuram importantes nomes da arte e intelectualidade da época, assim como personagens ligados à burocracia estado-novista. O estudo destas missivas demonstra como Portinari tecia, mantinha e aprofundava seus laços de amizade através do intercâmbio epistolar. Além disso, as correspondências revelam como o pintor lidava com situações cotidianas, assim como oferecem pistas sobre sua concepção artística e política.

194

Palavras-Chave

Portinari, Correspondências, Estado Novo

Abstract

This article uses the personal correspondences of painter Candido Portinari as a historical source. The proposed chronological survey of clipping collection covers the years from 1920 until 1945. The analysis of this documentation enables you to understand how Portinari was inserted into the artistic, intellectual and political environment of this period. Among the correspondents of the painter are important names of art e intelligentsia of the time, as well as characters linked to the estado-novista bureaucracy. The study of these missives demonstrates how Portinari established, maintained and deepened his friendship through the epistolary exchange. In addition, the correspondences reveal how the painter dealt with everyday situations, as well as offer clues about his artistic and political conception.

Keywords

Portinari, Correspondences, Estado Novo

O objetivo deste artigo é tratar do trabalho com as correspondências pessoais do pintor Candido Portinari. Através da análise das epístolas trocadas entre o pintor e seus interlocutores - entre os quais figuravam conhecidos nomes da arte, da intelectualidade e da política, é possível perceber como Portinari estava inserido no ambiente cultural e burocrático da época. O recorte cronológico adotado compreende os anos de 1920 a 1945. Em 1920, Portinari começa a se destacar como estudante de pintura na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. O recorte vai até 1945, data que marca a falácia do Estado Novo.

As correspondências aqui analisadas compõem o acervo do Projeto Portinari, situado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Além das cartas, o Projeto organizou a catalogação das obras do pintor e conta também com depoimentos, apontamentos, fotografias e vídeos relacionados a Portinari. Boa parte deste material está disponível *on-line*.

Vale ressaltar que, neste artigo, as missivas do pintor foram utilizadas tanto como fonte, quanto como objeto da pesquisa histórica. O uso das cartas como fonte documental é relativamente recente na historiografia, especialmente no que tange à produção historiográfica brasileira.

No século XX, a historiografia sofreu uma grande transformação com a *nouvelle histoire* francesa. Antes, interessava à produção historiográfica o estudo dos grandes homens e acontecimentos do passado. A partir de então, o homem comum e os acontecimentos cotidianos passaram também a ser foco das suas investigações. Além disso, a modernidade deu lugar ao individual em detrimento do coletivo. O indivíduo moderno é caracterizado por uma vida singular dentro de um todo social. A história do indivíduo passou a ser analisada, não precisando ter acontecimentos extraordinários para ser digna de ser lembrada. (GOMES, 2004:11-12).

Sendo assim, o tipo de fonte a ser pesquisada também mudou: documentos e registros do sujeito comum e de sua vida particular começaram a chamar a atenção dos historiadores. Desse modo, a “escrita de si”, que abarca diários íntimos, biografias, autobiografias, correspondências etc., ganhou importância. (GOMES, 2004:7).

Para a historiadora Ângela de Castro Gomes, no Brasil e no mundo, a “escrita de si” obteve destaque tanto no mercado editorial quanto no acadêmico. Os estudos sobre este tipo de documentação estão crescendo, mas ainda não são numerosos, e as iniciativas estão partindo mais do campo da educação e da

literatura do que da história. (GOMES, 2004:8).

A “escrita de si” constrói a identidade e materializa a vida do indivíduo que a realizou, contribuindo também para a compreensão da dinâmica dos grupos que ele frequentava. Ou seja, o estudo do espaço privado, individual, ajuda no entendimento do espaço público, coletivo. (GOMES, 2004:8-11).

O indivíduo moderno vive suas experiências e fases da vida de forma descontínua e muitas vezes incoerente. Ele não mantém uma identidade fixa e imutável, ao contrário, está continuamente em transformação. Através dos registros deixados por este sujeito é que o historiador pode compreender seus desvios temperamentais ao longo do tempo. (GOMES, 2004:12-13).

A noção de verdade histórica também se transforma em função da utilização deste tipo de fonte documental. Como a “escrita de si” é subjetiva, o que passa a interessar ao historiador não é a verdade sobre um acontecimento, mas a percepção que o indivíduo teve sobre tal acontecimento e como ele o interpretou em seus registros. (GOMES, 2004:12-15).

Segundo Gomes, quando realiza a “escrita de si”, o sujeito parece querer reter o tempo, deixar marcado algum fato que ele considerou excepcional e digno de ser preservado ou contado aos amigos. (GOMES, 2004:18). Para o filósofo francês Michel Foucault, a alma parece se constituir naquilo que se escreve, a escrita é formada pelos pensamentos que ficaram gravados. (FOUCAULT, 1992:144). De acordo com Alfredo Bosi, a escrita íntima guarda o calor dos acontecimentos, dela transborda certo sentimentalismo. (BOSI *apud*. IONTA, 2007:49).

Ângela de Castro Gomes sustenta que a escrita epistolar é a que, dentre as outras formas da “escrita de si”, mais interessa aos historiadores, tanto como fonte, quanto como objeto de estudo. (GOMES, 2004:9).

Para a historiadora Marilda Ionta, com a expansão das cidades, foram ampliados os espaços de convivência social, o que contribuiu para expandir os círculos de amizades. Dessa maneira, surgiu a necessidade de encontrar novos espaços para o cultivo destas amizades e foi aí que a troca epistolar exerceu papel fundamental. (IONTA, 2007:45). As cartas se tornaram o “altar onde é celebrada a amizade” (IONTA, 2007:85), elas não só estabelecem pontes de comunicação entre os amigos, como lançam uma sedução ao longe, o que leva o destinatário a ingressar no círculo íntimo do remetente. (SLOTERDIJK *apud*. IONTA, 2007:75).

Para o literato Mário de Andrade, foi com o modernismo que se realizou uma significativa mudança em relação às missivas. Elas transformaram sua retórica, as formas de tratamento e de despedida se tornaram mais íntimas, menos

formais, o familiar preponderou sobre a distância respeitosa.

Antes, com algumas raras exceções, os escritores brasileiros só faziam “estilo epistolar”, oh, primores de estilo! Mas cartas com assuntos, falando mal dos outros, xingando, contando coisas, dizendo palavrões, discutindo problemas estéticos e sociais, cartas de pijama, onde as vidas se vivem sem se mandar respeito à excelentíssima esposa do próximo nem descrever crepúsculos, sem dançar minuetos sobre eleições acadêmicas e doenças do fígado: só mesmo com o modernismo se tornaram uma forma espiritual de vida em literatura. (ANDRADE *apud*. IONTA, 2007:77-78).

As correspondências ganhavam um tom mais pessoal, mais confidencial com o modernismo, assim como as amizades teriam seus laços estreitados. A troca epistolar alcançou seu auge no século XIX, destacando-se como a principal forma de aproximação dos amigos. Atualmente, com o telefone, o fax, o celular, o e-mail e a Internet, entre outros elementos que facilitam a rápida e imediata comunicação, escrever cartas se tornou uma “arte em extinção”, como bem aponta Marilda Ionta. (IONTA, 2007:70).

Segundo Foucault, escrever cartas aos amigos é “dar-se a ver”, a carta torna o seu escritor presente para o seu leitor, de uma forma quase física, uma presença que se faz de forma imediata. As missivas constituem uma forma de apresentar-se ao seu correspondente no decorrer da vida cotidiana. (FOUCAULT, 1992:149-155).

A forma quase física que o sujeito toma, fica clara em uma passagem da carta do jornalista Augusto Meyer enviada a Portinari. Na epístola, Meyer descreve o poeta e amigo Manuel Bandeira: “Parece que estou ouvindo a risadinha dele, vendo aqueles olhos admiráveis que ele tem quando escuta a gente, com um brilho da atenção nos óculos. Aí está um homem que é o mesmo de perto ou de longe”.¹

Escrever cartas atenua a solidão, pois desempenha o papel de um companheiro. (FOUCAULT, 1994:130). Pode até ser considerado um “ato terapêutico”. As cartas são enviadas como pedidos de conselho ou como palavras de auxílio ao destinatário. Escrever para um determinado sujeito exige tempo, disciplina, reflexão, intimidade e confiança. Os principais assuntos são: informações, pedidos, agradecimentos, desabafos, lembranças, comemorações, palavras de consolo e estímulo. (GOMES, 2004:19-20). Constam também assuntos

1 Meyer, Augusto. [Carta] 1937 set.20, Porto Alegre, RS [para] Candido Portinari, Rio de Janeiro, RJ. 3f., p.3.

de saúde, como expresso na carta do pintor Waldemar da Costa a Portinari: “A Maria agora já está boa, mas esteve muito mal do fígado (...)”² – e de reclamações de ausência de cartas, como na missiva enviada ao pintor pela amiga Rosalita Mendes: “Você deixou de escrever de repente... sem mais nem menos (...)”³.

Para Gomes, o fator tempo também merece ser destacado nas correspondências. Existe uma distância entre o momento que se escreve e o momento que se lê a carta. As cartas podem se referir ao passado – relembrando um acontecimento -, ao presente – “estou escrevendo esta carta” – e ao futuro – projetos que ainda estão por vir. O curioso na troca de missivas é que a decisão de guardá-las cabe ao destinatário e não ao seu autor. Quanto maior a intimidade e a confiança dos correspondentes, mais confissões e desabafos as cartas irão ter. Faz parte do “pacto epistolar” receber, ler, responder e guardar as cartas. (GOMES, 2004:19-20).

Uma carta rasgada ou não respondida pode soar como uma ofensa ao remetente, uma vez que a epístola é a materialização do sujeito que a escreveu. (GAY *apud* IONTA, 2007:69). Marilda Ionta salienta que deve se levar em conta a “dimensão agonística” das cartas. Os seus autores só escrevem aquilo que desejam que o destinatário saiba. Os missivistas têm que decidir entre o mostrar-se e o esconder-se, e isto os leva a lançar mão de máscaras, como uma forma de proteção pessoal. (IONTA, 2007:83-84).

Um dos maiores problemas que os historiadores encontram no trabalho com as missivas é a invasão de privacidade, que, porventura, cometem. As epístolas simples, ou “correspondências pessoais privadas” são trocadas em tom confidencial entre as partes, e quem as redige não necessariamente pensava em torná-las públicas. Mário de Andrade assim escreveu: “Guardar as cartas consigo./ Nunca mostrar a ninguém./ Não as publicar também/ De indiferente ou de amigo/ Guardar ou rasgar. Ao sol/ Carta é farol.” (ANDRADE *apud*. IONTA, 2007:60).

Apesar de existirem casos em que os correspondentes sabiam que suas cartas não ficariam restritas à esfera privada, na maior parte das vezes, os missivistas não tinham a intenção de tornar suas confissões públicas, analisadas por um pesquisador e muito menos impressas em livros. Em carta a Portinari,

2 Costa, Waldemar da. [Carta] 1933 set. 4, Petrópolis, RJ [para] Candido Portinari, Rio de Janeiro, RJ. 2f., p.1.

3 Almeida, Rosalita Mendes de. [Carta] 1930 jul. 12, Rio de Janeiro, RJ [para] Candido Portinari, Paris. 4f., pp.1-2.

o intelectual José Jobim expressa a opção pela privacidade: “Esse Oswald, aqui muito entre nós, que ninguém nos ouça, inclusive o Bopp, é um bobalhão.”⁴

Existem cartas com objetivos diferenciados dos simples missivistas, como por exemplo, a carta-testamento de Getúlio Vargas, escrita à nação antes do controverso suicídio, e a de Pero Vaz de Caminha, enviada ao rei de Portugal, atualmente expostas para a visitação como artigos de museu. (IONTA, 2007:75-76).

Todavia, existe a necessidade de reconsiderar a dimensão privada da correspondência, especialmente no século XIX. As cartas geralmente passavam pela censura postal, em especial em épocas de guerra, e a censura familiar, como dos pais em rela o às cartas das filhas. (PERROT *apud*. IONTA, 2007:72).

Mário de Andrade queixa-se a Paulo Duarte em uma de suas missivas:

Estas cartas de agora, em que a gente não pode mais se abrir inteiramente nem nas vistas para o mundo nem nas confissões interiores, com vergonha de ser lido pelos outros, faz com que as cartas estejam se tornando cada vez mais insatisfatórias. Sobretudo para um sujeito como eu que gosta de se derramar. (ANDRADE *apud* IONTA, 2007).

Sendo assim, percebemos como as epístolas podem contribuir na constru o do processo histórico. Elas são capazes de refletir aspectos do cotidiano dos correspondentes e ajudam o pesquisador a formar uma ideia do ambiente dos missivistas e dos grupos aos quais eles pertenciam, assim como revelam muito sobre a personalidade do sujeito que escreve, não raro se derramando em sentimentalismos e confissões.

Este artigo, como foi supracitado, trata das correspondências do pintor Candido Portinari. O objetivo é analisar as cartas enquanto fonte e objeto da pesquisa histórica. Foi feito um balanço acerca do número de correspondências recebidas, expedidas e relacionadas ao pintor, assim como foram investigados quem eram seus interlocutores.

Candido Portinari nasceu em Brodósqui, cidadezinha do interior paulista, filho de um casal de imigrantes italianos que veio para o Brasil engrossar a mão de obra da lavoura cafeeira. Quando adolescente, mudou-se para o Rio de Janeiro, com o intuito de estudar pintura. Acabou matriculado como aluno livre das aulas de

4 Jobim se refere aos intelectuais Oswald de Andrade e Raul Bopp. Jobim, José. [Carta] 1938 ago. 31, Yokohama, JAP [para] Candido Portinari; Maria Portinari, Rio de Janeiro, RJ. 1f.

desenho figurado da Escola Nacional de Belas Artes, instituição à época conhecida pelo tradicionalismo e rigor acadêmico. Nesta escola, o pintor ganhou destaque e, em 1928, recebeu um prêmio de viagem à Europa em um dos salões, no qual apresentou um retrato do poeta Olegário Mariano. Portinari escolheu a França como destino, mas também visitou a Itália e a Inglaterra. Retornou da viagem em 1931, com um estilo diferente em sua pintura.

Para a historiadora Annateresa Fabris, foi no continente europeu que Portinari passou a questionar o ensino recebido, a repensar a arte em sua expressão específica, a partir em busca de suas raízes. Sendo assim, contrariou o hábito dos bolsistas brasileiros, empenhados em produzir telas acadêmicas, não fazendo de sua estadia na Europa uma prolongação da Escola Nacional de Belas Artes. Portinari não produziu muitas telas no afã de visitar os museus e poder ver de perto a arte do presente e do passado, livre de rótulos e receitas. Esta atitude do pintor, esta sua nova maneira de encarar a arte, marcaria toda sua produção posterior (FABRIS, 1990:43).

Durante a viagem, Portinari começou a se afastar dos ditames acadêmicos da Escola Nacional de Belas Artes. Do continente além do Atlântico, o pintor passou a se inspirar nos motivos de Brodóski para compor as produções que estavam por vir. Em carta a Rosalita Mendes, Portinari desabafa:

Daqui fiquei vendo melhor a minha terra (...) fiquei vendo Brodóski como ela é. Aqui não tenho vontade de fazer nada. Vou pintar o Palaninho, vou pintar aquela gente com aquela roupa e com aquela cor. Quando comecei a pintar senti que devia fazer a minha gente e cheguei a fazer o 'Baile na Roça'. Depois desviaram-me e comecei a tatear e a pintar tudo de cor - fiz um monte de retratos, mas eu nunca tinha vontade de trabalhar e toda gente me chamava preguiçoso – eu não tinha vontade de pintar porque me botaram dentro de uma sala cheia de tapetes com gente vestida à última moda.⁵

Quando retornou da Europa, Portinari participou do Salão organizado pelo arquiteto Lúcio Costa na Escola Nacional de Belas Artes com a tela *O Violinista*, 1931. Nesta ocasião conheceu o literato Mário de Andrade, com o qual iniciou uma amizade que levou por toda a vida. Mário foi um dos missivistas mais assíduos do pintor, tratando de assuntos variados, pessoais e profissionais, em suas correspondências. Com a amizade de Mário de Andrade, Portinari passa a integrar

5 Portinari, Candido. [Carta] 1930 jul.12, Paris [para] Rosalita Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, RJ. 10f., p.3. Grifos de Portinari.

o ambiente dos intelectuais e artistas modernistas, personagens que também podem ser vistos em suas epístolas, tais como: os pintores Carlos de Lima Cavalcanti, Waldemar da Costa, Josias Leão e Santa Rosa, o artista plástico Paulo Rossi Osir, os intelectuais Murilo Mendes, Menotti Del Picchia, Raul Bopp e Oswald de Andrade, os poetas Manuel Bandeira, Olegário Mariano e Carlos Drummond de Andrade, os arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, o cineasta Humberto Mauro, o empresário José Olympio, os militantes comunistas Astrojildo Pereira e Luís Carlos Prestes e, os políticos Juscelino Kubitscheck e Getúlio Vargas.

Outro importante e ativo missivista de Portinari foi o intelectual mineiro Gustavo Capanema, que foi ministro da Educação e Saúde entre 1934 e 1945. O Ministério Capanema ficou conhecido como o Ministério dos Intelectuais, por reunir diversos nomes da inteligência brasileira, das mais variadas correntes de pensamento. As epístolas trocadas entre Capanema e Portinari revelam que estes cultivavam uma relação de amizade, tratando de assuntos pessoais e profissionais. Capanema encomendou vários trabalhos do pintor, sendo a série de afrescos cujo tema são os ciclos econômicos brasileiros, composta para a sede do Ministério da Educação e Saúde, o mais conhecido.

As cartas estudadas neste trabalho compreendem o recorte de 1920-1945. Trata-se de 1645 correspondências, dentre as quais 428 não são enviadas nem recebidas por Portinari, mas têm relação com o pintor. Sobram então 1217 epístolas, dentre elas 1054 recebidas e 163 expedidas pelo pintor.

201

No gráfico abaixo é possível notar como a troca epistolar do pintor aumenta substancialmente no Estado Novo (1937-1945). Após voltar da Europa, em 1931, Portinari expandiu seu círculo de amizades epistolares, o pintor passou a participar ativamente do grupo de artistas e intelectuais da época. No Estado Novo, o envolvimento de Portinari no ambiente cultural e político é muito expressivo, e isto pode ser notado através do grande fluxo de missivas, assim como pelo teor destas cartas, que abordavam além de assuntos pessoais, temas políticos e, sobretudo, profissionais.

Troca epistolar de Portinari por período

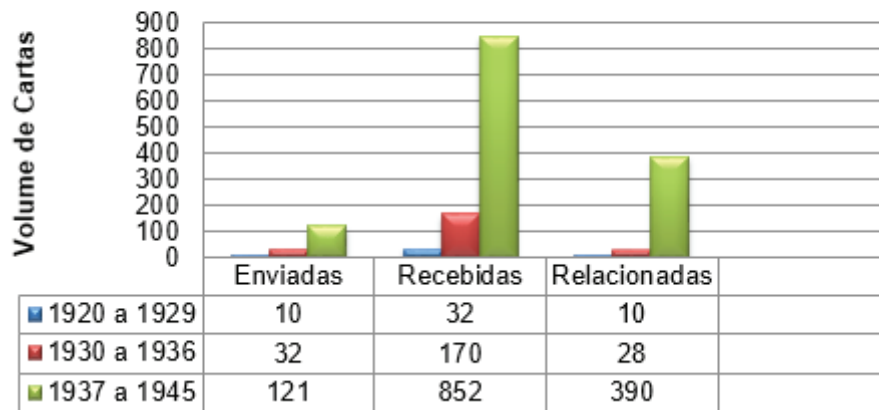


Gráfico de demonstração do volume de cartas recebidas, expedidas e relacionadas ao pintor Portinari.

202

Candido Portinari escreveu ao longo deste período para 48 missivistas, dentre os quais, 1 recebia assiduamente, 2 regularmente e 14 eventualmente. O restante eram missivistas simples, para os quais o pintor havia enviado 1 carta.

TABELA 1

Classificação dos correspondentes (destinatários) de Portinari por volume de cartas enviadas		
Classificação	Número absoluto	%
Simplex (1 carta)	31	64,58
Eventuais (2-10 cartas)	14	29,17
Regulares (11-50 cartas)	2	4,17
Assíduos (+51 cartas)	1	2,08
Total	48	100

Modelo de Tabela retirado do livro: *Capanema: o ministro e seu ministério*. GOMES, Ângela de Castro (org.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

Em relação às epístolas recebidas por Portinari, contam-se 458 cartas. Destas, 148 correspondentes escreviam eventualmente, 15 regularmente e 2

assiduamente. Os missivistas simples, que enviaram apenas 1 carta ao pintor, constituíam a grande maioria, com 293.

TABELA 2		
Classificação dos correspondentes (remetentes) de Portinari por volume de cartas enviadas		
Classificação	Número absoluto	%
Simple (1 carta)	293	63,97
Eventuais (2-10 cartas)	148	32,32
Regulares (11-50 cartas)	15	3,28
Assíduos (+51 cartas)	2	0,44
Total	458	100

Modelo de Tabela retirado do livro: *Capanema: o ministro e seu ministério*. GOMES, Ângela de Castro (org.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

Avaliaram-se também os correspondentes de Portinari por inserção profissional-social e laços de parentesco. Com isto, foi possível precisar melhor as pessoas que gravitavam no círculo de amizades do pintor. Dentre os missivistas destinatários de Portinari estimaram-se 4 artistas plásticos, 10 intelectuais, 3 políticos, 4 políticos e intelectuais, 2 funcionários públicos e intelectuais, 1 diplomata, 1 diplomata e intelectual, 1 arquiteto, 2 empresários, 1 jornalista e editor, 3 instituições ou galerias de arte, 2 familiares e 14 não-classificados. Entre os não-classificados estão profissões que não foram enquadradas em nenhuma categoria, assim como pessoas que não foi possível identificar qual a ocupação.

203

Tabela 3		
Classificação dos correspondentes (destinatários) de Portinari por inserção profissional-social e laços de parentesco		
Classificação	Número Absoluto	%
Artista Plástico	4	8,33
Intelectual	10	20,84
Político	3	6,25
Político/Intelectual	4	8,33

Funcionário Público		
Funcionário Público/ Intelectual	2	4,17
Diplomata	1	2,08
Diplomata/Intelectual	1	2,08
Arquiteto	1	2,08
Empresário	2	4,17
Jornalista/Editor	1	2,08
Médico		
Curador/Museólogo		
Instituições/Galerias de Arte	3	6,25
Família Portinari	2	4,17
Não Classificado	14	29,17
Total	48	100

Modelo de Tabela retirado do livro: *Capanema: o ministro e seu ministério*. GOMES, Ângela de Castro (org.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

204

Entre os interlocutores remetentes de Portinari, contaram-se 52 artistas plásticos, 44 intelectuais, 4 políticos, 8 políticos e intelectuais, 10 funcionários públicos, 4 funcionários públicos e intelectuais, 9 diplomatas, 7 diplomatas e intelectuais, 10 arquitetos, 13 empresários, 39 jornalistas e editores, 6 médicos, 5 curadores e museólogos, 59 instituições e galerias de arte, 6 familiares e 182 não classificados.

TABELA 4

Classificação dos correspondentes (remetentes) de Portinari por inserção profissional-social e laços de parentesco		
Classificação	Número Absoluto	%
Artista Plástico	52	11,35
Intelectual	44	9,61
Político	4	0,87
Político/Intelectual	8	1,75
Funcionário Público	10	2,18

Funcionário Público/ Intelectual	4	0,87
Diplomata	9	1,97
Diplomata/Intelectual	7	1,53
Arquiteto	10	2,18
Empresário	13	2,84
Jornalista/Editor	39	8,52
Médico	6	1,31
Curador/Museólogo	5	1,09
Instituições/Galerias de Arte	59	12,88
Família Portinari	6	1,31
Não Classificado	182	39,74
Total	458	100

Modelo de Tabela retirado do livro: *Capanema: o ministro e seu ministério*. GOMES, Ângela de Castro (org.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

Portinari utilizava a maior parte de suas correspondências para tratar de negócios, especialmente da venda de quadros. Muitos de seus missivistas enviavam cheques como pagamento pelas obras, encomendadas ou adquiridas, juntamente com as cartas. As obras de Portinari eram muito requisitadas no Brasil e no exterior. Preponderam os retratos entre as encomendas feitas ao pintor. Retratos de amigos ou de familiares de amigos. Mário de Andrade comentou em carta sobre seu retrato executado pelo amigo pintor: “Mas o diabo é que a gente vai ficando viciado com os quadros de você e acaba não gostando de quadro nenhum. Dos seus quadros trouxe pro Rio o meu retrato porque mamãe, que gosta dele, pediu pra ficar com ela, pra ela poder olhar o filho”.⁶

Portinari não costumava fazer confissões íntimas nas cartas, só para seus amigos bem próximos, como Mário de Andrade. Mesmo assim, não demonstrava muito suas emoções. Seus assuntos pessoais incluíam doenças, jantares, viagens, reuniões e principalmente Brodósqui e a família: “Caro Mário, chegamos ontem aqui em Brodósqui. Estivemos reunidos em São Paulo porque o João Candido não

6 Andrade, Mário. [Carta] 1939 abr.1, Rio de Janeiro, RJ [para] Candido Portinari, Brodósqui, SP. 2f., pp.1-2.

passou bem e tivemos que esperar que melhorasse”.⁷

Com os intelectuais e artistas, tratava de assuntos da época, falando sobre a organização dos salões de exposição artística, sobre os grupos modernos, sobre conceitos e estética de pintura, entre outros. Para Mário de Andrade, Portinari descrevia e mandava fotos dos seus quadros, constantemente pedindo conselhos do literato: “Fiquei todo esse tempo sem escrever porque comecei uma colheita de café com 50 figuras – 2 metros e tal. Em tamanho é o maior que já fiz. (...). Vou ser convidado para expor em uma Exposição no E.Unidos – Carnegie Institute”.⁸

Mário de Andrade, por sua vez, auxiliava o pintor na venda das obras, fazendo propaganda dele para seu círculo de amigos e encomendando diversos serviços para o Departamento de Cultura que presidia na Prefeitura de São Paulo:

Preciso sua colaboração pro Congresso da Língua Nacional Cantada!!!
Em que um pintor pode cantar no Congresso? (...) Ora os programas
devem ter capa, uma capa única, que quero firmada pelo maior pintor
e maior desenhista do Brasil: você.⁹

Em relação aos trabalhos realizados para a burocracia estatal, destacam-se os encomendados pelo amigo e ministro Gustavo Capanema, em especial, os afrescos do Ministério da Educação e Saúde. Em carta ao intelectual e político Ribeiro Couto, Portinari até então afirma ser o maior trabalho de sua vida: “Comecei há um ano e meio o maior trabalho de minha vida. Não sei se você sabe que estou pintando o novo Ministério da Educação”.¹⁰

A pintura dos murais em afresco era pioneira no Brasil e por isso o artista se entregou a uma série de pesquisas de material e de técnicas de desenho. Em um verão em Brodósqui, Portinari escreveu ao poeta e auxiliar de gabinete do ministro Capanema, Carlos Drummond de Andrade: “Estou fazendo afresco de verdade. Já sujei as paredes da casa. Desde que cheguei não perdi um dia”.¹¹

7 Portinari, Candido. [Carta] 1939 mar. 24, Brodósqui, SP [para] Mário de Andrade, São Paulo, SP. 2f., p.1.

8 Portinari, Candido. [Carta] 1935 abr. 10, Rio de Janeiro, RJ [para] Mário de Andrade, São Paulo, SP. 3f., p.1.

9 Andrade, Mário. [Carta] 1937 abr. 30, São Paulo, SP [para] Candido Portinari, Rio de Janeiro, RJ. 2f., p.1.

10 Portinari, Candido. [Carta] 1938 mai.13, Rio de Janeiro, RJ [para] Ribeiro Couto, [s.l.] 2f.p.1.

11 Portinari, Candido. [Carta] 1937 fev. 9, Brodósqui, SP [para] Carlos Drummond de Andrade, Rio de Janeiro, RJ. 1f.

O trabalho no Ministério estreitou a amizade entre Portinari e Capanema. O tom das missivas trocadas entre os dois era bastante íntimo, apesar de se tratarem quase sempre de assuntos profissionais. Em 1939, Portinari escreveu a Capanema sugerindo a criação da cadeira de Pintura Mural na Escola Nacional de Belas Artes, pedindo que esta disciplina fosse ministrada por ele próprio:

Por tudo isso – e também pela convicção em que estou de estar realizando obra patriótica – é que tomei a iniciativa de propor, à sua inteligência, a criação, na Escola Nacional de Belas Artes, de um atelier onde sejam ministrados conhecimentos de pintura mural. (...) Daí a proposta – que tomo a liberdade de reiterar ao ilustre Ministro – para o aproveitamento, naquela instituição, do meu curso de pintura mural. (...) As razões que venho de expor e a simpatia que o ilustre Ministro sempre me dispensou, levam-me a crer no aproveitamento, segundo a fórmula proposta, dos meus conhecimentos técnicos. Do amigo e admirador Portinari.¹²

Capanema respondeu ao pintor: “Meu caro Portinari, levei ontem a noite ao Presidente o decreto-lei de criação da cadeira de pintura mural e a proposta de sua nomeação para este lugar. Esperamos um pouco mais, e este caso estará resolvido”.¹³

Dos assuntos tratados nas missivas expedidas pelo pintor, 16 eram pessoais; 107 pessoais e profissionais; 10 pessoais, políticos e profissionais; 4 pedidos de caráter profissional; 19 profissionais e 7 que não se enquadram em nenhuma das categorias, sendo classificados como ‘outros’.

207

Classificação dos assuntos da correspondência expedida por Portinari		
Classificação	Número Absoluto	%
Pessoais	16	9,83
Pessoais/Pedidos		

12 Portinari, Candido. [Carta] 1939 mai. 27, Rio de Janeiro, RJ [para] Gustavo Capanema, Rio de Janeiro, RJ. 2f., pp.1-2.

13 Capanema, Gustavo; Ministério da Educação e Saúde. [Carta] 1939 set. 27, Rio de Janeiro, RJ [para] Candido Portinari, Rio de Janeiro, RJ. 2f., p.1.

Pessoais/Políticos		
Pessoais/Profissionais	107	65,64
Pessoais/Políticos/Profissionais	10	6,13
Pedidos/Profissionais	4	2,45
Políticos		
Profissionais	19	11,66
Outros	7	4,29
Total	163	100

Modelo de Tabela retirado do livro: *Capanema: o ministro e seu ministério*. GOMES, Ângela de Castro (org.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

Quanto aos assuntos da correspondência recebida por Portinari, foram contabilizados 104 pessoais; 20 pedidos pessoais; 8 pessoais e políticos; 494 pessoais e profissionais; 34 pessoais, políticos e profissionais; 28 pedidos profissionais; 318 profissionais e 48 que tratam de outros assuntos não especificados.

208

Tabela 6		
Classificação dos assuntos da correspondência recebida por Portinari		
Classificação	Número Absoluto	%
Pessoais	104	9,87
Pessoais/Pedidos	20	1,90
Pessoais/Políticos	8	0,76
Pessoais/Profissionais	494	46,87
Pessoais/Políticos/Profissionais	34	3,22
Pedidos/Profissionais	28	2,66
Políticos		
Profissionais	318	30,17
Outros	48	4,55
Total	1054	100

Modelo de Tabela retirado do livro: *Capanema: o ministro e seu ministério*. GOMES, Ângela de Castro (org.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

Após esta sumária contextualização, pode-se perceber como a análise das

missivas nos revela como Portinari interagiu no ambiente aqui estudado. As cartas nos revelam como o pintor era bem relacionado, assim como um pouco de sua personalidade, seus anseios e preocupações, e, em especial, como lidava com questões do seu cotidiano.

Referências bibliográficas:

ARÊDES, Ana Carolina. *A valorização do elemento nacional na pintura de Portinari e a relação do pintor e de sua obra com o Movimento Modernista Brasileiro e com o Estado Vargasista*, Monografia sob a orientação do Prof. Dr. Fábio Faria Mendes. Bacharelado em História, Universidade Federal de Viçosa, 2007.

FABRIS, Annateresa. *Portinari, pintor social*. São Paulo: Perspectiva: Editora da USP, 1990.

FOUCAULT, Michel. *L'écriture de soi*. Corps Écrit, nº 5, pp.3-23, fév. 1983. (A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Veja, 1992, pp.129-160).

GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

209

_____. *Capanema: o ministro e seu ministério*. GOMES, Ângela de Castro (org.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

IONTA, Marilda. *As cores da amizade: cartas de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

PROJETO PORTINARI. <http://www.portinari.org.br/>

A cidade-estado na Grécia clássica: relação entre cidade e território

Enviado em:
07/04/2013

Aprovado em:
01/05/2013

Renan Falchetti Peixoto

Graduando em História pela Unesp – Franca
renanfp_1990@hotmail.com

Resumo

A relação entre cidade e campo no espaço físico de uma *polis* levanta questões referentes a esta relação, bem como às implicações da aplicação de uma terminologia moderna de designação. Partindo de problemas cronológicos e físicos que envolve a questão da constituição da *polis*, discutiremos com os levantamentos demográficos do filologista clássico Mogens Hansen o que o termo *polis* tinha como referente para os gregos antigos e as dificuldades e ambiguidades que o uso de um modelo conceitual moderno de cidade-estado levanta.

210

Palavras-Chave

Polis, Chora, Cidade-estado

Abstract

The relationship between town and country in the space of a *polis* raises questions regarding this relationship as well as the implications of applying a modern terminology designation. Starting from chronological and physical problems involving the question of the constitution of the *polis*, we discuss with the demographic surveys of classical philologist Mogens Hansen what the term *polis* had as referring to the ancient Greeks and the difficulties and ambiguities that the use of a modern conceptual model of the city-state raises.

Keywords

Polis, Chora, City-state

Polis, do grego πολις, é a palavra raiz da qual derivam palavras como “política”. Sua etimologia de origem indo-europeia remonta ao significado original de um lugar fortificado e não ao de cidade (e seu território derredor). Com esse sentido, o termo é sinônimo ao de *akropolis* (acrópole), de um assentamento

fortificado em uma elevação.

No Período Arcaico e Clássico, seu sentido tem outra denotação. Podemos definir, como um denominador comum, a *polis* arcaica e clássica nesses termos:

[...] um pequeno governo institucionalizado e autônomo da sociedade, uma comunidade política de cidadãos adultos do sexo masculino (*politai* ou *astoi*) que, junto de suas famílias, viveram em uma – usualmente – cidade fortificada (também chamada *polis* ou, às vezes, *asty*) ou em seu território interior (*chora* ou *ge*), juntamente com duas categorias de habitantes, não-cidadãos livres (*xenoi* ou, frequentemente, *metokoi*) e escravos (*douloi*). (HANSEN, 2006: 40-41) ¹

De fato, *polis* era uma formação exclusiva de cidadãos em que a minoria (homens adultos livres) se constituía em comunidade política, comunidade está não preferencialmente definida de acordo com uma estrutura de governo prescritiva. Um sistema oligárquico, tirânico ou democrático são todos conciliáveis com a ideia de *polis*.

Embora de detenção exclusiva dos cidadãos, sua autoridade se estendeu em todo seu território e sobre todas as pessoas deste território, cidadãos e não-cidadãos: “O poder da *polis* era total: era a fonte de todos os direitos e obrigações, e a sua autoridade abrangia todas as esferas do comportamento humano, sem exceção.” (FINLEY, 2002: 50).

211

A *polis* exerceu tremendo impacto no pensamento ocidental político dos modernos pensadores dos últimos séculos. Seu advento é o produto mais original desse panorama de alterações materiais que a Grécia passa, originalidade sentida principalmente pela nova maneira da vida social e política que os gregos estabeleceram, em cuja forma no transcorrer de seu desenvolvimento “A vida política grega pretende ser o objeto de um debate público, em plena luz do sol, na Ágora, da parte de cidadãos definidos como iguais e de quem o Estado é a questão comum; [...]” (VERNANT, 2002: 11).

A cronologia da *polis* é um tema conflituoso. Rastrear o estudo de quando surgiu é uma questão de prioridade, de qual período deve ser focado porque apresenta o exemplo mais antigo de *polis* conhecido. As perguntas devem ser direcionadas à Idade Micênica, ao Período Geométrico ou à Grécia Arcaica?

Período Geométrico é a classificação dada ao antecedente do Período Arcaico, abrangendo os anos entre o século X e o VIII a.C. Sua característica essencial é o arranjo rígido da disposição elementares tanto de suas fórmulas visuais, quanto

1 Todas as obras estrangeiras foram traduzidas em português pelo autor.

das orais atribuídas ao período. A ordem social como manutenção prioritária é espelhada tanto na poesia métrica em verso hexâmetro quanto na sensibilidade da disposição lógica do oleiro em sua decoração do vaso cerâmico geométrico. “A fórmula, oral ou geométrica, é tanto a ferramenta e material de construção, e isso fornece para o épico monumental e o vaso monumental as qualidades da estabilidade e unidade.” (HURWIT, 1985: 96).

O valor desses enquadramentos mentais que se expressam na arte grega do período torna-se significativo quando avaliado o declínio socioeconômico dos séculos que se sucederam ao colapso da Idade Micênica. Este colapso é um decurso gradual e prolongado que abarca o século XII e início do XI a.C.

Depois da ruína do mundo micênico a Grécia entra em uma fase muito mais austera. Se sobre ela paira a alcunha de Idade Obscura, isso se deve não apenas à escassez material do período, mas também ao próprio embaraço dos estudiosos classicistas em lidar com um período sem escrita. Acostumados com os esplendores literários, artísticos, bem como institucionais da Época Clássica, relega-se seus precursores como nebulosos tempos onde a luz não espreita.

No registro arqueológico da Idade Obscura, austeridade é o melhor termo para aludir à condição desses séculos, de como o declínio civilizacional se imprimiu nas evidências arqueológicas e na acentuada depopulação que estes registros excursam:

[...] não temos nenhum cemitério que ateste para uma comunidade população muito maior que 50 pessoas de uma só época, e nenhum sítio ocupado cuja área, com exceção dos improváveis densamente povoados, sugere um cálculo maior que dez vezes esse número. (SNODGRASS, 2006: 133).

Contudo, no início do Período Arcaico, particularmente o século VIII a.C., A Grécia passa por mudanças significativas que comporão transformações em todas as esferas da vida do grego antigo, diferentes planos de um panorama ligado não somente à reestruturação da situação interna, mas também à ampliação dos horizontes externos, como demonstra a renovação dos contatos culturais com o Oriente registrada no aumento substancial de peças orientais importadas durante o século VIII a.C.

Na realidade, o comércio com o Oriente nunca cessou completamente. No século X e IX a.C., algumas peças individuais de origem oriental e o crescimento considerável do suplemento de ouro e marfim podem ser aludidos. Esse é o tempo de uma erupção inicial de prosperidade desde a queda do mundo micênico que

pode ser identificada na riqueza de Lefkandi, na Eubeia². Aí, no começo do século IX a.C., por exemplo, contatos com o lado leste do Mediterrâneo podem ser observados na soma de objetos luxuosos encontrados em suas sepulturas datadas para esse período: anéis, brincos e diademas de ouro, colares de pérolas etc.

Mas esses precoces sinais de recuperação não se comparam ao que aconteceu a partir do século VIII a.C., na profusão de objetos orientais encontrados no depósito de santuários e na transformação do estilo representacional grego na readaptação de motivos orientais. Este contato com a Ásia parece ter consolidado a unidade helênica, que como se com o efeito do reatamento intensivo dessa comunicação cultural com o mundo não grego, bárbaro, os gregos tivessem tomado consciência mais precisa de si mesmos, após séculos de fragmentação em pequenas unidades organizacionais da outrora *koine*³ micênica.

Se esta efervescência cultural realizou-se, certamente tem débito considerável ao que ocorreu na fase conhecida como o Alto Arcaísmo, especialmente o século VIII a.C., nas transformações materiais internas implicadas nas alterações políticas, econômicas e demográficas que o arqueólogo inglês Anthony M. Snodgrass chama de “revolução estrutural”:

Esta ‘revolução estrutural’ teve lugar não apenas entre o Período Arcaico, mas em seu início. Ela estabeleceu a base econômica da sociedade grega, bem como os traços principais de seu quadro social; delineou o mapa político do mundo grego em uma forma que durou quatro séculos; preparou, com a mesma duradoura permanência, as formas do estado que determinaram a história política grega; munuiu os interesses e objetivos, não meramente para os gregos, mas também para a arte ocidental como um todo, que foi perseguida nos próximos dois mil e quinhentos anos, e talvez também a base espiritual da religião grega. (SNODGRASS, 1980: 13).

213

Uma das mais significativas alterações desse decurso foi, sem dúvida, a instalação do sistema de *polis*, o forjamento de identidade comunitária que reconfigura daí por diante as formas de organização social dos gregos. O cerne do argumento de Snodgrass para este surgimento reside na reestruturação interna que o autor propõe em seu livro *Archaic Greece: the age of experiment* (1980), que ensejou uma nova forma de associação política mais complexa entre os gregos, bem

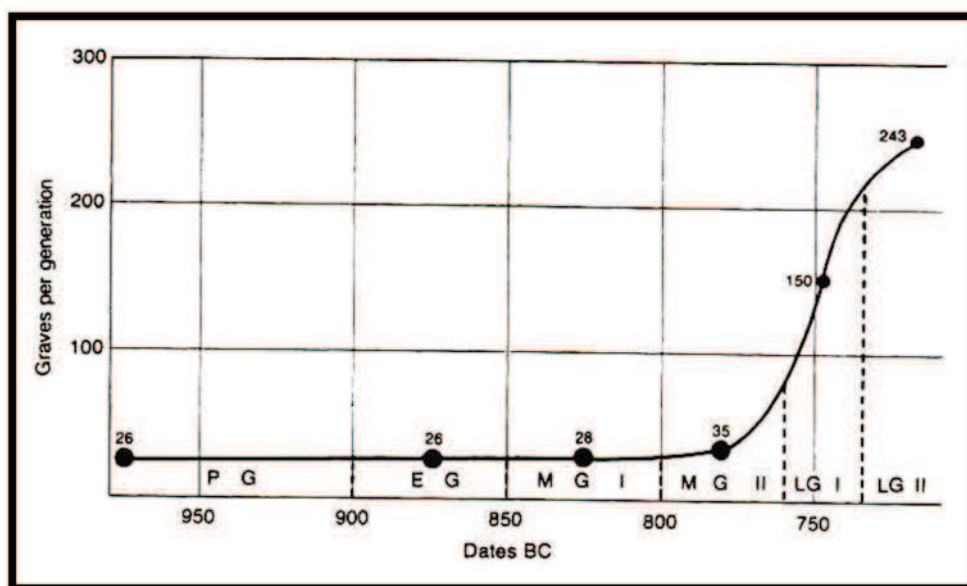
2 Os euboeanos foram os precursores no controle de canais marítimos de comunicação além-Egeu. A aristocracia dessa região parece ter dado o fomento da demanda por riquezas e luxo que determinaram o ímpeto da região na exploração marítima.

3 Uma identidade estilística e cultural comum.

como uma nova dimensão econômica centrada na agricultura. Estas modificações no plano político e econômico estão intimamente vinculadas ao ritmo meteórico de crescimento populacional em meados do século VIII a.C., fato que só poderia ser engendrado pela redução populacional substancial da queda do mundo micênico e a recuperação paulatina de séculos da Idade Obscura, onde a estabilidade e relativo isolacionismo externo da Grécia contribuem sobremodo.

O autor apresentou os seguintes dados nos gráficos aqui retomados para elaborar seu argumento. Entre os anos de 780 a 720 a.C., duas regiões, Ática e Argos, tiveram sua população multiplicada pelo fator de sete. O gráfico abaixo cobre um período de 250 anos de Atenas e seu interior dentro da Ática. Seu eixo vertical é o das sepulturas encontradas e classificadas por geração:

Gráfico 1 – Crescimento populacional estimado para Atenas e Ática conjuntamente nos anos de 950 a 700 a.C.



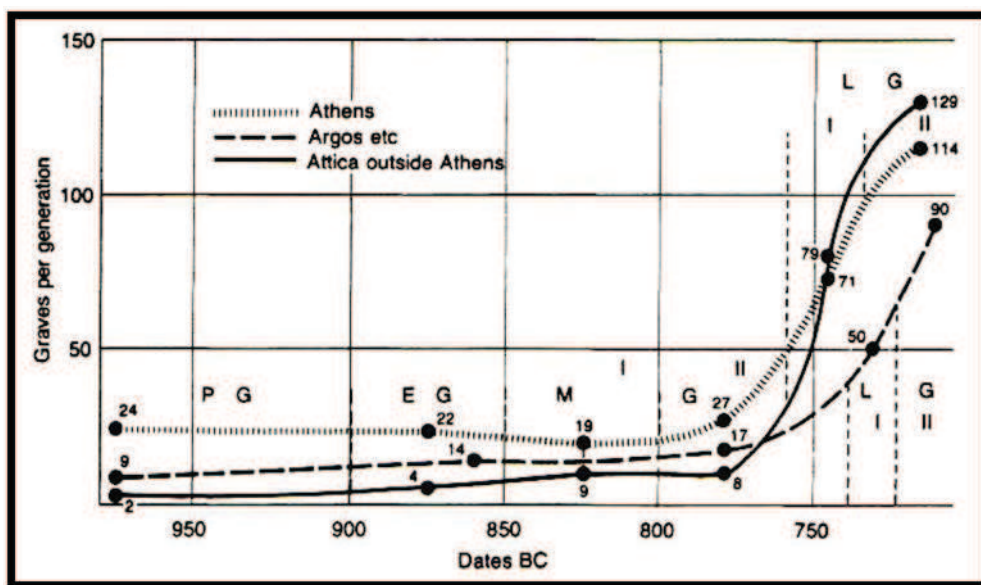
Fonte: Snodgras (1980: 22).

Os pontos dos gráficos são marcados no meio de cada fase cerâmica, cronologicamente situada de acordo com o esquema de Coldstream em seu livro *Greek Geometric Pottery*⁴: Protogeométrico (PG): 1050 a 900; Geométrico Antigo (EG): 900 a 850; Geométrico Médio I e II (MGI e MGII): 850 a 760 e Geométrico Tardio I e II (LGI e LG II): 760 a 700.

4 Cronologia também disposta no livro *Geometric Greece* (COLDSTREAM, 2003: 435).

O segundo gráfico apresenta cálculos referentes às sepulturas em três diferentes linhas: a linha contínua representa as sepulturas centradas na cidade de Atenas; a linha tracejada apresenta as sepulturas da Argólida (Argos e pequenas vilas dentro ou próximas da planície argiva⁵); e a linha descontinua as sepulturas do interior da Ática, com exceção da cidade de Atenas:

Gráfico 2 – Crescimento populacional para Atenas, Argólida e o território da Ática nos anos de 950 a 700 a.C.



Fonte: Snodgrass (1980: 23).

O crescimento da população no interior de Atenas sugere um rápido crescimento populacional que passou a emigrar de seu interior, expandindo a ocupação da cidade para o campo. Pensar assim é razoável se levarmos em conta que imigrações para a região são improváveis e possibilidades como o aumento de mortalidade por alguma epidemia ou praga (o que uma grande mortalidade infantil sugeriria) não se sustenta com base nessas evidências.

A constituição da *polis* está intrinsecamente relacionada às demandas do aumento populacional do século VIII a.C. Com essa taxa de crescimento, na Ática, por exemplo, cinco aldeias vizinhas com apenas 200 habitantes cada são aglutinadas em apenas uma geração no espaço de uma cidade com mais de 4000 habitantes. Nenhuma estrutura de organização anterior poderia suportar a si mesmo

5 Asine, Lerna, Micenas, Náuplia e Tirinto (SNODGRASS, 1980: 24).

sem qualquer mudança decisiva em sua própria estrutura (SNODGRASS, 2006: 207):

Uma organização frouxa sob uma família dominante, com decisões *ad hoc* tomadas por um governante local e apenas assembleias ocasionais de algum grupo maior, torna-se impraticável quando a comunidade mais que dobrou seu número entre uma única geração. (SNODGRASS, 1980: 23).

Tratando-se de testemunhos físicos, a *polis* pode ser inicialmente detectada em dois sintomas: a construção de templos monumentais e a colonização da parte meridional da Itália. Ambos indicam uma unidade comunal para a realização de sua empreitada que só esta forma de associação política ensaia.

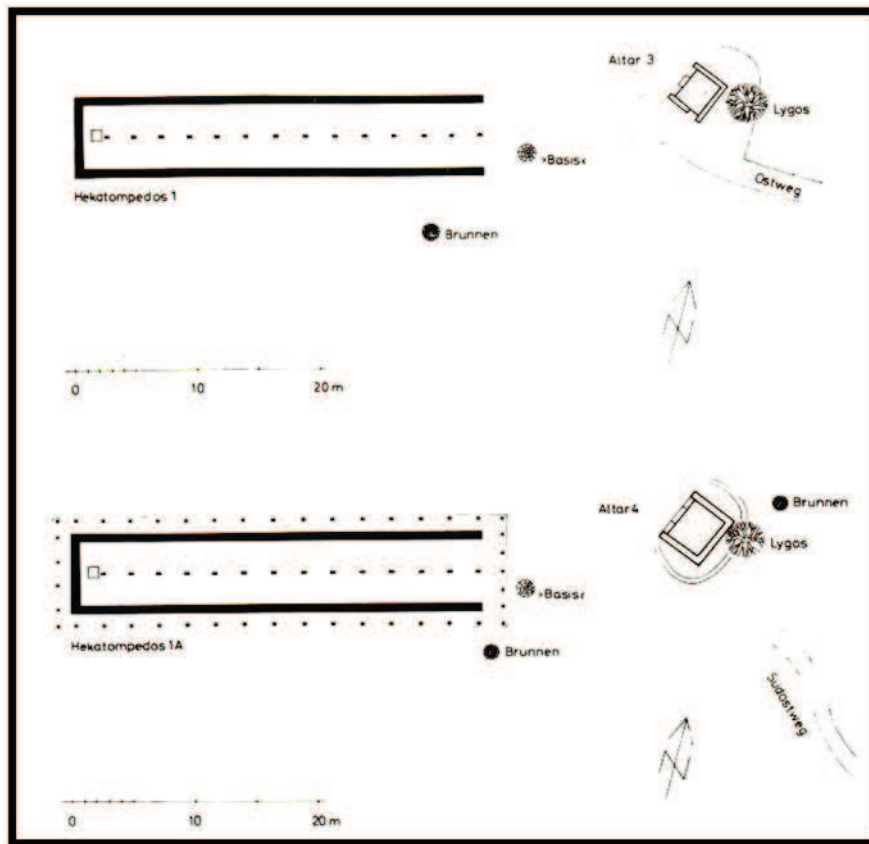
O santuário de Samos dedicado a Hera é o nosso primeiro exemplo de uma clara distinção realizada com projeto de arquitetura monumental para uma divindade patrona local. Escavações arqueológicas desvendaram dois diferentes planos da construção dessa primeira dedicação monumental de um lar para a divindade patrona, realizada no século VIII a.C. O primeiro plano foi, provavelmente, construído na primeira metade do século VIII a.C e apresenta uma estrutura simples retangular, que não admite curvas em suas linhas. Este *hekatompedon*⁶ atinge o comprimento de 32.82 m e largura de 6.5 m e dispõe de uma série de colunas na parte central do interior da arquitetura que conduzem até uma estátua da deidade feita de madeira centralizada do lado inverso da entrada em uma base de pedra.

Na segunda metade do mesmo século, a esta simples estrutura retangular foi acrescentado um pórtico, isto é, um corredor de 40 colunas cobertas circundantes, formando um retângulo maior abrangendo o já existente. Este é um projeto arquitetônico póstumo à concepção inicial do templo e seu propósito não atende nenhuma necessidade funcional:

Como o sem precedentes tamanho do templo, a colonata foi concebida, acima de tudo, para impressionar. Isto elaborou, dignificou, e identificou o lar da deusa, e daí por diante o peristilo podia clara e imediatamente distinguir arquitetura divina da humana (embora nem todos os templos gregos podiam ser perípteros, virtualmente todas os edifícios perípteros eram templos). (HURWIT, 1985: 76).

Figura 2 – Planos das duas fases do primeiro templo de Hera (*Hekatompedon* I) em Samos, século VIII a.C.

6 Um templo com medida de 100 pés-antigos de comprimento.



Fonte: Hurwit (1985, p. 76).

Essa devoção religiosa concretizada nos templos está relacionada a uma distinção fundamental entre espaços que os gregos arcaicos realizaram. A construção de santuários representa a separação de um espaço religioso do espaço profano da sociedade, a elaboração de uma localidade sacralizada como realização de uma área claramente determinada, arranjada e organizada para a prossecução religiosa. A esse respeito, a Idade Obscura é característica por realizar seus procedimentos rituais sem determinação dos espaços (POLIGNAC, 1995: 15-16)

Este senso de escala grandiosa extrapola os próprios confins de glorificação divina. O que vemos é uma preocupação diferente, porque para uma construção que exige tamanho esforço humano e de recursos materiais, uma vontade maior que a simples dedicação piedosa deve se impor. Virada tão decisiva se torna possível quando observamos que uma concretização deste tipo é o reflexo de sentimentos comunitários que a fermentação da *polis* desencadeia. O templo, este monumento que quebra os paradigmas da arquitetura religiosa do passado é feito para expressar fisicamente o orgulho que a comunidade política tem de sua própria unidade.

A organização política está intrinsicamente relacionada a esse aspecto religioso do forjamento de uma identidade comunitária da *polis*, seja na difusão dos espaços de cultos das divindades patronas da cidade, seja na construção de templos monumentais e santuários dentro e fora do perímetro urbano, pois “Cada uma delas desenvolve suas estratégias do invisível, edifica para si arquiteturas de divindades, organiza complexos panteões locais, tão autônomos quanto cada cidade em seu desejo de autarquia e de completude.” (DETIENNE; SISSA, 1990: 202).

Para a coesão desse laço político comunitário fruto de reorganização social, foi indispensável a elaboração de uma cidadania religiosa calcada na coerência dos espaços sacramentais. O culto heroico ou o culto de uma divindade patrona, um santuário central na cidade bem como em seu terreno interior, vai entrelaçando nos negócios públicos homens e deuses. Nas palavras de Marcel Detienne e Giulia Sissa (1990: 237):

[...] para fazer parte de uma comunidade política onde nasceu, o candidato à cidadania deve necessariamente participar dos sacrifícios públicos, ter acesso aos altares, aos santuários, aos deuses da cidade, e em seguida as assembleias e as magistraturas.

218

Uma cidadania orientada religiosamente é, assim, dimensão inerente da *polis*:

[...] a elaboração de uma cidadania religiosa foi uma condição *sine qua non* para a formação da cidade, ou melhor, para o próprio processo de redefinição da coesão social da qual a polis resultou [...]. (POLIGNAC, 1995:74, tradução nossa).

A fundação de um território determinado sob a proteção de uma entidade divina é característica fundamental da colonização grega do Ocidente impulsionada pela competição de terras, entre os séculos VIII e VII a.C. As terras da Itália meridional são o laboratório para a instalação do traço político helênico em gestação na Idade Arcaica.

Qual seja o tamanho dessas colônias, todas envolvem uma disposição ordenada do espaço religioso, bem como aquele que é feito na Grécia. O intuito da consecução é o da coesão de uma nova sociedade composta por colonos de procedência variegada, membros heterogêneos de um novo espaço projetado para também se colocar como estabilizador das relações com os vizinhos de outras colônias próximas e com os povos autóctones (POLIGNANC, 1995: 102). Estes são aspectos essenciais para o bom sucedimento da empreitada.

No entanto, o que os gregos efetivamente pensaram o que uma *polis* fosse?

Mogens Herman Hansen, filologista clássico aposentado da Universidade de Copenhague, oferece em seu livro *Polis: an introduction to the ancient Greek term city-state* (2006) um balanço importante sobre características físicas e demográficas de uma cidade-estado na segunda metade do século IV a.C., interessante para discutirmos sobre o termo cidade-estado e a questão da relação entre o campo e o núcleo urbano em uma polis.

Hansen entende a *polis* como um desenvolvimento demográfico e econômico nos anos do Período Geométrico (entre 900-700 a.C.) que possibilitaram a urbanização, processo diretamente relacionado à formação estatal⁷. Abaixo descreveremos como o autor embasa essa sua prioridade sobre a formação da cidade na constituição da *polis*.

Com um método aproximativo, o que o autor chama de “método da espingarda” (no sentido de que nossa documentação não oferece ao estudioso clássico um palpite certo quanto à trajetória e o destino dos projéteis de um rifle), Hansen extrai a parcela de área usada para habitação para calcular a média do número de habitantes em uma determinada área. Para tanto, ele analisa no espaço cercado por muros de uma cidade o espaço habitado e contabiliza essa área. Somando o número de casas e estabelecendo o número médio de habitantes por casa, o autor extrai o número médio de pessoas por hectare (ha) (HANSEN, 2006).

219

Desta forma, o autor consegue um número médio de 150 a 200 pessoas por hectare em espaço habitado, uma aproximação para que se estabeleça um mínimo principalmente para regiões onde não há indícios precisos. Ao mesmo tempo, ele admite ajustar o cálculo médio quando há informações de circunstâncias específicas que alteram esse parâmetro.

O *Copenhagen Polis Centre*⁸ contabiliza mais de 1000 *poleis* para todo o mundo grego na segunda metade do século IV a.C. São polis espalhadas por todo Mediterrâneo e para além dele: França, Sicília, Itália, Grécia ocidental, Peloponeso, Grécia central, Tessália, ilhas do Egeu, Macedônia, Trácia, Ásia Menor setentrional.

7 A definição de estado para Hansen é a centralidade do poder da cidade sobre o território que o envolve. Este controle do centro urbano consiste no poder exercido sobre: “[...] um dado território, uma dada população e um governo central institucionalizado com o único direito de estabelecer e preservar uma ordem legal dentro do território sob a população [...]” (HANSEN, 2006: 147).

8 Situado na Universidade de Copenhague, o *Copenhagen Polis Centre* [Centro de *Polis* de Copenhague] foi fundado pela Fundação de Pesquisa Nacional da Dinamarca [*Danish Research Foundation*] em 1993, visando um inventário de cada assentamento do Período Arcaico ou Clássico explicitamente chamado de *polis* em fontes contemporâneas dos respectivos períodos.

O autor configura esses anos da segunda metade do século IV a.C. como um mundo politicamente organizado sob o regime de *polis*, a cultura da cidade-estado. Usando o método aproximativo descrito acima, Hansen estabelece para este período uma população total de 7 milhões de gregos vivendo sob o signo desse tipo de organização. A tabela abaixo mostra o cálculo do autor exposto no livro:

Tabela 1 – Distribuição populacional de pessoas nos centros urbanos (segunda coluna) e no território (terceira coluna) de acordo com categorias de *polis* (primeira coluna):

Categoria	Centro urbano	Território	TOTAL
1	90.000	45.000	135.000
1 ou 2	267.750	133.875	401.625
2	627.750	313.875	941.625
3	588.000	294.000	882.000
4	849.750	849.750	1.699.500
5	910.000	1.820.000	2.730.000
TOTAL	3.333.250	3.533.875	6.789.750

Fonte: Adaptado de Hansen (2006: 81).

Essas 5 categorias divididas no canto esquerdo da tabela acima correspondem à anterior classificação no livro dessas mais de 1000 *poleis* segundo suas respectivas áreas totais. A categoria 1 compreende aquelas com, no máximo, 25 km². A categoria 2, entre 25 e 100 km². A categoria 3, entre 100 e 200 km². A categoria 4, entre 200 e 500 km². Por fim, a categoria 5 aquelas com mais de 500 km².

A seguinte tabela apresenta a distribuição dessas mais de 1000 *poleis* da segunda metade do século IV a.C. listadas pelo *Copenhagen Polis Centre* de acordo com suas áreas, enquadradas nas cinco categorias já referidas:

Tabela 2 – Número de polis por categoria:

Categoria	<i>Poleis</i> atestadas
1	93 = 15%
1 ou 2	109 = 17%
2	198 = 31%
3	100 = 16%
4	69 = 11%
5	67 = 10%
TOTAL	636 = 100%

Fonte: Adaptado de Hansen (2006: 78).

Uma importante inferência de Hansen a partir dos dados apresentados é referente à distribuição de pessoas entre as categorias listas de *polis*, dentro das duas esferas da poliáde – cidade e seu território.

Dentre todas essas *poleis*, 80% são de pequeno e médio tamanho (com áreas de até 200 km²: categoria 1, 2 e 3 juntas) e representam uma parcela de 35% da população total aproximada de 7 milhões de gregos: 2.360.250 milhões. Boa parte desta população, dois terços, está situada nos centros urbanos. Inversamente, as *poleis* da categoria 5, com território maior que 500 km², reúnem apenas 10% do computo do Inventário (100 *poleis*) mas detém 2.730.000 da população estimada e, portanto, 40% do total. Esta parcela não apresenta a mesma fração de distribuição urbana como na primeira parcela apresentada. Na verdade, a população urbana representa apenas um terço, enquanto a população rural, nos territórios circundantes às cidades, soma dois terços (HANSEN, 2006).

Os dados acima apresentados oferecem um panorama geral, colocando a relação populacional entre campo e cidade numericamente. A questão entre população urbana e rural é nevrálgica para discutirmos sobre o termo cidade-estado.

Cidade-estado é um termo do século XIX cunhado no estudo da *civitas* da república romana e logo transferido para análise de outras culturas, incluindo a *polis* grega. Em seu significado, concepções de autonomia e independência são essenciais. Por essa razão, esta assimilação é causa de muitas distorções quando se procura emparelhar essa expressão com a palavra grega *polis*, já que corresponde

muitos mais aos anseios de enquadramento do pensamento dos historiadores modernos ambiciosos com a conceituação de uma cultura generalizante de cidade-estado do que uma preocupação efetiva de entender o que uma *polis* realmente era para o pensamento dos gregos antigos (HANSEN, 1997).

Para Hansen, em seu estudo da caracterização política, econômica, espacial e demográfica da polis da Era Clássica, uma das peculiaridades da cultura de cidade-estado grega é a ausência de um sistema igualitário de *poleis* independentes. Independência ou autonomia não é um pré-requisito para a condição de polis, não mais que certa propriedade de autogoverno e administração política interna. O que há, na verdade, é uma rede hierárquica de polis sob a influência de outras polis.

Para iniciar essa discussão, usemos primeiramente um questionamento interessante do historiador Moses I. Finley a respeito do termo cidade-estado para contrapormos às conclusões de Hansen retiradas do repertório que o Inventário reuniu. Para aquele, o termo “cidade-estado” é duplamente enganoso porque ignora a vasta população rural e alude a uma hierarquia constante de comando da cidade sobre o campo, o que nem sempre foi assim (FINLEY, 2002).

222

A partir da observação de Finley sobre a zona rural, agora aqui voltaremos nossos olhares para o território ao invés dos centros urbanos. Gira aí um conflito da distribuição da população entre a cidade e o campo que o termo cidade-estado e o processo de urbanização tangem. Muitos historiadores assumem que a população no território interior superou largamente aquela da cidade: a população na Grécia antiga está mais para pequenas vilas dispersas no interior do que propriamente para os centros urbanos.

É uma tendência dos estudos atuais não fender em uma separação dicotômica cidade e campo, afinal, mesmo linguisticamente o termo para polis incorporou tanto o significado de um centro urbano quanto o de controle estatal exercido pelo centro urbano. Partindo desse reconhecimento, a análise de uma cidade deve ser feita não separadamente de seu território rural. Nas palavras de Rich e Wallace-Hadrill (1991: xiii-xiv apud ALDROVANDI, 2009: 28).

O corolário de um centro urbano poderoso não é um território vazio, mas aquele com uma rede densa de assentamentos intercomunicados para os quais ele fornece um foco em comum. Centros urbanos poderosos geram uma penumbra de vilas e assentamentos que se tornam mais densos quanto mais próximos da cidade. [...] No entanto, quer a penumbra de assentamentos ao redor da cidade tenha crescido ou diminuído, ela indica que a cidade deve ser observada no contexto dessa penumbra.

Os autores clássicos não tinham a preocupação que seus contemporâneos tomassem o termo *polis* apenas em sentido estrito de cidade. Aristóteles, por exemplo, escreve *polis* centenas de vezes em *A política* para sempre se referir a um assunto que não era a cidade apenas, mas a cidade-estado: o centro urbano compreendido com a soma de seu território. Viver em aldeias sem um centro urbano real foi tido no Período Clássico como uma forma superada de estabelecimento pertencente a uma etapa pré-*polis* (HANSEN, 2006). Em uma perspectiva geral, “Uma cidade sem território era um fenômeno raro, restringindo-se, em grande parte, a comunidades costeiras de um tipo peculiar.” (FINLEY, 1989: 5).

Nas palavras de Hansen (1997: 17-18):

Um estudo sobre *polis* no sentido de cidade e estado revela que o termo *polis* não é usado para denotar uma cidade, mas apenas uma cidade que é também um centro urbano de uma *polis* no senso de comunidade política. A palavra *polis* tem dois diferentes significados, mas suas referências, sua denotação, parecem invariáveis para ser o que os gregos chamavam uma *polis* no sentido de uma *koinonia politon politeias*, e o que nós hoje chamamos uma cidade-estado⁹.

Portanto, o uso do termo cidade-estado não é um absurdo anacrônico. Hansen até considera o termo uma precisa tradução para *polis*. Isto resulta de sua ênfase para a análise do surgimento da *polis* no processo de urbanização e da formação estatal decorrentes do crescimento econômico e populacional do século VIII a.C.

E uma evidência disso pode ser encontrada nos próprios dados apresentados pelo autor. Nas tabelas acima, podemos extrair que a maioria significativa (80%) é de *poleis* geralmente de pequeno e médio porte (não mais que 200 km²) onde a população urbana era predominantemente maior. Os dados do século IV a.C. fornecem a espinha do argumento da constituição da *polis* arcaica e clássica para Hansen, que é o produto do processo de urbanização do início do Período Arcaico. Ora, se para Finley o equívoco do termo cidade-estado reside na argumentação de que ele fornece um esquema assaz hierárquico entre cidade e campo, Hansen (2006) contorna esse problema ao propor que nessas *polis* de pequeno e médio porte (uma tendência entre os gregos em formar associações políticas pequenas - pequenas

⁹ Nas inscrições e textos literários arcaicos e clássicos em que se verifica o uso da palavra *polis*, o *Polis Centre* obtém uma parcela de 98% da denotação que esta citação explicita. Menos de 2% da parcela restante dos registros tem o sentido de território rural (*ge* ou *chora*), em cuja significação indireta também é o de cidade + território = estado. Em menos de 1%, *polis* denota uma fortificação. Sendo assim, a atestação de *polis* fora do sentido de cidade + estado é extremamente rara nas fontes antigas (HANSEN, 1997).

suficientes, portanto, para serem chamadas de cidades-estados) os moradores do campo e da cidade não estão apartados. Ele assume que muitos agricultores dos campos nessas categorias são moradores da cidade que, dia-a-dia vão ao campo a pé e retornam ao fim da lida para sua moradia dentro da cidade.

A ambiguidade reside no próprio fato de que para quase todas as *polis*, o próprio nome da cidade é igual para o nome do estado, o que torna uma distinção clara entre cidade e campo inválida. Quando se referiam aos “atenienses”, por exemplo, os gregos não aludiam aos moradores exclusivos do complexo urbano de Atenas, mas também aos membros da comunhão política que abrange aqueles localizados no território não urbano de Atenas, a soma de cidade e campo que compõem a *polis* ateniense. Concomitantemente, não podemos extrair nada dessas áreas fora do complexo urbano dos autores clássicos porque eles simplesmente não dizem nada desses territórios rurais porque prestam muito mais suas análises aos núcleos urbanos.

A própria pesquisa religiosa de François de Polignac mostra que a cidade não é o centro religioso exclusivo da comunidade e o templo monumental nela localizado está indexado aos demais santuários que se espalham pelo território. Em *Cults, territory, and the origins of the Greek city-state* (1995), Polignac realiza um levantamento sobre o crescimento simultâneo dos santuários nas bordas do território no Período Arcaico, cujo papel assumem de marcos espaciais da unificação da *polis*.

Estes santuários rurais, além de limítrofes territoriais do espaço de uma *polis*, também estão aliados aos festivais de processões que partem dos centros urbanos, tecendo uma comunidade cívica por meio dos ritos de integração social. Os cultos fora do perímetro urbano operam dois tipos de integração simultâneos, um “ritual de passagem vertical” dos jovens para a comunidade adulta e também uma “integração horizontal” que constituiu a sociedade desses homens que tem em plano comum a prossecução dos cultos da *polis* (POLIGNAC, 1995: 60).

A questão toda é que as suposições a respeito da relação entre cidade e campo são difíceis porque nossa base material a respeito do campo ainda não foi explorada como merece pela Arqueologia Clássica.

Conclusões

Asty e chora, a cidade e o campo, são conceitualmente complementares para

o pensamento dos antigos, tanto em termos psicológicos (não se pensa em cidade sem seu território envolto, concatenados por cultos e tradições comuns), quanto econômicos (a cidade depende da produção do campo): este é um consenso dos autores utilizados. O que aparta os estudiosos classicistas é a natureza econômica destas relações e o balanço demográfico destas duas regiões. Estas questões tocam as dificuldades materiais (arqueológicas) dos levantamentos das áreas rurais e o silêncio das fontes clássicas deste corolário vital dos núcleos urbanos, que a perspectiva de estudos futuros da cidade antiga deslumbram mais pesquisas.

Referências Bibliográficas

ALDROVANDI, Cibele Elisa V. Arqueologia do ambiente construído: uma incursão pelos fundamentos teórico-metodológicos. In: FLORENZANO, Maria Beatriz B.; HIRATA, Elaine Farias V. (Org.). *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo: Ed. USP, 2009.

COLDSTREAM, John N. *Geometric Greece: 900-700 B.C.* 2. ed. New York: Routledge, 2003.

FINLEY, Moses I. A cidade antiga: Fustel de Coulanges a Max Weber e além. In: _____. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. A cidade-estado clássica. In: _____. *Os gregos antigos*. Lisboa: Edições 70, 2002.

HANSEN, Mogens H. The Copenhagen inventory of *poleis* and the *lex Hafniensis de civitate*. In: MITCHELL, Lynette G.; RHODES, P. J. (Ed.). *The development of the polis in archaic Greece*. New York: Routledge, 1997.

_____. *Polis: an introduction to the ancient Greek city-state*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2006.

HURWIT, Jeffrey M. *The art and culture of Early Greece, 1100-480 B.C.* Ithaca: Cornell University Press, 1985.

POLIGNAC, François de. *Cults, territory, and the origins of the Greek city-state*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

SNODGRASS, Anthony M. *Archaic Greece: the age of experiment*. Berkeley:

University of California Press, 1980.

_____. *Archaeology and the emergence of Greece*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

RESENHAS

Historiografia e internet na encruzilhada do mundo digital: *Clio Wired*, de Roy Rosenzweig

Enviado em:

10/01/2013

Aprovado em:

30/07/2013

Pedro Telles da Silveira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

doqa.silveira@gmail.com

ROSENZWEIG, Roy. *Clio Wired: The Future of the Past in the Digital Age*. New York: Columbia University Press, 2011.

228

A *Iliada* e a *Odisseia* são dois extensos poemas – 15693 e 12210 versos, respectivamente, no dialeto homérico utilizado em sua composição – que, ao inaugurarem a cultura helênica e o que depois ficou conhecido como literatura grega assumiram vicariamente, por um processo ao mesmo tempo de transmissão e de apropriação, o posto de textos fundadores da cultura ocidental. Sua origem é incerta, mas se crê que os poemas começaram a circular por volta do século XII a.C., em forma oral, acompanhando a assim chamada Idade Média grega – período onde as monarquias anteriores se fragmentaram e a vida política passou a se concentrar em unidades de menores dimensões, as futuras *polis* – até chegarem ao século IX, quando sua autoria foi atribuída à figura de Homero. É provável que existissem inúmeras variantes dos poemas até que Pisístrato, o tirano de Atenas no século VI, reunisse em sua corte alguns dos letrados da cidade para que fixassem e estabelecessem sua versão canônica. A forma como os lemos hoje, entretanto, é resultado da iniciativa de eruditos alexandrinos do século IV, os quais dividiram os poemas nos vinte e quatro cantos nos quais os conhecemos. A *Iliada* e a *Odisseia*, portanto, são obras capitais para o entendimento do mundo antigo e do próprio Ocidente, foram gestadas ao longo de mil anos de constantes intervenções e intensa circulação – e, atualmente, esses mil anos de experiência histórica do qual resultaram os dois poemas estão disponíveis ao leitor moderno em sites como *Project Gutenberg*, no qual as traduções inglesas de ambos ocupam menos de 1 megabyte e demoram menos de um segundo para chegarem à tela do computador ou do leitor eletrônico comprado por este leitor, muito provavelmente, também

pela internet, em uma rápida e virtualmente invisível transação financeira. Séculos de criação cultural coletiva e o imaginário de todo um povo condensados, assim, ao leitor moderno no conforto de sua casa ou onde quer que ele ande, a compartilhar espaço com os outros 1498 clássicos e não-clássicos da cultura dos últimos três milênios que a memória de, digamos, seu Kindle suporta.

A discrepância entre a quantidade de informação que nos foi legada pela Antiguidade e o tempo que ela demorou a ser produzida e o tempo e quantidade de informação que a contemporaneidade digital produz – os arquivos da *Iliada* e da *Odisseia*, combinados, são menores que um arquivo .mp3 – é um dos aspectos que mais salta aos olhos daqueles que se interessam pelos destinos de milhões de fontes históricas em potencial que a Web simultaneamente preserva e descarta todos os dias. Diante desse registro histórico intensamente mutável e incrivelmente extenso, poder-se-ia pensar que o ofício do historiador, o qual teve como uma de suas prerrogativas justamente preservar os vestígios do passado da ameaça do esquecimento, deveria sofrer alguma modificação ao ser confrontado com a tarefa de administrar documentos históricos não-perecíveis – todavia os historiadores ainda olham para os arquivos digitais como se não fosse um assunto seu (ROSENZWEIG, 2011: 6). Possíveis respostas aos desafios colocados pelo aparecimento das novas mídias e das tecnologias digitais para o ofício do historiador são o assunto do livro *Clio Wired: The Future of the Past in the Digital Age*, do historiador norte-americano Roy Rosenzweig.

229

Rosenzweig nasceu em 1950 e se graduou em História pela Columbia University em 1971. Sete anos depois, concluiu seu doutorado, o qual versava – inspirado pelos estudos de E.P. Thompson – sobre as práticas cotidianas dos trabalhadores industriais norte-americanos entre 1870 e 1920.¹ Em 1981, Rosenzweig entrou para o corpo docente da George Mason University, na qual permaneceria pelo restante de sua vida. Longamente comprometido com o pensamento de esquerda, com o impacto das novas tecnologias sobre o trabalho do historiador e com a intersecção entre academia e sociedade, o trabalho de Rosenzweig fornece uma reflexão – a qual não desdenha, pelo contrário, privilegia, a prática – sobre o caráter público da historiografia e as formas de aperfeiçoá-lo para atender às demandas do tempo presente. Dentre suas muitas realizações, está a criação, em 1990, do Center for History and New Media (CHNM), responsável

1 ROSENZWEIG, Roy. *Eight Hours for What We Will: Workers and Leisure in an Industrial City, 1870-1920*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

por projetos de grande envergadura que combinam história e meios digitais. Infelizmente, o autor faleceu em 2007, após a luta contra um câncer de pulmão.

Clio Wired, publicado quatro anos depois de sua morte, compila textos editados entre os anos de 1997 e 2005. A amplitude temporal dos artigos é responsável por algumas afirmações que soam curiosamente datadas para o leitor atual, como quando o autor evoca, entre as virtudes do CD-ROM, sua capacidade de armazenamento de dados: 640mb. Se em termos de referências por vezes os diferentes ensaios sucumbem ao avanço da própria tecnologia que lhes serve de assunto, por outro lado os questionamentos colocados pelo autor não perdem em nada sua relevância.

Trata-se de um relativo consenso que, enquanto a abundância de fontes apresentadas pela digitalização de acervos documentais tem sido saudada pelos historiadores (FOGU, 2009: 106-107), a utilização dos próprios sites e conteúdos digitais como fontes históricas (ALMEIDA, 2011: 9) e a exploração de novas formas de apresentação da pesquisa histórica (RIGNEY, 2010) são aspectos dos encontros entre história e internet que acabam sendo negligenciados. Ao longo das três seções de *Clio Wired*, portanto, constantemente são dadas mostras da vitalidade do pensamento de Roy Rosenzweig, capaz de oferecer uma reflexão livre e original acerca de temas dos quais os historiadores costumam se esquivar, como as transformações trazidas pelos meios digitais para as concepções de história, seu impacto sobre o ensino e, por fim, sobre as competências que o historiador do futuro deverá possuir para atuar numa historiografia que é também ela digital.

230

A primeira seção, intitulada “Rethinking History in the New Media”, agrupa artigos que refletem de modo mais geral sobre o impacto da internet sobre o ofício do historiador. Segundo o autor, a constante transformação tecnológica aponta que, na verdade, “ninguém ainda conseguiu desenvolver um meio de assegurar que o presente digital está disponível aos historiadores do futuro” (ROSENZWEIG, 2011: 5);² caso se torne possível, contudo, preservar os documentos digitais, os historiadores serão confrontados com o desafio de lidar com um registro histórico que não é mais caracterizado pela escassez e pelas lacunas mas sim pela *completude* e *totalidade* (ROSENZWEIG, 2011: 6).

Esta é uma situação que em pouco é mais confortável que a ausência de fontes históricas – e conforme a história se encaminha para o que, em outro autor,

2 “As yet, no one has figured out how to ensure that the digital present will be available to the future’s historians” (ROSENZWEIG, 2011: 5).

se denomina *arquivo infinito* (FLÓREZ, 2011), o historiador terá de se perguntar se ainda lhe é possível partir da injunção básica de *ler* ou *conhecer* tudo a respeito de um assunto ou todas as fontes sobre determinado tema (ROSENZWEIG, 2011: 22). No fundo, a internet introduz modificações no próprio estatuto do arquivo digital. Como lembra o autor,

Enquanto os projetos de arquivos e bibliotecas se focam sobre coleções de “alta qualidade construídas em torno a temas selecionados” e tomam como unidade de catalogação a página de internet, o paradigma da ciência da computação “permite que se archive a Web inteira conforme ela muda com o tempo, para que, então, os motores de busca tentem encontrar a informação necessária” (ROSENZWEIG, 2011: 16).³

A competição entre os dois paradigmas – aquele da arquivística e, outro, da ciência da computação – traz à tona outro problema que é recorrente nos ensaios do livro, qual seja, o de que as batalhas pela profissão de historiador ocorrerão, no futuro, numa esfera pública onde ele não detém necessariamente a última palavra. Tema candente para os leitores brasileiros, cuja ocupação de historiador passa por projeto de regulamentação, para o autor é necessário que os historiadores tomem a iniciativa pela (re)organização de seu saber em torno aos novos meios de conservação e uso da memória e das fontes históricas – e que eles tenham o conhecimento técnico para fazê-lo (ROSENZWEIG, 2011: 27).

231

Os dois artigos seguintes são dedicados ao problema da credibilidade das informações históricas na internet. “Web of lies? Historical knowledge on the internet” explora a exatidão factual de um software, o H-Bot, desenvolvido pelo CHNM. O programa lista respostas a perguntas históricas a partir da informação encontrada na internet. A ênfase que o aplicativo dá ao conhecimento factual, argumentam os autores, pareceria estranha caso não se considerasse que é, no fundo, justamente essa espécie de informação que é cobrada nos exames de avaliação do ensino, seja nos Estados Unidos, seja no Brasil (ROSENZWEIG, 2011: 45). Nesse sentido, com a facilidade em se encontrar informação na internet, “os estudantes começarão a nos perguntar por que os estamos testando em sua capacidade de responder a questões que seus telefones celulares podem responder

3 “Whereas archival and library projects focus on ‘high-quality collections built around select themes’ and make the unit of cataloging the Web page, the computer science paradigm ‘allows for archiving the intire Web as it changes over time, then user search engines to retrieve the necessary information” (ROSENZWEIG, 2011: 16).

em segundos” (ROSENZWEIG, 2011: 47).⁴ Ou seja, por que o ensino de história tem de se centrar na fixação de conteúdos factuais quando estes podem ser obtidos a qualquer momento?

O último capítulo desta primeira seção aborda a Wikipédia como uma forma de escrita coletiva da história, colocando-a sobre o pano de fundo de outras iniciativas historiográficas não-profissionais. O autor, desse modo, introduz a interessante noção de uma “poética popular da história” (ROSENZWEIG, 2011: 76). A interrelação entre a historiografia e o interesse pela história na sociedade contemporânea – interesse esse muitas vezes mediado pelos mecanismos digitais – é o tema da segunda seção do livro.

Nesse sentido, a reflexão de Rosenzweig, desenvolvida a partir de seu trabalho como editor de CD-ROM’s históricos,⁵ não se centra tanto sobre o texto histórico, mas sim sobre as formas de apresentação da historiografia em meio digital. Não se trata da transposição do escrito – analógico – ao visual – digital –, mas sim de explorar suas possibilidades intrínsecas. Nesse sentido, além do caráter multimídia, o CD-ROM (e, por extensão, o site de internet) possibilita a experiência da *simultaneidade*, definida como “a habilidade de se mover muito rapidamente de um corpo de informações a outro” (ROSENZWEIG, 2011: 87).⁶ A reflexão do autor, nesse momento, vai ao encontro das propostas de autores conhecidos do público brasileiro, como François Hartog e Hans-Ulrich Gumbrecht, assim como de autores de menor penetração, como Claudio Fogu e Ann Rigney que se perguntam todos a respeito do impacto sobre a escrita histórica de uma consciência temporal diferenciada ocasionada pelos meios digitais. Se a monografia, como diz o título de um importante artigo a respeito disso, não é mais o meio, que formas a historiografia pode assumir que a atualizem diante não apenas dos leitores mas também dos *espectadores* interessados pelo passado? Que pacto entre historiador e público deverá existir se a leitura não for o principal meio de divulgação da historiografia? Para Rosenzweig, trata-se de um contexto libertador – tanto para o escritor quanto para o leitor (ROSENZWEIG, 2011: 116) –, embora o leitor possa julgar por si a pertinência dos sites desenvolvidos pelo CHNM.

232

4 “(...) students will start asking us why we are testing them on their ability to respond to questions that their cell-phones can answer in seconds” (ROSENZWEIG, 2011: 47).

5 O autor editou em conjunto com outros estudiosos o CD-Rom didático *Who built America? From the Centennial Celebration of 1876 to the Great War of 1914*.

6 “(...) the ability to move very quickly from one body of information to another” (ROSENZWEIG, 2011: 87).

Essa mesma constatação pode ser aproximada de contexto em tudo diverso, aquele da sala de aula. Em “Rewiring the History and Social Studies Classroom: Needs, Frameworks, Dangers, Proposals”, escrito em colaboração com Randy Brass, avalia o impacto das novas tecnologias na sala de aula. O diagnóstico de partida, entretanto, é tudo menos usual: “(...) nossa pesquisa descobriu que as pessoas estão mais distantes do passado no lugar que elas mais sistematicamente o encontram: a escola” (ROSENZWEIG, 2011: 95).⁷ A proposta dos autores para que a escola se torne um lugar mais interessante para o contato com o passado é enfatizar que, com as novas tecnologias, não é a solidez das conclusões que ganha força, mas sim os processos que levam a elas (ROSENZWEIG, 2011: 99). Se todo podem ser historiadores hoje em dia, por que não se valer dessa mesma possibilidade na sala de aula? As sugestões de Rosenzweig podem fornecer um bom quadro de referência para os estudiosos brasileiros, uma vez que a bibliografia sobre história e internet se centra, sobretudo, no papel da internet para o ensino de história – com *Clio Wired*, os professores e aqueles que refletem sobre a educação encontrarão uma perspectiva que parte do dia-a-dia do professor e do historiador mas que nem por isso deixa de lado um quadro teórico amplo sobre o qual se debatem estes problemas.

233

Por fim, quais as possibilidades de acesso a fontes e quais os meios para democratizar a pesquisa histórica na era digital? Esses problemas encontram sua reflexão mais bem-acabada no último capítulo do livro – pertencente a sua terceira seção – intitulado “The Road to Xanadu: Public and Private Pathways on the History Web”. Em tese, hoje em dia “cada pessoa se tornou um arquivista ou editor de documentos históricos” (ROSENZWEIG, 2011: 210), nem que seja cotidianamente e apenas de si mesmo, como o atestam as redes sociais; por outro lado, criar um site que se torne uma referência em termos de pesquisa histórica demanda um grande dispêndio de recursos e energia, normalmente disponíveis somente à iniciativa privada. Os conteúdos produzidos na internet são originalmente sem autor, mas como eles serão utilizados quando sites privados – Google, Internet Archive, entre outros – passarem a ter sua propriedade, esta é uma questão em aberto. É certo, porém, que “para o bem ou para o mal, o arquivo virtual da Web se distingue das bibliotecas e arquivos tradicionais por sua inclusão indiscriminada

7 “Still, our survey finds people most detached from the past in the place that they most systematically encountered it – the schools” (ROSENZWEIG, 2011: 95).

do melhor – e do pior – que já se conheceu e disse” (ROSENZWEIG, 2011: 213).⁸ Voltamos ao problema recorrente nas relações entre história e internet: como lidar com um registro histórico que – ao menos é essa a ilusão sobre a qual se baseia – pretende ser completo? Talvez uma saída feliz seja considerar, como faz o autor, que “a qualidade última de uma coleção digital possa ter a ver mais com a floresta do que com as árvores, por assim dizer” (ROSENZWEIG, 2011: 145-146).⁹

O leitor moderno vive no mundo descrito por Roy Rosenzweig e ele pode fazer o *download* de muito mais que os poemas de Homero. Diálogos platônicos e tratados aristotélicos também estão disponíveis – desde que ele não se preocupe demasiado com a qualidade de suas edições. Ele pode acessar, do conforto de sua casa, uma imensa bibliografia de obras digitalizadas editadas entre os séculos XVII e XIX, contribuindo assim para diminuir os gastos de sua pesquisa histórica. O que esse leitor não encontra na internet, contudo, virtualmente desaparece do registro histórico e pode simplesmente não ser mais encontrado. Isso significa que não existiram? Talvez o principal ganho oferecido por *Clio Wired* seja a possibilidade de uma leitura sóbria, ainda que entusiasta dos caminhos oferecidos ao historiador no século XXI, uma leitura que tenta desmentir a aparente totalidade com que a internet, os aparelhos eletrônicos e as redes sociais tentam cercear a nossa vida.

234

Como não é mais possível escapar da internet, porém, preciso dizer que a leitura deste livro foi feita, muito apropriadamente, num Kindle.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Fábio Chang de. “O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas”, in *Aedos*, Porto Alegre, vol. 3, nº 8, janeiro-julho 2011, pp. 9-30.

FLÓREZ, Jaime Antonio Melo. “Historia digital: la memoria en el archivo infinito”, in *Historia Critica*, Bogotá, nº 43, enero-abril 2011, pp. 82-103.

FOGU, Claudio. “Digitalizing Historical Consciousness”, in *History and Theory*, Volume 48, Issue 2, May 2009, pp. 103-121.

8 “For better and worse, the virtual archive of the Web distinguishes itself from traditional libraries and archives by its indiscriminating inclusion of the best – and worst – that has been known and said” (ROSENZWEIG, 2011: 213).

9 “The ultimate quality of a digital collection may have to do more with the forest than the trees, so to speak” (ROSENZWEIG, 2011: 145-146).

RIGNEY, Ann. “When the monograph is no longer the medium”, in *History and Theory*, Volume 49, Issue 4, December 2010, pp. 100-117.

Doenças, germes e curas: a história da medicina no Brasil Colonial

Enviado em:

07/04/2013

Aprovado em:

03/05/2013

Rafael Leite Ferreira

Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista CAPES
rafaleferr@hotmail.com

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços de cura*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. 524 p

236

Embora a comunidade médica brasileira se orgulhe hoje de seu alto padrão técnico de conhecimento, gozando, inclusive, de grande prestígio internacional, muitos se esquecem do difícil caminho trilhado pelo nosso saber médico. Se, atualmente, servimo-nos de uma medicina que consegue realizar procedimentos cirúrgicos de extrema complexidade, diagnosticar e curar os indivíduos de centenas de doenças é importante ressaltar que nem sempre foi assim. A medicina brasileira tem uma difícil e complexa história por detrás. História esta que é marcada pela ausência de medicamentos eficazes, de altíssima taxa de amputações, infecções, pestes, epidemias, principalmente, mortalidade. Enfim, uma história de infortúnios que fez da prática médica no Brasil Colonial uma verdadeira “arte de curar”. Resgatar esta complexa história social da medicina brasileira foi o objetivo, alcançado com maestria, de Carlos Alberto Cunha Miranda ao lançar a obra “*A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços de cura*”¹.

A interdisciplinar obra de Miranda é hoje uma referência sobre a história da medicina no Brasil, sendo utilizada não apenas por historiadores, mas também em diversos cursos da área de saúde. A agradabilíssima escrita de “*A arte de curar...*” atrai leitores curiosos em saber não apenas como se dava a investigação das doenças no Brasil Colonial, o combate às inúmeras pestes e epidemias, as medidas de higiene pública e privada, a evolução do saber e das práticas médicas, mas também quais

1 “*A arte de curar...*” é baseada em sua tese de doutorado “*A prática da medicina no Brasil colonial: limites e espaços da cura*”, defendida na Universidade Federal de Pernambuco, no ano de 1997. Em sua primeira edição, que foi rapidamente esgotada, a obra recebeu o Prêmio Literário da Cidade do Recife (categoria ensaio, Prêmio Jordão Emerenciano), em 2003.

eram os órgãos responsáveis pela saúde dos habitantes do Brasil, quem eram os médicos da época e que tipo de medicina eles praticavam, como e por que vinham para o Brasil, entre diversas outras questões.

Durante muito tempo, a história da medicina no Brasil ficou ligada à história do progresso científico e tecnológico, à história oficial das instituições médicas, ou à história das grandes personalidades médicas. No entanto, influenciados pela *Escola do Annales*, diversos historiadores da medicina passaram, a partir do final da década de 1980, a pautar suas pesquisas dentro de uma perspectiva da “história social da medicina”. Essa nova perspectiva abriu o campo da história da saúde, atraindo novas temáticas (tais como estudos ligados ao corpo, à morte, à sexualidade e à doença), agregou novos sujeitos (escravos, trabalhadores, indígenas etc.), e passou a considerar a saúde e as doenças não isoladamente, mas dentro de uma rede de relações sociais e culturais que envolvem saberes e práticas, instituições, misticismo, representações, manifestações e significados.

Carlos Miranda, por exemplo, é um dos historiadores que compartilham dessa “história social da medicina”². Seguindo a linha de raciocínio de Jean-Charles Sournia, ele pautou toda a sua obra a partir do argumento de que médicos e sociedade então em constante relação de reciprocidade e que a história das doenças é, na verdade, aquela que os homens lhe atribuem. “*Os médicos, como outros sábios, pertencem à sociedade que os circunda. Resultam dela, partilham os seus ideais, os seus fantasmas, a sua resistência à mudança, o seu encerramento em modelos conhecidos sobre a organização do mundo e os mecanismos da vida*”³. Outro fio-condutor que conduziu toda sua argumentação foi o entendimento de as doenças, na medida em que as doenças intervêm nas condições sociais nas quais os homens vivem e trabalham, elas se tornam, de fato, *fenômenos sociais*, haja vista, como argumentou Anny Silveira e Dilene Nascimento, que:

[...] a doença é um fenômeno que a ultrapassa e a representação não é apenas um esforço de formulação mais ou menos coerente de um saber, também interpretação e questão de sentido. A interpretação coletiva dos estados do corpo coloca em questão a ordem social, revela-nos as relações existentes entre o biológico e o social. Por meio da saúde e

2 Um bom exemplo dessa característica do autor é a imensa variedade de fontes trazidas para a obra. Grosso modo, foram elas: tratados médicos, diários de viajantes, cartas de missionários jesuítas, relatórios de natureza administrativa, como os Regimentos, as Atas da Câmara Municipais, as Ordenações Filipinas etc.

3 SOURNIA, Jean-Charles. O homem e a doença. In: LE GOFF, Jacques. **As doenças têm história**. 2. ed. Lisboa: Terramar, 1995, p. 360.

da doença temos acesso, portanto, à imagem da sociedade e de suas imposições aos indivíduos ⁴.

A seguir, buscar-se-á fazer algumas discussões preliminares sobre a obra “*A arte de curar...*”:

No primeiro capítulo – “*Princípios históricos do saber e da prática médica*” –, o autor analisou as principais ideias da medicina grega (baseadas especialmente em Aristóteles, Hipócrates e Galeno) e a influência destas na medicina portuguesa. Para Miranda, essa influência foi o principal motivo para o atraso da ciência médica em Portugal e suas colônias. Neste capítulo, o autor realizou também um interessante histórico da medicina renascentista, trazendo à tona uma lista de médicos e cientistas (como, por exemplo, Leonardo da Vinci) que, a despeito da existência da censura e da falta de meios de comunicação, conseguiram conquistar importantes avanços para a ciência médica, especialmente ao estudo da anatomia, rompendo, pouco a pouco, em diversas partes da Europa, o respeito quase religioso aos preceitos da medicina grega.

No capítulo II seguinte, Miranda buscou destacar os principais obstáculos existentes no Brasil Colonial para a produção do conhecimento científico. Segundo ele, tais dificuldades foram decorrentes, em primeiro lugar, da falta de instituições voltadas aos estudos das ciências naturais – o autor lembrou que as primeiras escolas médico-cirúrgicas (posteriormente transformadas em academias e faculdades) só foram criadas no final do século XIX na Bahia e no Rio de Janeiro – ⁵; em segundo lugar, da ausência de livrarias e tipografias, até a chegada da Corte portuguesa ao Brasil em 1808, que impossibilitou enormemente a divulgação de obras de caráter científico-literário; por fim, como bem sonhava o jovem Manuel Arruda da Câmara (1766-1811), da ausência de hortos no Brasil, que poderiam, através da importação de plantas “indígenas e exóticas”, avançar nos estudos botânicos e farmacêuticos.

238

4 SILVEIRA, Anny Jackeline Torres da; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de. (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 29.

5 Em 1807, o médico pernambucano Correia Picanço acompanhou a família real ao Brasil, ocasião em que sugeriu a Dom João a criação de uma escola de cirurgia no Hospital Real Militar na Bahia. Em 1808, ao persuadir o príncipe regente novamente, Picanço conseguiu defender a instalação de uma escola de cirurgia no Rio de Janeiro. Com isso, segundo Miranda, foram lançadas as bases do ensino médico no Brasil. Sobre o ensino médico no Brasil é importante destacar ainda que a sua situação de absoluta dependência a Portugal vigorou até 1826, quando o imperador Dom Pedro I conferiu o direito às escolas brasileiras de diplomarem seus alunos, libertando as academias da tutela dos cirurgiões-mores do Império.

No terceiro capítulo – “*A Inquisição e as ciências em Portugal*” –, o autor procurou analisar os principais fatores que contribuíram para a estagnação do ensino médico em Portugal. De acordo com Miranda, os dois principais fatores para essa questão foram: por um lado, decorrentes das fortes ações da Contrarreforma e da Inquisição, que acabaram sendo responsáveis não só pela destruição de importantes estudos médicos, como também pela fuga de centenas de médicos e cirurgiões judeus para outros países europeus; e por outro, devido ao domínio do ensino pelos jesuítas, que, pela rigidez do pensamento escolástico, impediram a divulgação de qualquer inovação do conhecimento médico-científico. Segundo o autor, essa situação começou a mudar apenas a partir de 1770, por iniciativa de Marques de Pombal, com a criação da Junta da Providência Literária, que teve a tarefa de reformar o ensino superior em Portugal. No Brasil, com a expulsão dos jesuítas (1759), se implantou também lentamente uma reforma dos estudos menores, através da criação das escolas régias e da vinda de professores portugueses, encarregados de lecionar nesses colégios.

No capítulo IV – “*Os neo-hipocráticos*” – Carlos Miranda realizou um breve apontamento dos primeiros médicos que foram contrários à medicina oficial grega. Entre esses médicos estavam: Girolamo Fracastoro, Thomas Sydenham, George Stahl, Friedrich Hoffmann, John Brown, Franz Mesmer, Albrecht von Haller, Giovanni Morgagni e José Maria Bomtempo. Outro ponto importante destacado por Miranda neste capítulo foi o surgimento de diversos charlatões e curandeiros em terras brasileiras. Até o século XVIII, devido ao modo cosmopolita e supersticioso de pensar, não havia, de fato, extravagância que parecesse exagerada. Era comum, por exemplo, perceber médicos embusteiros em praças e mercados públicos, comercializando “métodos espetaculares de cura”, entre os quais “receitas secretas de sais odoríficos”, “drogas para o rejuvenescimento” e “pílulas milagrosas contra todos os males” etc.

No capítulo V – “*A classificação das espécies e a expedição filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*” –, o autor analisou a busca dos homens da ciência, durante o século XVIII (o século das luzes), em dar uma feição mais sistematizada, metódica e racional à ciência. Para esses indivíduos, não se deveriam mais realizar meros agrupamentos de observações isoladas e fadadas ao fracasso. Era necessário, portanto, ordenar e classificar as informações a fim de chegar às leis que se processavam nas manifestações da natureza. Foi nesse período que se aprofundou os estudos da botânica e da zoologia (importante ampliação da classificação dos animais e plantas) e se despontou o desejo de centenas de naturalistas

européus, apoiados pelas metrópoles, especialmente por Portugal, em ampliar os conhecimentos sobre a fauna e a flora da região dos trópicos.

Segundo Carlos Miranda, foi dentro da política de a Coroa portuguesa desejar conhecer de forma detalhada sua colônia (como também suas potencialidades econômicas), que foi realizada a expedição conhecida como “Viagem filosófica”, patrocinada por Portugal e dirigida pelo naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira. É importante ressaltar que essa expedição se configurou, até aquele momento, na maior expedição científica realizada à região Norte do Brasil.

No capítulo seguinte, Miranda realizou uma profícua discussão sobre as principais doenças trazidas pelos portugueses e transmitidas aos indígenas. O autor lembrou que, além das guerras e da fome, as doenças de caráter epidêmico (sarampo, varíola, gripes, malária e febre amarela), endêmico (lepra, sífilis e tuberculose) e carencial (raquitismo, pelagra, anemias e escorbuto), foram os principais motivos para a dispersão e dizimação de milhares de índios nas regiões do Norte-Nordeste. A conquista destes territórios foi, sem sombra de dúvida, facilitada pela ação destrutiva das mencionadas doenças. Miranda ressaltou:

240

Quando ocorria algum surto epidêmico, especialmente de varíola, os indígenas que ainda não haviam sucumbido à doença, fugiam aterrorizados dos aldeamentos, deixando para trás os mortos e doentes, levando consigo o vírus para outras missões. Dessa forma, os surtos epidêmicos de varíola se espalharam com grande intensidade pela Região Amazônica, mais de uma vez no ano (Ibid:175).

Neste capítulo, o autor ainda realizou uma importante consideração acerca das dificuldades existentes na construção de uma historiografia médica brasileira. Miranda lembrou acertadamente que devido à falta de documentação oficial sobre o Brasil Colonial, especialmente aquela referente à medicina indígena (tanto em relação às doenças que acometiam os índios quanto aos processos terapêuticos empregados) e/ou extravio e desaparecimento (associados à impiedosa caça e destruição resultantes do Tribunal do Santo Ofício) de um considerável número de manuscritos, os atuais historiadores da medicina têm encontrado enormes dificuldades em estudar esse precioso e pouco conhecido período da história de nosso país. Em suas palavras:

Com exceção dos relatos dos viajantes, religiosos ou não, é patente a ausência de relatórios médicos, no século XVI, sobre o assunto. Os cronistas, ao escreverem sobre matéria médica, geralmente nomeavam

as endemias apenas por suas denominações locais e raramente apresentavam um quadro esclarecedor dos reais sintomas das doenças (Ibid.: 145).

No capítulo VII – “*A ação missionária: desencontros e desencantos de um projeto civilizador*” –, o autor se debruçou a analisar o “projeto civilizador” idealizado pelo sacerdote jesuíta Manuel da Nóbrega. Este foi responsável, nos primeiros tempos de ocupação das terras brasileiras, pela criação de inúmeros aldeamentos jesuíticos, como também pela desorganização da estrutura social de inúmeras tribos indígenas. Miranda citou como dessa organização, o afastamento dos pajés da “arte de curar”. Estes por utilizarem uma medicina mística (em sua maioria, orientada para a aplicação de sangrias e o uso de ervas medicinais), foram sistematicamente marginalizados pelos missionários nos aldeamentos. A este respeito, Miranda argumentou: “[...] *a tarefa principal dos jesuítas era desmascarar o pajé, decifrar o seu código maligno e exibi-lo como mentiroso e falacioso para os indígenas*” (Ibid.: 206).

De acordo com Miranda, a ação violenta e descontrolada das autoridades portuguesas e, particularmente, dos colonos em destruir e incendiar as aldeias indígenas acelerou consideravelmente a transferência involuntária de dezenas de comunidades indígenas para os aldeamentos jesuíticos. Apesar de tecer oportunas críticas à ação dos jesuítas no Brasil Colonial, o autor também lembrou o importante papel desenvolvido por esses religiosos na área médica, especialmente no que se refere à parte cirúrgica. Nas palavras de Carlos Miranda:

Diante da escassez de médicos na Colônia, os jesuítas não hesitaram em desenvolver importante trabalho de auxílio aos enfermos, com a prescrição de receitas, sangrias e até de cirurgias, apesar da proibição da Igreja Católica (Ibid.: 184).

No capítulo VIII – “*A arte de curar dos povos indígenas no Brasil colonial*” –, Carlos Miranda ressaltou que, na ausência de uma explicação científica para o aparecimento das doenças, os brasilíndios recorriam quase sempre às explicações sobrenaturais. Para os curandeiros indígenas, os doentes significavam pessoas possuídas por maus espíritos e, portanto, as doenças só podiam ser curadas com a expulsão desses agentes do corpo do enfermo. Neste sentido, a maioria dos diagnósticos e da terapêutica indígena estava carregada de representações mágicas.

A fumigação, vapores, massagens, fricções, sopro, jejum e sucção ⁶, por exemplo, foram processos curativos largamente utilizados na terapêutica dos brasilíndios. É importante ressaltar que, embora os indígenas dispusessem de uma medicina incipiente, sem muitos recursos, nos deixaram importantes contribuições no que se refere à descoberta do poder medicinal de muitas plantas nativas (como se sabe, muitas dessas plantas foram incluídas nos remédios modernos), assim como em relação à prática diária da higiene pessoal. Neste capítulo, Miranda trouxe o relato de vários viajantes estrangeiros, expressando forte admiração aos cuidados que os brasilíndios dedicavam à sua higiene corporal.

No capítulo IX – “*A prática médica nos primeiros tempos da Colônia*” –, Miranda buscou apontar as principais dificuldades existentes no Brasil Colonial para o exercício da medicina. Miranda acertadamente ressaltou que tais dificuldades não se referiram apenas à execução da prática médica, mas também à formação de um quadro médico permanente na colônia.

Durante os três primeiros séculos de colonização, os profissionais que estavam devidamente autorizados pela Corte portuguesa que exercer a medicina no Brasil foram, predominantemente, os *físicos* (como eram chamados os licenciados nas escolas médicas da Europa), os *cirurgiões* expressamente autorizados pelos fiscais portugueses e os *cirurgiões-barbeiros* que tinham a prerrogativa de aplicar ventosas e sangrias e de extrair dentes. Contudo, é importante ressaltar que, nesse período da história brasileira, devido à enorme extensão territorial e aos poucos profissionais habilitados para exercer a medicina, a fiscalização das atividades médicas por parte da Coroa portuguesa praticamente inexistiu. Nas palavras de Miranda:

No Brasil colonial, a falta de instituições voltadas para o ensino médicos e de médicos portugueses interessados em se transferir para a Colônia, em decorrência dos baixos salários e das precárias condições de vida, provocaram grande escassez desses profissionais em todo o território da Capitania de Pernambuco (Ibid.: 278).

Para tentar sanar essa enorme falta de médicos, todos (de entendidos a curiosos), indistintamente, medicavam no Brasil Colonial. A respeito do exercício (legal) da profissão médica, é importante destacar que, naquele período, havia um

6 De acordo com Carlos Miranda, é provável que a prática da sucção tenha a sua origem na observação do comportamento dos animais que lambem suas feridas e lesões.

enorme preconceito (e, em alguns lugares, repressão) contra as dissecações e as cirurgias. O resultado dessa atitude foi a nítida separação entre a medicina e a cirurgia durante muitos anos. Segundo Miranda, dois acontecimentos contribuíram para a regularização do ofício de cirurgião: primeiro, o uso generalizado de arma de fogo nos combates, após o século XV, quando se tornou necessária a pronta intervenção cirúrgica nas lesões; e, segundo, a dissociação da corporação dos barbeiros, posto que, até a primeira metade do século XVIII, formavam uma corporação conjunta. Isto é, os cirurgiões se aproximavam dos médicos ao passo que se distanciavam dos barbeiros.

Para conseguir êxito em seus objetivos, os cirurgiões elegeram duas frentes de ação: uma pela igualdade com os médicos que detinham a hegemonia nos meios acadêmicos, e outra contra os barbeiros, pela supremacia da cirurgia (Ibid.: 298).

Neste capítulo, Carlos Miranda ainda analisou a prática médica dos holandeses quando de sua invasão a Pernambuco (1630-1654). Segundo o autor, o desenvolvimento da medicina em Portugal esbarrou na intransigência religiosa que impossibilitou a aquisição de novos conhecimentos, retardando, dessa forma, a evolução médica na metrópole. A Holanda, uma das regiões mais progressistas da Europa, diferentemente de Portugal, passou, nesse período, por uma fase promissora, fazendo dessa região em um importante centro de desenvolvimento científico e de atração médica.

No décimo capítulo – *“Peste, um inimigo assolador”* –, Miranda buscou enfatizar que, nos grandes surtos epidêmicos que assolaram diversas partes da Europa e da América do Sul, entre os séculos XVI e XVIII, a medicina se mostrou impotente, tanto no que se refere à prevenção das doenças quanto em sua cura. Como argumentou o autor, àquela época, era bastante natural que a causa da enfermidade fosse completamente desconhecida, já que não se tinha nenhuma noção da existência de microrganismos e mesmo os próprios médicos se declaravam impotentes diante do avanço da peste. Além de não haver medicamentos adequados para deter a evolução da doença, não se tinha conhecimento do quanto ela era contagiosa. Até o momento de os médicos reconhecerem a natureza contaminadora de certas doenças, advertiu Miranda, eles mesmos, não raras vezes, serviram de vetor para a propagação delas.

No capítulo XI – *“Políticas de saúde e instituições médicas”* –, o autor se

dedicou a analisar o processo de “organização” e de “fiscalização” dos serviços de saúde em Portugal e no Brasil Colonial e a política de vacinação vigente no período.

No que diz respeito ao processo de “organização” e de “fiscalização” dos serviços de saúde, Miranda levantou pertinentemente duas questões. A primeira, o autor lembrou que, durante o Brasil Colonial, os serviços de saúde foram moldados em torno dos precários e conservadores regimentos médico-sanitários existentes em Portugal. Em seguida, Miranda ressaltou que foi apenas no século XIX, com a promulgação de dezenas de alvarás, leis e cartas régias (que, além de regulamentar a profissão médica, exerceu um forte controle da atuação dos charlatões e dos falsos médicos ⁷) que as autoridades portuguesas lançaram medidas a fim de organizar e fiscalizar os serviços de saúde no Brasil.

Foi entre esse período também que a Coroa portuguesa se dedicou à fiscalização dos navios que chegavam a seus portos e de suas colônias. Por ser a porta de entrada e saída de epidemias, o porto passou, portanto, a sofrer forte vigilância por parte das autoridades reais.

244

Sobre a questão da vacinação no Brasil Colonial, Miranda ressaltou que ela foi efetivada pelos membros das câmaras municipais e pelos capitães-gerais das capitânicas que, usando de autoridade e de forças policiais locais, obrigar a população a se vacinar, sob pena de multa e prisão. Contudo, apesar dessa forte pressão governamental, a vacinação no Brasil encontrou vários obstáculos à sua eficácia: ignorância e medo da população; atraso da medicina na identificação das doenças; falta de técnicas adequadas de transporte da vacina; alarmantes índices de infecção, entre outros.

No capítulo XII, Carlos Miranda procurou analisar as principais doenças acometidas aos homens do mar e as suas práticas curativas a bordo. O autor argumentou que as informações sobre o estado de saúde desses viajantes são, de fato, poucas e, em sua quase totalidade, são hoje obtidas dos diários dos viajantes e dos soldados, pois os documentos oficiais pouco ou quase nunca faziam referências sobre o pessoal e os serviços médicos destinados a prestar uma assistência aos tripulantes ou aos passageiros dos navios. De acordo com Miranda, apesar das

7 Em relação à construção dessa legislação, cabe destacar que, em 1809, Dom João VI criou o cargo de provedor-mor da Saúde da Corte e Estados do Brasil, com a finalidade de exercer vigilância rígida em torno do estado de saúde das tripulações dos navios que aqui aportassem; como também promulgou um Regimento, em 1744, estabelecendo os cargos de “comissários delegados do físico-mor do Reino”, com a finalidade de fiscalizar as boticas, controlar o exercício profissional dos boticários e examinar a concessão de licença para os cirurgiões e médicos.

poucas informações existentes, se pode com certeza afirmar que as principais razões para a alta taxa de mortalidade nas embarcações que atravessavam os oceanos daquele período estavam ligadas à rápida deterioração da água (quando raramente havia), às carências alimentares e vitamínicas e à ausência de medidas higiênicas por parte da tripulação.

No capítulo XIII – “*Aspectos significativos do tráfico de escravos para o Brasil*” –, Carlos Miranda se debruçou a analisar o *passo a passo* do tráfico de escravos africanos, indo da captura destes até a sua chegada ao purgatório (os mercados e portos brasileiros). Nos execráveis e cruéis trajetos desses indivíduos, constaram, além de diversas separações de famílias e/ou de tribos e centenas de sevícias, também a ocorrência de várias doenças – principalmente disenteria, varíola, sarampo, sarna e escorbuto – que ceifaram a vida de muitos escravos. Além de todos esses infortúnios, os escravos ainda sofreram com a enorme falta de higiene e mantimentos nas embarcações. Como destacou Carlos Miranda:

Inescrupulosamente sobrecarregavam os navios com excesso de escravos e com uma reduzida cota de água e comida. Diante dessas condições cruéis a que estavam submetidos, muitos africanos morriam antes mesmo do término da viagem, vitimados por torturas, doenças, fome e sede (Ibid.: 374).

245

No capítulo XIV – “*As doenças e as práticas de curar no cenário do sistema escravocrata*” –, além da elucidativa lista que Miranda preparou sobre as principais doenças acometidas aos escravos no Brasil Colonial, outro ponto que mereceu destaque foi a ênfase do autor sobre o desinteresse dos profissionais da medicina, do poder público e dos grandes proprietários em beneficiar a saúde da população escrava. Durante o Brasil Colonial, os serviços médicos aos escravos praticamente inexistiram. Segundo Miranda, isso se deu, sobretudo, a dois fatores: primeiro, devido à grande dificuldade de encontrar médicos que aceitassem atender os escravos; segundo, em decorrência da recusa dos senhores em pagar o atendimento médico a seus escravos, uma vez que essa prática encarecia enormemente a escravatura.

Diante dessas dificuldades, os escravos enfermos foram, em sua grande maioria, entregues aos cuidados dos “pretos sangradores”. Em alguns casos, os escravos das cidades foram encaminhados aos Hospitais da Santa da Casa. Nestes locais, é importante enfatizar, a situação era de extrema precariedade, faltando

diversos equipamentos básicos, tais como: espaço adequado, higiene, leitos, roupa de cama, remédios, enfermeiros e, principalmente, médicos. No Hospital de São Cristóvão, pertencente à Misericórdia da Bahia, por exemplo, os pacientes, ao se internarem, levavam suas esteiras, as quais lhes serviam, muitas vezes, de leito ou de mortalha.

No penúltimo capítulo, Carlos Miranda realizou uma análise dos principais espaços e lugares de cura existentes no Brasil Colonial. Em primeiro lugar, Miranda ressaltou a assistência hospitalar das Casas de Misericórdia. Uma vez que o principal interesse da metrópole portuguesa foi o de conquistar e explorar as terras brasileiras, durante séculos, pouca ou quase nenhuma importância se deu à saúde da população na Colônia. Com isso, restou para as Casas de Misericórdia a assistência médico-hospitalar a grande parte da sociedade brasileira. No entanto, salientou Miranda, as precárias condições de funcionamento desses locais fizeram com que, muitas vezes, fossem considerados pela população como espaços destinados àqueles que procuravam um lugar para morrer. *“Daí o horror que os habitantes da Colônia tinham quando eram obrigados a se internar para curar suas enfermidades”* (Ibid.: 439).

246

Outro lugar destinado à cura analisado por Miranda foi o hospital militar. Sobre esse local, Carlos Miranda destacou que, inicialmente, não houve grande preocupação das autoridades portuguesas em dotar a Colônia de hospitais exclusivamente militares. Naquele período, se pensava que os soldados feridos deveriam ser tratados nos hospitais de misericórdia. Somente no século XVIII – diante do aumento do número de soldados doentes e da má assistência proporcionada pelos hospitais de misericórdia – foi que as autoridades portuguesas passaram a ter maior preocupação em tratar os soldados em hospitais especificamente militares. No que diz respeito à criação desses hospitais, Miranda ainda ressaltou que a sua efetivação não foi fácil, pois, visando resguardar o seu monopólio na administração dos hospitais, a Irmandade da Misericórdia se opôs tenazmente à fundação de novos hospitais no Brasil.

Em relação à instalação de leprosários no Brasil Colonial, o autor salientou que estes foram criados como consequência das constantes queixas das autoridades locais, ocorridas ao longo do século XVIII, sobre o crescente número de doentes portadores de moléstias contagiosas nas cidades, principalmente, os leprosos. Miranda enfatizou ainda que esses locais foram todos instalados nos arredores das cidades e povoações, excluindo, dessa forma, definitivamente, os leprosos do convívio na sociedade.

No último capítulo da obra, o autor procurou analisar o pífio papel desempenhado pelas Câmaras Municipais como agente fiscalizador da urbanização e da saúde pública nos centros urbanos. Neste capítulo, Miranda demonstrou claramente as precárias condições de limpeza/higiene das cidades do Recife e Olinda durante o período colonial. Embora nas *Ordenações Filipinas* de 1604 – que regulamentavam as atividades das Câmaras Municipais de Portugal e da Colônia – já tivessem referências sobre a responsabilidade do município sobre a limpeza das cidades, não existia, na prática, uma estrutura básica de higiene em Recife e Olinda. Durante muitos anos, por exemplo, nenhum sistema de esgoto sanitário existiu nessas cidades. Como argumentou Carlos Miranda:

Os dejetos humanos, nas casas das pessoas mais abastadas, eram coletados em urinóis que ficavam nos quartos dos indivíduos ou nos locais reservados para o banho. Quando utilizados, os vasos eram levados para uma barrica de madeira, geralmente guardada no fundo do quintal ou nos desvão das escadas, para depois serem esvaziadas pelos escravos à noite e arremessadas nas margens dos rios ou das praias mais próximas (Ibid.: 479).

247

Miranda ressaltou que foi com a vinda dos holandeses no século XVII que, pela primeira vez, foram criadas medidas, na prática, de higiene para a cidade do Recife. Com a presença dos holandeses, por exemplo, os moradores recifenses foram proibidos de jogar lixo nas ruas e deixar animais soltos pelas vias públicas e obrigados a varrerem a rua defronte às casas.

Ainda, neste capítulo, Carlos Miranda elencou cinco atividades de caráter fiscalizatórias exercidas pelas Câmaras Municipais referentes à saúde da população. A primeira foi em relação ao (re)alinhamento das ruas que teve como objetivo amenizar a desorganização reinante no meio urbano, isto é, tentar contornar um pouco as construções desordenadas e os traçados irregulares das principais ruas das cidades. Outra atividade importante da Câmara se deu em torno do comércio dos gêneros alimentícios. Em teoria, caso fosse constatada alguma irregularidade na comercialização dos gêneros alimentícios, os funcionários da Câmara ligados à área da saúde eram encarregados da apreensão da carne estragada e da imposição de multas aos comerciantes desonestos⁸.

A terceira atividade da Câmara, referente à saúde da população, visou à

8 É importante salientar que os funcionários da Câmara obtiveram certo êxito na fiscalização, apesar das dificuldades existentes em sua execução.

fiscalização dos navios chegados aos portos das principais cidades brasileiras em tempos de surto de epidemia. A quarta atividade se deu em relação ao exercício da profissão médica ⁹. Por fim, a última atividade apontada por Miranda foi à tentativa da Câmara Municipal de construir hospitais nos centros urbanos destinados aos doentes portadores de “lepra” (denominada oficialmente no Brasil de “hanseníase” desde 1976).

“*A arte de curar...*” é uma leitura importante não apenas para conhecer a história da medicina no Brasil, mas, principalmente, para refletir sobre o tempo presente. Carlos Miranda nos leva à conclusão de que o passado da medicina brasileira não foi inteiramente jogado para trás. Muita coisa ainda se repete. Vale dizer: algumas boas; outras ruins. Nos últimos tempos, apesar de todo fluxo de modernização, as indústrias farmacêuticas têm retomado corretamente diversos ensinamentos e receitas indígenas, pois elas têm percebido o rico valor medicinal de centenas de plantas utilizadas pelos índios há vários séculos. Certo simplismo quer fazer crer que a ideia do *novo* anula uma prática anterior. A obra de Miranda nos ensina a aprender a observar uma realidade plural, contraditória e diversificada, em que coexistem e se cruzam vários dinamismos, pois “[...] *toda tradição permanece viva porque é dinamicamente reinventada em seu cotidiano*” ¹⁰.

248

No entanto, em diversas outras questões, principalmente no que se refere à *saúde pública*, o passado da medicina brasileira continua presente com uma terrível face, como é o caso, por exemplo, dos preceitos religiosos que, em diversas questões, ainda são obstáculos ao avanço de novos conhecimentos científicos; das razões políticas e econômicas que ainda são motivos impeditivos à melhoria das condições de saúde da população; e dos problemas cotidianos dos hospitais públicos no Brasil que enfrentam enorme falta de médicos qualificados para dispensar melhor assistência aos enfermos, limitados espaços nas enfermarias, precariedade das instalações físicas, falta de medicamentos e absurda ausência de noções básicas de higiene e de tratamento humano.

9 Cabe destacar que os profissionais da área da saúde daquele período eram obrigados a se inscrever na Câmara de sua cidade ou na vila onde praticavam o seu ofício.

10 MARIZ, Cecília. Uma análise sociológica das religiões no Brasil: tradições e mudanças. In: **Cadernos Adenauer**: Fé, vida e participação, São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, v. 9, nov. 2000, p. 9.

PARECERISTAS

.....

Contribuíram neste número como pareceristas Ad hoc

Ana Lúcia Lana Nemi
Ana Rosa Cloquet da Silva
Fábio Joly
Ivo Coser
Jean Luiz Neves Abreu
Jefferson Queller
João Fábio Bertonha
João Paulo G. Pimenta
José Carlos Reis
José Luís Benedicho Beired
Marcelo Rangel
Marco Antônio Silveira
Maria do Carmo Pires
Mateus Pereira
Mateus Reis Favarro
Norberto Guarinello
Paulo Henrique Martinez
Raquel de Fátima Parmegiani
Regina Horta Duarte
Ronaldo Pereira de Jesus
Rosana Areal
Samantha Viz Quadrat